

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

MARCOS HENRIQUE SCARPIN PELLEGATTI

**ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DA
COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO* NO PERÍODO 2020-2021**

Frederico Westphalen, RS
2022

Marcos Henrique Scarpin Pellegatti

**ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DA
COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO* NO PERÍODO 2020-2021**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado
ao Curso de Jornalismo: Bacharelado do
Departamento de Ciências da Comunicação do
Campus da Universidade Federal de Santa
Maria em Frederico Westphalen.

Orientadora: Prof^a Dr^a Angela Maria Zamin

Frederico Westphalen, RS
2022

Marcos Henrique Scarpin Pellegatti

**ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DA
COBERTURA DA *FOLHA DE S. PAULO* NO PERÍODO 2020-2021**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado
ao Curso de Jornalismo: Bacharelado do
Departamento de Ciências da Comunicação do
Campus da Universidade Federal de Santa
Maria em Frederico Westphalen.

Aprovado em ___ de _____ de 2023.

**Angela Maria Zamin, Dra (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Rafael Folletto, Dr (UFSM)

Felipe Boff, Me (Unisinos / UFSM)

Mirian Redin de Quadros, Dra (UFSM) (Suplente)

Frederico Westphalen, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo meus pais Marco Pellegatti e Dulce Scarpin, minha irmã Ana Gabrielle Pellegatti, por sempre me apoiarem nas decisões de estudar em lugares distantes de minha cidade natal. Também sempre me apoiaram meus avós maternos Mário Scarpin e Leonilda Gazzola Scarpin (*in memoriam*), que infelizmente foi uma vítima da pandemia, mas nunca me deixou desistir dos meus sonhos.

Durante minha jornada universitária conheci muitas pessoas e fiz amizades que levarei para vida. Aos amigos que me ajudaram durante todo este processo meu muito obrigado. Em especial a Lavínia Machado e a Bárbara Linhares que estiveram comigo persistindo mesmo durante as aulas remotas/ começamos juntos e finalizaremos juntos este ciclo.

Por fim, agradeço à minha orientadora Prof. Dr^a Ângela Maria Zamin, por todo o conhecimento transmitido e pelas aulas ministradas nas disciplinas de Planejamento Gráfico e Jornalismo Internacional. Sou grato também por ter aceito me orientar neste trabalho, por me incentivar, auxiliar e abrir minha mente em diversas questões aqui tratadas. Agradeço também à Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Frederico Westphalen pelo ensino público e de qualidade que atinge pessoas de diversas partes deste país, almejando sempre dias melhores para a educação gratuita brasileira.

RESUMO

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DA COBERTURA DA FOLHA DE S. PAULO NO PERÍODO 2020-2021

AUTOR: Marcos Henrique Scarpin Pellegatti

ORIENTADORA: Prof. Dra. Ângela Maria Zamin

O presente trabalho analisa como o jornal brasileiro de referência *Folha de S. Paulo* trata as eleições presidenciais em países latino-americanos na editoria Mundo, no período de julho de 2020 a junho de 2021, visando a compreender como se dá a cobertura eleitoral, que países latino-americanos aparecem e qual espaço editorial que ocupam no periódico. Para tanto, recupera o conceito de Jornalismo de Referência (ZAMIN, 2014), trata das relações entre as editorias de internacional (AGUIAR, 2008; NATALI, 2004; ZAMIN, 2021) e política (MELO, 2008; RODRIGUES, 2021), e dos cruzamentos entre tema e território na cobertura do noticiário estrangeiro (DAL MAGRO, 2017). Metodologicamente tem por base a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; FONSECA JÚNIOR, 2009) e busca identificar marcas de apuração, marcas de composição do produto e aspectos da categorização contextual (SILVA, MAIA, 2011); valores-notícia de construção (SILVA, M., 2014; SILVA, JERONYMO, 2017) e fontes (MORAES, 2021; ZAMIN, 2011). Ao todo, 44 textos informativos que versam sobre eleições presidenciais em quatro países latino-americanos – Guiana, Bolívia, Peru e Equador – são analisados. Por fim, o cruzamento do território América Latina com o tema eleições presidenciais tem importância editorial para a *Folha* devido ao volume de textos informativos publicados; à extensão dos mesmos; à disposição nas páginas; ao destaque na capa; aos investimentos gráficos; e ao emprego de recursos humanos próprios (ao invés de despachos de agências de notícia).

Palavras-chave: Jornalismo Internacional. Eleições presidenciais. América Latina. *Folha de S. Paulo*. Análise de Conteúdo

ABSTRACT

PRESIDENTIAL ELECTIONS IN LATIN AMERICA: ANALYSIS OF THE COVERAGE OF *FOLHA DE S. PAULO* IN THE PERIOD 2020-2021

AUTHOR: Marcos Henrique Scarpin Pellegatti

ADVISOR: Prof. Dra. Ângela Maria Zamin

The present study analyzes how the Brazilian reference newspaper *Folha de S. Paulo* deals with presidential elections in Latin American countries at Mundo editor, from July 2020 to June 2021, in order to understand how electoral coverage takes place, which Latin American countries appear and what editorial space they occupy in the journal. Therefore, it recovers the concept of Reference Journalism (ZAMIN, 2014), deals with the relations between the international (AGUIAR, 2008; NATALI, 2004; ZAMIN, 2021) and politics (MELO, 2008; RODRIGUES, 2021) editorials, and of intersections between theme and territory in foreign news coverage (DAL MAGRO, 2017). Methodologically, it is based on Content Analysis (BARDIN, 2011; FONSECA JÚNIOR, 2009) and seeks to identify verification marks, product composition marks and aspects of contextual categorization (SILVA, MAIA, 2011); construction news values (SILVA, M., 2014; SILVA, JERONYMO, 2017) and sources (MORAES, 2021; ZAMIN, 2011). In all, 44 informative texts that deal with presidential elections in four Latin American countries – Guyana, Bolivia, Peru and Ecuador – are analyzed. Finally, crossing the Latin American territory with the theme of presidential elections is of editorial importance for *Folha* due to the volume of informative texts published; their extension; available on the pages; highlighted on the cover; graphic investments; and the use of its own human resources (instead of dispatches from news agencies).

Keywords: International Journalism. Presidential elections. Latin America. *Folha de S. Paulo*. Content analysis.

RESUMEN

ELECCIONES PRESIDENCIALES EN AMÉRICA LATINA: ANÁLISIS DE LA COBERTURA DE *FOLHA DE S. PAULO* EN EL PERÍODO 2020-2021

AUTOR: Marcos Henrique Scarpin Pellegatti

TUTORA: Prof. Dra. Ângela Maria Zamin

El presente estudio analiza cómo el diario brasileño de referencia *Folha de S. Paulo* aborda las elecciones presidenciales en los países latinoamericanos en el editorial Mundo, de julio de 2020 a junio de 2021, con el fin de comprender cómo se produce la cobertura electoral, qué países latinoamericanos aparecen y cuál espacio editorial ocupa en el periódico. Por tanto, recupera el concepto de Periodismo de Referencia (ZAMIN, 2014), trata de las relaciones entre los editoriales internacionales (AGUIAR, 2008; NATALI, 2004; ZAMIN, 2021) y políticas (MELO, 2008; RODRIGUES, 2021), y de intersecciones entre tema y territorio en la cobertura de noticias extranjeras (DAL MAGRO, 2017). Metodológicamente, se basa en el Análisis de Contenido (BARDIN, 2011; FONSECA JÚNIOR, 2009) y busca identificar marcas de verificación, marcas de composición de productos y aspectos de categorización contextual (SILVA, MAIA, 2011); valores de noticias de construcción (SILVA, M., 2014; SILVA, JERONYMO, 2017) y fuentes (MORAES, 2021; ZAMIN, 2011). En total, se analizaron 44 textos informativos que tratan sobre elecciones presidenciales en cuatro países latinoamericanos: Guyana, Bolivia, Perú y Ecuador. Finalmente, cruzar el territorio latinoamericano con el tema de las elecciones presidenciales tiene importancia editorial para *Folha* por el volumen de textos informativos publicados; su extensión; disponible en las páginas; resaltado en la portada; inversiones gráficas; y el uso de sus propios recursos humanos (en lugar de despachos de agencias de noticias).

Palabras clave: Periodismo Internacional. Elecciones presidenciales. América Latina. *Folha de S. Paulo*. Análisis de Contenido.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa político da América Latina (projeções para 2023).....	20
Figura 2 - Marcas de Apuração.....	30
Figura 3 - Marcas de Composição do Produto.....	31
Figura 4 - Aspectos da Categorização Contextual.....	32
Figura 5 - Eleições presidenciais latino-americanas na <i>Folha</i> (jul. 2020/ jun. 2021)...	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores-notícia de construção das eleições na Guiana na <i>Folha</i>	38
Tabela 2 - Fontes acionadas pela <i>Folha</i> na cobertura das eleições na Guiana.....	39
Tabela 3 - Valores-notícia de construção das eleições na Bolívia na <i>Folha</i>	45
Tabela 4 - Fontes acionadas pela <i>Folha</i> na cobertura das eleições na Bolívia.....	45
Tabela 5 - Valores-notícia de construção das eleições no Equador na <i>Folha</i>	52
Tabela 6 - Fontes acionadas pela <i>Folha</i> na cobertura das eleições no Equador.....	52
Tabela 7 - Valores-notícia de construção das eleições no Peru na <i>Folha</i>	61
Tabela 8 - Fontes acionadas pela <i>Folha</i> na cobertura das eleições no Peru.....	62
Tabela 9 - Localização dos textos na editoria Mundo.....	66
Tabela 10 - Valores-notícia de construção das eleições presidenciais na <i>Folha</i>	66
Tabela 11 - Fontes acionadas pela <i>Folha</i> na cobertura das eleições na América Latina (jul. 20/jun. 21).....	67

LISTA DE ABREVIATURAS

AFP	Agence France-Presse
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
EUA	Estados Unidos da América
FSP	Folha de São Paulo
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONPE	Oficina Nacional de Procesos Electorales
REUTERS	Thomson Reuters

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 JORNALISMO INTERNACIONAL	15
1.1 BREVE HISTÓRIA DO JORNALISMO INTERNACIONAL	15
1.2 RELAÇÕES DO JORNALISMO INTERNACIONAL E DO POLÍTICO	18
1.2.1 Eleições presidenciais na América Latina	20
2 TEMAS E TERRITÓRIOS DE INTERESSE DO JORNALISMO	23
2.1 VALORES-NOTÍCIA	23
2.2 JORNALISMO DE REFERÊNCIA	25
2.3 TEMAS E TERRITÓRIOS NO JORNALISMO INTERNACIONAL	27
3 PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE	29
3.1 PROTOCOLO DE CODIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i>	30
3.2 ANÁLISE DO RESULTADOS	35
3.2.1 As eleições presidenciais na Guiana (2020), segundo a <i>Folha</i>	38
3.2.2 As eleições presidenciais na Bolívia (2020), segundo a <i>Folha</i>	40
3.2.3 As eleições presidenciais no Equador (2021), segundo a <i>Folha</i>	48
3.2.4 As eleições presidenciais no Peru (2021), segundo a <i>Folha</i>	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

O interesse pela América Latina surgiu em 2017 quando da realização de um intercâmbio cultural, pelo período de um ano, no México. Neste intervalo foi possível aprender a história mexicana, ter contato com a cultura do país, aprender o espanhol, entender as questões sociais, políticas e econômicas, além de conhecer pessoas de diversas partes do mundo. A partir destas experiências foi possível observar algo em comum entre os mexicanos e os panamenhos que conhecemos, algo que nos aproximava de casa: apesar de serem países diferentes, distantes, esses povos têm o mesmo sangue latino correndo em suas veias, um povo que sofreu desde a chegada de colonizadores no continente.

Embora os países latino-americanos sejam diferentes em alguns aspectos como idioma e cultura, todos compartilham entre si uma herança de seus colonizadores. Herança que é expressada na composição de João Ricardo e Paulinho Mendonça, de 1973, e interpretada no mesmo ano pelo grupo *Secos e Molhados*, em que suas estrofes fazem referências à colonização hispano-lusitana, que deu origem ao que conhecemos como *latinoamérica*: “Rompi tratados, traí os ritos. Quebrei a lança, lancei no espaço. Um grito, um desabafo”. Parte da composição de Ricardo e Mendonça expressa ações de quando os colonizadores chegaram no continente, como o espanhol Hernán Cortés que foi responsável por acabar com o império Asteca, não deixando outra opção para o povo nativo mexicano a não ser largar suas lanças e gritar, o mesmo se repetiu no restante da América Latina, também sendo feito no Brasil pelos colonizadores lusitanos.

Apesar de o Brasil ser o único país da América Latina de língua portuguesa, ele exerce grande influência na região, principalmente em países da América do Sul, por ser o maior país do centro-sul do continente e também membro e fundador do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Barbosa (2005) diz que um erro comum de quando nos referimos à América Latina é excluir o Brasil e os brasileiros como um povo latino-americano, e barreiras de idiomas não são pretexto para isso. De fato, muitos dos brasileiros se esquecem que também são latinos.

Os países latino-americanos têm pouca relevância para o jornalismo da própria região. Os veículos brasileiros, por exemplo, dão mais importância para países que estão do outro lado do Atlântico, do que para os nossos vizinhos. A “grande imprensa brasileira age mundialmente nos mesmos padrões, principalmente em países

capitalistas” (BARBOSA, 2005, p. 14). Além disso, o autor ressalta que, na maioria das vezes, a região só ganha destaque em situações negativas, portanto, “dizer que o jornalismo de grande imprensa não tem olhos para a América Latina implica dizer que não tem olhos também para o Brasil” (2005, p. 14).

Sair do país desperta o interesse de querer saber mais do mundo, e o mundo globalizado que vivemos hoje não tem fronteiras. A partir da disciplina complementar de graduação de Jornalismo Internacional foi possível conhecer melhor como um jornalista trabalha como correspondente, enviado especial ou mesmo repórter de sucursal, além do contato com profissionais da área que tivemos por meio da disciplina. Nela, conversamos com jornalistas autores de livros e experiências foram compartilhadas, inclusive relatos das dificuldades vividas no dia a dia da profissão, realizando apurações e contatando fontes em um país que não é o seu.

Um jornalista que cobre a editoria de internacional, seja ele correspondente ou não, deve dominar os mais variados assuntos como política, economia, esportes, meio ambiente, saúde, para poder transmitir as mais diversas informações de um determinado país. Em qualquer momento uma guerra pode se iniciar, um presidente pode ser eleito ou deposto em determinado país, e no mundo conectado em que vivemos hoje, em questão de segundos essas informações tomam as redes chegando até as áreas mais remotas do planeta. Com isso, o jornalismo internacional ganha cada dia mais importância para contextualizar o que está acontecendo em um determinado país, traduzir seus costumes e, muitas vezes, levar a informação em tempo real por meio de veículos como rádio, TV e internet.

De acordo com o dicionário online Michaelis, política é a arte ou ciência de governar, o que é baseado no fato de sermos seres diversos. Não somos sozinhos no mundo e nem todos os seres humanos são iguais, isso exige uma diversidade de líderes políticos tratando os mais variados assuntos. Arendt (2018, p. 16) diz que “os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. A política está presente no mundo desde a Grécia antiga, e até hoje segue presente em diferentes esferas da sociedade, mas com o passar do tempo ela foi aprimorada conforme as necessidades das regiões, inclusive ganhando espaço no jornalismo por meio do jornalismo político. No Brasil, desde que somos crianças ouvimos falar muito sobre presidentes estadunidenses, mas pouco sobre presidentes de países que, muitas vezes, são vizinhos ao nosso. O processo de identificação com a política para a construção deste

trabalho teve grande influência das conversas feitas durante a infância e juventude, em que era perceptível que o que era latino não era notado.

Em razão disso, o presente trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: como o jornal *Folha de S. Paulo*, na editoria Mundo, cobre eleições presidenciais na América Latina? O objetivo geral do trabalho é analisar como o jornal de referência *Folha de S. Paulo* trata as eleições presidenciais em países latino-americanos na editoria Mundo, no período 2020-2021.

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar a presença de reportagens sobre eleições presidenciais em países da América Latina na editoria de Mundo da versão impressa do jornal brasileiro de referência *Folha de S. Paulo*, no período 2020-2021;
- b) A partir dos textos jornalísticos identificados, observar como se dá a cobertura eleitoral das eleições presidenciais, que países latino-americanos aparecem e qual espaço editorial que ocupam no jornal;
- c) Compreender a hierarquia que a *Folha de S. Paulo* estabelece a partir das escolhas de cobertura noticiosa.

Os textos analisados foram retirados do jornal *Folha de S. Paulo*. A escolha deste veículo de comunicação se justifica por ser um “jornal de referência” (ZAMIN, 2014) e com investimento em cobertura internacional. Importante destacar que, historicamente, o jornal brasileiro que mais investe em cobertura internacional é *O Estado de S. Paulo*, porém este não possui correspondente fixo em nenhum país da América Latina. Já a *Folha de S. Paulo* possui a correspondente Sylvia Colombo que fica ancorada em Buenos Aires. Podemos destacar que, por meio de dados coletados, foi possível observar que ela se deslocou fisicamente para países latino-americanos para cobrir as eleições presidenciais, inclusive durante o período mais crítico da pandemia de Covid-19.

O trabalho, a seguir, está organizado do seguinte modo: o primeiro capítulo trata de jornalismo internacional (AGUIAR, 2008; NATALI, 2004) e das relações entre as editorias de internacional (ZAMIN, 2021) – nomeada na *Folha* de Mundo – e política (MELO, 2008; RODRIGUES, 2021). Ainda, apresenta um retrospecto das eleições presidenciais na América Latina no período 2019-2022 como modo de acessar a temática de interesse da pesquisa.

No segundo capítulo exploramos o conceito de Jornalismo de Referência (ZAMIN, 2014) e os cruzamentos entre tema e território na cobertura do noticiário

estrangeiro (DAL MAGRO, 2017). O capítulo também acolhe a discussão sobre seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia (SILVA, M., 2014; SILVA, JERONYMO, 2017), especialmente os de seleção, que serão acionados como elemento de análise.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; FONSECA JÚNIOR, 2009), o protocolo de codificação que busca identificar marcas de apuração, marcas de composição do produto e aspectos da categorização contextual (SILVA, MAIA, 2011), os valores-notícia de construção e as fontes acionadas na cobertura (MORAES, 2021; ZAMIN, 2011) e, ainda, o recorte do corpus empírico. Nele são apresentados os textos informativos identificados na *Folha de S. Paulo*, 44 ao todo, e detalhada a análise de cada um deles isolada e conjuntamente por país.

Finalmente, as considerações finais reúnem elementos que possibilitam analisar associadamente o conjunto de textos informativos que compõem a amostragem, bem como elaborar reflexões acerca de como o jornal *Folha de S. Paulo*, na editoria Mundo, cobre eleições presidenciais na América Latina.

1. JORNALISMO INTERNACIONAL

Este trabalho tem como base uma das diversas vertentes/especializações que o jornalismo possui, o jornalismo internacional. É com ele que vamos trabalhar, já que o caderno Mundo é a editoria de internacional do jornal de referência brasileiro *Folha de S. Paulo*.

Neste capítulo trabalharemos o jornalismo internacional, fazendo um resgate histórico sucinto sobre seu desenvolvimento. Será apresentada outra especialização que o jornalismo possui, o jornalismo político, e suas relações com o jornalismo internacional, pelo fato de o tema eleições relacionar ambas as editorias. Para melhor entendimento, também será apresentada uma breve contextualização política e eleitoral dos países latino-americanos nos últimos anos.

1.1 Breve história do jornalismo internacional

Para João Batista Natali (2004), na Europa e na América do Norte, o jornalismo já nasceu internacional, no período mercantilista, na Idade Moderna. O pioneirismo é creditado a Jacob Függer, importante banqueiro europeu, também considerado o pai do newsletter. Os funcionários de Függer enviavam regularmente informações sobre as cotações de mercadorias, pedágios nas alfândegas, preço de apólice de seguros, além de relatarem conflitos regionais. Com isso,

[...] Függer e seu embrião de newsletters impressas permitiam a manutenção de uma rede que fazia as informações circularem por circuitos paralelos aos utilizados por duas redes previamente existentes, a rede diplomática, que orientava monarcas, e a rede eclesiástica, que orientava dirigentes da burocracia da Igreja. (NATALI, 2004, p. 22).

Com o passar dos anos, o jornalismo internacional foi sendo difundido entre os jornais que foram surgindo na Europa. Los Monteros (1998, p. 416 [tradução nossa]) associa que o avanço do jornalismo internacional “está ligado ao desenvolvimento da escrita, impressão, indústria editorial, das tecnologias de comunicação e transporte”. Toda essa evolução ocorreu de maneira ágil para a época, em menos de um século. Natali (2004) conta que a instalação de telégrafos por todos os lados deixou o mundo menor e “o impacto e rapidez da transmissão de informações e na distribuição de jornais e revistas foi proporcionalmente bem maior que o da computação e o da internet no final do século XX” (2004 p. 30).

A partir dessa evolução os jornais começaram a sentir a necessidade de obterem mais informações para suas páginas por um preço menor. Assim surgiram as agências de notícias, sendo a Agência Havas a precursora, em 1835. Esse modelo deu tão certo que segue até hoje, visto que as agências permitiram maior disseminação de notícias internacionais. As agências mais importantes do mundo ocidental são centenárias. Com o tempo, o jornalismo foi se modernizando, recebendo e transmitindo informações de maneira mais ágil; essa transformação tecnológica passou pelo telégrafo, satélites, até chegar na internet que permite que as notícias sejam transmitidas quase em tempo real para toda a esfera terrestre.

No Brasil, toda essa evolução demorou para acontecer: por ser um país que recém tinha conquistado sua independência e que ainda não possuía linhas de telégrafo que o conectavam com o mundo dos países de elite, as notícias vindas da Europa demoravam semanas para chegar ao país. Contudo, com o passar dos anos e o aumento do fluxo migratório, a editoria de internacional foi se desenvolvendo nos jornais brasileiros (NATALI, 2004). Atualmente, embora o jornalismo internacional esteja presente no rádio e na televisão, a casa desta vertente continua sendo os jornais impressos, pois lá todo dia há espaço fixo para a editoria de internacional, enquanto nos radiojornais e telejornais só aparecem notícias quando se dá um acontecimento muito sério – e que, prioritariamente, afete países de elite. Tal realidade pode estar relacionada ao fato de que a principal fonte de pautas internacionais para as redações jornalísticas brasileiras são as centenárias agências de notícias (AGUIAR, 2008); também pelo fato de que a prática de jornalismo internacional tem um custo elevado para as empresas jornalísticas, especialmente em relação à manutenção de funcionários como correspondentes em outros países. Deste modo, acaba sendo mais vantajoso fazer negócio com as agências.

No entanto, antes de uma notícia tomar as páginas da seção de internacional ela é uma notícia local, interna ao país onde acontece o fato, e cabe aos redatores e editores da editoria escolherem os acontecimentos a partir de alguns critérios substantivos e contextuais refinados e qualificados de seleção que conduzem o processo de definição de quais ocorrências irão para as páginas dos jornais e revistas (ZAMIN, 2021). Porém, o peso editorial influencia nas escolhas, por exemplo, na hora da seleção/definição não é analisado somente o tema, mas também de qual território provém tal acontecimento.

Alguns fatores contribuem para a definição dos lugares de interesse: a ordem internacional hierárquica sob dominação das grandes potências estabelecidas, a organização geográfica do poder, a acessibilidade geográfica ao fato jornalístico – nos países em que há censura a acessibilidade é também um fator político – e a existência de geografias binárias, como ocidente-orientes, norte-sul e centro-periferia (que devem ser rejeitadas). (ZAMIN, 2021 p. 272).

Esses lugares de interesse apresentados pela autora nos levam à discussão dos valores-notícia (SILVA, G., 2005, 2014; SILVA, M., 2014; SILVA e JERONYMO, 2017), que será realizada no próximo capítulo.

O jornalismo internacional é extremamente importante para a formação da nossa visão de mundo, pois nos traz informações sobre o que está acontecendo ao nosso redor e nos ajuda a entender melhor o contexto em que vivemos. Através de uma notícia, podemos ter melhores informações e entender melhor as relações que existem entre diferentes países, bem como perceber como as atitudes e as decisões de um país podem ter consequências diretas na vida de outros. Além disso, a editoria de internacional pode ser uma parte significativa de um jornal.

A cobertura internacional movimentada diariamente um volume significativo de informações que têm sua origem nos despachos de agências de notícias privadas e estatais, nas colunas e nos comentários com a assinatura de jornalistas estrangeiros reputados – para ter acesso a esses produtos, os jornais precisam assiná-los –, na produção de repórteres, correspondentes, enviados especiais e *stringers* (colaboradores) e nos jornais de referência. (ZAMIN, 2021, p. 271 [grifo no original]).

A cobertura internacional também envolve mídias sociais digitais, como o *Twitter* e o *Facebook*. Nelas, repórteres buscam informações sobre um tema ou fazem a verificação de fatos e também recolhem declarações feitas nessas redes, que acabam sendo usadas como fontes. Muitas vezes o jornalista responsável por desenvolver este papel é o correspondente, “[...] um jornalista profissional que pode pertencer ao quadro funcional de uma empresa jornalística ou agência. [Ele] Envia informações, comenta acontecimentos e representa sua redação ante organizações de todo tipo.” (ZAMIN, 2021, p. 274). Um correspondente necessita também ter conhecimento dos costumes e da cultura do país em questão, pois além de tudo isso ele

[...] têm o dever ético, social e humano de precisar o uso da palavra para não reforçar preconceitos, para opor-se às patologias da alteridade, isto é, todos os males que anulam a diferença e a diversidade (racismo, xenofobia,

aporofobia, colorismo, fundamentalismo religioso e político) e, finalmente, para afastar-se de generalidades, simplificações ou comparações inoportunas (por exemplo, confundir migração e refúgio ou etnia, nacionalidade e religião). (ZAMIN, 2021, p. 274).

Isso significa que devem buscar informações precisas e detalhadas, bem como fontes confiáveis para abordar questões complexas, evitando estereótipos e julgamentos de valor ao realizar entrevistas, também devem ter cuidado para não desencorajar ou silenciar os entrevistados. Além disso, os jornalistas de internacional devem lembrar que os relatos de testemunhas e de sobreviventes de conflitos são fontes vitais para uma cobertura adequada e honesta.

1.2 Relações do jornalismo internacional e do político

A imprensa teve um papel fundamental na criação e consolidação das modernas sociedades democráticas, possibilitando, portanto, o acesso à informação e o direito à liberdade de expressão. Foi por meio dela que a população passou a ter acesso a notícias, opiniões e conhecimentos que antes não eram divulgados. A mídia como conhecemos tornou possível a discussão de temas políticos e sociais, contribuindo para a formação de opinião pública e de críticas às instituições, abrindo espaço para a formação de correntes ideológicas, além de fornecer informações para que as pessoas tomem decisões baseadas nos fatos.

Outro conceito importante para a pesquisa é o de jornalismo político. Como dito anteriormente, a especificidade do jornalismo internacional são os acontecimentos que são internos a outro país e/ou conjunto de países e que, ao reverberar externamente, interessam ser trabalhados pelo jornalismo de outros lugares do mundo. Logo, o jornalismo internacional traz à tona o que antes – ou simultaneamente – é trabalhado pelo jornalismo local: política, economia, cultura, educação, inovação nas áreas de ciência e tecnologia, meio ambiente, esportes, religião etc. Alguns acontecimentos e/ou temáticas, contudo, são internacionais em sua origem, como terrorismo, fluxos migratórios, tráfico de drogas, armas ou pessoas e conflitos bélicos.

O jornalismo político é uma área do jornalismo que se concentra na cobertura de assuntos relacionados à política, quando atrelado também ao jornalismo internacional este ajuda na cobertura, como, por exemplo, de campanhas políticas e eleitorais nos mais diversos países. Deste modo, o objetivo sempre é fornecer ao

público leitor informações que o ajudem a entender e contextualizar melhor as questões históricas, políticas e culturais de um país. José Marques de Melo (2008, p. 90) relaciona o jornalismo político a um direito que as pessoas têm de se manterem bem informadas sobre o que acontece nos meios democráticos, “O direito de informar e de receber informação constitui o fermento da cidadania, o oxigênio que nutre a vida democrática, convertendo o jornalismo e a democracia em irmãos siameses”.

Como aqui interessa analisar como o jornal de referência *Folha de S. Paulo* trata as eleições presidenciais em países latino-americanos na editoria Mundo, exploraremos também as especificidades da editoria de política, visto que, localmente, é nesta editoria que são tratadas as eleições proporcionais e majoritárias nas esferas municipal, estadual e federal. Segundo Hila Rodrigues (2021, p. 249), “a editoria de política é a seção que, em jornais de mídia impressa e on-line, apresenta notícias e colunas relacionadas à gestão governamental [...]”.

A editoria de política é a responsável por informar o público sobre questões que estão relacionadas “à disputa pelo poder, aos assuntos de Estado, às eleições, às guerras e às revoluções” (RODRIGUES, 2021, p. 250). O jornalismo político é uma área que tem como objetivo a análise, a avaliação e a interpretação dos acontecimentos políticos, e seu papel é informar o público sobre as mudanças e desenvolvimentos no âmbito da política.

[...] não existe apuração de qualquer que seja o evento político sem que isso não exija também uma análise política desse evento. Nessa perspectiva, qualquer repórter político que retorne à redação e redija uma matéria com informações coletadas apenas no âmbito do Parlamento, por exemplo, escreverá “um texto ingênuo”, uma vez que história política alguma pode ser explicada sem que se apreenda a fundo as nuances da arena onde a disputa é travada. (LAGO, 2006 apud RODRIGUES, 2021, p. 252).

Analisar politicamente um evento envolve considerar as motivações e as intenções dos atores envolvidos, como governos, partidos políticos, grupos de interesse, líderes e figuras públicas, bem como os efeitos que o evento pode ter sobre os cidadãos. Às vezes o leitor depende desta análise para compreender melhor o tema. Também é importante compreender as implicações políticas que o evento pode ter para as relações internacionais e identificar as possíveis repercussões que pode ter sobre a economia, a geopolítica e a sociedade. Ao analisar politicamente um evento, também é importante considerar os resultados e as consequências a longo prazo que o evento pode trazer.

Por fim, a cobertura política envolve “[...] os esforços para a assimilação e a

compreensão do funcionamento dos órgãos públicos, das nomenclaturas que definem partidos e instituições situadas na estrutura da esfera governamental, os trâmites e regimentos internos do Parlamento [...]” (RODRIGUES, 2021, p. 253). Por esse motivo, o jornalismo político atrelado ao internacional nos leva a uma melhor compreensão da cobertura eleitoral de um país que não seja o nosso por natureza.

1.2.1 Eleições presidenciais na América Latina

A América Latina é uma porção do continente americano que vai do México, na América do Norte, até o extremo sul da América do Sul. Ao todo, 33 países integram essa regionalização que leva em conta características históricas como um passado colonial em comum e a concentração de terras nas mãos da elite, ainda vigente na atualidade. Esse fator é um dos responsáveis pela desigualdade social que assola esses países.

A Comissão Econômica para América Latina (Cepal)¹ inclui no território latino-americano os seguintes países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.

Os países da região, comumente, são agrupados em conjuntos regionais, a saber: México; Brasil; América Central e Guianas;² América Andina – formada por Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia e Chile –, e América Platina – com Argentina, Paraguai e Uruguai.

Entre 2019 e 2022, pelo menos 16 países latino-americanos realizaram eleições presidenciais, inclusive no período 2020-2022, quando a pandemia de Covid-19 fez milhares de vítimas por todo o mundo. Em 2019, houve eleições presidenciais em El Salvador, na Guatemala, no Panamá, na Argentina, no Uruguai e também na

¹ <https://www.cepal.org/pt-br>

² Suriname e Guiana – países independentes – e Guiana Francesa (departamento ultramarino francês), embora estejam na América do Sul, possuem características socioeconômicas mais parecidas com as dos países caribenhos (América Central).

Bolívia – todavia, um golpe de Estado em novembro do mesmo ano derrubou o então presidente Evo Morales, que havia sido reeleito; em 2020, na Guiana e na Bolívia; em 2021, no Equador, no Peru, no Chile, em Honduras e na Nicarágua – eleição contestada e considerada ilegítima por alguns países –, e, finalmente, em 2022, Costa Rica, Colômbia e Brasil.

Figura 1 – Mapa político da América Latina (projeção para 2023)



Fonte: AFP e DW (2022)³

Entre 2019 e 2022, ganharam candidatos da esquerda na maioria das eleições realizadas na região: Alberto Fernandez na Argentina; Evo Morales e Luis Arce na Bolívia, respectivamente em 2019 e 2020; Pedro Castillo no Peru – destituído do poder em dezembro de 2022 –; Gabriel Boric no Chile; Gustavo Petro na Colômbia – que pela primeira vez elegeu um presidente de esquerda –; Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil; Xiomara Castro em Honduras; Mohamed Irfaan Ali na Guiana – declarado presidente pela Comissão Eleitoral do país sul-americano somente cinco meses após o pleito devido a suspeita de fraude –; além do caso particular da Nicarágua com a reeleição de Daniel Ortega.

³ LUPION, Bruno. Onde a esquerda está no poder na América Latina. **Deutsche Welle**, Política, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/onde-a-esquerda-est%C3%A1-no-poder-na-am%C3%A9rica-latina/a-63599544>

Na América Central, em 2019, El Salvador elegeu Nayib Bukele,⁴ candidato de aliança de direita; Guatemala elegeu Alejandro Giammattei, de extrema direita, que venceu em segundo turno; e Panamá escolheu Laurentino Cortizo, do Partido Republicano Democrático (PRD). Ainda na região, em 2022, a Costa Rica elegeu o candidato de direita Rodrigo Chaves. Na América do Sul, em 2019, o Uruguai elegeu Luis Alberto Aparicio Alejandro Lacalle Pou, conhecido por Lacalle Pou, do *Partido Nacional* ou *Blanco*, que abriga tendências de centro, centro-direita e direita; e em 2021, o Equador elegeu Guillermo Alberto Santiago Lasso Mendoza, do *Movimiento Creando Oportunidades*, um partido político de direita.

O México, país que despertou em nós o interesse pelo tema da América Latina, não está entre as nações que realizaram eleições no período. Ao contrário da maioria dos países latino-americanos, no México as eleições presidenciais ocorrem a cada seis anos e, por lá, a última corrida eleitoral se deu em 2018. Mesmo caso do Paraguai.

⁴ Ex-militante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

2. TEMAS E TERRITÓRIOS DE INTERESSE DO JORNALISMO

No presente capítulo, apresentaremos detalhadamente os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção, e discutiremos como eles são usados para selecionar e apresentar os fatos de maneira que reflitam os interesses e as prioridades da mídia. Também abordaremos o Jornalismo de Referência e faremos uma breve contextualização da *Folha de S. Paulo*, que é o objeto empírico desta pesquisa. Por fim, mostraremos como os temas e territórios são usados como um mecanismo para construir narrativas, bem como recurso para a seleção noticiosa.

2.1 Valores-notícia

Se pararmos para observar a cobertura internacional, podemos perceber que, na maioria das vezes, interessa cobrir, independentemente do tema, países de elite. Já os países do sul global⁵ – historicamente – precisam contar com a sorte para aparecerem nas páginas de internacional, pois dependem que o tema seja muito forte para furar essa barreira dos países do norte. Ao mesmo tempo, sabemos que é praticamente impossível que os jornais tenham espaço para publicar toda a informação que chega; para auxiliar na escolha de quais fatos devem virar notícia, os jornalistas e editores se utilizam de critérios de noticiabilidade, ou seja, de:

[...] todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (SILVA, G., 2005, p. 96).

Dentre esses critérios estão os valores-notícia. Gislene Silva (2005, p. 99) utiliza de Mauro Wolf para explicar que “valores-notícia são critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção e estão presentes tanto na seleção das notícias como também permeiam os procedimentos posteriores, porém com importância diferente”. Para entendermos melhor os valores-notícia, Marcos Paulo da Silva e Raquel de Souza Jeronymo (2017), a partir de estudos e

⁵ Tal discussão já aparecia nos anos 1960-80 e, parte delas, foram organizadas a partir da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic).

apontamentos de Mauro Wolf (2003) e Nelson Traquina (2008), apresentam uma distinção entre valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção.

Silva e Jeronymo (2017) sintetizam Traquina (2008) para explicar que os valores-notícia de seleção se referem aos critérios utilizados pelos jornalistas para definir os acontecimentos que merecem ser transformados em notícias. Eles se dividem em dois grupos, os critérios substantivos, que vão tratar da classificação direta do fato em relação a sua importância, e os critérios contextuais, que – como o próprio nome sugere – se referem ao contexto da produção da notícia. Já os valores-notícia de construção remetem às características da estrutura da notícia e funcionam como um guia sobre o que deve ser realçado, omitido e priorizado na construção da notícia, portanto eles tratam dos “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2008 apud SILVA, JERONYMO, 2017, p. 5).

Dos valores-notícia de seleção, nove são de critérios substantivos e outros cinco de critérios contextuais. Para elencar esses critérios, Silva e Jeronymo (2017) utilizam Nelson Traquina (2008) que tem como base a distinção inicial de Mauro Wolf (2003). Os nove critérios substantivos são apresentados como: “a ‘morte’, a ‘notoriedade’, a ‘proximidade’, a ‘relevância’, a ‘novidade’, o ‘tempo’ (atualidade), a ‘notabilidade’, o ‘inesperado’, o ‘conflito’ (ou controvérsia), a ‘infração’ e o ‘escândalo’” (SILVA, JERONYMO, 2017 p. 5). Já os critérios contextuais são: “a ‘disponibilidade’, o ‘equilíbrio’, a ‘visualidade’, a ‘concorrência’ e o ‘dia noticioso’” (2017, p. 5). Os valores-notícia de construção ou critérios relativos ao produto (WOLF, 2003) são seis, sendo eles: “a ‘simplificação’, a ‘amplificação’, a ‘relevância’, a ‘personalização’, a ‘dramatização’, e a ‘consonância’” (2017, p. 5).

Quando trabalhamos com os textos noticiosos que já foram publicados, muitas vezes os parâmetros de seleção são subentendidos, mas, na maior parte das vezes não é possível identificá-los, pois esses critérios ficaram na redação, no processo de apuração, e não no texto final. Isso nos explica Gislene Silva (2005) que busca estabelecer os critérios de noticiabilidade. Ao categorizá-los, a autora os localiza em três lugares: o primeiro é denominado de “na origem dos fatos”, o segundo de “no tratamento dos fatos” e o terceiro de “na visão dos fatos”.

Como dito anteriormente, muitas vezes os valores-notícia de seleção estão postos no texto publicado, mas não estão claros no texto publicado, enquanto os valores-notícia de construção são mais visíveis no texto final. Estes são mais fáceis

de identificar por meio das marcas presentes no texto, como, por exemplo, é possível ver quais fontes foram acionadas, se o texto foi produzido por agência ou pelo próprio jornal, e em sendo produzido pelo periódico, é possível identificar se foi um correspondente, enviado especial ou repórter da sucursal que o escreveu. Todos estes elementos apresentados servirão para identificar estas marcas no texto. Assim, os valores-notícia de construção são centrais para a análise tanto do ponto de vista teórico como metodológico, como veremos mais adiante.

Mauro Wolf (2003) explica que, na prática, os valores-notícia operam de modo complementar, “em maços”, no momento de selecionar acontecimentos e, em momento posterior, o da redação, funcionam como linhas-guia para a apresentação do conteúdo, sugerindo ênfases, destaques e omissões. A um só tempo os valores-notícia são regras práticas, referências claras e critérios flexíveis que facilitam o processo de decisão e de escolha por parte dos jornalistas.

Como iremos trabalhar apenas com os valores-notícia de construção nos deteremos, a seguir, a ampliá-los. A simplificação ou brevidade diz respeito a cobrir o essencial, mas ainda assim chamar a atenção; é importante limitar as notícias aos seus elementos mais óbvios (GOLDING-ELLIOT, 1979 apud WOLF, 2003, p. 215). A amplificação trata das possibilidades que determinada notícia tem de ser notada, “quanto mais amplificado é o acontecimento”, maiores são as chances, “quer seja pela amplitude do ato ou por suas consequências” (SILVA, JERONYMO, 2017, p. 11). Já a relevância “refere-se à habilidade do jornalista de construir sua narrativa de modo a conceder um valor simbólico ao acontecimento como se este apresentasse uma relevância única para todas as pessoas” (2017, p. 11-12).

A personalização – recorrente em editorias como Política e Esporte – remete para a “valorização das *personas* envolvidas no acontecimento em detrimento das problemáticas” (SILVA, JERONYMO, 2017, p. 11). A dramatização faz referência ao “reforço do lado emocional para destacar determinados aspectos das notícias” (2017, p. 11). Por fim, a consonância é “a prática de inserir acontecimentos em uma “narrativa” mais ampla e já disseminada” (2017, p. 11).

2.2 Jornalismo de referência

Um conceito importante a ser explorado é o de jornalismo de referência uma

vez que o jornal *Folha de São Paulo*, objeto empírico do nosso trabalho, é deste modo classificado. O jornalismo de referência pode ser conceituado “como aquele que serve interna e externamente de referência – tanto para a elite formadora de opinião, como para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público, qual seja, o país ao qual se dirige” (ZAMIN, 2014, p. 939).

Além de ser uma prática jornalística que tem por objetivo fornecer informações verificadas e confiáveis sobre questões relevantes para a sociedade, é um jornalismo que busca estabelecer um diálogo entre o especialista e o leitor, procurando esclarecer questões complexas de forma acessível e compreensível. A autora aponta, as características que identificam um jornal como sendo de referência: “[...] ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural) [...]” (2014 p. 931).

Deste modo, o jornalismo de referência busca realizar uma análise profunda e com riqueza de detalhes sobre o tema/território abordado, com o objetivo de fornecer todas as informações necessárias para que o leitor possa chegar a suas próprias conclusões.

A imprensa de referência mantém relações com o contexto social no qual se inscreve, em parte, por aproximar os temas políticos e econômicos dos culturais e sociais, contribuindo para a significação social. Também os investimentos em tecnologia e em especialização, não apenas dos conteúdos, mas das audiências, São características importantes porque permitem acessar leitores “mais educados” e com “um maior interesse no público” (Merrill, 1968). Cada empresa jornalística intervém na configuração de seu próprio modelo de jornalismo, segundo as condições materiais de que dispõe, os investimentos que realiza e, também, conforme os papéis políticos que desempenha.

A importância que, tradicionalmente, concede aos artigos de opinião e ao debate de temas políticos São características do Jornalismo de Referência. Estes fatores contribuem para a definição de um determinado viés informativo de cada meio. (Merrill, 1968, apud ZAMIN, 2014, p. 933).

A *Folha de S. Paulo* possui as características apresentadas anteriormente e está em circulação desde 1921, completando recentemente seu centenário, no final de 2021. A circulação total – somando impresso e digital – foi de 366.089 exemplares diários, se denominando em seu site de “O maior jornal brasileiro”.⁶ Apesar da grande circulação da *Folha*, o que a torna um jornal de referência é a capacidade de

⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5>

influenciar no agendamento de outros veículos de comunicação do próprio país e do exterior.

A *Folha* divide sua edição impressa em seções, sendo elas: Poder (editoria de Política), Mundo (editoria de Internacional), Mercado (editoria de Economia), Cotidiano, Esporte, Ciência+Saúde, Folha Corrida, Ilustrada, Turismo e Ilustríssima.⁷ Vale lembrar que nem todas as seções ou editorias são publicadas diariamente, mas a editoria Mundo conta com edição diária. Em 2021, esta editoria contava com correspondentes em três localidades:⁸ Marina Dias baseada em Washington, Sylvia Colombo em Buenos Aires e Ana Estela Sousa Pinto sediada em Bruxelas.

2.3 Tema e territórios no Jornalismo Internacional

Temas são assuntos e/ou acontecimentos de interesse jornalístico, sobre os quais se apura, se discute e se escreve. Diversos temas podem ser tratados nas mais variadas editorias do jornalismo. No jornalismo internacional, os temas comuns identificados por Dal Magro (2017) em jornais de referências foram: economia, política externa, tragédia, desastre ambiental, terrorismo, religião, saúde e violência sexual. Para este trabalho, de antemão, foi definido como tema a ser identificado e analisado na editoria Mundo da *Folha de S. Paulo* a cobertura das eleições presidenciais na América Latina. Logo, caberia apenas identificar os territórios que são evidenciados por meio dos textos jornalísticos produzidos pelo jornal.

Território, por sua vez, é um espaço geográfico limitado, reconhecido e governado por uma autoridade política,⁹ também pode ser denominado de país ou de região. No jornalismo internacional, certos territórios só despertam o interesse jornalístico quando há o cruzamento com determinados temas enquanto outros sempre são notícia. No caso deste trabalho, os territórios que buscamos identificar tem como origem comum o espaço nomeado de América Latina. Como dito anteriormente, procuramos no jornal *Folha de S. Paulo* pela sobreposição do tema eleição presidencial com este território em específico.

Durante a leitura flutuante realizada para a identificação dos territórios

⁷Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml?fill=3

⁸ Disponível em: encurtador.com.br/jGRV1

⁹ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=territ%C3%B3rio>

relacionados ao tema escolhido, notamos que a maior atenção é destinada às eleições presidenciais dos Estados Unidos, que ocorreram no período de recorte do *corpus* desta pesquisa. Como o país da América do Norte não integra a América Latina, logo, não figurou na pesquisa. Entretanto, cabe destacar que a análise das capas do mesmo jornal feita, em 2017, por Jakson Dal Magro identificou a “[...] predominância dos Estados Unidos, com três temas; é o país que mais interessa na política, eleições e tragédias” (2017, p. 44). Ainda segundo o autor, os Estados Unidos são “[...] o país que mais interessa na editoria de Mundo da *Folha de S. Paulo*, visto que aparece em oito chamadas, 26% do total, e é o principal destaque em três dos quatro temas em que faz parte” (2017, p. 45).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A Análise de Conteúdo (AC) está presente em diversas áreas de estudo; ela se trata de “um método das ciências humanas e sociais destinado a investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa” (FONSECA JÚNIOR, 2009, p. 280) e encontra-se na sociedade há pelo menos dois séculos. Apesar disso este método já passou por diversos questionamentos, teve grande reconhecimento durante a Segunda Guerra Mundial e uma desqualificação nas décadas seguintes.

Por meio da Análise de Conteúdo são feitas proposições para tentar adivinhar, por exemplo, as intenções de um autor ou de uma linha editorial. Bernard Berelson (1952 apud FONSECA JÚNIOR, 2009, p. 282) define a Análise de Conteúdo como “uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto”. Assim como um historiador ou antropólogo que, por meio de estudos arqueológicos, tenta entender as sociedades antigas, suas crenças e sua cultura, como, por exemplo, dos povos nativos da América Latina como os Maias, Astecas, Incas e demais povos originários do continente, a AC possibilita fazer inferências a partir do texto jornalístico para tentar decifrar escolhas de jornalistas e editores no momento da cobertura.

Deste modo, Wilson Corrêa da Fonseca Junior (2009) utiliza José Carlos Lozano (1994) para explicar que a Análise de Conteúdo é praticamente a análise de mensagens e ela se diferencia da Análise Semiológica ou da Análise de Discurso pelo fato de cumprir com os requisitos de sistematicidade e confiabilidade, portanto o perfil da AC se dá por meio de um agrupamento de procedimentos que são colocados de uma mesma forma na mídia a ser analisada. Isso permite que pessoas distintas apliquem as mesmas características de um protocolo para que os mesmos fragmentos de mensagens e que, por isso, possam chegar às mesmas conclusões. Portanto, podemos dizer que esse conjunto de procedimentos sistemáticos é confiável e objetivo (LOZANO 1994, apud FONSECA JÚNIOR, 2009, p. 286).

“O desenvolvimento do método de análise de conteúdo é o resultado da contribuição de diversos autores” (FONSECA JÚNIOR, 2009, p. 288) e não se restringe a apenas países de elite, estando presente em pesquisas do mundo todo.

A análise de conteúdo organiza-se em três fases cronológicas: (1) Pré-análise: consiste no planejamento do trabalho a ser elaborado, procurando sistematizar as idéias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas, contempladas num plano de análise; (2) Exploração do material:

refere-se à análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação em função de regras previamente formuladas. Se a pré-análise for bem sucedida, esta fase não é nada mais do que a administração sistemática das decisões tomadas anteriormente; (3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Operações estatísticas (quando for o caso) permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos. A partir desses resultados, o analista pode então propor inferências [...]. (FONSECA JÚNIOR, 2006, p. 290).

Na primeira fase, a de pré-análise, são definidas as metas, a maneira que os dados serão coletados e como vão ser trabalhados depois. Laurence Bardin (2011, p. 125) vai dizer que, “geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”.

3.1 Protocolo de codificação e construção do *corpus*

Para este trabalho, como já foi apresentado, os documentos analisados correspondem ao período de julho de 2020 a junho de 2021 da editoria de Mundo do jornal *Folha de S. Paulo*. Para obter esses dados não trabalhamos com a técnica da semana construída, mas com a seleção manual e diária da versão impressa do jornal brasileiro de referência a partir do acervo digital do próprio periódico. A opção por esse modo de coleta permitiu identificar e coletar todas as matérias que tratam da cobertura de eleições presidenciais em países latino-americanos.

Importante mencionar que todos os textos jornalísticos informativos que tratam de eleições presidenciais na América Latina no período de julho de 2020 a junho de 2021 foram analisados a partir da aplicação do formulário de codificação, a seguir descrito. Optamos por não analisar textos de gênero opinativo, como colunas de opinião escritas por repórteres ou especialistas, comuns na editoria de internacional, inclusive na *Folha*.

Com base no *corpus* construído foi aplicado um Protocolo para Codificação. Utilizamos como modelo de referência o protocolo empregado no Trabalho de Conclusão de Curso de Jackson Idegar Dal Magro (2017), egresso do curso de Jornalismo: Bacharelado, da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen, que usou como base o formulário de codificação apresentado por Fonseca Júnior (2009). Para além desta referência, as pesquisadoras Gislene Silva e

Flávia Maia (2011) propõem um protocolo metodológico para a análise de cobertura jornalística voltado para textos impressos e informativos e que toma por base três níveis analíticos: marcas da apuração, marcas da composição do produto e aspectos da caracterização contextual. No entanto, por meio de aplicação prévia nos textos coletados em um pré-teste, fez-se necessário adaptar os elementos do protocolo para responder aos objetivos geral e específicos deste trabalho.

O formulário de codificação utilizado para análise engloba três níveis (SILVA e MAIA, 2011), sendo o primeiro deles destinado à identificação da matéria a ser analisada e às marcas de apuração presentes no texto. Este nível fica esquematizado da seguinte forma (**Figura 2**):

Figura 2 – Marcas de Apuração

Identificação da matéria					
Folha de São Paulo	Data:	Página:	Seção: Mundo		
Título:					
1º nível – Marcas da apuração					
1 – Assinatura:					
<input type="checkbox"/> Local (repórter da matriz da redação)	<input type="checkbox"/> Correspondente	<input type="checkbox"/> Enviado especial	<input type="checkbox"/> Colaborador	<input type="checkbox"/> Agência de notícias	<input type="checkbox"/> Não assinado
2 – Local de apuração/acesso do jornalista ao local do acontecimento (Cidade, País)					
<input type="checkbox"/> Interno (redação) ou indefinido quando não há, no texto, indícios de que o jornalista tenha se deslocado para o local do acontecimento			<input type="checkbox"/> Externo quando o jornalista faz a apuração <i>in loco</i> ; local específico em que o fato ocorre.		
3 – Origem da informação: fontes consultadas					
<input type="checkbox"/> Fonte de primeira mão	<input type="checkbox"/> Fonte de segunda mão	<input type="checkbox"/> Não é possível identificar a origem da informação			

Legenda: Elaborado pelo autor com base em Silva e Maia (2011) e Dal Magro (2017)

Neste nível podemos detectar a origem da informação, se o texto provém de agência ou se foi escrito por um repórter do jornal estudado se houve deslocamento de um repórter/acionamento de um correspondente; qual a origem da informação através das fontes consultadas. A partir destas impressões buscamos entender melhor quais territórios latino-americanos interessam para a *Folha de S. Paulo* a ponto de deslocar um enviado especial ou um correspondente.

O segundo nível consiste em identificar as marcas da composição do texto, qual seu gênero, se houve recursos visuais e quais são os recursos utilizados, além de identificar qual é a posição do texto na página em que está inserido. Essas marcas são importantes para juntar dados e entender como o jornal *Folha de S. Paulo*, na editoria Mundo, cobre eleições presidenciais na América Latina. Neste nível o formulário de codificação fica assim esquematizado (**Figura 3**):

Figura 3 – Marcas de Composição do Produto

2º nível – Marcas da composição do produto					
1 – Gênero (selecionar um):					
<input type="checkbox"/> Nota	<input type="checkbox"/> Notícia	<input type="checkbox"/> Reportagem	<input type="checkbox"/> Entrevista	<input type="checkbox"/> Perfil	<input type="checkbox"/> Dossiê
2 – Localização da matéria na página do jornal					
<input type="checkbox"/> Página par		<input type="checkbox"/> Página ímpar		<input type="checkbox"/> Chamada na capa do jornal	
<input type="checkbox"/> Principal		<input type="checkbox"/> Secundária		<input type="checkbox"/> Nota de pé de página	
<input type="checkbox"/> Página inteira		<input type="checkbox"/> Mais de 1 página			
3 – Recursos visuais:					
<input type="checkbox"/> Próprios (do jornal)		<input type="checkbox"/> Agência notícias		<input type="checkbox"/> Assessoria imprensa	
<input type="checkbox"/> Outra fonte					
<input type="checkbox"/> Fotografia	<input type="checkbox"/> Boxe	<input type="checkbox"/> Gráfico / Tabela		<input type="checkbox"/> Infográfico	<input type="checkbox"/> Ilustração

Legenda: Elaborado pelo autor com base em Silva e Maia (2011) e Dal Magro (2017)

O terceiro e último nível traz os aspectos da caracterização contextual e permite destacar o assunto principal do texto, o estilo da abordagem, quais valores-notícia de construção estão presentes no texto, os tipos de fontes consultadas, além de observações gerais sobre o texto (ver **Figura 4**).

Figura 4 – Aspectos da Categorização Contextual

3º nível – Aspectos da caracterização contextual		
Caracterização do tema/acontecimento/assunto específico da cobertura e da conjuntura sócio-histórico-cultural		
1 – Local da pauta (Cidade, País):		
2 – Assunto principal		
<input type="checkbox"/> Eleições próximas	<input type="checkbox"/> Primeiro turno	<input type="checkbox"/> Segundo turno
<input type="checkbox"/> Pós eleição	<input type="checkbox"/> Suíte (continuidade de matéria anterior)	
3 - Abordagem		
<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa	<input type="checkbox"/> Neutra
4 – Valores-notícia		
De construção		
<input type="checkbox"/> Simplificação		
<input type="checkbox"/> Amplificação		
<input type="checkbox"/> Relevância		
<input type="checkbox"/> Personificação		
<input type="checkbox"/> Dramatização		
<input type="checkbox"/> Consonância		
5 – Fontes consultadas:		
Categoria	Detalhamento	Fontes nominadas (nome da fonte, cargo da fonte)
Jornalísticas	Jornalista	
	Agência	
	Meios-fonte	
Institucionais e organizacionais governamentais (poder público)	Executivo	
	Legislativo	
	Judiciário	
	Ministério Público	
	Autarquias federais e empresas estatais	
Institucionais e organizacionais não governamentais	Organização intergovernamental	
	ONGs / OINGs	
	Organização de direito privado	
	Empresarial	
	Associação / Conselho	
Individuais	Sindical	
	Especializada	
	Testemunha	
	Ocasional	
	Assessoria de imprensa	
Fontes não-convencionais	Personalidade política	
Fontes não-convencionais	Fontes anônimas (<i>off</i>)	
Documentais	Documentos impressos e eletrônicos	
Sem fonte explícita		
5 – Destacar com aspas falas de fontes que denotam o enquadramento:		
6 – Observações sobre a matéria (quando houver):		

Legenda: Elaborado pelo autor com base em Silva e Maia (2011) e Dal Magro (2017)

Nos mais variados meios de comunicação, é comum o jornalista fazer entrevistas para obter as informações necessárias para a elaboração do texto/conteúdo. O contato direto com a fonte possibilita ao jornalista construir uma narrativa com dados que possam ser verificados e também obter informações de primeira mão. Além disso, as fontes auxiliam na verificação das informações, pois o jornalista pode contar com o respaldo de quem tem o conhecimento do assunto para esclarecer pontos específicos, elas também dão mais credibilidade ao conteúdo jornalístico.

As principais fontes utilizadas são as oficiais (Santos, 1997) que são também consideradas confiáveis e tendenciosas (Lage, 2001). Para chegar à descrição dos fatos, a maioria dos jornalistas prefere acessar fontes primárias (ou testemunhais), pois além de um relato mais fidedigno, podem trazer detalhes dos acontecimentos já que presenciaram atos ou fatos que são objeto da reportagem. As fontes secundárias são geralmente utilizadas para ilustrar, analisar, comentar, explicar, justificar algum fato já apurado pelo jornalista. Neste último grupo se encontram, por exemplo, especialistas ou fontes não oficiais, que trazem um contraponto ou comentário sobre a notícia e até mesmo outros meios de comunicação, como auxiliares na preparação de uma pauta. (MORAES, 2021, p. 53).

Ao longo do processo de avaliação estratégica das fontes não se pode sair do horizonte de que os provedores de informação são pessoas e instituições que defendem seus interesses acima de tudo e, portanto, podem ser motivados a fornecer informações tendenciosas. O processo de avaliação estratégica deve, portanto, ter como objetivo a verificação da qualidade da informação que está sendo fornecida. É importante levar em conta fatores como a credibilidade da fonte, a relevância da informação e a precisão da informação. Além disso, também é necessário considerar o contexto em que a informação está sendo fornecida, pois isso pode afetar a forma como ela é interpretada. Por último, é preciso considerar os interesses envolvidos ao fornecer a informação, como o da fonte em influenciar ou manipular o destinatário.

Os fatos noticiáveis nas páginas de internacional são muito mais amplas do que na imprensa nacional. Isso porque, além das fontes individuais ou governamentais, os jornalistas internacionais também recorrem aos jornais locais daquele país, o que lhes dá uma perspectiva mais ampla e abrangente. Por exemplo, os jornalistas internacionais observam o que está sendo dito nos jornais locais daquele país, para que além “[...] de fontes governamentais, instituições públicas e privadas, especialistas e lideranças, entre outros agentes, identificados a partir de meios de comunicação de outros países” (ZAMIN, 2011 p. 253), haja uma identificação de

outras possíveis fontes ou até mesmo uma declaração feita à imprensa local que possa ser utilizada no texto do jornalista, e que venha ser identificado como meio-fonte. Este método de tomar de empréstimo uma declaração dada a outro meio é algo recorrente no jornalismo internacional, uma vez que o jornalista responsável pela pauta pode não estar presente no país em questão,

Novais (2010) explica que, ao incorporar em suas coberturas informações tomadas de empréstimo de jornais estrangeiros e nacionais, é possível recorrer a uma maior variedade de fontes. Verifica-se tanto um uso indireto, auxiliar na produção de conteúdos, como direto, indicado no relato jornalístico como fonte. (ZAMIN, 2021, p. 276).

Sabemos que tradicionalmente o jornalismo político – que é a base do internacional – tem como referência as fontes oficiais, mas será que na cobertura internacional isso se mantém? Procuramos entender quais as categorias de fontes que são acionadas e se há diferenças no tipo de fontes quando um repórter se desloca até o país com eleições ou se faz uma cobertura a distância. Questões como essas que buscamos entender com esta parte do protocolo.

3.2 Análise dos resultados

No período de julho de 2020 a junho de 2021, delimitado como *corpus* da pesquisa, identificamos nas páginas da editoria de Mundo da *Folha de S. Paulo* a menção a quatro eleições presidenciais na América Latina, todas em países da América do Sul: Guiana, Bolívia, Peru e Equador. De antemão, podemos afirmar que, pelo levantamento realizado acerca de eleições na América Latina desde 2019 (ver 1.2.1), todos os países que realizaram pleito no período de interesse da pesquisa receberam atenção do jornal brasileiro de referência.

Neste período, identificamos a presença de 44 textos jornalísticos (ver anexos) – dois sobre o pleito na Guiana, 11 na Bolívia, 12 no Equador e 17 no Peru –, conforme apresentado na **Figura 5**, a seguir. Feita a identificação, trabalhamos primeiro na exploração do material – fase 2 da AC – a partir de um recorte geográfico, as eleições na Bolívia. O pré-teste permitiu averiguar o funcionamento do formulário de codificação, bem como fazer o tratamento e a interpretação dos resultados – fase 3

da AC; aplicada posteriormente a todos os textos jornalísticos informativos identificados na *Folha de S. Paulo*. A seguir, apresentamos os resultados.

Figura 5 – Eleições presidenciais latino-americanas na *Folha de S. Paulo* (jul. 2020/jun. 2021)

TEMA	Eleições presidenciais na América Latina		
TERRITÓRIO	DATA	GÊNERO JORNAL.	AUTORIA
Guiana	15 jul. 2020	Notícia	AFP
	04 ago. 2020	Notícia	Fábio Zanini
Bolívia	24 jul. 2020	Reportagem	AFP
	30 jul. 2020	Entrevista	Sylvia Colombo
	14 ago. 2020	Notícia	Sylvia Colombo
	08 set. 2020	Notícia	Sylvia Colombo
	12 out. 2020	Notícia	Sylvia Colombo
	14 out. 2020	Entrevista	Sylvia Colombo
	18 out. 2020	Reportagem	Sylvia Colombo
	19 out. 2020	Reportagem	Sylvia Colombo
	20 out. 2020	Reportagem	Sylvia Colombo
		Notícia	Gustavo Uribe e Ricardo Della Coletta
	21 out. 2020	Entrevista	Sylvia Colombo
24 out. 2020	Notícia	Diana Lott	
Equador	29 out. 2020	Reportagem	Anna Balloussier
	05 fev. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
	06 fev. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
		Entrevista	Sylvia Colombo
	07 fev. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
	08 fev. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
		Nota	Sylvia Colombo
	09 fev. 2021	Reportagem	AFP e Reuters
	11 fev. 2021	Entrevista	Sylvia Colombo
	22 fev. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
11 abr. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo	
12 abr. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo	
Peru	17 nov. 2020	Reportagem	Sylvia Colombo
	18 nov. 2020	Notícia	Sylvia Colombo
	03 mar. 2021	Notícia	Sylvia Colombo
	10 abr. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
	12 abr. 2021	Notícia	(sem autoria)
	13 abr. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
	24 maio 2021	Notícia	AFP e Reuters
25 maio 2021	Notícia	Sylvia Colombo	

Cont. Figura 5

TEMA	Eleições presidenciais na América Latina		
TERRITÓRIO	DATA	GÊNERO JORNAL.	AUTORIA
Peru	06 jun. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
	07 jun. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
	08 jun. 2021	Reportagem	AFP e Reuters
	09 jun. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
		Entrevista	Sylvia Colombo
	10 jun. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo
		Notícia	Ranier Bragon
	11 jun. 2021	Notícia	Sylvia Colombo
19 jun. 2021	Reportagem	Sylvia Colombo	

Legenda: Elaborado pelo autor

O quadro acima (**Figura 5**) permite, de antemão, reafirmar a importância de ter um correspondente fixo para a América Latina. Dos 44 textos informativos extraídos da *Folha de S. Paulo*, 32 deles são de autoria da jornalista Sylvia Colombo. Formada em Jornalismo (PUC-SP) e História (USP), Sylvia foi correspondente bolsista em Londres pela *Folha*, além de repórter e editora do caderno de cultura (*Ilustrada*). Chegou à Argentina como correspondente fixa em 2016. Trabalhou na *Folha* de outubro de 1993 a dezembro de 2022, quando passou à colunista do jornal. A notícia inicial era de que havia sido demitida, contudo, em janeiro de 2023 Sylvia foi anunciada como colunista e segue cobrindo América Latina.¹⁰ No jornal, manteve o blog *Latinidades* de 2014 a 2021. Autora de “*O ano da cólera: protestos, tensão e pandemia em cinco países da América Latina*” (Rocco, 2021).

Sobre o trabalho do correspondente internacional, em entrevista ao programa *Jornalismo Sem Fronteiras*, Sylvia afirma:

[...] tem que ir onde o fato acontece, pisar nas ruas, sentir o clima, conversar com as pessoas. Porque é isso que um correspondente faz. Quem escreve sobre uma eleição no Equador, um crime em uma favela portenha, o desaparecimento de adolescentes no México, não pode fazer isso sem estar presente, sob o risco de não chegar a riscar a superfície dos fatos.¹¹

¹⁰ Sobre a demissão de Sylvia Colombo do jornal *Folha de S. Paulo*, em dezembro de 2022, ver: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/folha-de-s-paulo-demite-janio-de-freitas-o-pele-do-jornalismo-e-sylvia-colombo-449891/>

¹¹ SYLVIA Colombo conta como descobriu a América. *Jornalismo Sem Fronteira*, 7 jul. 2017. Disponível em: <https://jornalismo-sem-fronteiras.com.br/sylvia-colombo-conta-como-descobriu-america/>

O interesse da repórter pela América Latina é anterior ao trabalho com o jornalismo. Foi durante a graduação em História que se interessou pela região. Em reflexão atual, feita ao *Latin America Business Stories*, destaca:

O que me incomoda nessa coisa da América Latina é que ela leva a uma simplificação e, em alguns casos, a uma análise superficial. É muito comum escutar “porque a América Latina é assim ou assado, porque não funciona”, como se ela fosse uma entidade. E, às vezes, as pessoas usam esse termo para falar de uma coisa negativa. Nunca usamos, por exemplo, a Europa, para falar de uma coisa que acontece pontualmente nos países.¹²

Em relação às fontes de informação – um dos interesses da pesquisa –, em outra entrevista ao *Jornalismo Sem Fronteiras*, Sylvia Colombo destaca que o correspondente internacional

[...] deve ter paciência para cultivar fontes ao longo do tempo, a não ser que permaneça no país por um curto período. Neste caso, [...] recomenda que o profissional foque em conteúdos mais acessíveis, como histórias sobre suas próprias observações, para aproveitar a experiência o máximo possível”.¹³

A seguir, apresentamos os resultados da análise da cobertura das eleições presidenciais na Guiana, Bolívia, Peru e Equador. A análise comparativa, por sua vez, será apresentada na conclusão do trabalho.

3.2.1 As eleições presidenciais na Guiana (2020), segundo a *Folha*

As eleições presidenciais na Guiana tiveram como característica a demora em reconhecer o candidato vencedor. O pleito ocorreu em fevereiro de 2020, fora do período do *corpus* da pesquisa, contudo os resultados foram divulgados cinco meses depois e, por isso, integram a análise. Identificamos uma reportagem e uma nota na *Folha de S. Paulo*, a primeira de autoria do repórter especial Fábio Zanini¹⁴ e a segunda da agência francesa AFP.¹⁵

¹² ANTUNES, Gabriela. Sylvia Colombo: "O que me incomoda nessa coisa de 'América Latina' é que ela leva a uma simplificação. É preciso ir até os lugares e escutar as pessoas". *Labs*, 27 abr.2021. Disponível em: <https://labsnews.com/pt-br/artigos/sociedade/sylvia-colombo-livro-america-latina/>

¹³ MARIANO, Marcelo. Sylvia Colombo: cobrindo a história enquanto ela acontece. *Jornalismo Sem Fronteiras*, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://jornalismosemfronteiras.com.br/sylvia-colombo-cobrindo-a-historia-enquanto-ela-acontece/>

¹⁴ Repórter especial e autor do blog *Saída pela Direita*. Foi editor de Poder e de Mundo, repórter de política em São Paulo e Brasília, correspondente em Londres e Johannesburgo.

¹⁵ A *Agence France-Presse* (AFP), francesa, é considerada uma das mais prestigiadas no mundo ao lado da *Associated Press* e da *Thomson Reuters*. Foi fundada em 1835 (como *Agência Havas*).

Na notícia “Guiana vive eleição sem fim e crise após a descoberta de petróleo”,¹⁶ publicada em 15 de julho de 2020, apresenta o conturbado processo eleitoral da Guiana que, apesar das eleições terem sido em março, antes da pandemia começar, no momento da reportagem, em julho, o resultado ainda não havia sido proclamado em razão de uma crise política no país. O atual mandatário não aceitou a derrota nas urnas e passou a contestar e pedir a recontagem dos votos, o que causou o atraso na proclamação do vencedor. O texto da notícia traz todo o contexto político da Guiana deixando claro para o leitor a real situação do país. No encerramento, apresenta um breve resumo da situação da Covid-19 naquele momento. A notícia que ocupa posição secundária na página do jornal traz um infográfico (Raio-X da Guiana),¹⁷ com informações geopolíticas e dos principais partidos políticos do país.

O segundo texto, “Candidato de oposição vence eleição na Guiana 5 meses após o pleito”¹⁸, de 4 de agosto de 2020, ocupa uma coluna de texto. A notícia que foi redigida pela agência AFP, não possui aspas com declarações, somente informações e uma nota declaratória do Itamaraty. Novamente o texto contextualiza o ambiente político do país, mas com menos riqueza de detalhes em relação à notícia anterior, trazendo somente dados do resultado das eleições segundo anúncio da comissão eleitoral da Guiana. Vale lembrar que as eleições na Guiana são parlamentares, ou seja, o presidente é escolhido de maneira indireta.

Tabela 1 – Valores-notícia de construção das eleições na Guiana na *Folha*

Valor-notícia de construção	Quantidade
Simplificação	-
Amplificação	2
Relevância	2
Personalização	-
Dramatização	-
Consonância	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Como detalhado na **Tabela 1**, ambos os textos da Guiana trazem dois valores-

¹⁶ ZANINI, Fábio. Guiana vive eleição sem fim e crise após a descoberta de petróleo. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 15 jul. 2020, p. A11.

¹⁷ O título “Raio-X...” se repete em vários textos e nomeia infográficos com dados dos países descritos.

¹⁸ CANDIDATO de oposição vence eleição na Guiana 5 meses após o pleito. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 4 ago. 2020, p. A11.

notícia de construção cada, amplificação e relevância.

Tabela 2 – Fontes acionadas pela *Folha* na cobertura das eleições na Guiana

Categoria	Detalhamento	Fontes nominadas	Nº
Jornalísticas	Jornalista	-	-
	Agência	-	-
	Meios-fonte	-	-
Institucionais e organizacionais governamentais (poder público)	Executivo	-	-
	Legislativo	-	-
	Judiciário	-	-
	Autoridades federais e empresas estatais	-	-
	Polícia	-	-
	Org. Intergov.	-	-
Institucionais e organizacionais não governamentais	ONGs / OINGs	-	-
	Org. direito privado	Remídio Monai, presidente da Câmara de Comércio Brasil-Guiana	1
	Empresarial	-	-
	Assoc. / Conselho	-	-
	Sindical	-	-
Individuais	Especializada	David Hinds, professor da Universidade do Arizona e especialista em política da região do caribe	1
	Testemunha	-	-
	Ocasional	-	-
	Person. política	-	-
Documentais	Documentos impressos e eletrônicos	Nota Itamaraty	1
Sem fonte explícita	-	Sem fonte explícita	1
Total			4

Fonte: Elaborado pelo autor

Como podemos observar, as fontes consultadas estão em números semelhantes nas categorias apresentadas: Institucionais e organizacionais não governamentais, Individuais, Documentais e Sem fonte explícita. Para desenvolver os textos, foram consultados um especialista em política da região, o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Guiana, uma nota do Itamaraty (fonte documental), além de uma informação sem fonte explícita. Importante destacar que, algo comum na cobertura internacional, que é o uso abusivo de fontes oficiais ligadas ao poder público (governamentais), não ocorre na cobertura referente à Guiana.

3.2.2 As eleições presidenciais na Bolívia (2020), segundo a *Folha*

Em 2019, a Bolívia enfrentou uma crise social e política quando o presidente

Evo Morales renunciou ao cargo após acusações de fraude nas eleições presidenciais. Após Evo fugir do país junto com seu vice, a então presidente do senado e terceira na linha de sucessão, também foi forçada a renunciar. O senado escolheu então Jeanine Áñez, que assumiu a presidência interina em novembro daquele ano. Com a promessa de ficar pouco tempo e organizar novas eleições, Áñez permaneceu por um ano no poder, visto que a pandemia de Covid-19 e outros fatores atrasaram o novo pleito, adiado duas vezes. O tema eleições na Bolívia aparece 11 vezes durante o período de 27 de julho a 24 de outubro de 2020 no jornal *Folha de S. Paulo*. Cada texto jornalístico foi analisado e as principais características serão apontadas a seguir.

O primeiro texto analisado é uma reportagem assinada pela agência de notícia *Agence France-Press (AFP)*, com a manchete “Tribunal Eleitoral adia para outubro eleições na Bolívia”.¹⁹ Por meio do texto, é possível identificar que a apuração jornalística foi feita diretamente da capital boliviana La Paz. O texto informativo abre a editoria de Mundo da edição do dia 27 de julho de 2020, ocupando a posição principal na página. O valor-notícia de construção identificado foi o de relevância. A reportagem, fruto de agência de notícias, explica toda a situação da Bolívia com destaque para o contexto histórico-político. Possui box informativo com datas de acontecimentos importantes que trilharam os fatos até aquele momento e uma fotografia que ocupa as seis colunas da página. O texto também traz alguns dados sobre uma pesquisa de intenção de votos, mas não identifica o instituto que a realizou. Ainda, traz declarações feitas pelo *Twitter* por duas personalidades políticas bolivianas, uma é a presidente interina, Janine Añez, e a outra é o ex-presidente Evo Morales.

O segundo texto, “Adiamento das eleições na Bolívia é ilegal e arbitrário”,²⁰ de 30 de julho de 2020, é uma entrevista realizada com a ex-presidente do senado boliviano Adriana Salvatierra. O texto ocupa a posição principal da página, traz uma fotografia da entrevistada e um suspiro²¹ para destacar uma declaração. O valor-notícia de construção identificado foi o de personalização. A entrevista foi realizada pela correspondente para América Latina Sylvia Colombo, mas a jornalista não deixa

¹⁹ TRIBUNAL eleitoral adia para outubro eleições na Bolívia. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 24 jul. 2020, p. A12.

²⁰ COLOMBO, Sylvia. 'Adiamento das eleições na Bolívia é ilegal e arbitrário'. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 30 jul. 2020, p. A14.

²¹ Suspiro ou olho: colocado no meio da massa de texto, entre colunas, para ressaltar trechos e substituir quebras; são muito utilizados em entrevistas.

claro nas marcas texto como ela foi realizada, uma vez que está sediada em Buenos Aires. Na introdução, a correspondente descreve a trajetória de Adriana Salvatierra e os fatos ocorridos quando ela era presidente do Senado na Bolívia.

A notícia “Em meio a crises, Bolívia estabelece 18 de outubro como limite para eleições”²², publicada em 14 de agosto de 2020, teve apuração da jornalista Sylvia Colombo diretamente de Buenos Aires, Argentina. No texto, Sylvia apresenta que o dia 18 de outubro será a data limite para a realização das eleições gerais na Bolívia. Ela utiliza de declarações de políticos e personalidades políticas, além de meios-fonte para colher estas declarações. No fim do texto traz algumas informações sobre tratamentos contra o coronavírus aprovados pelo parlamento boliviano que não são comprovados cientificamente. A notícia ocupa posição secundária na página e traz um suspiro para destacar a declaração de fonte. O valor-notícia de construção identificado é a relevância.

A notícia escrita por Sylvia Colombo, publicada no dia 8 de setembro de 2020, apresenta o veto à candidatura a senador de Evo Morales, ex-presidente da Bolívia.²³ O texto apresenta declarações dadas pelo ex-presidente em uma rede social (não é especificada qual) e declarações da atual presidente interina Jeanine Áñez. No final do texto é apresentada uma pesquisa com intenções de votos para as eleições que ocorreram em outubro. Os valores-notícia de construção identificados são relevância e personalização. A notícia ocupa posição secundária e não traz nenhum elemento gráfico de destaque. Nesta edição, a editoria de Mundo reserva duas páginas duplas para a Bolívia. As três primeiras exploram a temática das drogas e a última a notícia das eleições, anteriormente citada. Sob a manchete “Sindicatos mantêm área plantada de coca sob controle na Bolívia”, a reportagem especial possui oito fotografias, dois infográficos e dois boxes. A autoria é de Fabiano Maisonnave e Lalo de Almeida. A referida reportagem rendeu, ainda, chamada de capa para a editoria (“Sem oficializar, Bolívia permite plantio de coca para drogas”), contudo não integra o *corpus* da pesquisa em razão da temática.

O quinto texto foi escrito pela correspondente Sylvia Colombo direto da capital Argentina. A notícia “Contra nome de Evo, candidato de direita deixa eleição na

²² COLOMBO, Sylvia. Em meio a crises, Bolívia estabelece 18 de outubro como limite para eleições. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 14 ago. 2020, p. A11.

²³ COLOMBO, Sylvia. Corte ratifica veto a Evo em disputa por vaga no Senado. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 08 set. 2020, p. A15.

Bolívia”,²⁴ foi publicada como secundária na edição do dia 12 de outubro de 2020. Nela, os valores-notícia identificados foram relevância e personalização. O texto apresenta declarações feitas através de redes sociais e também uma declaração dada por uma fonte à *Folha* no ano anterior, 2019, além do fato do candidato Jorge Quiroga desistir da disputa. A notícia traz também as pesquisas de intenção de votos de diversos institutos, uma vez que as eleições seriam no domingo seguinte. Além disso, há um box com as datas dos principais acontecimentos da crise política na Bolívia, desde o início em 2019.

Há quatro dias para o primeiro turno do pleito eleitoral, no dia 14 de outubro de 2020 foi publicada a entrevista que Sylvia Colombo fez com o candidato Carlos Mesa.²⁵ Nela, o valor-notícia de construção foi o de personalização. A jornalista não deixa claro no texto como foi feita a entrevista, se por meio de telefone, e-mail ou videoconferência, uma vez que ela está radicada em Buenos Aires. A entrevista ocupa o espaço principal da página, traz uma fotografia do entrevistado e um suspiro para destacar um trecho da entrevista.

O sétimo texto analisado é uma reportagem, “Nas urnas, Bolívia tenta pôr fim a ciclo violento e instável”.²⁶ Publicada no dia 18 de outubro de 2020, o valor-notícia de construção é a relevância. Desta vez a jornalista Sylvia Colombo se deslocou para a Bolívia, já que este foi o dia em que aconteceu a votação. A reportagem apresenta o contexto histórico político da Bolívia até aquele momento. Percebe-se que há mais destaque na reportagem para o candidato que estava em primeiro lugar nas pesquisas. Com a jornalista presente no país, há mais relatos para além da política, como, por exemplo, o clima nas ruas no dia em que acontece o pleito. A página é composta por quatro fotografias, sendo três delas dos três candidatos à frente nas pesquisas e abaixo de cada uma delas há um texto com o nome, o posicionamento político e a idade. Também há um gráfico de barras com a porcentagem de intenção de votos da última pesquisa realizada e um infográfico com informações sobre o país como capital, população, IDH, PIB, área, crescimento e número de mortes por covid-19. A reportagem principal ocupa quase a totalidade do espaço da página do jornal e

²⁴ COLOMBO, Sylvia. Contra nome de Evo, candidato de direita deixa eleição na Bolívia. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 12 out. 2020

²⁵ COLOMBO, Sylvia. Carlos Mesa: Prioridade na eleição da Bolívia é formar frente contra partido de Evo. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 14 out. 2020, p. A17.

²⁶ COLOMBO, Sylvia. Nas urnas, Bolívia tenta pôr fim a ciclo violento e instável. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 18 out. 2020, p. A16.

a relevância é o valor-notícia de construção.

No dia seguinte à votação, a reportagem publicada na edição de segunda-feira, 19 de outubro de 2020, ocupa a metade superior da página.²⁷ Ainda na capital boliviana, Sylvia Colombo traz um texto com os primeiros dados da apuração, que ainda estava em 1% quando a reportagem foi fechada. Além disso, traz também declarações do presidente do Tribunal Eleitoral da Bolívia, do candidato à frente da disputa Luis Arce, do candidato em segundo lugar na disputa Carlos Mesa, de um eleitor – coisa que só vemos quando a apuração jornalística não é feita a distância – e uma declaração feita em rede social pelo ex-presidente Evo Morales. No fim do texto, a jornalista apresenta a preocupação com a Covid-19, relatando que em alguns locais de votação não era respeitado o distanciamento e o uso de máscaras. Ela também relata a presença de policiais militares e do exército próximo aos locais de votação. Essas medidas foram tomadas para evitar “distúrbios” devido a tensão política na Bolívia. Sylvia Colombo destaca que o transporte público foi suspenso no dia da votação e que somente veículos com autorização poderiam circular. O valor-notícia de construção é relevância. A reportagem traz duas fotografias dos candidatos Arce e Mesa entre eleitores.

Dois dias após o pleito, em 20 de outubro de 2020, a *Folha de S. Paulo* abre a editoria de Mundo com a cobertura das eleições bolivianas que ocupa duas páginas inteiras. Ainda, a importância geopolítica da Bolívia assegura chamada na capa do jornal: “Boca de urna na Bolívia dá vitória em 1º turno a Arce”. A primeira reportagem é a única que trata das eleições bolivianas que ocupa uma página e meia na *Folha*. O texto “Rivals aceitam derrota, e Arce é virtual presidente da Bolívia”²⁸ apresenta uma riqueza de fontes para dar a informação de que rivais reconheceram Luis Arce como vencedor das eleições, ainda no primeiro turno, na Bolívia. O resultado oficial ainda não havia saído naquele momento, mas as projeções e a pesquisa de boca de urna apontavam para a vitória de Arce. O mesmo texto traz as declarações dos principais líderes latino-americanos de esquerda, já que o candidato vencedor pertence à esquerda boliviana. Graficamente, o texto ocupa quatro colunas, traz três fotografias, um box dando destaque para as declarações dos líderes anteriormente mencionados

²⁷ COLOMBO, Sylvia. Incerteza sobre apuração de votos gera críticas e marca eleição na Bolívia. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 19 out. 2020, p. A11.

²⁸ COLOMBO, Sylvia. Rivals aceitam a derrota, e Arce é virtual presidente da Bolívia. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 20 out. 2020, p. A14.

e um infográfico. Por meio de um intertítulo, a reportagem apresenta toda a trajetória política de Luis Arce, desde quando foi ministro até chegar à presidência. O valor-notícia de construção identificado é a relevância.

A segunda página traz duas notícias repercutindo as eleições desde o Brasil, a primeira²⁹ de autoria de Gustavo Uribe³⁰ e Ricardo Della Coletta,³¹ da sucursal Brasília, reflete sobre a possível relação do Planalto com o governo eleito a partir dos valores-notícia de construção, amplificação e relevância, e a segunda,³² da repórter Flávia Mantovani,³³ trata do percentual de votos obtidos pelo candidato eleito entre migrantes bolivianos residentes no Brasil, com os valores-notícia de construção, amplificação e personalização.

O último texto escrito por Sylvia Colombo ainda em solo boliviano foi publicado no dia 21 de outubro de 2020; trata-se de uma entrevista com o valor-notícia de personalização.³⁴ A jornalista deixa claro que o candidato, virtualmente eleito, Luis Arce, recebeu ela em seu comitê de campanha na capital da Bolívia, ou seja, as marcas no texto deixam evidente que esta entrevista foi presencial. Além de uma foto provinda de agência de notícias, a entrevista traz um box com os números oficiais da apuração até o momento do fechamento da edição, além de dois suspiros com declarações de Arce retiradas da entrevista. A entrevista ocupa quase a totalidade da página do jornal. O valor-notícia de construção identificado é personalização.

O último texto analisado e publicado sobre o tema eleições bolivianas é uma notícia que está na edição do dia 24 de outubro de 2020 e foi escrita pela jornalista Diana Lott diretamente da sucursal da *Folha* em Belo Horizonte.³⁵ A notícia traz falas que já haviam sido reproduzidas na última reportagem sobre a vitória de Luis Arce, há também uma declaração que o presidente eleito deu por meio de suas redes sociais, dados do resultado oficial e o reconhecimento pelo Tribunal Supremo Eleitoral do país. A notícia principal traz uma fotografia que ocupa as seis colunas da página e um

²⁹ URIBE, Gustavo; DELLA COLETTA, Ricardo. Vínculo econômico faz Planalto apostar em relação pragmática. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 20 out. 2020, p. A15.

³⁰ Repórter em Brasília, setorista da Presidência da República.

³¹ Repórter em Brasília, responsável pela cobertura de Palácio do Planalto e Itamaraty.

³² MANTOVANI, Flávia. Candidato do MAS abre mais de 80% de vantagem entre bolivianos no Brasil. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 20 out. 2020, p. A15.

³³ Repórter de Mundo especializada na cobertura de migração e refúgio, vencedora do Prêmio Sul-Americano de Jornalismo de Migrações da OIM.

³⁴ COLOMBO, Sylvia. Luis Arce: Vou negociar contratos de gás com o Brasil porque falta legitimidade a acordo. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 21 out. 2020, p. A16.

³⁵ LOTT, Diana. Tribunal eleitoral da Bolívia confirma Arce presidente com vitória arrasadora. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 24 out. 2020, p. A17.

pequeno box. Relevância é o valor-notícia de construção presente.

Dos 13 textos informativos analisados, apenas quatro não são de autoria da correspondente para a América Latina, Sylvia Colombo. O primeiro deles é assinado pela agência de notícias francesa AFP e os outros três por jornalistas da *Folha* sediados no Brasil em distintas sucursais do jornal: Flávia Mantovani, Diana Lott e autoria conjunta de Gustavo Uribe e Ricardo Della Coletta. Dos textos escritos por Sylvia Colombo, parte foi produzida na Bolívia.

Quanto ao gênero jornalístico, há quatro notícias, quatro reportagens e três entrevistas. Neles, identificamos a predominância dos valores-notícia de construção personalização e relevância, conforme segue. Importante lembrar que um texto jornalístico pode ter mais de um valor-notícia de construção, o que explica termos aqui 17 valores em 13 textos analisados.

Tabela 3 – Valores-notícia de construção das eleições na Bolívia na *Folha*

Valor-notícia de construção	Quantidade
Simplificação	-
Amplificação	2
Relevância	9
Personalização	6
Dramatização	-
Consonância	-

Fonte: Elaborado pelo autor

As fontes são parte importante do processo de apuração e escrita de um texto jornalístico. Na **Tabela 2**, a seguir, foram reunidos os dados do conjunto de textos informativos analisados sobre a Bolívia. Muitas das fontes listadas se repetem em mais de um texto jornalístico, contudo foram contabilizadas uma única vez na tabela.

Tabela 4 – Fontes acionadas pela *Folha* na cobertura das eleições na Bolívia

Categoria	Detalhamento	Fontes nominadas	Nº
Jornalísticas	Jornalista	-	-
	Agência	-	-
	Meios-fonte	Antonio Viruez, médico, ao <i>The New York Times</i> Arturo Murillo, ministro do governo, a <i>CNN</i>	2
Institucionais e organizacionais governamentais	Executivo	Jeanine Añez, presidente interina	1
	Legislativo	Milton Barón, vice-presidente do senado	1
	Judiciário	Salvador Romero, presidente da corte eleitoral	1

Cont. Tabela 4

Categoria	Detalhamento	Fontes nominadas	Nº
Cont. Institucionais e organizacionais governamentais	Autarquias federais e empresas estatais	-	-
	Polícia	-	-
	Org. Intergov.	Luis Almagro, secretário-geral OEA	1
	ONGs / OINGs	-	-
Institucionais e organizacionais não governamentais	Org. direito privado	-	-
	Empresarial	-	-
	Assoc. / Conselho	-	-
	Sindical	-	-
	Especializada	Pablo Stefanoni, analista político	1
Individuais	Testemunha	-	-
	Ocasional	-	-
	Person. política	Adriana Salvatierra, ex-presidente do Senado	7
		Álvaro Garcia Linera, ex-vice-presidente	
		Evo Morales, ex-presidente	
		Jorge Quiroga, ex-presidente	
		Carlos Mesa, ex-presidente e candidato	
		Luis Arce, candidato (eleito)	
Karen Longaric, chanceler boliviana			
Documentais	Documentos impressos e eletrônicos	Pesquisa eleitoral – Instituto Jubileo	14
		Pesquisa eleitoral – Ipsos	
		Pesquisa eleitoral – Mercados y Muestras	
		Pesquisa eleitoral – Celag	
		Tuíte – Janine Añez, presidente interina da Bolívia	
		Tuíte – Evo Morales, ex-presidente da Bolívia	
		Rede social – Jorge "Tuto" Quiroga, ex-presidente da Bolívia	
		Tuíte – Lula, ex-presidente do Brasil	
		Tuíte – Alberto Fernández, presidente da Argentina	
		Tuíte – Luis Almagro, secretário-geral da OEA, no Twitte	
		Tuíte – Nicolás Maduro, presidente da Venezuela	
		Redes sociais – Miguel Díaz-Cane, líder cubano	
		Tuíte – Luis Arce, candidato eleito	
		Dados Tribunal Supremo Eleitoral da Bolívia	
Sem fonte explícita	-	-	-
Total			28

Fonte: Elaborado pelo autor

Nas matérias analisadas predominam as da Categoria Fontes Documentais. Das 14 fontes identificadas, nove delas são documentos eletrônicos, uma vez que foram declarações feitas por meio de redes sociais (como o *Twitter*) e mesmo se forem apagadas da conta original ficarão eternizadas por meio de capturas de tela. Tais declarações têm como origem mensagens publicadas por pessoas do campo político (inclusive ex-mandatários). Como podemos observar, entre as fontes há um número considerável de personalidades políticas (Categoria Fontes Individuais) – indivíduos

que estão envolvidos em atividades relacionadas à política, mas que não ocupam cargos no Executivo nem no Legislativo como, por exemplo, líderes políticos, influenciadores políticos, ex-presidentes, ex-senadores e candidatos. Ainda do campo político, há cinco fontes institucionais e organizacionais governamentais. Se somarmos, as fontes ligadas à política chegam a 22 – uma delas sendo a declaração do ministro de governo de Añez dada à CNN.

Dentre os dados coletados é possível observar a presença de meios-fonte (Categoria Fontes Jornalísticas) – que são declarações que haviam sido reproduzidas inicialmente em outros veículos de imprensa – no caso da Bolívia foram retiradas da emissora de televisão *CNN* e do jornal norte americano *The New York Times*, ambos de referência. Não há nenhuma fonte não governamental.

3.2.3 As eleições presidenciais na Equador (2021), segundo a *Folha*

O Equador chegou para suas eleições em 2021 com Lenín Moreno, o então presidente, não disputando a reeleição por ter uma baixa popularidade. Ao todo, foram identificados 12 textos jornalísticos informativos nas páginas da editoria de Mundo da *Folha* que citavam as eleições presidenciais equatorianas, no período de 29 de outubro de 2020 até a confirmação do resultado em 12 de abril de 2021.

O primeiro texto publicado em 29 de outubro de 2020 é uma reportagem da jornalista Anna Virginia Balloussier,³⁶ apurada desde o Rio de Janeiro.³⁷ Nela, os valores-notícia identificados são a relevância e a dramatização. A jornalista utiliza o fato de um pastor evangélico se candidatar à presidência no Equador para explicar o fenômeno que está ocorrendo na América Latina, onde a presença de figuras religiosas na política é cada vez mais frequente nos mais variados países do bloco, como Brasil, Peru, Venezuela, Guatemala, México, etc. O texto utiliza de declarações feitas por candidatos dos países, além de duas fontes especializadas para tratar da temática. Uma curiosidade é que quando cita a Venezuela, a *Folha de S. Paulo* chama Nicolás Maduro de ditador, isso ocorre também em outros textos analisados para este trabalho. A reportagem ocupa a posição principal na página e traz apenas um suspiro

³⁶ Repórter especial, escreve sobre religião, política, eleições e direitos humanos.

³⁷ BALLOUSSIER, Anna Virginia. Pastor candidato no Equador marca força evangélica na região. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 29 out. 2020, p. A16.

com trecho da fala de uma fonte especializada.

Já em fevereiro de 2021, às vésperas das eleições, o segundo texto analisado é uma reportagem apurada por Sylvia Colombo diretamente de Guayaquil, no Equador. O valor-notícia identificado foi o de personalização. O texto “Impopular, líder do Equador fica escanteado em campanha”³⁸ apresenta ao leitor o contexto político do momento anterior às eleições. A reportagem ocupa espaço de destaque na página do jornal; traz fotografia e infografia.

Na edição de 6 de fevereiro de 2021 as eleições no Equador abrem a editoria de Mundo e ocupam a totalidade da página, além de uma coluna da página seguinte (páginas A9 e A10). O destaque se inicia pela capa do jornal com a chamada secundária “Equador vê eleição com descrença em meio à pandemia”, acrescida de fotografia. A reportagem “Antes do pleito, equatorianos revisitam dores da pandemia”³⁹ traz a contextualização de como foi a pandemia até aquele momento antes da eleição. Apurado por Sylvia Colombo, ainda em Guayaquil, a correspondente faz o uso de meios-fonte para trazer declarações do então presidente equatoriano e também de fontes ocasionais para relatar as perdas e a situação da pandemia no país, que apresentava elevados números de mortos. A reportagem relata que os presidenciáveis quase não tocavam no assunto. O texto é acompanhado de duas fotografias, um mapa e uma infografia. Os valores-notícia de construção identificados são relevância e dramatização.

No mesmo dia, a edição da *Folha* traz uma entrevista⁴⁰ feita por Colombo com o candidato indígena Yaku Pérez. A entrevista apresenta a maneira de pensar do candidato sobre questões atuais do país e referentes à pandemia. Ela não deixa claro nas marcas do texto se foi ao encontro do candidato presencialmente para realizar a entrevista ou se foi feita de outra maneira. Esta entrevista começa no rodapé da página A9 e termina na primeira coluna da página A10. Há no espaço uma fotografia com enquadramento em primeiro plano⁴¹ do candidato entrevistado. Os valores-notícia de construção identificados são relevância e personalização.

³⁸ COLOMBO, Sylvia. Impopular, líder do Equador fica escanteado em campanha. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 5 fev. 2021, p. A.12.

³⁹ COLOMBO, Sylvia. Antes do pleito, equatorianos revisitam dores da pandemia. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 06 fev. 2021, p. A9.

⁴⁰ COLOMBO, Sylvia. Somos esquerda de vanguarda, afirma candidato indígena. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 06 fev. 2021, p. A9-A10.

⁴¹ Este plano de retrato é também conhecido como *close-up* e apanha o rosto e os ombros do personagem.

O quinto texto informativo analisado, uma reportagem, foi publicado em 7 de fevereiro de 2021⁴². Os valores-notícia de construção presentes no texto são amplificação e relevância. De autoria da correspondente Sylvia Colombo, desta vez em Quito, capital do Equador, a reportagem apresenta para o leitor o contexto político do Equador, além de destacar os dois principais candidatos na disputa para o Executivo. Por meio de um box informativo é explicado como funcionam as eleições no país, também há um infográfico com informações sobre PIB, população, tamanho do território e IDH, e uma fotografia. O texto ocupa o topo da página do jornal. Novamente as eleições rendem chamada de capa, “Equador vai às urnas sob sombra de Rafael Correa”, secundária.

A reportagem “Boca de urna indica aliado de Correa à frente no Equador”,⁴³ publicada no dia 8 de fevereiro de 2021, contextualiza como foi o dia de votação do primeiro turno, além de trazer as primeiras projeções e indicar que, possivelmente, haveria segundo turno. São utilizados como fontes dados de pesquisas boca de urna feitas por institutos, além de personalidades políticas. Sylvia Colombo também traz fontes ocasionais que relatam como foi o dia de votação no país. A reportagem ocupa a posição principal e traz fotografia, infográfico e box. Relevância e personalização são os valores-notícia de construção do texto.

Na mesma página, ao lado da reportagem principal, há uma nota⁴⁴ que utiliza de analistas políticos para apresentar a estratégia usada pelo candidato Andrés Arauz ao relacionar Rafael Correa em sua campanha. Ao final do texto, as iniciais SC, em negrito, indicam que o texto foi assinado por Sylvia Colombo. Pelo terceiro dia as eleições rendem chamada de capa na *Folha*: “Aliado de Correa sai na frente em eleição no Equador”. O valor-notícia de construção é a relevância.

O texto “Perto do 2º turno no Equador, candidato indígena vê fraude”,⁴⁵ publicado em 9 de fevereiro de 2021, é assinado pelas agências de notícias AFP, francesa, e Reuters,⁴⁶ britânica. A reportagem foca mais no candidato que,

⁴² COLOMBO, Sylvia. Equador vai às urnas para decidir se segue sob influência de Rafael Correa. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 07 fev. 2021, p. A14.

⁴³ COLOMBO, Sylvia. Boca de urna indica aliado de Correa à frente no Equador. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 08 fev. 2021, p. A9.

⁴⁴ COLOMBO, Sylvia. Correa tentou repetir estratégia de Cristina Kirchner com Arauz. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 08 fev. 2021, p. A9.

⁴⁵ PERTO do 2º turno no Equador, candidato indígena vê fraude. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 09 fev. 2021, p. A12.

⁴⁶ A agência Reuters, com sede em Londres foi fundada em 1851. Com a fusão com a canadense *Thomson Group*, em 2008, passou a *Thomson Reuters*.

possivelmente, não disputaria o segundo turno. O enquadramento retrata a visão dele de possíveis fraudes nas eleições equatorianas. O texto ocupa a posição principal no topo da página, possui uma fotografia e os valores-notícia de construção são relevância e personalização.

De volta a Buenos Aires, no texto publicado no dia 11 de fevereiro de 2021,⁴⁷ a jornalista Sylvia Colombo entrevista o ex-presidente equatoriano Rafael Correa. A entrevista intitulada “Esquerda ressurge porque sociedade se deu conta do fracasso do neoliberalismo” tem como tema o segundo turno das eleições, já que o candidato apoiado por ele segue na disputa. O texto traz marcas de que a apuração foi feita de maneira *on-line*, por meio de videoconferência. O entrevistado fala sobre a política do Equador, faz uma avaliação geral da esquerda na América do Sul e trata dos golpes que houve em distintos países. Os valores-notícia presentes no texto são amplificação e personalização. A entrevista ocupa toda a página, traz uma fotografia do ex-presidente, um suspiro, além de um box (“Com apuração lenta, 2º turno no Equador segue indefinido”). Mais uma vez as eleições no Equador recebem chamada de capa: “Rafael Correa: Sociedade percebeu fracasso neoliberal”.

A reportagem “Equador define 2º turno entre aliado de Correa e banqueiro”, que ocupa a parte superior de uma página e mais três colunas da página seguinte (páginas A10 e A11), contextualiza como foi o primeiro turno das eleições equatorianas, trazendo o resultado de quem segue na disputa do segundo turno. Sylvia Colombo apresenta em seu texto⁴⁸ uma fala do candidato derrotado Yaku Pérez, em que não é possível identificar a origem, pois a jornalista destaca que o candidato fez uma declaração sem, contudo, mencionar onde. Os valores-notícia identificados foram relevância e personalização. O texto assinado desde Buenos Aires, traz fotografia e box. Os valores-notícia de construção presentes no texto são relevância e personalização.

No domingo 11 de abril de 2021, dia do segundo turno das eleições, a edição da *Folha* traz reportagem de página inteira, além de chamada de capa (“Equador enfrenta disputa acirrada em segundo turno”). Na reportagem⁴⁹, apresenta dados

⁴⁷ COLOMBO, Sylvia. Rafael Correa: Esquerda ressurge porque sociedade se deu conta do fracasso do neoliberalismo. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 11 fev. 2021, p. A10.

⁴⁸ COLOMBO, Sylvia. Equador define 2º turno entre aliado de Correa e banqueiro. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 22 fev. 2021, p. A10.

⁴⁹ COLOMBO, Sylvia. Equador encara disputa acirrada em 2º turno sob a sombra de Correa. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 11 abr. 2021, p. A 12.

preliminares referentes ao pleito no Equador. Diferente do que ocorreu no primeiro turno, neste segundo turno a correspondente responsável pela América Latina, Sylvia Colombo, não se deslocou até o Equador para cobrir a votação diretamente do país. Por sua vez, ela utiliza dados de institutos de pesquisas e fontes especializadas, como cientistas e analistas políticos, para dar clareza ao pleito. A reportagem possui três fotografias, a primeira ocupa as seis colunas da página e as outras duas, menores, são dos candidatos. Há, ainda, uma infografia. Amplificação e relevância são os valores-notícia de construção identificados.

O último texto publicado pela *Folha de S. Paulo* sobre as eleições no Equador foi no dia 12 de abril de 2021, “Banqueiro Guillermo Lasso vence 2º turno no Equador”.⁵⁰ A reportagem traz dados da apuração que apontam o banqueiro Guillermo Lasso como vencedor da corrida eleitoral no Equador. Também é feita uma contextualização de como foram as eleições no país, trazendo dados e lembrando fatos que aconteceram no primeiro turno, com declarações de candidatos derrotados, personalidades políticas e de ambos os candidatos que estavam disputando o segundo turno. É possível observar também o esquema de pirâmide invertida no texto, visto que as principais informações estão no começo e as menos relevantes no final. O texto é acompanhado de duas fotografias. Após o texto principal desta reportagem, na mesma página, na coluna ao lado, há uma nota falando das eleições no Peru, cuja votação foi no mesmo dia. Os valores-notícia de construção são amplificação e relevância

Dos 12 textos informativos analisados, apenas dois não são de autoria da jornalista Sylvia Colombo, correspondente para a América Latina, um deles é de jornalista da *Folha de S. Paulo* sediada na sucursal de Belo Horizonte e outro tem como origem as agências transnacionais de notícias AFP e Reuters. Dos textos assinados por Sylvia Colombo, seis foram produzidos a partir do Equador, durante o primeiro turno das eleições, quando a jornalista passou por Guayaquil, importante centro econômico equatoriano, e Quito, a capital. Os outros, referentes ao segundo turno das eleições presidenciais, foram produzidos a partir de Buenos Aires, cidade em que reside a correspondente.

⁵⁰ COLOMBO, Sylvia. Banqueiro Guillermo Lasso vence 2º turno no Equador. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 12 abr. 2021, p. A10.

Tabela 5 – Valores-notícia de construção das eleições no Equador na *Folha*

Valor-notícia de construção	Quantidade
Simplificação	-
Amplificação	4
Relevância	10
Personalização	6
Dramatização	2
Consonância	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto ao gênero jornalístico, há uma nota, três notícias, duas entrevistas e seis reportagens. Neles, identificamos a predominância do valor-notícia de construção relevância, todavia, aparecem os de personalização, amplificação e dramatização (**Tabela 5**). Temos aqui 22 valores-notícia de construção em 12 textos, uma média de 1,8 por matéria jornalística.

Tabela 6 – Fontes acionadas pela *Folha* na cobertura das eleições no Equador

Categoria	Detalhamento	Fontes nominadas	Nº
Jornalísticas	Jornalista		-
	Agência		-
	Meios-fonte	Presidente Lenin Moreno em entrevista à TV local	1
Institucionais e organizacionais governamentais (poder público)	Executivo	Ned Price, porta-voz do Departamento de Estado Americano	1
	Legislativo		-
	Judiciário	Diana Atamaint, presidente do conselho eleitoral	1
	Autarquias federais e empresas estatais	-	-
	Polícia	-	-
	Org. Intergov.	Observadores da OEA	1
Institucionais e organizacionais não governamentais	ONGs / OINGs	David Adler, observador da Internacional Progressista	1
	Org. direito privado	-	-
	Empresarial	-	-
	Assoc. / Conselho	-	-
	Sindical	-	-
Individuais	Especializada	José Luís Pérez Guadalupe, sociólogo	4
		Brenda Carranza, coordenadora do Laboratório de Antropologia da Religião da Unicamp	
		Simón Pachano, cientista político	
		Pedro Donoso, analista político	
	Testemunha	-	-
	Ocasional	Greta Encalada, moradora	4
		Maritiza Torres, moradora	
		Edwin, chefe de obras do cemitério	
Nataly Junquiera, eleitora			

Cont. Tabela 6

Categoria	Detalhamento	Fontes nominadas	Nº
Cont. Individuais	Person. política	Gerson Almeida, candidato	6
		Yaku Pérez, candidato	
		Andrés Arauz, candidato	
		Guillermo Lasso, candidato	
		Rafael Correa, ex-presidente do Equador	
		Xavier Hervas, ex-candidato	
Documentais	Documentos impressos e eletrônicos	Pesquisa eleitoral – Clima Social	5
		Pesquisa eleitoral – Agência ClickReport	
		Pesquisa eleitoral – Market	
		Pesquisa eleitoral – Instituto Cedatos	
		Rede social – Rafael Correa, ex-presidente	
Sem fonte explícita		-	-
Total			24

Fonte: Elaborado pelo autor

Como podemos observar na **Tabela 6**, entre as fontes identificadas há a predominância de personalidades políticas (Categoria Fontes Individuais), com seis, seguido de fontes Documentais que, no caso do Equador, se destaca a predominância do uso de pesquisas eleitorais. As fontes especializadas e ocasionais (ambas da Categoria Fontes Individuais) aparecem na mesma quantidade, quatro em cada.

Ainda, identificamos o uso de meios-fonte (Categoria Fontes Jornalísticas) quando é utilizada uma declaração do presidente Lenin Moreno a um canal de TV local (uso de designação genérica). Ligadas ao poder político institucional estão as fontes governamentais, em número reduzido, apenas duas.

3.2.4 As eleições presidenciais no Peru (2021), segundo a *Folha*

A última eleição presidencial que aconteceu no Peru foi em 2016, quando foi eleito Pedro Pablo Kuczynski, conhecido como PPK. No país, um presidente eleito fica cinco anos no cargo, mas em março de 2018 PPK renunciou diante de um iminente processo de *impeachment* que poderia vir a ocorrer. Seu vice, Martín Vizcarra, assumiu o posto e ficou até novembro de 2020, quando sofreu um processo de *impeachment*. O legislativo escolheu um novo governante, Manuel Merino, que ficou apenas seis dias na presidência. Após Merino renunciar como presidente, o legislativo do país escolheu novamente um nome para ficar à frente do executivo até a realização das eleições em 2021, Francisco Sagasti.

A *Folha de S. Paulo* publicou dois textos informativos tratando das eleições presidenciais peruanas em 2020 e outros 17 textos em 2021. A maioria dos textos, 13, são de autoria da correspondente Sylvia Colombo – talvez mais um, sem autoria, mas que vem na sequência de reportagem por ela produzida. Ao contrário do que se verificou na cobertura de outros países, neste a jornalista não se deslocou em nenhum momento para o país, fazendo a apuração à distância.

Dado este contexto, o primeiro texto analisado é uma reportagem escrita pela jornalista Sylvia Colombo, desde Buenos Aires, e publicada no dia 17 de novembro de 2020⁵¹. A reportagem apresenta o quarto presidente peruano, escolhido pelo congresso para governar o país até 2021. O texto traz declarações feitas por parlamentares durante uma sessão virtual do congresso, mas não possui entrevistas ou falas específicas de fontes. A jornalista apresenta todo o contexto histórico político do Peru apontando a trajetória dos últimos quatro presidentes desde 2016 até 2021. Na reportagem, é utilizado o recurso do box com fotografias de estilo “primeiro plano” e um breve resumo do período em que cada político foi presidente do Peru (“4 presidentes em 1 mandato”). A reportagem, principal, ocupa cinco das seis colunas da página de alto a baixo; a fotografia do novo presidente abre a matéria também em cinco colunas. Os valores-notícia de construção são simplificação e relevância.

No dia 18 de novembro de 2020, a *Folha* traz a notícia “Quarto presidente em 4 anos, Sagasti assume o Peru”⁵², escrita pela jornalista Sylvia Colombo, de Buenos Aires, que apresenta o novo presidente do Peru. Na ocasião, o quarto chefe do executivo em quatro anos escolhido pelo congresso foi Francisco Sagasti. A jornalista apresenta em seu texto um breve contexto histórico do país até aquele momento e reproduz falas do discurso de posse do novo presidente. No texto também é apresentado um breve currículo do novo mandatário. Trata-se de uma notícia secundária, com fotografia e os valores-notícia de construção identificados foram relevância e personalização.

A terceira notícia foi publicada no dia 3 de março de 2021⁵³ e apresenta o conturbado contexto político do Peru naquele momento, em que a maioria dos

⁵¹ COLOMBO, Sylvia. Congresso peruano elege líder, virtual 4º presidente em 4 anos. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 30 jul. 2020, p. A26.

⁵² COLOMBO, Sylvia. Quarto presidente em 4 anos, Sagasti assume o Peru. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 12 set. 2020, p. A19.

⁵³ COLOMBO, Sylvia. Em eleição marcada por alta rejeição no Peru, líder nas pesquisas pode ficar fora da disputa. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 03 mar. 2021, p. A14.

candidatos apresentavam um alto índice de rejeição e o principal candidato poderia ficar fora da disputa. Além de trazer uma declaração feita pelo candidato George Forsyth – em destaque como suspiro – a um jornal do país, por meio de seu texto a jornalista Sylvia Colombo também contextualiza os desafios que o novo presidente terá ao assumir o cargo. A notícia assinada de Buenos Aires ocupa espaço secundário na página e possui suspiro, como dito anteriormente. Relevância e personalização são os valores-notícia de construção presentes no texto.

A reportagem “Peru elege novo presidente em pleito fragmentado e cheio de outsiders”⁵⁴, revela a divisão do país que, às vésperas das eleições, não tinha nenhum candidato com mais de 10% das intenções de voto nas pesquisas eleitorais. Como fonte a reportagem usa um sociólogo para trazer o contexto social do Peru. Os valores-notícia de construção identificados são amplificação e relevância. A reportagem, principal, ocupa meia página e cinco das seis colunas, possui uma fotografia de debate eleitoral, além de infográfico. O tema rende chamada secundária na capa do jornal: “No Peru, voto nulo e não ir às urnas lideram pesquisas”.

Na edição do dia 12 de abril de 2021, junto com a reportagem principal sobre o segundo turno das eleições no Equador, vem uma notícia secundária, sem fotografia ou outro recurso de imagem, sobre o pleito no Peru: “Candidato esquerdista lidera boca de urna apertada no Peru”.⁵⁵ Apesar de não estar claramente assinada, imagina-se que pode ter sido escrita pela jornalista Sylvia Colombo, já que está na sequência de texto informativo por ela assinado. A notícia não traz falas de nenhum candidato na disputa peruana, apenas dados relacionados com a primeira pesquisa boca de urna e o relato de como foi o tradicional café da manhã dos principais candidatos. Pelo texto, pode-se perceber que as informações foram apuradas a partir das redes sociais desses candidatos já que essas marcas estão presentes no texto. No final, traz um breve resumo com dados da situação da Covid-19 naquele momento no país. Novamente relevância e personalização são os valores-notícia de construção presentes.

⁵⁴ COLOMBO, Sylvia. Peru elege novo presidente em pleito fragmentado e cheio de outsiders. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 10 abr. 2021, p. A14.

⁵⁵ CANDIDATO esquerdista lidera boca de urna apertada no Peru. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 12 abr. 2021, p. A10.

Já no dia 13 de abril de 2021, a edição traz a reportagem “Peru deverá ter 2º turno entre outsider e político tradicional”⁵⁶ com dados preliminares referentes ao primeiro turno das eleições peruanas, em que aponta Pedro Castillo já no segundo turno e mais três possíveis candidatos na disputa junto com ele. Importante destacar que apesar de José Pedro Castillo Terrones ser professor universitário, líder sindical e político peruano, foi apresentado no texto da reportagem como “o líder de esquerda azarão”, enquanto os demais candidatos são designados como “a ex-congressista” e “o economista”. Os valores-notícia de construção identificados são relevância e personalização. A reportagem principal ocupa mais de meia página do jornal, abre com uma fotografia em cinco colunas, traz um infográfico (Raio-x Peru) e um box na sexta coluna de texto com a fotografia e um breve resumo da trajetória profissional dos quatro possíveis candidatos que estarão no segundo turno.

A notícia⁵⁷ publicada em 24 de maio é assinada pelas agências de notícias AFP e Reuters e apresenta informações das manifestações contra a candidatura de Keiko Fujimori, que ocorreram na capital do Peru. Além de apresentar as manifestações e ouvir um manifestante, o texto também traz o contexto político para essa situação e dados de uma pesquisa eleitoral referente às intenções de votos para o segundo turno. Um fato curioso é que o ex-governante Alberto Fujimori, pai de Keiko Fujimori, é tratado nesse texto, com informações de agências, como ex-ditador, diferente de outros textos escritos por Sylvia Colombo, em que ela o chamava de ex-presidente ou de autocrata. A notícia, secundária, encontra-se no rodapé da página e possui uma fotografia. Os valores-notícia de construção são relevância e personalização.

A edição do dia 25 de maio de 2021 apresenta a notícia de um atentado ocorrido próximo ao segundo turno⁵⁸. Além disso, o texto também traz o contexto histórico referente às guerrilhas do país, a relação delas com o ex-governante Fujimori e um breve levantamento referente ao segundo turno das eleições. Os valores-notícia do texto são relevância e dramatização. Produzida desde Buenos Aires, a notícia ocupa o topo da página de internacional, possui infográfico e suspiro com trecho de texto do panfleto encontrado na região do massacre.

⁵⁶ COLOMBO, Sylvia. Peru deverá ter 2º turno entre outsider e político tradicional. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 13 abr. 2021, p. A13.

⁵⁷ PERU tem manifestações contra a candidatura de Keiko Fujimori. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 24 maio 2021, p. A15.

⁵⁸ COLOMBO, Sylvia. A duas semanas de eleição, atentado deixa ao menos 14 mortos no Peru. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 25 maio 2021, p. A16.

O texto “No segundo turno, Peru decidirá presidente dividido em extremos”⁵⁹, publicado em 6 de junho de 2021, dia em que ocorreu o pleito do segundo turno no Peru, traz dados das últimas pesquisas realizadas por institutos peruanos, falas e apontamentos de analistas, além de algumas aspas que são declarações de candidatos. A reportagem principal ocupa quase a totalidade da página – abaixo há um texto opinativo, de análise da eleição -, traz fotografia, infográfico e box com destaque para o perfil dos dois candidatos que concorreram no segundo turno. Presença de chama de capa secundária: “Boca de urna no 2º turno no Peru traz empate técnico”. Os valores-notícia de construção identificados são amplificação e personalização.

A reportagem “Boca de urna no Peru mostra empate técnico na disputa à Presidência”⁶⁰, publicada um dia após a realização do segundo turno, traz dados das pesquisas boca de urna feitas no dia da votação. A pesquisa mostra um resultado diferente da reportagem publicada no dia anterior, o domingo da votação. Além de pesquisa que aponta Keiko Fujimori à frente com uma leve vantagem, o texto traz também declarações dadas via *Twitter* por Pedro Castillo e declarações de Keiko Fujimori ao seu eleitorado. Além disso, o texto descreve o contexto histórico eleitoral, principalmente da candidata apontada como possível vencedora da disputa. Podemos observar uma semelhança de acusações entre os candidatos que lembram um pouco as eleições brasileiras de 2022. No texto, também há declarações de que ambos os candidatos respeitarão o resultado das eleições e a democracia. Um recurso utilizado na diagramação foi o uso de suspiro apontando a porcentagem da pesquisa boca de urna realizada pelo instituto peruano Ipsos. A reportagem, principal, traz fotografias dos dois candidatos. Os valores-notícia de construção presentes no texto são amplificação e relevância.

A reportagem⁶¹ produzida pelas agências de notícias Reuters e AFP no dia 8 de julho, com dados do ONPE, órgão eleitoral do Peru, traz a virada de votos a favor de Pedro Castillo nas eleições. Nela, é contextualizada como foi a apuração de votos até o momento. Ainda, traz declarações dos candidatos e de seus partidos: as de

⁵⁹ COLOMBO, Sylvia. No segundo turno, Peru decidirá presidente dividido em extremos. *Folha de S. Paulo, Mundo*, 06 jun. 2021, p. A12.

⁶⁰ COLOMBO, Sylvia. Boca de urna no Peru mostra empate técnico na disputa à Presidência. *Folha de S. Paulo, Mundo*, 07 jun. 2021, p. A10.

⁶¹ EM VIRADA Contra Keiko, Castillo assume liderança em pleito no Peru. *Folha de S. Paulo, Mundo*, 08 jul. 2021, p. A12.

Pedro Castillo foram extraídas do *Twitter* do candidato, já as de Keiko Fujimori não há marcas no texto que indicam o lugar de onde foram retiradas. Há também aspas com declarações que pessoas gritavam, se manifestando, através das janelas no país quando ainda achavam que Fujimori estava à frente da votação. Amplificação e relevância são os valores-notícia de construção do texto.

Esta reportagem tem como origem geográfica Lima, capital do Peru. Principal, de página inteira, abre com fotografia em seis colunas de Pedro Castillo, traz dois suspiros com declarações de Castillo e de Keiko Fujimori, respectivamente, e infográfico ("Como foi a votação no Peru") com dados de como foi a votação até aquele momento, com 92,14% das urnas apuradas. O mapa apresenta o país dividido em estados e com as cores de cada candidato no estado em que estava vencendo. Abaixo do mapa, há um gráfico de barras com o nome de cada um dos estados e a porcentagem de cada candidato. A reportagem também apresenta um breve contexto histórico político de ambos os candidatos, já que as eleições daquele momento estavam apertadas e qualquer um dos dois poderia ser eleito presidente. Por fim, a reportagem ainda traz um panorama do número de mortos pela pandemia de Covid-19 no país.

Na edição do dia 9 de junho de 2021 novamente a *Folha de S. Paulo* destina uma página inteira da editoria de Mundo para a cobertura das eleições peruanas. Nela, apresenta uma reportagem e uma entrevista. Mais uma vez a temática rendeu chamada de capa, secundária, no jornal: "Para observadores, eleições no Peru foram limpas". A reportagem⁶² centra-se nas acusações feitas por Keiko Fujimori de possíveis fraudes no pleito peruano. Além das falas de Keiko, dadas em uma entrevista coletiva convocada pela candidata, o texto também traz também as falas de Ruben Ramirez Lezcano, chefe da missão de observação eleitoral da OEA, e de Fernando Tuesta, ex-titular do ONPE, o órgão eleitoral peruano. O texto apresenta dois suspiros com as falas dessas duas fontes, além de contextualizar, trazer dados do órgão eleitoral peruano e de pesquisas boca de urna, e uma declaração feita via *Twitter* pelo ex-presidente da Bolívia Evo Morales. A reportagem, principal, ocupa quatro das seis colunas da página, traz fotografia de Keiko Fujimori e os dois suspiros anteriormente citados. Os valores-notícia de construção observados são relevância e personalização.

⁶² COLOMBO, Sylvia. Ao contrário de Keiko, observadores veem eleição limpa no Peru. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 09 jul. 2021, p. A14.

O texto informativo repete parágrafos utilizados em outros textos escritos pela jornalista Sylvia Colombo. Ainda, o fato que a jornalista descreve em seu texto se assemelha muito a política brasileira, uma vez que apoiadores da direita Keiko foram em frente ao prédio do ONPE acompanhar a apuração vestidos com camisetas da seleção peruana de futebol, enquanto eleitores de Castillo levaram uma grande bandeira do Peru. Outro fato a ser observado, não somente nas eleições do Peru, mas em outras eleições que ocorreram na América Latina, é a polarização presente nelas, principalmente no segundo turno, com pequenas diferenças de porcentagem entre o candidato A e o candidato B.

A entrevista⁶³ com a cientista política e presidente da ONG Transparência, Adriana Urrutia, contextualiza a política peruana para o leitor e explica possíveis caminhos para o futuro do Peru. A jornalista Sylvia Colombo deixa claro no texto que a entrevista foi feita por telefone visto que se encontra em Buenos Aires. A entrevista ocupa as outras duas colunas da página, de alto a baixo, traz fotografia com enquadramento em primeiro plano da entrevistada e um suspiro com trecho da fala dela. Os valores-notícia de construção são personalização e dramatização.

A edição do dia 10 de junho trata das eleições peruanas por meio de uma reportagem principal e de uma notícia secundária. Além disso, mais uma vez o pleito rende chamada de capa, secundária, na *Folha*: “Castillo se declara vencedor, mas Peru adia validação”. A reportagem⁶⁴, apresenta a notícia de que Pedro Castillo se declarou vencedor das eleições após 99% das urnas apuradas, porém o órgão eleitoral peruano ainda não havia feito nenhum pronunciamento oficial confirmando o resultado. A rival na disputa, Keiko Fujimori, também não havia reconhecido o resultado, mas a campanha dela já havia anunciado que entraria com recursos na justiça para anular a votação em algumas regiões. A reportagem, principal, ocupa mais da metade da página do jornal, traz uma fotografia de Castillo, dois suspiros com as porcentagens de cada um dos candidatos e um box com uma declaração do presidente Jair Bolsonaro confirmando a derrota de Keiko Fujimori. Há também declarações dos partidos de ambos os candidatos. Para finalizar é apresentada a informação de que os juízes eleitorais do país iniciariam o processo de revisão dos

⁶³ COLOMBO, Sylvia. Sem governabilidade, política peruana seguirá instável, dias acadêmica. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 09 jun. 2021, p. A14.

⁶⁴ COLOMBO, Sylvia. Castillo se declara vencedor, e Keiko buscará judicializar eleição no Peru. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 10 jun. 2021, p. A13.

votos contestados, e que esse procedimento poderia durar até dez dias. Os valores-notícia de construção observados são amplificação e relevância.

Na mesma edição, a notícia “Esquerda brasileira comemora eleição de sindicalista”,⁶⁵ escrita por Ranier Bragon⁶⁶, jornalista da sucursal de Brasília, traz declarações das principais personalidades políticas da esquerda brasileira comemorando a vitória de Pedro Castillo como presidente do Peru. A única declaração retirada de uma rede social foi a do presidente do PSOL, Juliano Medeiros. A notícia, secundária, não traz nenhum destaque gráfico e apresenta a relevância como valor-notícia de construção.

No dia 11 de junho de 2021 é apresentada notícia⁶⁷ referente ao pedido de prisão preventiva contra Keiko Fujimori. Além disso, a mesma notícia traz uma continuidade dos resultados das eleições que ainda estavam sendo revisados e destaca que não havia uma declaração oficial do órgão eleitoral peruano. No texto também há uma declaração feita pelo presidente argentino Alberto Fernandez que parabenizou o candidato eleito e uma declaração retirada do *Twitter* do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No encerramento do texto a jornalista traz os fatos que fizeram o discurso de Keiko ir mudando durante o processo eleitoral. A notícia, secundária, tem fotografia e suspiro com a declaração de Keiko. Os valores-notícia de construção observados são personalização e dramatização.

Na última reportagem analisada, “Perto da vitória no Peru, Castillo busca afastar imagem radical”⁶⁸, a jornalista Sylvia Colombo busca fazer uma análise das semanas angustiantes das eleições peruanas, visto que até aquele momento não havia sido declarado oficialmente o resultado das eleições, já que Keiko Fujimori havia pedido revisão de 300 mil votos e a anulação de outros 200 mil. Para desenvolver melhor e analisar a situação do país e de como poderia ser o futuro, a jornalista entrevista o cientista político Steven Levitsky, da Universidade de Harvard, especializado no Peru. A reportagem, principal, sem fotografia, traz suspiro com destaque para trecho da fala de Levitsky. Mais uma vez a Folha destina uma página

⁶⁵ BRAGON, Ranier. Esquerda brasileira comemora eleição de sindicalista. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 10 jun. 2021, p. A13.

⁶⁶ Da sucursal de Brasília, é autor, entre outras e em parceria com colegas, das reportagens sobre o patrimônio da família Bolsonaro e das candidaturas laranjas do PSL nas eleições de 2018.

⁶⁷ COLOMBO, Sylvia. Promotor da Lava Jato peruana pede prisão preventiva de Keiko Fujimori. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 11 jun. 2021, p. A12.

⁶⁸ COLOMBO, Sylvia. Perto da vitória no Peru, Castillo busca afastar imagem radical. *Folha de S. Paulo*, Mundo, 19 jun. 2021, p. A19.

inteira ao Peru, contudo a secundária não tem relação com a corrida eleitoral; a notícia trata da criação de um grupo de natação para escapar da pandemia. É essa notícia secundária que ganha destaque na capa da edição do jornal. Os valores-notícia de construção presentes no texto são relevância e dramatização.

Como esta reportagem é a última analisada no período escolhido, não teremos aqui a análise da reportagem com o resultado oficial da eleição, esta foi publicada pouco mais de um mês depois, no dia 20 de julho de 2021, data que não integra o *corpus* da pesquisa.

Dos 17 textos informativos analisados, apenas três não são de autoria da jornalista Sylvia Colombo, correspondente para a América Latina, um deles é de um jornalista da *Folha* sediado na sucursal de Brasília e outros dois têm como origem as agências AFP e Reuters. Um quarto texto não tem autoria explícita, mas é possível deduzir que foi produzido pela correspondente porque vem na sequência de uma reportagem por ela assinada (sobre o Equador, anteriormente analisada). Como dito anteriormente, todos os textos de autoria da correspondente da *Folha* foram produzidos à distância, de Buenos Aires, uma vez que ela não esteve no Peru acompanhando nenhum momento do pleito.

Tabela 7: – Valores-notícia de construção das eleições no Peru na *Folha*

Valor-notícia de construção	Quantidade
Simplificação	1
Amplificação	5
Relevância	14
Personalização	9
Dramatização	4
Consonância	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto aos valores-notícia de construção (**Tabela 7**), o destaque é para relevância, seguido de personalização, com 14 e nove referências cada, respectivamente. Também aparecem amplificação, dramatização e simplificação. Em 17 textos informativos analisados encontramos 33 valores-notícia, uma média de quase dois por texto.

Identificamos a predominância de reportagens sobre os demais gêneros

informativos, apesar de a correspondente da *Folha de S. Paulo* não produzir nem apurar *in loco* no caso das eleições peruanas. Há nove reportagens, sete notícias e uma entrevista. Um recurso bastante explorado pela *Folha de S. Paulo* é o suspiro como modo de, graficamente, dar destaque às declarações de candidatos e de políticos do Peru e do exterior e de apresentar dados estatísticos de pesquisas eleitorais. Outro recurso empregado foi a infografia com mapas e o contexto sociodemográfico do país.

Tabela 8 – Fontes acionadas pela *Folha* na cobertura das eleições no Peru

Categoria	Detalhamento	Fontes nominadas	Nº
Jornalísticas	Jornalista	-	-
	Agência	-	-
	Meios-fonte	George Forsyth, candidato, em entrevista ao jornal <i>El Comercio</i>	1
Institucionais e organizacionais governamentais (poder público)	Executivo	Francisco Sagasti, presidente interino do Peru	3
		Alberto Fernandez, presidente da Argentina	
		Jair Bolsonaro, presidente do Brasil	
	Legislativo	Gleisi Hoffmann, dep. federal, presidente do PT	2
		Alice Portugal, deputada PCdoB-BA	
	Judiciário	José Domingo Pérez – Promotor	1
	Autarquias federais e empresas estatais	-	-
Polícia	-	-	
Org. Intergov.	OEA	3	
	Rubén Ramírez Lezcano, chefe da Missão de Observação Eleitoral da OEA		
	União Interamericana de Órgãos Eleitorais		
Institucionais e organizacionais não governamentais	ONGs / OINGs	-	-
	Org. direito privado	-	-
	Empresarial	-	-
	Assoc. / Conselho	-	-
	Sindical	-	-
Individuais	Especializada	Fernando Tuesta Soldevilla, sociólogo, ex-titular da Onpe e analista	5
		Alberto Vergara, analista	
		Mike Reid, colunista <i>The Economist</i> e especialista em Peru	
		Adriana Urrutia, cientista política	
		Steven Levitsky, cientista Político	
	Testemunha	-	-
	Ocasional	Roberto, manifestante	1
Person. política	Pedro Castillo, candidato	3	
	Keiko Fujimori, candidata		
	Carlos Lupi, presidente PD		
Documentais	Documentos impressos e eletrônicos	Instituto Ipsos	
		Instituto Ipsos – Pesquisa de boca de urna	
		Instituto Datum	
		Our World in Data	
		Instituto de Estudos do Peru (IEP)	
		Dados eleitorais da Oficina Nacional de Procesos Electorales (Onpe)	

Cont. Tabela 8

Categoria	Detalhamento	Fontes nominadas	Nº
Cont. Documentais	Documentos impressos e eletrônicos	Comunicado do Exército	14
		Panfleto encontrado no local	
		Rede social – Francisco Sagasti, presidente peruano	
		Tuíte – Juliano Medeiros, PSOL	
		Rede social – David Sulmont, Especialista em estatística eleitoral	
		Tuíte – Evo Morales	
		Tuíte – Pedro Castillo	
		Nota Peru Libre (Partido de Castillo)	
Sem fonte explícita		-	-
Total			33

Fonte: Elaborado pelo autor

De maneira geral podemos observar na **Tabela 8** que há predominância de fontes documentais, 14 delas, uma vez que foram utilizados dados de pesquisas eleitorais e declarações feitas por meio de redes sociais como o *Twitter*. Também há um número considerável de fontes da Categoria Institucionais e Organizacionais Governamentais (poder público), nove, com declarações de chefes do Executivo de alguns países da região. Para o desenvolvimento dos textos, foram utilizadas cinco fontes especializadas (Fontes Individuais), entre analistas e cientistas políticos. Há o emprego de meio-fonte, com declaração retirada do jornal *El Comercio*.

Ao todo, neste trabalho, identificamos e analisamos 44 textos informativos sobre quatro eleições presidenciais em países latino-americanos. Submetemos todos os textos à Análise de Conteúdo, a partir de um protocolo padrão para codificar os mais diversos aspectos dos textos jornalísticos com a finalidade de compreender a ambiência de cobertura das eleições presidenciais na América Latina no jornal de referência *Folha de S. Paulo*, no hiato julho 2020 a junho 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o jornalismo, este trabalho já nasceu internacional. A realização de um intercâmbio no México despertou o interesse pela América Latina que se estendeu muito além da mera curiosidade histórica, cultural e social. O desejo de entender mais sobre como o Brasil, único no bloco de língua portuguesa, se relaciona com os demais países latino-americanos, de maioria *hispanohablante*, e que interesse o jornalismo brasileiro tem na região levou ao nosso problema de pesquisa que visava a compreender como o jornal *Folha de S. Paulo*, na editoria Mundo, cobre eleições presidenciais na América Latina.

Tendo como o objetivo geral deste trabalho analisar como o jornal de referência *Folha de S. Paulo* trata as eleições presidenciais em países latino-americanos, no período 2020-2021, em um primeiro momento identificamos a presença de reportagens sobre eleições presidenciais em países da América Latina na editoria de Mundo da versão impressa do jornal. A ideia inicial era analisar dois anos de cobertura, mas como foram identificados 44 textos informativos em um ano (jul. 2020 a jun. 2021), este espaço de tempo foi reduzido. Após identificados os textos, começamos a observar como se dá a cobertura jornalística das eleições presidenciais, que países latino-americanos aparecem e qual espaço editorial que ocupam no jornal. Por último buscamos compreender a hierarquia que a *Folha de S. Paulo* estabelece a partir das escolhas de cobertura noticiosa.

No desenvolvimento deste trabalho, conforme os textos informativos foram sendo lidos e analisados, identificamos que a *Folha de S. Paulo* contava com a jornalista Sylvia Colombo, uma correspondente fixa para cobrir assuntos referentes à América Latina – às vésperas da conclusão do trabalho portais noticiaram sua demissão⁶⁹ e não localizamos informação referente à substituição ou à extinção do cargo de correspondente para América Latina; Sylvia passou à colunista do jornal. A jornalista tinha como base Buenos Aires, capital da Argentina.

Dos 44 textos jornalísticos analisados, 33 foram escritos por Colombo, outros seis por repórteres de sucursais da *Folha* espalhadas pelo Brasil e mais cinco oriundos das agências de notícias AFP, com sede em Paris, e *Reuters*, sediada em Londres. Um único texto não traz autoria, mas deduz-se que é da correspondente devido à

⁶⁹ <https://www.portaldosjornalistas.com.br/folha-de-s-paulo-demite-jornalistas-e-colunistas/>

localização dele na página do jornal. Pelo fato da *Folha* ter uma jornalista dedicada a cobrir o subcontinente, a maioria das reportagens ganham destaque nas páginas em que estão situadas e, em alguns casos, ainda recebem chamada na capa do jornal.

A pandemia da Covid-19 impossibilitou a correspondente de se deslocar mais vezes pela região, realizando a cobertura *in loco* dos pleitos quando permitido. No caso de Equador e Bolívia, Sylvia Colombo se deslocou até os países somente no primeiro turno. Já no caso do Peru, a jornalista realizou toda a cobertura diretamente de sua base em Buenos Aires; aparentemente isso se deu devido à alta no número de casos de Covid-19 e também por questões logísticas. Os textos da Guiana não foram escritos pela correspondente Sylvia Colombo.

As agências de notícias transnacionais são um importante caminho na construção de textos para a editoria de internacional. No entanto, para a cobertura das eleições na América Latina, a *Folha* raramente utiliza este recurso, visto que de 44 textos analisados apenas cinco são oriundos de agências. Todavia, chama a atenção o fato de que as fotografias que ilustram os textos analisados são provenientes das agências AFP e Reuters. As exceções são as fotografias creditadas como “divulgação”. Em muitas matérias é possível identificar que, na página do jornal, há destaque para dados do país que está sendo descrito no texto, fazendo o uso de infografias com mapas e dados estatísticos. É importante lembrar que nenhum país latino-americano que teve eleições presidenciais no período analisado ficou de fora da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo*, aparecendo mesmo que em textos mais curtos, como foi o caso da Guiana.

De acordo com o trabalho de conclusão de curso de Dal Magro (2017. p. 45), “os Estados Unidos são o país que mais interessa na editoria de Mundo da *Folha de S. Paulo*” independente do tema, e efetivamente isso se repetiu. Durante a busca diária pelos textos informativos sobre eleições na América Latina nas páginas da seção internacional da *Folha*, foi possível observar que, durante o período eleitoral estadunidense – que não era objeto de estudo, mas ocorreu no mesmo intervalo –, são dedicadas páginas inteiras ou até mais de uma página em uma mesma edição para o tema corrida eleitoral dos EUA. Nota-se que este é o país que mais interessa à *Folha* e a qualquer outro jornal de referência cobrir, pela posição que ocupa em termos de geopolítica internacional.

Com os dados coletados podemos observar que há um certo destaque para os quatro países com pleito no período de julho de 2020 a junho de 2021: Guiana, Bolívia,

Equador e Peru. Cerca de 65,90% dos textos ocupam o espaço principal nas páginas, o que corresponde a 29 textos informativos de um total de 44. Com exceção da Guiana, cada país teve um texto de página inteira sobre o tema eleições presidenciais. Ao todo, foram 15 chamadas na capa do jornal, com maior destaque para o Equador, como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 9 – Localização dos textos na editoria Mundo

Localização da matéria na página do jornal	Guiana	Bolívia	Equador	Peru	Total
Principal	1	8	9	11	29
Secundária	1	4	2	4	11
Página Inteira	-	1	1	1	3
Nota pé de página	-	-	-	1	1
Chamada na capa	-	3	7	5	15

Fonte: Elaborado pelo autor

Como já trouxemos no trabalho, os “valores-notícia são critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção e estão presentes tanto na seleção das notícias como também permeiam os procedimentos posteriores, porém com importância diferente” (WOLF apud SILVA, G., 2005, p. 99). Para analisar os textos buscamos identificar os valores-notícia de construção apresentados por Silva e Jeronimo (2017, p. 5), detalhados anteriormente, sendo eles: “a ‘simplificação’, a ‘amplificação’, a ‘relevância’, a ‘personalização’, a ‘dramatização’, e a ‘consonância’”.

Tabela 10 – Valores-notícia de construção das eleições presidenciais latino-americanas na *Folha*

Valores-notícia de construção	Guiana	Bolívia	Equador	Peru	Total
Simplificação	-	-	-	1	1
Amplificação	2	2	4	5	13
Relevância	2	9	10	14	35
Personalização	-	6	6	9	21
Dramatização	-	-	2	4	6
Consonância	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao todo, foram identificados 76 valores-notícia de construção nos 44 textos analisados, lembrando que um texto pode ter mais de um valor-notícia. Relevância foi

o valor-notícia de construção que mais apareceu, 35 vezes no total. Este valor se refere à habilidade do jornalista em construir uma narrativa de modo que seja relevante ao leitor. Esta capacidade é importante, pois permite que o jornalista conte histórias de forma envolvente. Ao retratar os fatos de forma significativa, o jornalista consegue captar a atenção do leitor e transmitir a mensagem de forma clara e instigante. Outro valor-notícia de construção que apareceu bastante foi o de personalização, este usa a figura de uma *persona* como fio condutor do texto, fazendo-se muito presente em entrevistas.

Além dos valores-notícia, outra parte importante do desenvolvimento de um texto jornalístico é o uso de fontes. Ao todo foram utilizadas 90 fontes nos 44 textos analisados, sendo 34 delas fontes documentais, especialmente, declarações dadas em redes sociais por candidatos, personalidades políticas e políticos com cargo no Executivo e Legislativo e também dados de institutos de pesquisa (**Tabela 10**).

Tabela 11 – Fontes acionadas pela *Folha* na cobertura das eleições na América Latina (jul.20/jun.21)

Categoria	Detalhamento	Guiana	Bolívia	Equador	Peru	Total
Jornalísticas	Meios-fonte	-	2	1	1	4
Institucionais e organizacionais governamentais (poder público)	Executivo	-	1	1	3	5
	Legislativo	-	1	-	2	3
	Judiciário	-	1	1	1	3
	Polícia	-	1	-	-	1
	Org. Intergov.	-	1	1	3	5
Institucionais e organizacionais não governamentais	ONGs / OINGs	-	-	1	-	1
	Org. direito privado	1	-	-	-	1
Individuais	Especializada	1	1	4	5	11
	Ocasional	-	-	4	1	5
	Personalidade política	-	7	6	3	16
Documentais	Documentos impressos e eletrônicos	1	14	5	14	34
Sem fonte explícita		1	-	-	-	1
Total		4	29	24	33	90

Fonte: Elaborado pelo autor

A **Tabela 11** pode sugerir diversidade de fontes. Contudo, as fontes ligadas à política se repetem em pelo menos três categorias porque aparecem ora como

institucionais e organizacionais governamentais, ora como documentais (os tuites de representantes do poder público) ou ora como personalidades políticas (categoria fontes individuais), ora como documentais (também por tuites desses personagens). Logo, numericamente há uma quantidade considerável de fontes acionadas, mas não há diversidade.

Ao analisarmos e compararmos os dados quantitativos, podemos dizer que as fontes documentais foram uma parte importante no desenvolvimento das notícias, reportagens e entrevistas analisadas. A maioria delas provém de declarações feitas a partir de redes sociais, como o *Twitter*, e outras vêm de dados de institutos de pesquisas, como, por exemplo, pesquisas boca de urna. Dentre as declarações feitas em redes sociais, quase a totalidade delas são de personalidades políticas que comentaram sobre cada etapa das eleições e suas declarações foram utilizadas para complementar e enriquecer os textos. Essas declarações “tomadas de empréstimo” de redes sociais – e escritas pelas lideranças políticas ou por suas assessorias – por um lado revelam a facilidade de acionar posicionamentos em meio a pandemia que dificultava ou impedia deslocamentos físicos, mas, por outro, indicam uma pobreza de apuração jornalística e checagem de tais afirmações.

Na Categoria Fontes Individuais, as personalidades políticas são as que aparecem em maior número. Vale lembrar que consideramos como personalidades políticas candidatos e lideranças políticas sem cargo no Executivo ou Legislativo no momento do pleito, bem como ex-presidentes, ex-senadores, ex-ministros etc. Como dito anteriormente, eles aparecem também como fontes documentais a partir dos tuites tomados como origem de declarações.

Em seguida aparecem em menor número as fontes especializadas (também da Categoria Fontes Individuais). Nos textos analisados, por diversas vezes cientistas políticos e especialistas em política da região foram consultados para contextualizar e dar melhor entendimento sobre o tema ao leitor. Contudo, é importante mencionar que a escolha de especialistas, geralmente, tem por base uma visão de mundo semelhante à linha editorial do próprio jornal. Isso explicaria o acionamento de um especialista de Harvard ao invés de um pesquisador de algum centro de referência em política da própria América Latina para falar do Peru.

Se olharmos para as categorias de fontes, sem desdobrá-las, em ordem decrescente temos: 34 Documentais; 32 Individuais; 17 Institucionais e organizacionais governamentais; quatro Jornalísticas (apenas meios-fonte); duas

Institucionais e organizacionais não governamentais; e uma sem fonte explícita.

Em seus textos de internacional, a *Folha* busca contextualizar e situar o leitor acerca dos acontecimentos no cenário político dos países latino-americanos até chegar ao momento do pleito, sempre valorizando uma leitura econômica. Os textos são detalhados e trazem várias fontes, como pudemos ver pelos dados analisados. Os valores-notícia atribuídos na análise contemplam todo o dinamismo dado nos textos, principalmente nos escritos pela jornalista Sylvia Colombo.

Com isso, concluímos que a *Folha de S. Paulo*, na editoria Mundo, cobriu as eleições presidenciais na América Latina, no período 2020-2021, evidenciando e dando o devido destaque aos países em que estavam ocorrendo pleitos. Ainda, que o cruzamento do território América Latina com o tema eleições presidenciais tem importância editorial para o jornal brasileiro. Importância esta que fica evidente pelo volume de textos informativos publicados; pela extensão dos mesmos (preferência por reportagens); pela disposição nas páginas (predileção pelo espaço principal, no topo); pelo destaque na capa (mesmo que em chamadas secundárias); pelo investimento gráfico (com fotografias, infografias e uso de suspiro); pelo emprego de recursos humanos próprios (a correspondente para América Latina e os repórteres de sucursal, ao invés de despachos de agência).

Apesar da atenção dada aos pleitos na América Latina no período de análise, as hierarquias ou escalas são distintas: a cobertura de Bolívia, Peru e Equador – países que integram a América Andina, junto do Chile, da Colômbia e da Venezuela – tem destaque semelhante, mas nitidamente distinto do atribuído à Guiana – país caribenho. Apesar de não ser objeto do trabalho, no período de coleta de *corpus*, ocorreu eleições presidenciais nos Estados Unidos da América e o padrão de cobertura adotado pela *Folha* é distinto: em uma mesma edição várias e várias páginas de Mundo destinadas à cobertura, inclusive com a ampliação do tamanho da editoria e a abordagem das eleições desde ângulos diversos, como economia, social, meio ambiente, saúde etc.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pedro. **Jornalismo internacional em redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008. Disponível em:

<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101411/estudos20.pdf>>.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2018.

BARBOSA, Alexandre. **A solidão da América Latina na grande imprensa**.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DAL MAGRO, Jackson. **O jornalismo internacional nas capas de jornais**

brasileiros de referência. Trabalho de Conclusão de Curso. Frederico Westphalen, RS, Curso de Jornalismo: Bacharelado, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

DE LOS MONTEROS, Guillermo García Espinosa. Periodismo internacional, corresponsales y testimonios sobre el extranjero. **Foro Internacional**, v. 38, n. 2/3, p. 415-426, 1998. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27738911>>.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge.

BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 280-304.

MELO, José Marques. Jornalismo Político: democracia, cidadania, anomia. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 15, n.35, abr. 2008. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4097>>.

MORAES, Claudia. Fontes. In: ZAMIN, Angela; SCHWAAB, Reges (orgs.). **Tópicos em jornalismo: redação e reportagem**. Florianópolis: Insular, 2021, p. 53-59.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

RODRIGUES, Hila. Política. In: ZAMIN, Angela; SCHWAAB, Reges (orgs.). **Tópicos em jornalismo: redação e reportagem**. Florianópolis: Insular, 2021, p. 249-254.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 51-69.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>>.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, ano 5, n. 10, jul./dez. 2011, p. 18-36. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250/55320>>.

SILVA, Marcos Paulo. Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. **Crítérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 71-83.

SILVA, Marcos Paulo. JERONYMO, Raquel de Souza. Uma análise crítica dos 'valores-notícia de construção': contribuições da retórica e dos estudos de enquadramento para problematização do conceito. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40. **Anais do...** Curitiba: Intercom, 2017. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2511-1.pdf>>

ZAMIN, Angela. Internacional. In: ZAMIN, Angela; SCHWAAB, Reges (orgs.). **Tópicos em jornalismo: redação e reportagem**. Florianópolis: Insular, 2021, p. 271-279.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão/Reference journalism: the concept behind the expression. **Revista Famecos**, v. 21, n. 3, p. 918, 2014. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716/12570>>.

ZAMIN, Angela. Meios-fonte nas páginas de internacional de *O Estado de S. Paulo Galáxia*, PUC-SP, n. 22, pp. 250-261, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641248020.pdf>>.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1

GUIANA

Patrulhadores culturais

Objetivo é cancelar quem é culpado de pensar a coisa errada

Yascha Mounk

Cientista social, é professor associado na Universidade Johns Hopkins e autor de "O Povo contra a Democracia"

Entre os ensaios de George Orwell dos quais gosto, um que me é especialmente caro pode à primeira vista parecer uma escolha surpreendente: é uma defesa de P.G. Wodehouse, escrita nos últimos dias da Segunda Guerra Mundial, contra a acusação de ser simpático fascista.

Wodehouse era odiado por muitos na época, e com razão. Depois de passar o primeiro ano da guerra em prisão domiciliar na França, ele concordara em ir a Berlim para fazer transmissões na rádio nazista. Foi, como Orwell reconhece, uma das maio-

res proezas de propaganda política que Joseph Goebbels conseguiu realizar durante a guerra.

Orwell, é claro, era opositor ferrenho do fascismo. Um dos primeiros a criticar Benito Mussolini e Adolf Hitler, ele via a causa antifascista como tão importante que se voluntariou para combater as tropas de Franco na Guerra Civil Espanhola, e tinha os ferimentos que o comprovavam. Então por que Orwell decidiu redigir um ensaio metucioso em defesa de um escritor que traía seu país e cuja mensagem política ele repudiava?

Porque Orwell achou o teor dos ataques equivocado. "Poucas coisas nesta guerra", insistiu, "têm sido mais moralmente repugnantes que a caça a atuais traidores e colaboradores. Trata-se, na melhor das hipóteses, do castigo imposto a culpados por culpados."

Pormais que Wodehouse pudesse ter sido ingênuo, egoísta ou até covarde, Orwell não o enxergava como colaborador ou como fascista em segredo. E, mesmo em uma sociedade em guerra contra um inimigo mortal, Orwell considerava tão importante o princípio de que não

devemos participar de caças às bruxas ou condenar pessoas por crimes que elas não cometeram que se sentiu compelido a corrigir o que era divulgado, em defesa de um homem de quem tinha tão poucas razões para gostar.

Tenho pensado muito sobre esse texto nas últimas semanas porque a América está passando por uma série de caças muito mais tolas e menos bem fundamentadas a traidores e criminosos do pensamento.

Os exemplos são tão numerosos quanto bizantinos, e os leitores franceses devem agradecer

à sua sorte por não terem que descobrir por que um electricista em San Diego perdeu o emprego por colocar a mão para fora de sua picape da empresa, ou mesmo por que um editor sênior do New York Times foi demitido por deixar um senador publicar um artigo de opinião no jornal.

Mas o que é importante é que um conjunto de patrulhadores culturais tenta impor uma ética de contágio. Sua ambição é não apenas cancelar aqueles que são culpados de pensar a coisa errada; também querem cancelar quem os defende — ou que simplesmente se recusam a repudiá-los com fervor suficiente.

De fato, a reação à carta sobre a necessidade de livre expressão assinada por mais de cem pessoas (entre as quais me incluo) também foi, sob muitos aspectos, mais interessante que o texto dela. Pelo fato de algumas figuras controversas como J. K. Rowling terem assinado, grande

número de jornalistas destacados proclamou a culpa de todos.

Uma jornalista chegou a escrever a seus chefes para alegar que, por ter assinado a carta, um colega havia criado "um ambiente de trabalho hostil". Dada a obrigação legal dos empregadores americanos de evitar esse tipo de situação, tratou-se essencialmente, apesar de declarações superficiais em contrário, de tentativa de fazer o jornalista ser demitido por ter assinado ao lado de Rowling uma carta em apoio à livre expressão.

É por isso que o ensaio de Orwell tem importância tão imensa para o momento atual. Pois a obrigação de defender os injustamente acusados — mesmo quando são imperfeitos e quando é profundamente impolítico fazê-lo — é mais urgente do que nunca. A capacidade dos escritores e jornalistas da América de fazerem o que pensam depende disso. Tradução de Clara Allan

Guiana vive eleição sem fim e crise após a descoberta de petróleo

Impasse já dura mais de 4 meses com recusa de presidente de aceitar a derrota; Itamaraty vê risco de instabilidade

Fábio Zanini

SÃO PAULO Faz tanto tempo que a população da Guiana foi às urnas para escolher seu novo governo que a maior parte da América do Sul ainda nem estava em quarentena. Mais de quatro meses e uma pandemia depois, o resultado da votação de 2 de março permanece desconhecido.

A ex-colônia britânica, com quem o Brasil divide 1.600 km de fronteira, está imersa em uma apuração interminável, que virou uma crise política. Disputam o poder o atual presidente, David Granger, que tenta se manter no cargo, e seu oponente Irfaan Ali.

Derrotado, Granger pressionou por uma recontagem, que confirmou em junho vitória por pequena margem para a oposição. Mesmo assim, o presidente não aceita a derrota. Para isso, baseia-se em um relatório do chefe-executivo da comissão eleitoral, que aponta fraude na apuração.

O Itamaraty disse em nota à Folha que acompanha a situação "com preocupação" e afirma que "os expedientes utilizados para protelar a conclusão do processo eleitoral representam séria ameaça para a estabilidade na Guiana".

Num país de política instável desde sua independência, em 1966, há um novo componente acirrando os ânimos: enormes jazidas de petróleo descobertas em 2015, que podem fazer a empobrecida nação dar um salto econômico.

Em abril, o FMI previu crescimento do PIB para 2020 de 52,8%. No meio da década, a previsão é que o país de 750 mil habitantes produza 750 mil barris por dia. Em comparação, o Brasil, com população de 210 milhões, extrai 3 milhões de barris diários.

O índice de crescimento defevicar um pouco menos estratosférico em razão da pandemia e da crise política, que postergaram uma série de decisões de investimentos. Mas será um dos maiores do planeta. "Sempre estivemos acostumados a essas crises, mas em 2020 a diferença é o petróleo. Quem vencer poderá distribuir as riquezas para seu grupo, e os perdedores ficarão sem nada, como é a regra por aqui", diz o professor guianês David Hinds, espe-

cializado na política da região do Caribe e ligado à Universidade do Arizona (EUA).

A política guianense sempre foi tingida pelo fator étnico. Cerca de 40% da população é de origem indiana, cujos antepassados foram trazidos pelos britânicos após o fim da escravidão de africanos, no início do século 19, para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar. Eles apoiam majoritariamente o opositor Partido Progressista Popular.

A tensão com os negros, que perfazem 29% da população, atravessou os séculos. Os afro-guianenses apoiam em geral o atual governo de Granger. Apenas 20% da população é mestiça.

"O componente étnico na política se mantém porque nunca houve tentativa real por parte dos partidos de mudar um modelo que os beneficia", afirma Hinds.

Ele acha que uma possível saída para o impasse seria um governo de união nacional que aprovasse reformas eleitorais para coibir fraudes e chamasse uma nova votação.

Na Guiana, a eleição é parlamentar, e o partido mais votado indica o presidente. A oposição conquistou 33 cadeiras, contra 31 do governo.

Na semana passada, a Corte de Justiça do Caribe determinou que a contagem que deu vitória à oposição seja respeitada. Visto como aliado do presidente, o chefe eleitoral, Keith Lowenfield, recusou-se a cumprir o ordem.

Isso aumentou a pressão internacional sobre Granger. Ela

inclui a OEA (Organização dos Estados Americanos), a Caricom (Comunidade do Caribe) e o Departamento de Estado dos EUA, entre outros órgãos.

O Itamaraty evita manifestações públicas, embora diga que a crise seja "objeto de permanente atenção". A Folha, afirmou que endossa a contagem que dá vitória à oposição.

Vivem na Guiana 18 mil brasileiros, dos quais 80% garimpeiros ilegais. A corrente de comércio foi de apenas US\$ 47,2 milhões (R\$ 252 milhões) em 2019, sendo 99% exportações brasileiras.

Mas a descoberta do petróleo já abriu o apetite de empresários brasileiros. No início de 2019, foi criada a Câmara de Comércio Brasil-Guiana, com cerca de cem integrantes, a maioria, por enquanto, de pequeno ou médio porte.

"Houve um entusiasmo grande da classe empresarial com a descoberta do petróleo. A hora que resolver essa situação, vamos ter muita gente querendo investir lá", afirma Renê Monai, presidente da Câmara.

Monai prevê interesse de empresas de terra plana, de agricultores para produção de soja e de comerciantes e donos de hotéis. "Estava começando a engratar, quando veio essa situação", afirma.

Por enquanto, nenhuma petroleira brasileira se instalou na Guiana, mas profissionais aposentados da Petrobras ou funcionários de terceirizadas estão sendo contratados para treinar a mão de obra local.

Um prejuízo já contabilizado é a paralisação do asfaltamento da estrada que liga a fronteira de Roraima com a Guiana à capital, Georgetown. Um projeto com financiamento britânico já estava aprovado, mas está em suspenso.

A viagem terrestre entre Boa Vista e Georgetown, de 670 km, leva 15 horas na época seca. Durante as chuvas, a estrada fica intransitável.

Por enquanto, as ruas do país têm se mantido calmas. Mas com os ânimos acirrados e o país em compasso de espera, teme-se violência.

Para complicar, a crise política paralisou o Parlamento e dificultou a aprovação de recursos orçamentários para combater a Covid-19. Até agora, houve 300 casos e 17 mortes.

Raio-x da Guiana



Área 215 mil km² (pouco maior que o PR)
População 750 mil habitantes
Capital Georgetown
Independência 1966
Divisão étnica 40% indianos, 29% negros, 20% mestiços, 10% indígenas, 1% outros
PIB US\$ 6,3 bilhões*
PIB per capita US\$ 8.200*
IDH 0,670 (123ª posição entre 189 países)
Crescimento em 2019 4,7%
Crescimento em 2020 52,8%**

*Por paridade de poder de compra
 **Previsão do FMI de antes da pandemia

Principais partidos
PPP (Partido Progressista Popular)
Líderes ex-presidente Bharrat Jagdeo, candidato presidencial Irfaan Ali
Base política principal população indo-guianense
Orientação social-democrata, com raízes na esquerda
APNU/AFC (Parceria Pela União Nacional/ Aliança Para a Mudança)
Líder presidente David Granger
Base política principal Afro-guianenses
Orientação guarda-chuva de partidos que vão da centro-esquerda à centro-direita

Entregas com qualidade, agilidade e segurança em mais de 1.800 cidades em todo o Brasil.

Diante dos novos desafios, a qualidade e a agilidade na entrega dos produtos ao consumidor tornam-se essenciais para o varejo. Conectando empresas aos seus consumidores, a **TRANSFOLHA** está pronta para atender a demanda do pequeno varejista às grandes redes e plataformas de e-commerce com soluções customizadas e eficientes. Nossa operação conta com sistemas automatizados por sorters, operando 24 horas por dia nos 7 dias da semana!

Conte com as soluções singulares e eficientes da TRANSFOLHA

Transporte de produtos com agilidade e segurança

EXCLUSIVO APP DE BAIXA DE ENTREGA EM TEMPO REAL COM ASSINATURA DIGITAL

MAIS DE 1,5 MILHÃO DE PEDIDOS ENTREGUES MENSALMENTE

SISTEMA DE SEPARAÇÃO AUTOMATIZADO POR SORTERS

MAIS DE 20 UNIDADES DE DISTRIBUIÇÃO

OPERAÇÃO 24/7

AL. XINGU, 1230, ALPHAVILLE, BARUERI-SP • FONE (11) 4133-8240
 comercial@transfolha.com.br | www.transfolha.com.br

TRANSFOLHA
 conquistando um sorriso a cada entrega



FAMILIARES DE VÍTIMAS DE QUEDA DE PONTE EM GÊNOVA BOICOTAM INAUGURAÇÃO DE NOVA ESTRUTURA
Dois anos após tragédia que deixou 43 mortos, uma nova ponte foi inaugurada em Gênova, na Itália; familiares das vítimas não foram ao evento, que contou com o premiê, Giuseppe Conte, e o presidente, Sergio Mattarella, temendo que a inauguração se transformasse em celebração

Argentinos reagem a liberação de repressor durante pandemia

Presos são grupo de risco; entidades de direitos humanos se opõem devido à gravidade dos crimes na ditadura

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Desde o início da pandemia de coronavírus, a sociedade argentina tem discutido o que fazer com o risco de infecção dentro das prisões, com um agravante político: os centros de detenção abrigam também 221 repressores condenados por crimes contra a humanidade cometidos durante a ditadura militar (1976-1983).

Depois de um motim da penitenciária de Devoto, em Buenos Aires, em abril, quando os detentos pediram para sair por não haver condições de respeito ao isolamento social devido à superlotação, o governo do presidente Alberto Fernández pediu à Justiça uma solução. Naquele momento, já havia contaminados entre os 52 mil internos que ocupavam um espaço com capacidade para 24 mil pessoas.

A decisão da Justiça foi entregar aos diretores das penitenciárias a responsabilidade de escolher quem poderia ser liberado durante a pandemia — preferencialmente autores de crimes leves ou quem ainda aguardava a condenação.

A orientação geral era que não saíssem assassinos, esturpadores nem repressores da ditadura, mas era possível ver em conta a idade e o quadro de saúde dos detidos.

“Os critérios não foram respeitados, as liberações foram mal feitas e, ao final, responderam a critérios políticos”, explica a advogada Florencia Arietto. Pela lei, os maiores de 70 anos têm o direito de pedir para cumprir o resto da pena em casa — é o caso dos membros do regime militar.

No total, há 862 pessoas condenadas por crimes contra a humanidade durante o governo autoritário. Durante a gestão de Mauricio Macri (2015-2019), 57% desses condenados deixaram a prisão e estão cumprindo a pena em casa.

Os que ainda estão na cadeia agora pedem para sair por fazerem parte do grupo de risco da Covid-19. Mas entidades de direitos humanos são contra — devido à gravidade dos crimes cometidos. E poucos foram autorizados a sair.

Para o advogado Emanuel Lovelli, que trabalha junto à associação Avós da Praça de Maio, o Estado tem que ser responsável por garantir as condições de isolamento nas penitenciárias e pelo tratamento, em hospitais, dos infectados.

“O fato de a penitenciária estar superlotada é um problema do Estado, não se resolve liberando o repressor”.

A maior parte dos ex-militares está nos presidios de Ezeiza, Marcos Paz e Campo de Mayo. Neste último,

há registro de 28 presos e 7 carcereiros contaminados e dois repressores mortos: Juan Domingo Salerno, condenado por tortura, e Edberto González de la Vega, condenado pelo assassinato de militantes de esquerda.

Entre os infectados estão Luis Muíña, condenado por sequestrar cinco trabalhadores de um hospital de Buenos Aires durante o regime militar, e Gonzalo “Chispa” Sánchez, envolvido na morte do escritor Rodolfo Walsh e nos voos da morte. Ele foi recentemente extraditado do Brasil.

Um dos repressores presos no Campo de Mayo, Carlos Capdevilla, 74, que participou do esquema de roubo de bebês e da entrega das crianças a famílias de militares, obteve a liberação devido à idade, mas a entidade de direitos humanos H.I.J.O.S. pressiona para que o benefício seja revogado.

Desde o início da crise, 4.500 detentos foram liberados por conta do coronavírus. O ministro da Segurança da província de Buenos Aires, Sergio Berni, atribuiu a eles a maioria dos casos registrados de roubo e assalto após a liberação.

“O que se espera dessas pessoas? Foram deixadas na rua com uma mala e lhes disseram: ‘Voltem quando a pandemia acabar’”, disse a jornalista estrangeira na quinta

feira (30). “E o que acham que estão fazendo agora, no meio da pandemia, para se manter? Claro que estão roubando”.

A revolta com as liberações causou protestos e panelações. Uma pesquisa publicada pelo jornal Clarín, ainda no começo de maio, apontou que 81,8% dos entrevistados eram contrários à saída dos detentos.

O nível mais elevado dessa tensão ocorreu na semana passada, na província de Buenos Aires, quando um condenado que havia sido libertado devido ao coronavírus entrou na casa de um aposentado para roubá-lo. O aposentado buscou uma arma, perseguiu o assaltante na rua e o matou.

Enquanto parte dos argentinos defende o aposentado, considerando que agiu em legítima defesa, a Justiça o processou por assassinato. Para a advogada Florencia Arietto, as liberações dos presos durante a pandemia deveriam ter sido feitas apenas em último caso. “O Estado se assustou com os motins nas prisões, mas se mostrou ineficiente para controlá-los. O resultado são essas liberações que estão assustando a sociedade”.

Justiça argentina busca julgamento a ex-militar que vive na Alemanha

“Estou esperando aqui. Aceito ser julgado na Alemanha, mas não na Argentina. Estou esperando, inocente, calmamente”, disse Luis Esteban Kyburg, 72, a um repórter local, ao ser descoberto passeando em Berlim, no meio de julho. Era evidente em seu rosto a confiança de que não será extraditado e que, longe da Argentina, será muito difícil que se prove sua participação no desaparecimento de 152 pessoas durante a ditadura.

Ainda que o repórter insistisse, Kyburg não deu mais ne-

nhuma declaração. “O caminho para levá-lo a julgamento é muito difícil aqui na Alemanha, mas não impossível”, diz o advogado Andreas Schüller, representante da família de Omar Marochi, assassinado por uma operação em Mar del Plata, em 1976, que teria sido ordenada por Kyburg, então subcomandante da Marinha.

Segundo ele, a extradição é complicada por Kyburg ser cidadão alemão. A irmã de Omar, Anahí, foi à Alemanha pedir que o julgamento ocorra.

A situação é incerta porque as legislações dos dois países são diferentes com relação aos crimes de lesa humanidade e aos abusos de direitos humanos. Na Argentina, se uma pessoa integra um grupo de repressores que cometeu um delito do tipo, basta para que seja acusada — na Alemanha, não necessariamente.

Além disso, os crimes de sequestro e tortura estão prescritos aos olhos da legislação alemã. O único crime que não prescreve é o de assassinato.

A dificuldade aumenta porque se trata de um assassinato ocorrido num centro clandestino de detenção em Mar del Plata, há mais de 40 anos.

Quando Marochi foi morto, sua parceira, Suzana Valor, grávida de três meses, desapareceu. Além de justiça pela morte de Omar, a família espera ter alguma pista do que pode ter ocorrido com o bebê.

Em 2012, a Justiça argentina emitiu mandados de prisão a vários comandantes da Marinha acusados de crimes contra a humanidade. Ao saber que era procurado, Kyburg viajou para Berlim. A Argentina, ao descobrir, em 2015, que o repressor estava na Europa, emitiu um pedido de busca e prisão à Interpol (polícia internacional) e um pedido de extradição para o governo alemão.

Como o ex-militar é cidadão alemão, nada foi feito, e a estratégia da defesa é levar adiante o julgamento em Berlim.

Candidato de oposição vence eleição na Guiana 5 meses após pleito

GEORGETOWN (GUIANA) | AFP O opositor Irfaan Ali, candidato do Partido Progressista Popular (PPP), foi declarado no domingo (2) vencedor das eleições gerais e novo presidente da Guiana, cinco meses depois das votações mais polêmicas registradas no país sul-americano rico em petróleo.

Claudette Singh, presidente da Comissão Eleitoral da Guiana, confirmou a vitória de Ali, apesar dos apelos do atual presidente, David Granger, para que se realizasse um novo pleito devido a rumores de fraude, o que elevou a tensão no país.

Segundo o sistema eleitoral, o PPP obteve 33 dos 65 assentos na Assembleia Nacional, com 233.336 votos, enquanto o bloco formado pela governista Associação para a Unidade Nacional e a Aliança para a Mudança conseguiu 31 assentos, com 217.920 votos. Três pequenos partidos, que pediram, separadamente, a impugnação do pleito, acumularam 5.214 votos, conquistando a última cadeira em disputa.

A confirmação da vitória de Ali pode colocar fim a cinco meses de tensões.

Logo após a votação, observadores internacionais disseram que os resultados iniciais do distrito eleitoral mais densamente povoado da Guiana haviam sido inflados a favor de Granger.

Após protestos, uma recomagem foi determinada pela comissão eleitoral em todo o país, e a oposição saiu vitoriosa. Foi a vez de o atual presidente dizer que o processo era fraudulento e usar o argumento para tentar se manter no cargo. Por isso, no domingo, Granger disse que as denúncias de fraude eleitoral e outras irregularidades serão levadas ao Tribunal Superior.

Em nota, o tamaraty parabenizou Ali pela vitória e “as forças políticas guianenses pelo respeito à vontade popular expressa nas urnas”. “O governo brasileiro exorta todos os atores guianenses a viabilizarem uma transição de governo pacífica e expedita”.

A ex-colônia britânica divide com o Brasil 1.600 km de sua fronteira. A Folha, o ministério informou, em julho, que acompanhava a situação “com preocupação” e que o processo eleitoral proterido representava “séria ameaça para a estabilidade da Guiana”.

A Moderninha já vem com PagBank, o banco completo e grátis

ACEITA NFC

Moderninhas a partir de **R\$ 4,90**

Sem Aluguel

0% DE TAXA

RECARGA NA MÁQUINA

Baixe grátis já

Rende 58% a mais que a poupança (140% do CDI)

TEDEs ilimitadas grátis

Vem com cartão internacional grátis

TUDO no APP é GRÁTIS

PEÇA JÁ
PAGSEGURO.COM.BR
4003-6624

Recebimento na hora: em até 1 hora na Conta PagBank, para vendas chip e senha ou NFC a partir de 11/05/2019. Em transações digitais, recebimento em 30 dias, e demais formas em 7 dias. Os novos clientes que solicitarem as maquininhas do PagSeguro terão taxa de 0% no débito ou crédito à vista até R\$ 1,5 mil em vendas. Consulte as condições em pagseguro.com.br. Cartão internacional condicionado à abertura da Conta Digital, sujeita a análise cadastrál (consulte condições em pagbank.com.br). CDB é aplicação de renda fixa com baixo risco e emitido pelo BancoSeguro S.A., com garantia FGC até R\$ 250 mil por CPF. Veja condições em pagseguro.com.br/conta-digital/aplicar-meu-dinheiro. Disponível apenas para o App PagBank.

ANEXO 2

BOLÍVIA

mundo coronavírus



POLÍCIA BOLIVIANA RETIRA MAIS DE 400 CORPOS DE CASAS E RUAS EM MEIO A ALTA DE CASOS DE COVID-19

Familiares em velório de vítima do coronavírus em El Alto, região metropolitana de La Paz; com 141 cadáveres recolhidos entre os dias 15 e 20 deste mês, segundo a Força Especial da Luta contra o Crime, a cidade só ficou atrás de Cochabamba (191) nessa lista; 85% dos corpos retirados são de pessoas que receberam diagnóstico da Covid-19 ou apresentaram sintomas *David Mercado/Reuters*

Tribunal Eleitoral adia para outubro eleições na Bolívia

Presidente do órgão alega pandemia de coronavírus para justificar decisão

LA PAZ | AFP O Tribunal Eleitoral da Bolívia anunciou nesta quinta (23) o adiamento das eleições gerais para 18 de outubro. Até o momento, o primeiro turno do pleito estava marcado para 6 de setembro. O presidente da corte, Salvador Romero, afirmou que "esta eleição requer mais medidas de segurança sanitária para proteger a saúde dos bolivianos". "Não podemos realizar as eleições sem os resguardos suficientes", disse, em referência à pandemia de Covid-19.

Romero, para quem a decisão é fruto de ordem "legal, científica e política", alega que a medida obedece a relatórios médicos que apontam o pico da crise no país por volta do fim de agosto e começo de setembro. Nos últimos cinco dias, a polícia boliviana retirou mais de 400 cadáveres de ruas e casas, 85% deles de pessoas consideradas infectadas com o novo coronavírus. Ele também argumenta que a dilatação da data oferece

maior facilidade para a votação no exterior e para a chegada de missões com observadores internacionais que acompanharão o processo.

Caso seja necessário, um eventual segundo turno ocorrerá em 29 de novembro, e a posse, em dezembro. Esta é a segunda vez que a votação presidencial no país é adiada. Inicialmente marcado para acontecer em 3 de maio, o pleito também foi postergado devido à crise sanitária no país, que até agora registra mais de 64 mil infecções e 2.328 mortes. A decisão ocorreu após vários dias de pressão.

A data havia sido definida em 1º de junho num acordo entre os partidos, mediado pelo Tribunal Eleitoral, mas a decisão interina, Jeanine Añez, chamou a atenção para a aprovação de novas eleições apenas 20 dias depois.

Criticada pela reticência em promulgar a lei, ela argumentava que o período coincidiria com o pior momento da pandemia do novo corona-

➤ A eleição inacabada

20.out.19 Bolivianos vão às urnas para escolher o novo presidente pelos próximos cinco anos; contagem oficial dá a vitória a Evo Morales, que conseguiu concorrer a um quarto mandato presidencial após manobra em plebiscito, em primeiro turno, mas apuração é cercada por polêmicas e denúncias de fraudes

10.nov Em meio a protestos contra ele, Evo anuncia a convocação de novas eleições; horas depois, ele e toda a cúpula do governo renunciam após um ultimato dos militares; com isso, a opositorista Jeanine Añez, segunda vice-presidente do Senado, assume o comando do país dois dias depois

3.jan.20 Após anular a votação de outubro e de um acordo no Congresso, o Tribunal Eleitoral anuncia que a nova eleição será realizada em 3 de maio

22.mar Por causa da pandemia, a Justiça posterga a eleição, sem definir uma nova data

22.jun Após acordo entre governo e oposição, Congresso aprova lei que define a eleição para 6 de setembro e Añez sanciona a medida, confirmando assim a data

23.jul Ainda por causa da Covid-19, Tribunal Eleitoral anuncia o adiamento da eleição de setembro para 18 de outubro (primeiro turno) e 29 de novembro (segundo turno)

virus no país, representando um risco para a saúde pública.

No Twitter, a presidente interina escreveu que cumprirá "qualquer data" determinada pelo Tribunal e que "o governo pede a reativação econômica, a luta contra o vírus e a consolidação da democracia".

A Bolívia vive instabilidade política desde as contestadas eleições presidenciais em novembro de 2019, que concederam controversa vitória em primeiro turno a Evo Morales.

Aquele seria seu quarto mandato consecutivo, mas, em meio a acusações de fraude na contagem de votos, protestos violentos em várias cidades e pressão das Forças Armadas, o líder indígena renunciou, partiu para o México e passou a viver na Argentina com status de refugiado.

Desde então, quem governa é Añez, cuja legitimidade é contestada, porque usou brechas constitucionais para se declarar como a seguinte na linha de sucessão.

Junto com Evo, o então vice-presidente, Álvaro García Linares, e a então presidente do Senado, Adriana Salvatierra, também renunciaram.

Além de Añez, que antes afirmava não ter intenção de disputar o pleito deste ano, concorrem ao cargo o ex-presidente Carlos Mesa e Luis Arce, que tem apoio de Evo, de quem foi ministro da Economia por mais de dez anos.

Em pesquisa de opinião realizada em março, ele liderava com 33,3% das intenções de voto, seguido por Mesa, com 18,3%, e Añez, com 16,9%.

O adiamento da votação era uma reivindicação da Igreja Católica do país, que se juntou na manhã desta quinta-feira a forças conservadoras bolivianas para exigir a postergação do processo eleitoral.

Já o Movimento Para o Socialismo (MAS), partido de Evo e Arce, e a Central dos Trabalhadores Bolivianos (COB, na sigla em espanhol) insistiam que o pleito fosse realizado na data prevista.

No Twitter, o ex-presidente afirmou que o governo quer "ganhar mais tempo para continuar com a perseguição a dirigentes sociais e candidatos do MAS". As leis 1.297 e 1.304 determinam os prazos para que as eleições sejam realizadas. O único órgão do Estado que pode modificar esse prazo é a Assembleia Legislativa Plurinacional. Qualquer decisão unilateral é ilegal e inconstitucional.

Romero, presidente do Tribunal Eleitoral, reconheceu que a Bolívia sofre com "graves polarizações" que se aprofundaram em novembro do passado após a renúncia de Evo.

Cerca de 7 milhões de bolivianos estão aptos a eleger presidente, vice-presidente e renovar o Congresso nesse próximo pleito.

Chile aprova retirada de fundos de pensão para aplacar crise

Sylvia Colombo

BUEENOS AIRES Com o voto de cinco senadores da base governista, o Senado do Chile aprovou na noite desta quarta (22) o projeto de lei apresentado pela oposição que permite a retirada de 10% dos fundos de pensão para aplacar os efeitos da pandemia do coronavírus na economia do país.

A decisão abre espaço para uma reforma maior desse sistema, tido como um dos pilares do modelo econômico do país, e representa um racha na coalizão de direita Chile Vamos, pela qual governa o presidente Sebastián Piñera.

A medida, que precisava da aprovação de 26 parlamentares, teve 29 votos a favor, além de 13 contra e uma abstenção. Na tarde desta quinta (23), o projeto voltou à Câmara e foi aprovado por dois terços dos

deputados, incluindo 53% dos parlamentares governistas.

Agora, a lei está pronta para ser promulgada —o presidente, que disse não considerar a aprovação uma derrota, ainda tem 30 dias para vetá-la.

Se o fizer, o tema volta ao Congresso, mas a tendência é que o veto seja derrubado considerando o apoio de dois terços dos parlamentares.

"Piñera não terá moral para vetar. E tanto na Câmara quanto no Senado há mais de dois terços a favor da medida, o que seria suficiente para derubar um possível veto presidencial. Ele não passaria por essa vergonha", explica o analista político Patricio Navia, da Universidade de Nova York.

A sessão no Senado começou às 14h30 (horário de Brasília) e só terminou às 22h45. No saído do Congresso havia pouco mais da metade dos 43 se-

nadores. O restante participou de maneira virtual, por conta do protocolo de prevenção à disseminação da Covid-19.

Durante a votação, o governo não anunciou, por meio do ministro das Finanças, Ignacio Briones, um pacote de medidas para a classe média, incluindo uma renda básica de US\$ 600 (R\$ 3,118) devido à pandemia. A proposta, porém, não bastou para convencer os senadores —alguns ridicularizaram o governo por apresentá-la tarde demais.

Para Navia, a retirada dos 10% dos fundos de pensão é "má ideia", porque "significa pão hoje, mas fome amanhã". "O governo chegou a uma situação em que tem de escolher se corta um pé ou uma mão. Não há situação boa."

Segundo Guillermo Holzmann, da Universidade de Valparaíso, a solução aprovada

pelo Senado era a única possível num momento em que a crise sanitária expôs ainda mais a desigualdade do país.

"Nos demos conta de que o Chile não sabe nem onde estão seus pobres para ajudá-los. A oposição soube usar isso para tornar a lei inviável", diz ele.

Uma das consequências possíveis, Holzmann avalia, é que em breve pode haver um pedido para ampliar o percentual retirado dos fundos de pensão. "É como se esse sistema, em vigor há tanto tempo e símbolo do sistema neoliberal chileno, fosse perdendo sua razão de ser."

No sistema chileno, os trabalhadores depositam 10% dos salários em contas individuais para financiar sua aposentadoria, em fundos administrados por entidades privadas. Quando se aposenta, a maioria dos chilenos recebe en-

tre 30% e 40% do salário mínimo, de cerca de US\$ 450 (R\$ 2.339). Nos últimos tempos, as reclamações contra esse sistema vêm crescendo.

Muitos trabalhadores chegam à idade de se aposentar sem haver contribuído com o sistema regularmente ou sem contribuir com o valor total, ficando com muito pouco ou nada para se manter.

Quando os manifestantes saíram às ruas em outubro de 2019, a derubada do sistema de pensões era uma das reivindicações. Analistas creem que o tema, que agora ressurge devido à pandemia, voltará na campanha para a eleição da nova Assembleia Constituinte, marcada para 25 de outubro.

De acordo com Navia, a pandemia tem exigido uma maior participação do Estado para lidar com a crise. "Diantes disso, o modelo chileno se

mostra ineficiente, o Estado será obrigado a crescer novamente", afirma ele. "A eleição será o julgamento final do sistema de pensões chileno."

Alguns analistas esperam para o pós-pandemia uma versão mais potente das manifestações do ano passado.

Embora Piñera tenha sido beneficiado no início da pandemia —que congelou os protestos e catapultou sua popularidade, de 7% em janeiro para 17% em abril, segundo o instituto Cadem—, a aprovação de sua gestão vem caindo. O país está entre os dez mais afetados pelo vírus no mundo.

"Sua estratégia agora tenta de ser pelo menos, tratar de reatar o rompimento que está ocorrendo dentro da coalizão Chile Vamos", diz Holzmann. "De outra maneira, a oposição sairá vencedora em outubro, e ele ficará muito isolado."

mun

'Adiamento das eleições na Bolívia é ilegal e arbitrário'

Ex-presidente do Senado, 3ª na linha de sucessão à época da saída de Evo, diz que foi pressionada a deixar cargo

ENTREVISTA
ADRIANA SALVATIERRA

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES A senadora Adriana Salvatierra, 31, era a terceira na linha de sucessão na Bolívia quando o presidente Evo Morales renunciou, pressionado pelas Forças Armadas e por protestos populares, em novembro de 2019.

O vice-presidente à época, Álvaro García Linera, conta que, ao deixar o país com Evo rumo ao México, eles ainda acreditavam que Salvatierra poderia assumir o comando da Bolívia. Ela, no entanto, também foi pressionada a renunciar à Presidência do Senado, cargo que ocupava, deixando espaço para a manobra que levou a atual presidente interina, Jeanine Añez, ao poder.

Como senadora, Salvatierra se opõe a mais um adiamento da data das eleições. O pleito passou de 6 de setembro para 18 de outubro, numa decisão do Tribunal Eleitoral que ela chama de "ilegal e arbitrária".

Na política desde os 16 anos e membro do Movimento para o Socialismo (MAS), partido comandado por Evo, hoje refugiado em Buenos Aires, assim como García Linera, a parlamentar vive em La Paz e continua participando das sessões do Senado, com uma posição crítica ao governo.

Como a sra. avalia o novo adiamento das eleições na Bolívia? Trata-se de decisão arbitrária e baseada numa avaliação científica feita de modo precário para atender ao interesse do grupo que está no poder. Arbitrária porque não foi por consenso e não seguiu a lei. Não houve consulta ao Parlamento, que é o que manda a Constituição. Além disso, levou-se em conta apenas um relatório do Ministério de Sa-

úde, muito mal feito, que avaliou que o suposto pico do coronavírus seria em setembro.

Mas a situação da pandemia na Bolívia está bem grave, não? Sim. Não digo que não, mas tampouco temos um esforço do governo para medir o tamanho do problema e muito menos para combatê-lo. Não estamos realizando testes suficientes, não estamos avaliando as condições dos hospitais e respondendo às necessidades de compra de insumos e de remédios. Se o governo não está realizando esforços para medir nem para conter o coronavírus, como pode saber quando será o pico e, com base nisso, alterar o calendário eleitoral?

Há infectologistas que não concordam, que acham que o pico pode ser em setembro em alguns lugares, mas em outros, não. O certo é que não temos base científica confiável para tomar uma decisão eleitoral tão importante.

Com isso, o governo de transição chega próximo de completar um ano no poder. Claro, e essa é outra coisa ilegal. A transitoriedade do governo de Jeanine Añez já está vencida faz tempo. As eleições tinham de ser realizadas no primeiro semestre. Quando entramos em acordo com outros partidos e com o tribunal para mudar de maio para setembro, levamos em conta a situação da pandemia e o que diz a lei, que o pleito deveria ocorrer até no máximo 120 dias depois do pleito adiado. Em outubro, já estaremos além desse prazo.

Por isso que insisto que esse assunto ainda precisa ser tratado na Assembleia Nacional, ou então essa data não tem validade legal. O que o MAS pede, neste momento, é que se leve o debate sobre a data eleitoral ao Parlamento.



Ryan Brown/ONU Mulheres/Divulgação

Adriana Salvatierra, 31

Militante do MAS desde 2005, formou-se em ciência política e administração pública na Universidade Autónoma Gabriel René Moreno, em 2013. Em 2014, foi eleita senadora suplente de Carlos Romero. Assumiu, em 2015, após o titular deixar o cargo para tomar posse como ministro, e se tornou presidente da Casa em janeiro de 2019.

“**A pandemia serve para que [Jeanine] Añez leve seu governo adiante. Interessa a ela, interessa ao grupo que a apoia, pois sabem que as eleições favorecem o MAS [partido de Evo Morales]**”

Como avalia a gestão da pandemia pelo governo de Añez? Terrível, é uma péssima gestão sanitária e cheia de casos de corrupção, como se pôde ver com a compra irregular de respiradores [preço triplo do preço, o que acabou levando o então ministro Marcelo Navajas à cadeia]. E esses respiradores sequer serviam. Faltam também reagentes para realizar testes, faltam remédios, há um mercado ilegal e clandestino de receitas

para medicamentos cuja eficácia não é comprovada. Ou seja, o Estado não está presente nesta pandemia. E as imagens dos corpos recolhidos nas ruas são o retrato disso.

O governo argumenta que a pandemia revelou que o sistema hospitalar construído durante a gestão de Evo é que não estava preparado. Não é verdade. O sistema de saúde foi fortalecido e expandido nos anos de Evo. Com o crescimento sustentado da economia que tivemos, essa estrutura foi melhorada. Obviamente que, para essa pandemia, poderia estar mais preparado, mas se trata de uma pandemia que está fazendo colapsar sistemas de saúde em todo o mundo. Nenhum país estava preparado de fato e teve de incrementar suas UTIs, comprar insumos, fazer gastos.

A gestão Añez acertou no começo, ao decretar a quarentena cedo. Mas deveria ter feito o que outros países fizeram: aproveitar a quarentena para preparar o sistema de saúde. Isso não foi feito. Ao contrário, hospitais não foram construídos, o número de lei-

tos não cresceu, testes não foram comprados. Mais: dinheiro destinado a isso foi para a corrupção. Tampouco existe, até hoje, um protocolo estabelecido para tratar a doença.

A que atribui esse descaso com a pandemia? A pandemia serve para que Añez leve seu governo adiante. Interessa a ela, interessa ao grupo que a apoia, pois sabem que as eleições favorecem o MAS [segundo as pesquisas mais recentes, o candidato do partido, Luis Arce, lidera a corrida, seguido por Carlos Mesa e Añez].

A sra. renunciou à liderança do Senado quando poderia ter assumido a Presidência. Arrepende-se? Não pense que teriam deixado eu assumir. O golpe não foi contra Evo, foi contra o nosso projeto político, contra o processo de mudança que estávamos promovendo, foi para se apropriar de nosso litio, além de outras riquezas. O tuitte de Elon Musk foi prova disso [em resposta a uma mensagem que acusava os EUA de terem participado do processo que resultou na renúncia de Evo, o diretor executivo da Tesla afirmou: "daremos golpe em quem quisermos, lidem com isso"].

Nós sempre sabemos que estávamos lidando com interesses internacionais poderosos. Agora isso veio à tona. Foi essa pressão interna e externa que causou o golpe. Nós fomos pressionados a renunciar, Evo foi tirado do poder. Nunca deixaríamos que eu assumisse. Não houve condição para uma sucessão constitucional. Não houve diálogo sobre isso. As Forças Armadas e a polícia estavam do lado do grupo interessado no golpe.

O Brasil teve papel nesse processo? Sem dúvida, houve movimento de dinheiro e de aviões, apoio logístico, do governo e de privados, algo que precisa ser investigado mais a fundo. O governo de Jair Bolsonaro é um suporte importante desses grandes interesses que tomaram o poder na Bolívia. Não é por menos que fomos dos primeiros países a reconhecer Añez no cargo, assim como os EUA.

Como avalia o papel do Mercosul nesta pandemia? Não aprovo o Mercosul como é nos dias de hoje. Houve uma redução do Mercosul para um acordo de intercâmbio de mercadorias, quando deveria ser também um mecanismo de integração cultural e de cooperação. Não vimos nada dessa cooperação ocorrer com a pandemia do coronavírus.

UE restringe exportação de equipamentos de vigilância a Hong Kong

BAURIO (SP) A União Europeia adotou, nesta terça (28), um pacote de medidas em resposta à lei de segurança nacional aprovada pela China para o território de Hong Kong. Entre as ações, o bloco decidiu limitar a exportação de equipamentos e tecnologias que possam ser usados para "repressão interna, interceptação de comunicações ou vigilância cibernética".

Além disso, a UE anunciou que não vai iniciar nenhuma nova negociação com Hong Kong. O bloco afirmou ainda que pretende avaliar as implicações da nova lei sobre as políticas de imigração e vistos e que vai monitorar atentamente como serão conduzidos os julgamentos de ativistas de oposição a Pequim.

"O objetivo das várias medidas do pacote como um todo é expressar apoio político à autonomia de Hong Kong sob o princípio 'um país, dois sistemas' e solidariedade ao povo de Hong Kong", diz o comunicado.

Responsável por aprovar a medida, o Conselho de Relações Exteriores do bloco disse em comunicado que está preocupado com o conteúdo da nova legislação e com a forma pela qual ela foi adotada.

Nesta quarta-feira (29), a China classificou as decisões do bloco europeu como um conjunto de "movimentos errados" e disse que a UE "não tem o direito de fazer observações irresponsáveis".

"Instamos a UE a respeitar verdadeiramente a posição da China em salvaguardar a segurança nacional em Hong Kong e a parar de se intrometer nos assuntos de Hong Kong e nos assuntos internos da China de qualquer forma", disse, em comunicado, a missão da China na União Europeia.

Segundo o porta-voz, "a maioria dos residentes de Hong Kong afirma que a lei de segurança nacional contribuirá para a proteção de seus direitos e para a manutenção da prosperidade e estabilidade a longo prazo".

Com Reuters

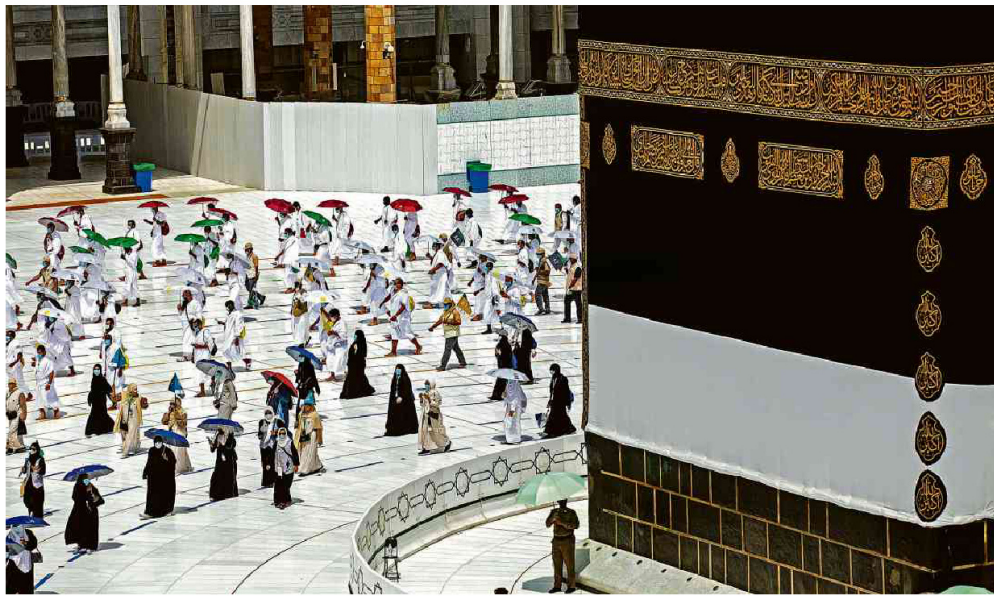
Lei na Turquia aumenta controle de redes sociais

ANCARA E ISTAMBUL | REUTERS E AFP A Turquia adotou, nesta quarta (29), uma lei de regulação das mídias sociais que reforça o controle das autoridades sobre as plataformas. Para defensores da liberdade de expressão, a nova regra vai aumentar a censura no país e pode contribuir para calar dissidentes e a oposição.

A regulamentação foi aprovada pelo Parlamento turco com o apoio dos congressistas do Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP), do presidente Recep Tayyip Erdogan.

A lei requer que sites de mídia social estrangeiros que possuam mais de um milhão de usuários diários — como Twitter e Facebook — tenham representantes baseados na Turquia para responder às autoridades sobre o conteúdo postado e inclui prazo de 48 horas para remover materiais considerados inadequados.

As empresas também terão que armazenar na Turquia os dados de seus usuários no país, o que levantou dúvidas sobre privacidade.



SEM TOCAR A KAABA, MUÇULMANOS FAZEM PEREGRINAÇÃO A MECA COM RESTRIÇÕES CONTRA COVID-19

A tradicional peregrinação dos muçulmanos começou nesta quarta (29) com medidas para evitar o contágio do coronavírus; 10 mil fiéis foram escolhidos para ir ao evento, e os grupos fizeram sete voltas ao redor da Kaaba, a construção no centro da Grande Mesquita, mas não puderam tocá-la. Saudi Ministry of Media/AFP

Correntes humanas e greves esquentam atos na Belarus

Em rara manifestação de tom conciliador, ministro pede desculpas a feridos

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS Num novo estágio dos protestos contra a reeleição do líder da Belarus, Aleksandr Lukachenko, foi divulgada nesta quinta (13) a primeira renúncia de um membro de sua administração.

Artyom Proskalovich, vice-chefe do Departamento de Legislação nas Esferas Policiais e Militares do Departamento Jurídico do Estado Principal, deixou o cargo em protesto contra a repressão violenta a manifestantes que ocupam as ruas desde domingo (9).

Em quatro noites, duas mortes foram confirmadas e há mais de 250 hospitalizados. Cerca de 7.000 pessoas foram presas, segundo o governo, mas não há informações precisas. Centenas de familiares aguardam em frente a centros de detenção.

No começo da noite, o governo anunciou que seriam libertados cerca de 1.000 presos. Começaram então relatos de tortura e ameaças de morte durante o tempo em que os liberados ficaram detidos.

Na internet, uma moça ruiva dizia ter sido despida e surrada por dez policiais, que ameaçaram estuprá-la e matá-la. O russo Nikita Telizhenko, um dos mais de 50 jornalistas detidos desde domingo, escreveu sobre a experiência de dois dias sob "espancamentos, humilhações e dor sem fim".

Em rara manifestação pública em tom conciliador, o ministro do Interior, Yuri Karayev, pediu desculpas: "Assumo a responsabilidade e me desculpo pelos ferimentos causados às pessoas nos protestos".

A presidente da Câmara Alta do Parlamento, Natalia Kochanova, disse que Lukachenko determinou uma revisão urgente das prisões. "Nós não

brigamos, não precisamos de guerra", afirmou, tentando baixar a temperatura da crise.

Desde a manhã do quinto dia de manifestações, mulheres de branco e com flores nas mãos faziam correntes de protesto contra a violência ao longo de ruas e avenidas da capital, Minsk. Motoristas buzinaavam em apoio.

Flores também foram o objeto de manifestação dos embaixadores da União Europeia, que, unidos, foram até o local em que ocorreu uma das mortes —segundo o governo, provocada pelo próprio manifestante, quando explodiu um objeto que ele tentava atirar contra a polícia.

A renúncia de um vice-chefe pode parecer irrelevante quando comparada a milhares de bielorrussos nas ruas, mas o significado é importante, segundo Sergei Sumlemy, chefe do escritório para Ucrânia e Belarus do centro de estudos Fundação Heinrich Boell.

Para ele, a defecção de pessoas do entorno pode ser o ponto de virada sobre o destino de Lukachenko.

"Há uma grande dificuldade para governar um país enfrentando a resistência de 80% da população", diz, listando sinais de que há mais que grupos dispersos de "jovens desocupados", como afirmou o autocrata sobre os protestos.

"Pela primeira vez o movimento atingiu todas as cidades, não só as maiores, e camadas sociais, inclusive as consideradas espinha dorsal de Lukachenko, como operários das indústrias pesadas estatais."

Nesta quinta, fizeram greves ou protestos por eleições justas funcionários de grandes empresas como Belaz (de veículos e maquinários gigantes), Grodno Azot (fertilizantes), Zhabinka (usina de açú-

car), Integral (circuitos eletrônicos) e da Usina Eletrotécnica de Kozlov. Um mapa da TV russa mostrava sete companhias paralisadas em seis cidades.

Ao menos sete âncoras de TVs estatais também pediram demissão em protesto contra a violência policial. "São alguns dos profissionais mais bem pagos do regime e pessoas que têm algo a perder, pois não há emissoras ou empresas independentes", diz Sumlemy.

Outra manifestação de forte impacto foi a carta aberta de 300 empresários de tecnologia da informação, que pediram novas eleições e a libertação dos presos políticos.

"Startups não nascem em uma atmosfera de medo e violência", escrevem eles.

O setor é importante porque é um dos grandes exportadores de serviço —o que traz moeda forte para uma economia debilitada.

Ao longo desta quinta, cresceram comunicados e posts de policiais criticando o uso da violência, anunciando a renúncia ou demonstrando apoio aos manifestantes.

"Há uma grande dificuldade para prender um suspeito perigoso e espancar cidadãos. Você que não entende a diferença está cometendo um crime", afirmou um deles em sua conta de rede social.

Ao menos dois policiais que divulgaram suas renúncias foram presos, e um terceiro, um capitão, fugiu do país para não ser preso, segundo sites independentes.

"São pessoas diferentes, em diferentes lugares, unidas por um só sentimento: ódio a Lukachenko", diz o analista. "Não importa quem será o próximo presidente. A questão central é quem eles querem que saia."

A ausência de líderes torna mais difícil a repressão a opo-

sitores, já que não há uma ou um punhado de pessoas que, presos ou ameaçados, tirariam força das manifestações.

Apesar disso, o autocrata da Belarus está disposto a usar mais violência, incluindo munição letal, como já ocorreu na cidade de Brest. Na avaliação de Sumlemy, Lukachenko se convenceu de que o que permitiu a revolução na vizinha Ucrânia foi que o governo demorou a usar força total.

Até a meia-noite (horário local, 18h no Brasil) as informações eram de que na noite desta quinta a violência policial contra os atos havia diminuído. No final da tarde, milhares de pessoas lotaram uma praça em Zhodzina, cidade de 65 mil habitantes no interior do país, sem sinal da polícia.

Apesar de as notícias apontarem para disseminação, diversificação e aprofundamento dos protestos contra o governo, é muito difícil prever o resultado do movimento, de acordo com o analista.

"A Rússia interessa um Lukachenko fraco, mas eles estão prontos a intervir para evitar que um independentista assumo o poder", diz.

Nesta quinta, o governo de Vladimir Putin criticou "as tentativas vindas do exterior de desestabilizar a Belarus".

Não há alternativas evidentes para substituir Lukachenko. O autocrata concentrou o poder na Belarus desde que foi eleito, em 1994, na primeira e última eleição considerada livre e justa no país.

"A questão é menos 'dar um match presidencial' e mais encontrar alguém capaz de fazer o sistema se mover passo a passo rumo à democracia", algo que Sumlemy diz não saber se é possível.

"Mas, sem tirar Lukachenko, é 100% impossível."

Em meio a crises, Bolívia estabelece 18 de outubro como limite para eleições

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES O Senado boliviano aprovou, na madrugada desta quinta (13), o projeto de lei de postergação das eleições, apresentado pelo Tribunal Eleitoral do país.

A votação, que já tinha sido adiada de maio para agosto e depois para setembro devido à pandemia, agora foi confirmada pelo Parlamento e deve ocorrer em 18 de outubro —quase um ano depois da eleição original, anulada por suspeita de fraude.

O dia 18 de outubro é o prazo máximo que o Tribunal Eleitoral tem para organizar as eleições gerais. Esse limite de tempo é de caráter inadiável, imutável e definitivo", afirmou o vice-presidente do Senado, Milton Barón.

A presidente interina, Jeanine Añez, favorável à postergação, promulgou a medida.

O adiamento tem sido causa de protestos e fechamentos de estradas nas últimas semanas. Segundo a imprensa local, há mais de 70 pontos de bloqueio, que têm provocado desabastecimento.

Há, entretanto, versões contraditórias sobre o tema. Añez afirma que o MAS (Movimento ao Socialismo, partido de Evo Morales, levado a renunciar em novembro), tem promovido os atos, impedindo a passagem de caminhões com insumos e oxigênio para hospitais que tratam pacientes de Covid-19.

Ao jornal The New York Times Antonio Viruez, chefe da emergência de um hospital de El Alto, afirmou que os manifestantes "não deixam as ambulâncias passarem e apedrejam-nas". Os organizadores dos atos negam e responsabilizam a presidente interina pelo aumento de casos de coronavírus.

Segundo a Universidade Johns Hopkins, a Bolívia contabiliza 95.071 infecções e 3.827 mortes até esta quin-

ta. Relatos da imprensa local, porém, alertam para uma possível subnotificação.

Corpos e caixões estão sendo postos nas ruas, cercados por faixas que alertam para a suspeita de que as mortes tenham sido por Covid-19.

Ministro de Governo de Añez, Arturo Murillo disse à CNN, no começo da semana, que "o politicamente correto seria meter bala", referindo-se à repressão aos protestos. A declaração, Evo respondeu negando que as manifestações sejam violentas. O líder indígena afirma que "o governo ditatorial de Añez prepara um novo golpe".

Logo após a aprovação da data para as eleições, o ministro da Presidência, Yerko Núñez, disse que "os que estão mobilizados devem suspender medidas de pressão".

No MAS, porém, há discordância sobre a data. Na liderança das pesquisas de intenção de voto, o candidato de Evo, Luis Arce, defende que a eleição ocorra o quanto antes, por causa do que considera uma má administração da pandemia por Añez.

Com ele, concorda o ex-presidente Carlos Mesa, em segundo nas pesquisas.

Para o ex-vice-presidente Álvaro García Linera, refugiado em Buenos Aires, assim como Evo, o adiamento interessa a Añez porque "sua estratégia é de polarizar com o MAS e fazer com que sua intenção de voto cresça, tirando Mesa da disputa".

"Ao MAS não interessa polarizar, porque estamos na frente, temos de focar a estratégia em vencer no primeiro turno", disse à Folha. Añez havia se posicionado a favor de que o adiamento não tivesse de passar pelo Congresso, mas a pressão da oposição e de organismos internacionais instou pela aprovação via Legislativo.

Ainda não se sabe, porém, se a nova data para as eleições acalmará os ânimos dos bolivianos. O tribunal eleitoral tem sugerido que pode desqualificar a candidatura de Arce, devido ao suposto envolvimento do ex-ministro da Economia de Evo em desvios do Fundo Indígena.

Enquanto os impasses permanecem, autoridades locais buscam outras soluções para a pandemia. Em Cochabamba, por exemplo, longas filas se formam em farmácias que vendem dióxido de cloro. Não há evidência científica que comprove sua eficácia contra o coronavírus.

Nas semanas passadas, o Parlamento aprovou o uso do composto, sob prescrição, no tratamento da Covid.

Semelhante à água sanitária, o composto nem sequer é considerado remédio, e sua ingestão pelo reto pode causar efeitos como lesões no intestino e insuficiência renal.



Motoristas acenam para corrente humana formada em manifestação em Minsk, na Belarus. Sergei Gapon/AFP

“ Sua estratégia [de Jeanine Añez] é a de polarizar com o MAS, e, com isso, fazer com que sua intenção de voto cresça, tirando [Carlos] Mesa da disputa. Ao MAS não interessa polarizar, porque estamos na frente

Álvaro García Linera ex-vice-presidente, aliado de Evo Morales, defendendo que as eleições presidenciais ocorram o quanto antes

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

'Pânico' com 'chicken wings' corre o mundo

Começou no site da prefeitura de Shenzhen e no Weibo, comunicando o vírus achado nas asas de frango importadas do Brasil. E alertando o público a "tomar cuidado quando comprar carne importada".

Dai para o South China Morning Post, na vizinha Hong Kong, inclusive edição impressa, sob o enunciado "Comida importada dispara pânico". Destacou no texto que "todos os produtos vendidos estão sendo rastreados". Em seguida, Caixin Global,

de Pequim, e agências como Bloomberg, canais como CNN e portais como Drudge, alemães como Der Spiegel etc. O temor generalizado era de contaminação das "chicken wings" mundo afora.

A embaixada da China comunicou que Pequim não vai suspender a importação do Brasil. "por enquanto", embora outros fornecedores de frango já estejam avançando no mercado chinês há tempos, como a Argentina.

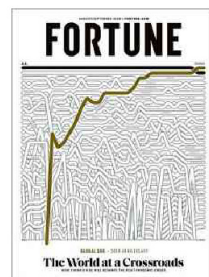
Paralelamente, a Bloomberg noticiou que a "China está abrindo mão de compras caras de soja, feitas no Brasil no início do ano, e trocando por suprimento dos EUA". A soja americana ficou mais barata.

BOLSONARO FICA Em artigo na nova Foreign Affairs, com edição voltada ao "mundo que Trump fez", Brian Winter, vice-presidente da Americas Society/Council of the Americas, avalia que "Bolsonaro deve permanecer e pode ser reeleito". Descreve-o como "não uma aberração, mas um retorno à normalidade" no Brasil.

ALCA, O RETORNO É na nova edição da revista da AS/COA, Americas Quarterly, editada por Winter, outro vice-presidente da organização, Eric Farnsworth, propõe a retomada de um "acordo comercial para todo o hemisfério, baseado em valores democráticos e princípios de mercado".



'NÃO SUBESTIME' A Economist alerta para a 'nova economia' da China, com agenda voltada à 'circulação doméstica' de produção e consumo



DE ZERO A LÍDER Nos 30 anos do ranking Fortune Global 500, pela primeira vez há mais empresas chinesas (124) que americanas (121)

OUTROS EFEITOS



Acima, sacos de coca em mercado em Chimoré, na região do Chapare; abaixo, cocaleiros carregam sacos de coca do lado de fora do mercado de Villa Fatima, na capital La Paz. Fotos: Lalo de Almeida/Folhapress

Corte ratifica veto a Evo em disputa por vaga no Senado

Tribunal constitucional da Bolívia mantém decisão da Justiça Eleitoral de barrar candidatura de ex-presidente

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES O tribunal constitucional da Bolívia confirmou na noite desta segunda-feira (7) que o ex-presidente Evo Morales não poderá concorrer como senador pelo departamento de Cochabamba nas eleições marcadas para o próximo dia 18 de outubro.

A justificativa da corte, que ratificou sentença da Justiça Eleitoral de fevereiro, é que Evo não conta com os dois anos de domicílio na Bolívia que são requisitados por lei para ser candidato.

O ex-mandatário renunciou ao cargo em novembro do ano passado após pressão dos militares devido a distúrbios sociais que ocorreram em meio a denúncias de irregularidades na eleição presidencial de outubro de 2019, à qual Evo concorria para um quarto mandato. Depois de um breve período no México, Evo vive em Buenos Aires e está na Argentina como refugiado.

Por meio de suas redes sociais, o ex-presidente afirmou que aceitará a decisão "porque nosso compromisso e prioridade é que o povo saia da crise", mas afirmou que o tribunal tomou "uma decisão política ilegal e inconstitucional". "A história demonstra que podem inabilitar Evo, mas não podem proscrever o povo".

A presidente interina dopaís, Jeanine Áñez, que tem a legitimidade da posse questionada e é candidata à Presidência, se pronunciou sobre a decisão do tribunal: "Freemos MAS (Movimento ao Socialismo, partido de Evo) em duas oportunidades e o fizemos com a lei na mão, sem violência e sem enfrentamentos".

Depois de um empate de quatro a quatro entre os juízes, a decisão ficou com Alfredo Jaimes, convocado apenas para dar o voto de minerva.

O porta-voz de Evo afirmou que o ex-presidente tem seu domicílio eleitoral em Cochabamba e que impediu-o de concorrer por seu distrito é inconstitucional.

De Buenos Aires, Morales está comandando a campanha eleitoral de seu partido, que agora tem como candidato o ex-ministro da Economia Luis Arce. O novo pleito já foi adiado duas vezes, em maio e em setembro, por conta da pandemia do coronavírus.

Durante sua ausência, Evo também teve processos abertos pelos quais, se retornasse à Bolívia agora, teria de responder. São acusações de sedição, terrorismo, estupro e tráfico de pessoas.

Segundo a procuradoria, o ex-mandatário teria estado

no comando de barreiras de estradas e atos violentos de militantes do MAS. Com relação a essas acusações, há uma ordem de prisão emitida pela Justiça boliviana.

Outra acusação, feita por conta de uma denúncia realizada por um jornalista espanhol, é a de que Evo teria abusado de pelo menos duas jovens menores de idade, sendo que uma delas teria dado à luz aos 16 anos. Essas investigações foram apresentadas à Procuradoria pelo Executivo e ainda estão em andamento.

O Estado boliviano também apresentou, na última semana, uma denúncia contra Evo ao Tribunal Penal Internacional por ter supostamente impedido o trânsito de alimentos, remédios e oxigênio durante a pandemia do coronavírus, por conta dos bloqueios das estradas.

Os dirigentes do MAS na Bolívia afirmam que a acusação é falsa, e que os veículos puderam passar. A Bolívia enfrenta dificuldades em enfrentar a pandemia, e os casos vêm em aumento. O país já tem, oficialmente 129.769 casos e 7.008 mortos, segundo dados da Universidade Johns Hopkins.

Segundo a acusação do Estado boliviano, os bloqueios de estradas teriam sido responsáveis diretamente por 40 mortes, por conta do impedimento da chegada de oxigênio a municípios como Cochabamba, Oruro e Santa Cruz de La Sierra.

Já o MAS acusa Áñez de administrar mal a pandemia, e aponta como exemplo o encalando de corrupção que levou à demissão do ministro da Saúde, Marcelo Navajas. Ele está em prisão preventiva e é investigado por ter supostamente comprado respiradores superaquecidos.

No domingo (6) foi divulgada a primeira pesquisa de intenção de voto do instituto Ciesmor. Os números apontam liderança de Luis Arce (MAS), mas com a possibilidade de um segundo turno.

Arce aparece com 26,2%; em segundo vem Carlos Mesa, com 17,1%; e em terceiro, a presidente Jeanine Áñez, com 10,4%.

Com projeções para o segundo turno, a pesquisa mostra que Arce derrotaria Áñez (38,9% contra 33,9%), porém perderia para Mesa, que teria mais condições de reunir os votos anti-Evo (40,1% de Mesa contra 35% de Arce).

Para vencer no primeiro turno, o candidato deve ter mais de 50% dos votos ou um mínimo de 42%, com uma diferença de dez pontos percentuais ante o segundo colocado.

gas. Embora fique apenas a algumas dezenas de quilômetros de La Paz, a viagem é demorada devido às estradas precárias esculpidas nas serras que fazem a transição dos Andes para a Amazônia. Assim como no Chapare, não há sinais de riqueza ou de desigualdade. As casas, construídas sobre encostas íngremes, são simples, e os carros, velhos - a maioria circula sem placas, contrabandeados do Chile. Porém, ao contrário do Chapare, os principais líderes cocaleiros dos Yungas deixaram de apoiar Evo.

Sempre latentes, as divergências se escancararam após a lei de 2017, que ampliou a área dos cultivos. A medida, afirmam os líderes, favoreceu o Chapare e legalizou produção que vai ao narcotráfico. Em meio ao rompimento com Evo, vários dirigentes acabaram presos, incluindo seu principal líder, Franklin Gutiérrez. Na recente crise política, ele apoiou os protestos que provocaram a queda do ex-presidente e depois se aproximou do governo interino. O país é governado pela direita Jeanine Áñez. Por causa da pandemia, a nova

eleição presidencial foi adiaada de maio para setembro, depois para outubro. Entre os cocaleiros yungueños, no entanto, o ex-presidente guarda popularidade. É o caso de Elton Morán, 30. Morador do povoado de Huancané, ele aprendeu o ofício do pai e do avô. "A coca é a atividade que mais nos dá sustento", diz o agricultor no meio do seu cocal. Ele começou a ajudar o pai com 12 anos e hoje divide a tarefa com a mulher, com quem tem dois filhos. "Evo Morales entrou quando eu estava no colégio.

Meus pais se sentiam muito orgulhosos de que um camponês chegasse ao governo", diz Morán, que aponta a substituição das paredes das casas do barro para o tijolo como uma das mudanças favoráveis do seu governo. "Muitos consideram que a sua entrada foi muito boa, e outros o rejeitam. Pessoalmente, vejo que foi bom. Daqui a cinco anos, já vamos saber qual bom foi Evo e também os que tanto o julgavam."

Apoiado por financiamento da Open Society Foundations



Manifestantes anti-Evo fazem ato em La Paz. Jorge Bernal/ AFP

Biden, a presidência tranquila

Democratas estão dando um show de sangue frio e disciplina

Mathias Alencastro

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e doutor em ciência política pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Os observadores das eleições norte-americanas de 2020 agem como gatos escaldados. Depois do choque da vitória de Donald Trump e do brexit em 2016, seguido da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, ninguém se arrisca a cravar um resultado. Mas quem olhar objetivamente para os dados sabe que a vitória de Joe Biden é cada vez mais provável. Os institutos de pesquisa aprenderam com os erros dos últimos anos e aperfeiçoaram

as técnicas de coleta de informação de intenção de votos. Eles mostram o democrata Joe Biden liderando em estados-chave, como a Pensilvânia, e competindo para vencer em bastiões dos republicanos, como o Texas e a Arizona. Para o desespero dos republicanos, democratas também estão em condições de conquistar a maioria no Senado. Encarnação em pessoa do eleitorado de Trump —branco, suburbano e saudosos da

prosperidade industrial (Biden é conhecido como "Amtrak Joe", em referência à companhia nacional de trens)—, o democrata parece invulnerável às agressões do presidente. Nos bastidores, o ex-presidente Barack Obama e companhia trabalham para mobilizar as comunidades latinas e afro-americanas em eventos virtuais compactos e reservados. Trump dá a impressão de estar sendo devorado pelo caos que ele próprio engendrou,

mas é o sucesso da candidatura de Joe Biden que está por trás da sua desgraça. Ninguém mais se lembra do Partido Democrata do começo do ano, que mal conseguia organizar as primárias e parecia condenado a uma disputa fratricida entre centristas e esquerdistas. Logo no primeiro comício, Biden bateu no peito e anunciou que "ele é o partido". Nos debates, ele e a sua vice Kamala Harris enterraram, pe-

lo menos temporariamente, os sonhos da esquerda, o Green New Deal e a interdição da indústria de gás de xisto, sem temer uma insurreição da turma de Bernie Sanders. Democratas confirmam que a única receita que funciona contra o populismo é a união de forças e a disciplina das lideranças. A solidez da campanha de Biden complica os planos de Donald Trump para melar a contagem dos votos e tentar vencer a eleição no tapetão. Se Biden mantiver a dinâmica positiva até o dia da eleição, Trump terá dificuldades em criar um clima de intimidação e incerteza. Importante também lembrar que o republicano está cada vez mais isolado. O Exército e o Judiciário não pretendem dar o mínimo respaldo a uma aventura autoritária.

O mercado financeiro já começou a se preparar para uma vitória do campo democrata. Num país psicologicamente esgotado, a presidência tranquila de Joe Biden nunca pareceu tão atrativa como agora. Trump entrou em campanha com a promessa de "come back", ou do grande regresso, na saúde e na economia. Mas a pandemia continua rolando solta, e o governo mal consegue aprovar a continuidade do auxílio emergencial. Neste fim de semana, da sacada da Casa Branca, Trump ensaiou um terceiro "come back", o do próprio candidato, recuperado da infecção por coronavírus. Se esse novo show televisivo fracassar e Trump não afastar a melancolia da sua campanha, a era populista não terá passado de uma parêntese.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Jaime Spitzcovsky

Contra nome de Evo, candidato de direita deixa eleição na Bolívia

Tuto Quiroga diz que prioridade é impedir que sigla do ex-presidente vença

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES O ex-presidente da Bolívia Jorge "Tuto" Quiroga (2001-2002) anunciou que desistiu de tentar voltar ao cargo na eleição marcada para o próximo domingo (18). O candidato de direita usou suas redes sociais neste domingo (11) para explicar as razões que o levaram a retirar sua candidatura. "Não tenho possibilidade de chegar à Presidência, por isso declino de minha candidatura. Tenho na alma uma profunda dor e uma enorme angústia. Tenho diferenças com outros candidatos, mas espero que atuem para derrotar o MAS", afirmou ele, se referindo ao Movimento ao Socialismo, o partido do ex-presidente Evo Morales. "Por menor que seja o risco de o MAS voltar ao governo, neste próximo 18 de outubro devo fazer tudo o que esteja ao meu alcance para evitar isso", completou ele. A justificativa de Quiroga é semelhante à da presidente interina do país, Jeanine Áñez, que desistiu de sua candidatura em 18 de setembro "para não fragmentar o voto da direita e evitar uma nova vitória do MAS".

Quiroga é um conhecido crítico de Evo, e passou a maior parte da gestão do ex-presidente (2006-2019) apontando para as denúncias de corrupção contra o governo. No ano passado, quando Evo obteve a permissão do tribunal constitucional para disputar um quarto mandato —o que é proibido pela Constituição, que só permite uma reeleição— Quiroga disse à Folha que não se candidataria porque, "se o fizesse, estaria respaldando uma fraude, uma eleição ilegítima". Após a renúncia de Evo, em novembro do ano passado, Quiroga apoiou a controversa decisão que levou Áñez, então segunda vice-presidente do Senado, ao comando do país. O ex-presidente, porém, deixou de apoiá-la em poucos meses, quando ela decidiu que participaria do pleito. Curiosamente, nem Áñez nem Quiroga anunciaram apoio ao também ex-presidente Carlos Mesa ao retirarem suas candidaturas. Mesa aparece atualmente em segundo lugar nas pesquisas e é considerado o principal candidato do MAS, o ex-ministro da Economia Luis Arce. Seu perfil, porém, é bem di-

Crise na Bolívia
20.out.19 Bolivianos vão às urnas. Contagem oficial dá vitória a Evo em 1º turno, mas apuração tem denúncias de fraudes.
10.nov.19 OEA publica conclusões preliminares de auditoria e atesta fraude. Evo e toda a cúpula do governo renunciam após ultimato dos militares.
12.nov.19 Depois que presidente e vice-presidente do Senado renunciaram, Jeanine Áñez assume a Presidência interina.
3.jan.20 Tribunal Eleitoral anula votação de outubro e anuncia nova eleição em 3 de maio.
19.jan.20 Evo anuncia seu candidato, o ex-ministro da economia, Luis Arce.
24.jan.20 Áñez anuncia candidatura à Presidência.
21.mar.20 Por causa da Covid-19, Justiça adia eleição, sem definir nova data.
22.jun.20 Congresso e Executivo aparecem a nova data, 6 de setembro.
23.jul.20 Pandemia causa novo adiamento, para 18 de outubro (1º turno).
17.set.20 Áñez desiste de disputar a Presidência

ferente dos dois rivais que desistiram. Enquanto Quiroga e Áñez se posicionam como representantes da direita, Mesa é um político de centro-esquerda, que inclusive chegou a colaborar com o MAS em diversas ocasiões. Ele foi, por exemplo, escolhido por Evo para ser o porta-voz da demanda da Bolívia por uma saída pelo mar —o país trava há anos uma disputa sobre o tema com o Chile. As pesquisas mais recentes mostram que a uma semana da votação o cenário está aberto. A opção mais provável é que ocorra um segundo turno entre Mesa e Arce, mas os levantamentos não descartam a possibilidade do candidato do MAS vencer em primeiro turno. Além disso, as pesquisas na Bolívia não costumam ser confiáveis, principalmente pela dificuldade dos institutos de realizar enquetes nas regiões andina e amazônica. Assim, a maioria dos levantamentos costumam ser baseados nas cidades ou em sondagens feitas por telefone. Entre as mais recentes, realizadas nas últimas semanas, portanto antes da desistência de Quiroga, está a do instituto Jubileo, que tem a maior

amostragem (16 mil pessoas). Nesta, a diferença entre Arce (42,9%), em primeiro lugar, e Mesa (34,2%), em segundo, é de 8,7 pontos. Quem cresceu depois da saída de Áñez foi o também direitista Luis Fernando Camacho, que aparece com 17,8%. Na Bolívia, para vencer no primeiro turno um candidato deve ter mais de 50% dos ou 40% e uma diferença de 10 pontos percentuais em relação ao segundo colocado. Caso contrário, acontece o segundo turno. Já a pesquisa do Ipsos (com 2.000 entrevistados), traz Arce com 42,2% contra 34,6% para Mesa. A diferença cairia para 7,6%. Nesta, Camacho aparece com 17,1%. Já a pesquisa da Mercados y Muestras, realizada a pedido do jornal Página Siete, traz uma vitória apertada de Mesa (37,4%) sobre Arce (37,2%), com Camacho obtendo 19,2%. Enquanto isso, o Celag (com 1.700 entrevistas) mostra Arce ganhando no primeiro turno, com 44,4% contra 34% de Mesa. Aqui, Camacho tem 15,2%. Todos os levantamentos apontam que Mesa venceria Arce em um segundo turno. Apesar da pandemia do coronavírus não estar contida no país, que tem 138.463 contaminados e 8.292 mortes, Camacho tem realizado atos públicos com aglomerações —ele inclusive realizou um comício neste domingo no departamento de Pando. Já Arce tem misturado alguns atos públicos e com outros eventos virtuais, enquanto Mesa tem feito campanha principalmente por meio das redes sociais.

Por milagre no Brasil, italiano evangelista da internet é beatificado

João Pedro Pitombo

SALVADOR Morto em 2006, aos 15 anos, após enfrentar uma leucemia, o jovem Carlo Acutis foi beatificado pela Igreja Católica neste sábado (10), na Itália. A beatificação foi concedida a partir de uma cura que a igreja diz reconhecer como milagre e que aconteceu no Brasil: uma criança de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, teria sido curada de uma doença congênita após tocar em uma relíquia de Carlo Acutis em outubro de 2013. Chamado de "anjo bom da juventude", Carlo Acutis ficou conhecido em vida por fazer evangelizações na internet. Tinha conhecimento de computação acima da média e criou um site para catalogar milagres e difundir os ideais da igreja. Após sua morte, em 12 de outubro de 2006, passou a ser venerado por católicos. No Brasil, o padre Marcelo Tenório costumava realizar em Campo Grande uma missa anual em homenagem a Nossa Senhora Aparecida com a exposição de uma relíquia de Acutis — um pedaço de roupa com marcas de sangue do jovem. Na missa de 12 de outubro de 2013, estavam presentes Matheus Vianna, então com 3 anos, sua mãe e seu avô. Cerca de um ano antes, Matheus havia sido diagnosticado com pâncreas anular, que causa dificuldade de digerir os alimentos e vômitos constantes. "Matheus estava bastante debilitado por causa da doença, não conseguia se alimentar direito e não ganhava peso. Ele não conseguia ter uma vida normal, estava definindo", afirma a mãe de Matheus, Luciana Lins Vianna, 40. Na época, os médicos haviam afirmado que não havia alternativas para salvá-lo. Na missa, o padre Tenório apresentou a relíquia de Carlo Acutis e, no colo do avô, Matheus fez o pedido: "Quero parar de vomitar". Ao chegar em casa, Matheus pediu para comer a comida preferida do irmão: arroz, feijão, bife e batata frita. Mastigou, engoliu e não vomitou. A partir desse dia, Matheus passou a alimentarse normalmente. Para a mãe dele, o milagre e a beatificação de Carlo Acutis mostram que as pessoas ainda podem ter fé.



TREM ATINGE ÔNIBUS QUE IA PARA TEMPLO BUDISTA E DEIXA 20 MORTOS NA TAILÂNDIA
Moradores observam o trabalho da equipe de resgate após um acidente entre um trem e um ônibus que ia para um templo budista na Tailândia; a colisão ocorreu próxima a uma estação ferroviária e deixou ao menos 20 pessoas mortas e outras 30 feridas. Mladen Antonov/AFP

Carlos Mesa

Prioridade na eleição da Bolívia é formar frente contra partido de Evo

Ex-presidente do país viu adversários desistirem da disputa nas últimas semanas, em movimento que pode fortalecê-lo

ENTREVISTA

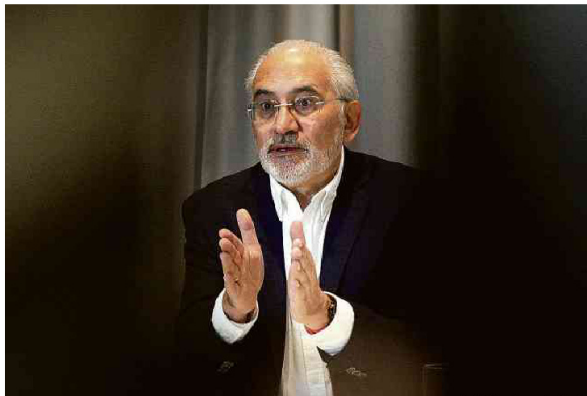
Sylvia Colombo

BUENOS AIRES A menos de uma semana da eleição na Bolívia, o ex-presidente e candidato Carlos Mesa se concentra na construção de uma frente contra o MAS (Movimento ao Socialismo), partido de Evo Morales. À Folha, ele afirma que, caso haja segundo turno, vai superar diferenças ideológicas e buscar diálogo com as forças políticas que deixaram a campanha nas últimas semanas sob a justificativa de evitar a fragmentação do voto contra Luis Arce, candidato do MAS.

O centro-esquerdista Mesa, 67, foi presidente da Bolívia entre 2003 e 2005. Durante o mandato, o historiador conseguiu num primeiro momento acalmar os ânimos e chegou a ter 62% de popularidade. Depois, um conflito com sindicatos o levou à renúncia.

As pesquisas para a eleição de domingo (18) mostram um cenário aberto —é preciso levar em conta que os levantamentos no país não são confiáveis. Arce lidera, e há quadros que dão vitória a ele num primeiro turno e outros que apontam para um segundo turno, que, se for necessário, será em 29 de novembro.

Nas últimas semanas, houve duas desistências na corrida eleitoral, a da presidente interina Jeanine Áñez e a do ex-presidente Jorge "Tuto" Quiroga. Mesmo que eles tenham dito que a saída da disputa era para não fragmentar o voto contra o MAS, nenhum deles anunciou abertamente um apoio à sua candidatura, que é a mais competitiva. Como o sr. avalia isso? No caso da presidente, creio que foi correto não anunciar um apoio direto. Afinal, ela havia perdido a neutralidade ao se apresentar como candidata. Então, não parecia algo inteligente que ela deixasse a disputa e apoiasse outro candidato, porque cairia outra vez na parcialidade. No caso de Quiroga, a realidade é que ele que não tinha chances de ser eleito.



Carlos Mesa, 67

Presidente da Bolívia entre 2003 e 2005, foi jornalista e documentarista. Estudou literatura na Universidade Mayor de San Andrés e é membro da Sociedade Boliviana de História. Autor de diversos livros, entre eles "Cinema Boliviano, do Realizador ao Crítico", publicado em 1979

Sim, mas o senhor dependerá dos votos que iriam para eles se quiser ser eleito. E ambos divergem do seu perfil ideológico. Correto. Mas a prioridade agora é construir uma base de 65% de eleitores anti-MAS. Desde o começo sabemos que só há duas candidaturas competitivas, e o objetivo é ganhar a Presidência e ter maioria na Assembleia Legislativa. Se essa maioria não for conquistada por meio do voto popular, que é o esforço que estamos fazendo, sou consciente de que terei de estabelecer nexos com as forças democráticas que pensam diferente.

O senhor crê que as denúncias de um suposto escândalo de pedofilia envolvendo o Evo impactaram negativamente a campanha de Arce? Sim. O impacto dessas acusações foi grande e gerou uma crítica —pessoal e política— contra Morales e, por consequência, contra seu partido. A repercussão internacional aumentou essa pressão. Quanto às acusações propriamente, parece haver indícios que legitimam uma investigação.

Se o senhor for eleito, qual será a prioridade no combate ao coronavírus? Sabemos que o problema não terminou, e mesmo que a curva de contaminações venha caindo precisamos preparar o país para uma provável segunda onda. Se for eleito, o objetivo será aumentar o orçamento da área de 6,8% do PIB para 10%. Porém, o mais urgente é investir na compra de equipamentos e fortalecimento do pessoal médico e do sistema de testes, que foi muito fraco durante a gestão de Áñez.

As acusações de fraude no pleito anterior ajudaram a formar o caldo que levou à renúncia de Evo. Mas também houve contestações de pesquisadores sobre a credibilidade das denúncias contra a reeleição do ex-presidente. Todos estarão de olho questionando se o resultado é confiável. Dentro do contexto do coronavírus e das condições complexas que tivemos com as ameaças do MAS e a tensão social, creio que o resultado do trabalho do Tribunal Constitucional é positivo.

“ Não podemos dar espaço para que os conflitos e tensões de rua ocorram, como no ano passado. O tribunal eleitoral tem de ser ágil para ajudar a evitar mais violência do que a que já tivemos

Confio no Tribunal Eleitoral e creio que será uma eleição livre e transparente, com dificuldades menores, obviamente, mas que não deve abrir dúvidas sobre fraudes ou uma distorção eleitoral. O que é importante é que os resultados sejam conhecidos na noite do próprio domingo.

O sr. está satisfeito com o envolvimento de observadores internacionais? Sim. Para que não tenhamos espaço para discussões sobre o resultado, é crucial que as missões de observadores internacionais, da OEA [Organização dos Estados Americanos], da União Europeia, das Nações Unidas e do Centro Carter, respaldem o resultado rapidamente. Para evitar uma nova onda de violência, precisamos de agilidade, que não tenhamos mais de 24 horas desde o fim da contagem até o momento em que é publicado o relatório oficial internacional. Não podemos dar espaço para que os conflitos e tensões de rua ocorram, como no ano passado. O tribunal eleitoral tem de ser ágil para ajudar a evitar mais violência do que a que já tivemos.

Logo depois das eleições na Bolívia, haverá uma eleição legislativa na Venezuela. O sr. continuará com a política de apoiar Juan Guaidó? Com relação à Venezuela, sou muito crítico. Estou convencido de que Nicolás Maduro é um ditador, e minha posição sobre essas eleições legislativas é de muito ceticismo. Assim, se eu for eleito, não mudaremos de posição no sentido de continuar repudiando a ditadura.

A Bolívia estará no Grupo de Lima caso o sr. seja eleito? Minha posição se aproxima da do Grupo de Lima. Porém, o balanço dos avanços desse grupo, agora, é incerto. O que posso garantir é que apoiarei a construção de um espaço democrático na Venezuela.

O atual governo da Bolívia está brigado com o da Argentina. Como reaninhar essa parceria, uma vez que há uma parceria comercial importante? Lamento profundamente a atitude equivocada do presidente Alberto Fernández de não reconhecer a presidente Áñez como presidente constitucional. Espero que o governo argentino tome a iniciativa de reconhecer o ganhador legítimo da eleição na Bolívia, seja ele quem for, e que o faça de modo formal. Se for assim, estamos com a melhor intenção de retomar as relações que sempre tivemos com a Argentina. Assim como teremos uma relação de respeito com o Brasil.

Espero poder ajudar a acabar com essa ideologização absurda das relações dos países vizinhos e estabelecer um elo de interesses legítimos, em que se possa reconhecer diferenças nas linhas de conduta política e econômica e que, ao mesmo tempo, isso não impeça uma relação fluida. É algo básico que parece haver sido perdido nesses tempos.

Candidato em Boa Vista promete fim de 'privilégios' de venezuelanos

Fábio Zanini

SÃO PAULO Candidato a prefeito pelo PSL em Boa Vista (RR), o deputado federal Nicoletti começou a explorar as tensões com imigrantes venezuelanos.

Nesta terça (13), ele postou em suas redes sociais um anúncio em que promete combater supostas vantagens desfrutadas pela comunidade do país vizinho. "Na minha gestão municipal, venezuelano não terá privilégio", anuncia, em foto com o dedo em riste.

Na sua conta do Instagram, ele diz, apesar disso, que "respeita os venezuelanos de Boa Vista".

No anúncio, Nicoletti não explica o que seriam esses "privilégios". A Folha, o candidato afirma que as vantagens são numerosas.

"Os privilégios são muitos. Entre eles, por exemplo, o acesso aos serviços públicos do nosso município e o trabalho informal, em que nossos ambulantes são perseguidos pela prefeitura e os venezuelanos podem trabalhar livremente."

O candidato nega que sua propaganda de alguma forma estimule sentimentos xenofóbicos. "Defender a igualdade de direitos entre brasileiros e venezuelanos, prevista na Constituição brasileira, jamais será xenofobia", afirma.

"O que proponho é justamente garantir o acesso dos brasileiros aos serviços essenciais, para que não ocorra o que acontece atualmente, quando vemos venezuelanos ocuparem praticamente 100% de alguns serviços em Boa Vista."

Ele promete buscar, como prefeito, o aumento de repasse de recursos junto ao governo federal para suprir o aumento da demanda sobre serviços ocasionado pelo fluxo migratório. Estima-se em cerca de 10 mil o número de venezuelanos vivendo na capital roraimense, a quase totalidade de pessoas que deixaram o país de origem em razão da crise econômica e da ditadura de Nicolás Maduro.

A propaganda gerou uma reação dos representantes no Brasil do autodeclarado presidente da Venezuela, Juan Guaidó. "Ficamos surpresos ao ver o uso de forma degradante da imagem dos venezuelanos para ganhar votos", diz o texto, assinado por Maria Teresa Belandria, embaixadora de Guaidó no Brasil. Ela pede a Nicoletti que retire do ar a propaganda. Segundo Belandria, a campanha "incita à xenofobia e ao ódio".

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

nelson.sa@grupofolha.com.br

Acuados nos EUA, Facebook e Google veem brecha na China

A proposta da Câmara americana, de dividir em pedaços os gigantes Google, Amazon, Facebook e Apple, avançou aos poucos, sob o noticiário tomado pela eleição e pela Suprema Corte.

O Wall Street Journal publicou longa análise em resposta ao Facebook, que havia argumentado que sua fusão com Instagram e WhatsApp já seria "complexa demais para romper". Ouve de especialistas que é possível dividir, sim, em um ano ou dois. O site Politico foi além e

notificou que o Departamento de Justiça, num movimento anterior ao da Câmara, estuda propor em semanas uma ação para forçar a venda, pelo Google, do navegador Chrome e de partes de seus negócios de publicidade.

Por outro lado, Bloomberg e o site chinês de tecnologia Abacus informam que Pequim fez "experiência silenciosa", permitindo o acesso de milhões a sites como YouTube, do Google, e Instagram, sem precisar recorrer a VPN. Durou apenas duas sema-

nas, até sábado (10). O browser Tuber, da maior empresa de segurança digital do país, Qihoo 360, podia ser baixado via loja da Huawei e outras. Ele viralizou na sexta, ao ser anunciado no WeChat.

"Pequim está cadavez mais confiante no apoio interno após anular com sucesso a Covid", avaliou a Bloomberg, citando ainda a necessidade de dar condições semelhantes às que a China defende, nos EUA, para WeChat e TikTok.

NYT VS. NYT Em longa reportagem, o Washington Post detalhou a "guerra cultural de um ano" em torno do Projeto 1619, do New York Times —que culminou com um co-

lunista conservador do próprio jornal proclamando, no fim de semana, que ele "fracassou". É um material de início um caderno, mostrando como a escravidão moldou o país. Desde então, foi criticado por historiadores e atacado por Donald Trump.

TRIUNFO O editor do NYT, Dean Baquet, defendeu em nota a repórter dos questionamentos "éticos" levantados, não na Redação, mas em Opinião, setor à parte. Também o publisher A. G. Sulzberger, no serviço interno de mensagens, Slack: "É um triunfo jornalístico que mudou a forma como milhões de americanos entendem nosso país".



INFERNO

Com mapa das queimadas, a partir da Nasa, e fotos de animais mortos no Pantanal, o NYT mostrou como a "Maior área úmida tropical do mundo virou um inferno" enquanto o noticiário estava voltado aos incêndios na Califórnia

mun



O candidato à Presidência da Bolívia pelo MAS, Luis Arce, durante evento de encerramento da campanha em El Alto, região metropolitana de La Paz

Eleição na Bolívia



Capital La Paz / Sucre
População 11,7 milhões
Área 1 milhão km²
(Cidade maior que o Mato Grosso)
PIB US\$ 40,9 bilhões
IDH 0,703
(114º no ranking mundial; Brasil é o 79º)
Crescimento -5,9%
Mortes por Covid-19* 8.407

Principais competidores



Luis Arce
Partido Movimento ao Socialismo (MAS); partido do ex-presidente Evo Morales (esquerda)
Posição ex-ministro da economia no governo Evo
Idade 57

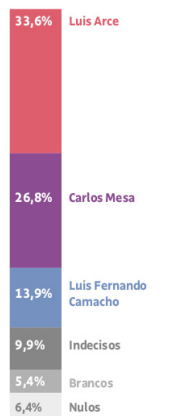


Carlos Mesa
Partido Comunidade cidadã (centro-esquerda)
Posição ex-presidente
Idade 67



Luis Fernando Camacho
Partido Acreditamos (direita)
Posição representante do empresariado conservador de Santa Cruz de La Sierra
Idade 41

Última pesquisa



*Em 16.out.20. Fontes: IBGE, CIA World Factbook, Banco Mundial, ONU e Universidade Johns Hopkins

Nas urnas, Bolívia tenta pôr fim a ciclo violento e instável

Quase um ano após pleito traumático, candidato de Evo lidera as pesquisas

Sylvia Colombo

LA PAZ A dois dias de completar um ano desde a eleição presidencial de 2019, os bolivianos retornam às urnas neste domingo (18) para tentar pôr um ponto final a um longo, violento e instável processo de sucesso.

O cenário, claro, é indefinido. A dificuldade para realizar pesquisas confiáveis, que alcançam todo o país — a maioria é feita por telefone, devido ao penoso acesso às regiões andina e amazônica —, faz com que a Bolívia não costume ter projeções precisas.

Grande parte dos institutos sugere que haverá um segundo turno entre o candidato do MAS (Movimento ao Socialismo), Luis Arce, ex-ministro da economia de Evo Morales, e o seu principal rival no pleito, o ex-presidente Carlos Mesa.

Os levantamentos, por outro lado, não descartam a possibilidade de Arce ganhar já no primeiro turno. Mas, se houver um segundo embate, no dia 29 de novembro, a maioria das pesquisas indica maior chance de vitória para Mesa.

Trabalhamos muito para que essa eleição seja transparente e incontestável. Já estão no país os observadores internacionais da OEA [Organização dos Estados Americanos], da União Europeia, do Centro Carter e das Nações Unidas”, diz à Folha a chanceler boliviana, Karen Longaric.

“Não vieram na quantidade que desejávamos, devido à pandemia, para cobrir as regi-

ões mais afastadas, mas é um grupo extremamente técnico, capaz de legitimar o resultado de modo rápido”, afirma.

A divulgação ágil do resultado é essencial para dar credibilidade ao processo e manter as ruas da Bolívia pacíficas.

Por temor de que ocorram distúrbios após o fechamento das urnas neste domingo, muitos bolivianos compraram alimentos em quantidades extras e abasteceram seus veículos de combustível nos últimos dias. O clima nas ruas em La Paz na noite deste sábado (17), porém, era de aparente tranquilidade.

O cenário era bem diferente em 2019. Primeiro, o hoje ex-presidente Evo concorria de modo controverso a um quarto mandato, contra o que diz a Constituição boliviana e contra um referendo popular.

Segundo, com as urnas fechadas, a contagem rápida dos votos foi suspensa no momento em que a apuração, em 86% do total, apontava para um segundo turno entre ele e Mesa. O órgão eleitoral só voltou a contar no dia seguinte, usando outro método, que deu vitória ainda no primeiro turno ao então presidente.

Na noite deste sábado (17), o tribunal eleitoral boliviano decidiu que não será realizada a contagem rápida. A corte alegou que somente haverá a contagem voto a voto, que “gera mais certeza”. Com isso, não haverá resultado na noite deste domingo (18).

Carlos Mesa apoiou a decisão, enquanto o MAS anunci-

ou que fará uma contagem paralela própria e convocou os jornalistas para uma entrevista neste domingo pela manhã.

No ano passado, a tensão tomou conta das ruas depois do impasse com a apuração de votos. Opositores do MAS apontavam fraude, enquanto militantes e apoiadores do partido defendiam Evo. Os confrontos entre militares e manifestantes pró-Evo deixaram mais de 30 mortos.

Em 10 de novembro, o líder indígena, pressionado por protestos populares e pelas Forças Armadas, renunciou, assim como o vice, Álvaro García Linaera, e a presidente do Senado, Adriana Salvatierra, os dois próximos na linha sucessória prevista no país.

Evo e Linaera se exilaram, primeiro no México, depois, na Argentina, onde vivem.

Após uma manobra controversa, o Congresso pôs na Presidência, interinamente, a segundo vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez, que assumiu segurando uma Bíblia e colocando o Exército nas ruas. Prometia ficar apenas alguns meses, segundo ela, para garantir a sucessão eleitoral.

Um novo tribunal eleitoral foi escolhido, e as eleições, marcadas para maio. A pandemia do coronavírus, porém, adiou o plano duas vezes, levando o pleito para setembro e, depois, para este domingo.

Áñez não cumpriu o prometido. Candidatou-se, o que fez com que as críticas à sua gestão, especialmente durante a crise sanitária, aumentas-

sem. Nomes de diversas cores do espectro político condenaram as medidas adotadas para tentar conter a disseminação da Covid-19 e apontaram escândalos de corrupção.

Sem tração nas pesquisas, Áñez desistiu da candidatura em 18 de setembro. Foi seguida por outro membro da direita boliviana, o ex-presidente Jorge “Tuto” Quiroga.

Um efeito colateral das saídas de Áñez e Quiroga foi o fortalecimento do ultradireitista Luis Fernando Camacho, em terceiro lugar nas sondagens. Figura central na queda de Evo, ele concentra apoio do setor empresarial e conservador de Santa Cruz de la Sierra e reúne pouco menos de 15% das intenções de voto, o que o põe como um peso decisivo se houver segundo turno.

“O que vamos ver no próximo domingo é o começo do fim do ciclo que se abriu em 2016, quando houve um referendo em que a população decidiu que não queria Morales disputando um novo mandato”, afirma à Folha o analista político Pablo Stefanoni.

Para Stefanoni, olhar para 2014, quando Evo se reelegeu com mais de 66% dos votos, conquistando até o empresariado de Santa Cruz, deixa claro que o ponto de virada ocorreu dois anos mais tarde. “Em 2016 Evo mostrou que queria se eternizar no poder, e a sociedade não engoliu.”

Para conseguir se candidatar outra vez, o ex-presidente argumentou que negar-lhe a possibilidade de disputar a

Presidência era contrariar um direito humano. O Tribunal Eleitoral à época concordou.

Em um processo tão turbulento e eclipsado por uma figura que passou quase 14 anos no poder, o atual líder nas pesquisas passa quase despercebido. No evento de encerramento da campanha, na noite de quarta (14), Arce, um homem calmo, sem pinta de grande orador, tentou mostrar um lado mais “cool”. Exibiu-se jogando basquete e até fazendo propaganda pelo aplicativo TikTok.

Em El Alto, na região metropolitana de La Paz, cuja população é, em sua maioria, de trabalhadores, Arce apareceu vestido com uma jaqueta com a estampa de Tupac Kapatí — herói aimara das lutas contra os espanhóis no século 18 — e com seu apelido, “Lucho”, nas costas. Ao lado do seu vice, David Choquehuanca, dançou para uma multidão.

Nas últimas semanas, o ex-ministro da Economia reagiu a uma certa divisão que há no MAS e se descolou da figura do ex-presidente.

Ele defendeu a liberdade de expressão logo após Evo sugerir um aumento de controle da imprensa e se mostrou mais disposto ao diálogo com a oposição.

Mesa se apresenta como a opção mais viável para derrotar o partido de Evo. Ainda convive com a imagem de presidente que, em 2005, renunciou após a pressão de sindicalistas do setor de gás de El Alto que queriam nacionalizar os recursos naturais.

Em seu evento final de campanha, foi a Santa Cruz, cidade que concentra a oposição ao MAS e é reduto de Camacho, para tentar convencer o eleitorado de que o voto útil deve ser dado no primeiro, e não apenas no segundo turno. Acabou cometendo gafes e viu num momento embarcaço quando gritou, em inglês: “Evo Morales never in the life!”

Em vitória histórica, Jacinda Ardern é reeleita na Nova Zelândia

WELLINGTON (NOVA ZELÂNDIA) | REUTERS

A primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, foi reeleita neste sábado (17), dando ao seu Partido Trabalhista a maior vitória eleitoral em meio século.

Com 95% da apuração concluída, a sigla de centro-esquerda contava com 49% dos votos, muito à frente do Partido Nacional, com 27%, segundo a Comissão Eleitoral.

A legenda de Jacinda pode sair das eleições com 64 das 120 cadeiras no Parlamento, o recorde de qualquer partido desde que o país adotou o sistema de votação proporcional, em 1996. Será também

o primeiro governo de partido único sob o sistema.

Jacinda, 40, virou celebridade global após ganhar destaque neste ano pelo trabalho de combate à pandemia de Covid-19. Ela era a favorita na disputa contra Judith Collins, do Partido Nacional.

“Estamos vivendo em um mundo cada vez mais polarizado”, disse a vencedora. “Um lugar onde mais e mais pessoas perderam a capacidade de ver o ponto de vista uns dos outros. Espero que, com esta eleição, a Nova Zelândia tenha mostrado que não somos assim.”

Após o reconhecimento da

vitória, a primeira-ministra afirmou que seu Partido Trabalhista ganhou um mandato para liderar o país e acelerar sua resposta à pandemia.

No cargo desde 2017, ela viveu diversos episódios que consolidaram sua imagem como uma política com empatia e sensibilidade. Meses após assumir seu mandato, anunciou que estava grávida e não abriu mão das seis semanas de licença-maternidade, transferindo o poder ao vice.

Em 2019, foi elogiada ao transmitir sentimentos de conciliação e união nacional a uma população traumatizada com o massacre de 51 pes-

soas por um extremista em duas mesquitas na cidade de Christchurch. Após a matança, armas semiautomáticas foram banidas no país.

Nada que se comparasse, no entanto, a como ela lidou com a pandemia, o que projetou seu nome internacionalmente. A Nova Zelândia virou exemplo mundial de combate ao coronavírus, com quarentena rigorosa, ampla testagem e uma estratégia de comunicação eficiente.

Em uma pesquisa de opinião da Universidade Massey em julho, a primeira-ministra recebeu nota 8,45 numa escala de 0 a 10 por seu desempenho

contra a Covid-19.

A eleição deveria ter sido realizada em 19 de setembro, mas foi adiada após uma nova onda de infecções de coronavírus em Auckland, que levaram a um segundo bloqueio na maior cidade do país.

Embora conhecida internacionalmente por promover causas progressistas, como os direitos da mulher e a justiça social, Jacinda enfrentou críticas internas de que seu governo falhou em cumprir transformações sociais.

Por conta da crise sanitária global, as fronteiras da Nova Zelândia ainda estão fechadas, e o setor de turismo sofre.

Economistas preveem uma recessão duradoura após os severos bloqueios.

A economia encolheu a uma taxa anual de 12,2% no segundo trimestre, queda mais acentuada desde a Grande Depressão. A dívida deve aumentar para 5% do PIB, sendo que antes da pandemia era de menos de 20%.

Os neozelandeses também votaram em referendos para legalizar a eutanásia e a maconha recreativa. Os resultados devem sair no dia 30. O país pode se tornar o terceiro do mundo a permitir o uso e venda de cânabis, depois de Uruguai e Canadá.

mundo

Incerteza sobre apuração de votos gera críticas e marca eleição na Bolívia

Suspensão inesperada de contagem rápida causa tensão; Arce, líder nas pesquisas, e Mesa pedem calma

Sylvia Colombo

LA PAZ "Teremos um resultado claro, seguro e confiável", disse o presidente do tribunal eleitoral da Bolívia, Salvador Romero, depois de fechadas as urnas neste domingo (18). Só faltou dizer quando.

Até as 21h30 locais (22h30 em Brasília), apenas 1% dos votos havia sido computado pelo órgão eleitoral oficial. O líder nas pesquisas Luis Arce, do MAS (Movimento ao Socialismo), partido do ex-presidente Evo Morales, aparecia com 51%, e seu rival, o também ex-presidente Carlos Mesa, tinha 34,6%.

O presidente do tribunal eleitoral, Romero, disse que a contagem seria acelerada nas três horas seguintes, mas que seria interrompida durante a madrugada, para ser retomada na segunda-feira (19) pela manhã.

As pesquisas de boca de urna, cuja divulgação estava prevista para as 20h locais (21h de Brasília), tiveram atraso.

Em rede social, Evo escreveu que "as empresas de pesquisas estão se negando a publicar os resultados da boca de urna". "Estão escondendo o grande triunfo do povo representado pelo MAS".

O clima de incerteza e de suspeição já havia se instalado na noite de sábado (17), quando o tribunal eleitoral decidiu não divulgar resultados preliminares vindos do sistema de contagem rápida que era usado até a eleição passada.

A mudança pegou todos de surpresa e causou certa tensão entre as candidaturas de Arce e de Mesa.



Líder nas pesquisas, Luis Arce fala a jornalistas; o rival Carlos Mesa acena a simpatizantes



Mateo Romay/Xinhua e Jorge Bernal/AFP

A apuração preliminar foi justamente o cerne da crise ocorrida no pleito de 2019. Com as urnas fechadas, esta foi suspensa no momento em que a apuração, em 8% do total, apontava para um segundo turno entre Evo e Mesa.

O órgão eleitoral só voltou a contar no dia seguinte, usando outro método, que deu vitória ainda no primeiro turno a Evo. A isso se seguiram distúrbios que culminaram em violentos confrontos entre os dois lados e na renúncia de então presidente, em 10 de novembro do ano passado.

A estimativa, desta vez, é que a contagem voto a voto demore de um a quatro dias.

A jornada de votação foi calma na maior parte do país, mas com ares de anticlimax. "Votamos hoje e sabe-se lá quando vamos saber quem é o novo presidente. Continuaremos na nuvem de incerteza em que vivemos há quase um ano", disse Alexis Michel, 45, que votou por volta do meio-dia em um colégio na zona sul de La Paz.

Por parte de Luis Arce, houve duras críticas à decisão do tribunal, que alegou dificuldades

des técnicas para abandonar a sondagem rápida.

"Foi uma decisão irresponsável e que não colabora para melhorar a imagem da Bolívia. Mostra que o tribunal não fez seu trabalho e se deu conta de que não era capaz tarde demais, na véspera da eleição. Mas estamos tranquilos, vamos esperar de modo pacífico", disse a jornalista na manhã de domingo.

Arce se mostrou sorridente e tranquilo, e afirmou estar confiante numa vitória ainda no primeiro turno. Se o resultado indicar segundo turno,

este será em 29 de novembro.

O MAS, porém, realizará sua contagem paralela e terá delegados em todas as mesas do país. "Vamos ter nosso número e vamos divulgar", afirmou Arce. De Buenos Aires, Evo, seu padrinho político, também criticou o tribunal e pediu paciência.

Do lado da candidatura de Carlos Mesa, houve um "lamento" por causa da decisão do tribunal, mas também um pedido de "tranquilidade e paciência" com relação ao tempo em que se terá de esperar pelo resultado oficial.

Logo após votar, Mesa afirmou que ele e seu partido atuarão com "extrema prudência para que não se gerem conflitos de rua e para que a Bolívia recupere sua imagem de país estável e democrático".

Os centros de votação estiveram cheios pela manhã, quando havia sol, mas mais vazios durante a tarde, quando o tempo virou e começou a chover.

Por causa disso, algumas aglomerações foram causadas, sem controles de agentes sanitários ou de outros órgãos para minimizar os contatos.

A Bolívia é um dos países da América do Sul mais afetados pela pandemia do coronavírus, embora a curva de contágios tenha baixado nas últimas semanas.

Medidas de isolamento social, na maioria dos locais visitados pela Folha, não foram cumpridas. Em La Paz via-se mais gente usando máscaras, algo que não ocorria em El Alto, cidade da região metropolitana.

O mesmo ocorreu nos comitês dos dois candidatos. Foi permitida a entrada de muita gente em locais pequenos para ouvir entrevistas coletivas, divulgação de anúncios e para a distribuição de credenciais.

Na entrevista de Arce, os jornalistas foram colocados numa sala minúscula e com as janelas fechadas. Tanto Mesa como Arce saíram dos seus centros de votação totalmente rodeados por multidões de apoiadores e de jornalistas, sem ninguém que controlasse as distâncias recomendadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

A presença militar e policial nas ruas foi muito visível, já desde o sábado à noite. Os oficiais armaram barreiras frente a locais de votação e a prédios públicos, para evitar distúrbios, porém, estes não ocorreram. O transporte público foi suspenso, e somente carros com autorização podiam transitar. A polícia vigiou rigidamente essa norma.

Antes de referendo, protestos marcam um ano de manifestações no Chile

SANTIAGO | REUTERS E AFP A Praça Itália, em Santiago, foi ocupada neste domingo (18) por dezenas de milhares de pessoas, que se reuniram para marcar o aniversário de um ano do início dos protestos por desigualdade social no Chile.

Apesar de um clima predominantemente festivo, episódios de violência também foram vistos durante o domingo. Um deles ocorreu na Igreja da Assunção, nas proximidades da Praça Itália, que foi completamente incendiada depois de ser atacada por encauzados, que comemoraram

o desabamento da estrutura. A pequena igreja foi o segundo templo a ser atacado durante os protestos.

Grupos de manifestantes começaram a chegar no início do dia para se reunir na Praça Itália, que se tornou o epicentro dos protestos que eclodiram em 18 de outubro de 2019. Cerca de 25 mil pessoas estiveram presentes, de acordo com a polícia.

A maioria dos manifestantes usava máscaras, mas alguns grupos eram vistos sem a proteção, despertando preocupação sobre transmissão

do coronavírus.

Além de relemburar os protestos do ano passado, jovens, famílias e idosos também foram vistos carregando faixas e cartazes coloridos que pediam "sim" para a votação, no próximo domingo (25), do referendo que decidirá se a Constituição herdada da época da ditadura será mantida ou não no Chile.

O plebiscito, marco histórico no país, perguntará aos chilenos se eles devem mudar ou não a Constituição que data da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).



Manifestante queima bandeira em frente a igreja em Santiago, no Chile Martin Bernetti/AFP

Na Bolívia, o suplício

Articulação de forças políticas será tão importante quanto resultado das urnas

Mathias Alencastro

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e doutor em ciência política pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Num ano de 2019 turbulento na América Latina, marcado pela escalada da crise na Venezuela e o fracasso do acordo UE-Mercosul, nada superou o escárnio do golpe ocorrido na Bolívia. A controversa tentativa de reeleição de Evo Morales terminou numa tomada de poder pelas forças militares, que apoiaram a posse de Jeanine Áñez, uma presidente autoproclamada.

Um movimento acompanhado por órgãos internacionais

como a OEA, potências regionais como o Brasil e até ícones do progressismo global como o também colunista desta Folha Yascha Mounk.

Pouco depois, veio o escândalo. Instituições idôneas demonstraram de forma inequívoca que, afinal, a fraude eleitoral cometida pelo governo de Evo Morales, pretexto usado pelos militares para derrubar o seu governo, não passava de uma fantasia. Episódios de ruptura democrática co-

tumam demorar tempo para serem completamente elucidados. Historiadores passam décadas catando documentos para tentar comprovar uma versão dos fatos.

Na Bolívia, no entanto, bastaram alguns meses para se demonstrar o golpe de Estado, de forma que o primeiro governo da era pós-Morales acabou antes de começar.

O espetáculo de incompetência, corrupção e autoritarismo do último ano contribuiu pa-

ra aumentar a rejeição do governo Áñez.

Feito impensável, os aspirantes a ditadores deixaram a franja mais conservadora da elite local com saudades da relativa paz social dos tempos de Morales. Não surpreende, portanto, que o MAS se encontre novamente às portas do poder.

Como em toda democracia em colapso, as articulações entre as diferentes forças políticas dos próximos dias serão tão importantes como o re-

sultado do voto popular deste domingo. A interrupção do sistema de contagem rápida dos votos horas antes da ida às urnas deixa pensar que o regime está disposto a tudo para impedir a eleição do MAS.

No entanto, a geopolítica de outubro de 2020 é muito diferente da de novembro de 2019. Os Estados Unidos se encontram em plena transição, e a OAS eo governo brasileiro perderam a credibilidade necessária para pesar na política doméstica.

Nesse contexto, as forças militares não dispõem de margem de manobra para repetir a artimanha de dois anos atrás.

Mais uma ruptura do processo democrático seria inaceitável até para os modestos padrões latino-americanos.

O MAS, que resistiu brava-

mente a incessantes manobras de intimidação e violência política nos últimos meses, terá como principal desafio mostrar que tem condições de superar o ciclo da liderança carismática de Evo Morales.

A tentação de se agarrar ao chefe para se perpetuar no poder é uma patologia comum a formações da esquerda latino americana que, em situações extremadas, pode levar a pesadelos como o do chavismo na Venezuela.

Para convencer os bolivianos e os observadores internacionais, o candidato do partido, Luis Arce, terá de mostrar liderança e autonomia nesse momento decisivo.

Erradamente caricaturada como remota e exótica, a Bolívia, na realidade, reúne todas as peças do mosaico da América Latina.

mun

Rivais aceitam derrota, e Arce é virtual presidente da Bolívia

Aliado de Evo Morales foi apontado vencedor em pesquisas de boca de urna

Sylvia Colombo

LA PAZ O ex-presidente e candidato Carlos Mesa admitiu nesta segunda (19) que os resultados de boca de urna mostram "uma tendência muito difícil de reverter" nas eleições presidenciais da Bolívia.

Os dados do levantamento do instituto Ciesmori apontam vitória de Luis Arce, candidato do MAS, partido do ex-presidente Evo Morales, em primeiro turno, com 52,4% dos votos, contra 31,5%, de Mesa. Outra sondagem, da Fundação Jubileo, exhibe vantagem ainda maior: 53%, contra 30,8%.

"A amostra é muito contundente. Dissemos que respeitávamos o resultado da eleição, para a vitória ou para a derrota. Não é possível deixar de reconhecer que houve um claro vencedor nas eleições deste domingo, que foi Luis Arce", afirmou o adversário Mesa.

O ex-presidente acrescentou que ele e o partido do qual faz parte, o Comunidade Cidadã, têm a esperança de conquistar bons resultados no pleito ao Parlamento. Também afirmou que atuará como uma oposição responsável e que, para isso, seguirá acompanhando a apuração dos votos.

Pelas redes sociais, Arce agradeceu ao povo boliviano. "Recuperamos a democracia e retomaremos a estabilidade e a paz social. Unidos, com dignidade e soberania".

Ele escreveu ainda que "o povo recuperou a esperança" e que venceu "de maneira pacífica e responsável". "Iniciamos um novo tempo cheio de esperança e desafios", completou.

Após reconhecer a derrota, Mesa disse que não estava triste nem desanimado e que continuará trabalhando para que sua agenda seja levada em consideração pelo próximo governo. "Valorizo muito o mandato do povo boliviano e espero que os ganhadores desta eleição também o façam".

O ultradireitista Luis Fernando Camacho, em terceiro lugar nas sondagens, afirmou que vai aguardar a contagem de votos. "Com o resultado final, emitiremos nossa opinião [sobre o pleito]", disse. "Não aprendemos a lutar, acelerar [a derrota] sem uma resposta formal e para covardes".

A pesquisa de boca de urna não representa o resultado final, e os dados oficiais da eleição precisam ser chamados pelo Tribunal Eleitoral, o que está previsto para ser feito nos próximos dias. Às 22h desta segunda, o sistema de contagem oficial apontava 38% das urnas apuradas, com 43,39% para Arce e 36,06% para Mesa.

Arce, 57, entrou na política em 2006, ao ser nomeado por Evo como ministro da Economia e Finanças. Durante a campanha, Arce levantou a bandeira do boom econômico que a Bolívia viveu durante o governo Evo, quando o índice de pobreza caiu de 59,9% para 34,6%, de acordo com dados do Banco Mundial.

Luis Almagro, secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), também reconheceu a vitória de Arce. "O povo da Bolívia se expressou nas urnas. Felicitamos Luis Arce e David Choquehuanca [candidato à vice], desejando êxito em seus trabalhos futuros. Estou seguro de que, a partir da democracia, saberão forjar um futuro brilhante a seu país", escreveu, em uma rede social.

No ano passado, a organização foi uma das principais vozes responsáveis pela anulação da eleição presidencial, na qual Evo buscava o quarto mandato. Em um relatório divulgado cerca de 45 dias após

a votação, a OEA concluiu que houve "ações deliberadas para manipular os resultados das eleições", incluindo alteração e queima de atas de votação e falsificação de assinaturas.

Entretanto, artigo do Washington Post, de pesquisadores do MIT (Massachusetts Institute of Technology), questionou a auditoria do órgão. John Curriel e Jack R. Williams, do MIT Election Data and Science Lab (laboratório de ciência e dados de eleições), afirmaram não haver "evidência estatística de fraude".

O documento original da OEA relatou que o tempo para que o Trep (Transmissão de Resultados Eleitorais Preliminares) fosse retomado foi suficiente para extrair e queimar de atas, duplicação de nomes e outras irregularidades.

Os especialistas do MIT afirmaram que, ainda assim, pela quantidade de votos contabilizados (84%, pelo Trep) até o momento em que a contagem parou, já havia "uma diferença significativa do ponto de vista estatístico", o que impedia que os resultados fossem diferentes dos anunciados.

A vitória de Arce, se confirmada oficialmente, deve reforçar a imagem de Evo, que deve retornar à Bolívia. "Cedo ou tarde vamos voltar à Bolívia, isso não está em debate. Meu grande desejo é voltar e entrar na minha região. É questão de tempo", disse Evo, em entrevista coletiva em Buenos Aires nesta segunda (19).

Evo, alvo de pedido de prisão preventiva na Bolívia, sob acusação de terrorismo, diz que esses processos "são parte de uma guerra suja". Após renunciar no ano passado, pressão do por protestos e pelas Forças Armadas, exilou-se no México e, depois, na Argentina, onde vive desde dezembro com status de refugiado.

Jeanine Añez, presidente interina da Bolívia que assumiu após a crise de 2019, também reconheceu a vitória de Arce. "Parabéns aos vencedores e peço que governem pensando na Bolívia e na democracia".

Há pouco mais de um mês, Añez desistiu da corrida presidencial. Na ocasião, disse que renunciava à candidatura para evitar que o partido de Evo acabasse ganhando.

Nas redes sociais, o presidente argentino, Alberto Fernández, disse que a vitória de Arce "não é só uma boa notícia para os que defendemos a democracia na América Latina, mas é também um ato de justiça diante da agressão sofrida pelo povo boliviano".

Lula também comemorou no Twitter: "Meus parabéns ao povo boliviano, que restabeleceu sua democracia. Parabéns para Luis Arce e meu amigo Evo Morales, que depois de um ano difícil podem ser respeitados o voto popular. Que a Bolívia retorne ao caminho do desenvolvimento com inclusão e soberania".

Outro governo a comemorar foi o do ditador venezuelano, Nicolás Maduro. Ele parabenzou "o povo irmão boliviano pelo amplo e íntegro triunfo do Movimento para o Socialismo", segundo nota do Ministério de Relações Exteriores. Maduro ainda celebrou no Twitter: "O povo boliviano unido e consciente derrotou com votos o golpe de Estado contra nosso irmão Evo".

O cubano Miguel Díaz Canel foi na mesma linha, ao afirmar na rede social que o MAS "recuperou nas urnas o poder que foi usurpado pela oligarquia, com a complicidade da OEA e orientação imperial".

O governo de Donald Trump também cumprimentou o alinhado político de Evo.

Ex-ministro é antítese de líder indígena na formação e no jeito

O perfil pouco afeito ao confronto foi determinante para a escolha de Luis Arce, 57, como candidato à Presidência na Bolívia. O temperamento mais ameno do que o do ex-presidente e padrinho político Evo Morales deve ser uma marca do novo líder do país, caso as projeções de boca de urna sejam confirmadas.

Nas assembleias que o MAS (Movimento ao Socialismo) realizou para escolher seu candidato, o nome de Arce se destacava não só pela atuação como titular da Economia, mas também pelo perfil afável.

A base do MAS e organizações sociais, por outro lado, preferiam o nome de David Choquehuanca, que acabou como candidato a vice na chapa da legenda. "Talvez o próprio Evo o preferisse, mas creio que a estratégia foi bem pensada. Sabia que Choquehuanca teria alta rejeição e poderia competir com a personalidade dele, por isso apostou em Arce", diz o cientista político Pablo Stefanoni.

Nas últimas semanas de campanha, Arce buscou se

descolar de Evo, talvez em um gesto aos anti-evistas ou porque, de fato, pretende ser um presidente diferente do que foi o padrinho político.

Quando, na semana passada, Evo atacou a imprensa por "participar do golpe contra ele em 2019" e sugeriu "fazer algo com os veículos para que trabalhem em favor da Bolívia", Arce disse no dia seguinte que discordava da posição do ex-presidente e que "uma imprensa livre é essencial para a democracia".

Jornalistas, na madrugada de segunda, o virtual presidente ainda fez auto-críticas. Disse que o MAS "corrigirá seus erros numa nova administração" e que "aprendemos com o tempo e a experiência".

Também na madrugada de segunda, em discurso a militantes do MAS que celebravam a provável vitória diante da sede do partido, em La Paz, Arce não mencionou o nome de Evo, distensionou a polarização e afirmou que seu governo seria para "todos os bolivianos, para recuperar juntos a democracia e a esperança".

Luis Arce nasceu em 1963, em La Paz, filho de professores de ensino médio. Estudou economia na Bolívia e fez mestrado na Universidade de Warwick, no Reino Unido, entre 1996 e 1997. Ao retornar à Bolívia, trabalhou no Banco Central, em cargo técnico. Também passou a dar aulas na Universidad Franz Tamayo e foi professor convidado na Universidad de Buenos Aires, na Argentina, além de em Harvard e Columbia, nos EUA.

Desde a época estudantil, considerava-se um socialista e dizia que as políticas neoliberais eram prejudiciais para o país. Não se tornou, porém, militante de nenhum partido. Entrou na política quando Evo o nomeou ministro, em 2006. À frente da pasta de Economia, promoveu políticas de incentivo ao mercado interno, de estabilidade cambial e de modernização da exploração de recursos naturais.

Arce foi responsável pelos processos de nacionalização da exploração de petróleo e de gás natural, os maiores vetores do crescimento do PIB boliviano — de US\$ 11,45 bilhões (R\$ 62,22 bilhões), em 2006, para US\$ 40,89 bilhões (R\$ 229,17 bilhões), em 2019.

Uma crítica que se faz ao modelo de Arce, entretanto, é que a Bolívia não modernizou sua economia e ficou dependente das exportações de matérias-primas e energia.

Para resolver a crise econômica na Bolívia, país muito atingido pela pandemia do coronavírus e que tem previsão de queda de 6% no PIB deste ano, segundo o Fundo Monetário Internacional, Arce sugere uma política de subsídios a empresas estatais, modernização da relação com as empresas privadas e uma série de ajustes, que, segundo ele, serão feitos "com responsabilidade e justiça social".

Ele se afastou temporariamente do cargo em 2017, para se tratar no Brasil de um câncer no rim. Questionado sobre sua saúde pela Folha, disse estar bem, mas que pela primeira vez faltou a um dos controles semanais, "devido à campanha e ao adiamento seguido das eleições".

O fato de Arce ser membro da classe média de La Paz causou certo incômodo no núcleo duro do MAS, que preferia Choquehuanca. O companheiro de chapa é um defensor aberto do regime de Maduro. Tem vínculos fortes com sindicatos indígenas no altiplano boliviano e é de origem aimará, assim como Evo.

Eleição na Bolívia



Capital La Paz / Sucre

População 11,7 milhões

Área 1 milhão km²

(pequeno maior que o Mato Grosso)

PIB US\$ 40,9 bilhões

IDH 0,703

(114º no ranking mundial; Brasil é o 79º)

Crescimento -5,9%

Mortes por Covid-19* 8.407

*Em 16 out.

Fontes: IBGE, CIA World Factbook, Banco Mundial, ONU e Universidade Johns Hopkins

43,39%

era o percentual de votos para Luis Arce com 38% das urnas apuradas*

36,06%

era o percentual do principal adversário, o ex-presidente Carlos Mesa

52,4%

era a fatia de votos que Arce alcançaria, segundo pesquisa de boca de urna do instituto Ciesmori

31,5%

era o que alcançaria Mesa, de acordo com a mesma sondagem

*As 22h desta segunda-feira (19)



1 Luis Arce, candidato do MAS, comemora vitória virtual de boca de urna em La Paz

2 Apoiadores celebram vitória virtual do MAS, em La Paz



3



Ueslei Marcelino/Reuters

Vínculo econômico faz Planalto apostar em relação pragmática

Expectativa é que novo presidente reedite tentativa de ex-mandatário de evitar conflitos com governo Bolsonaro

Gustavo Uribe e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Menos de um ano depois de comemorar a renúncia do ex-presidente Evo Morales, Jair Bolsonaro (sem partido) foi surpreendido com a virtual vitória em primeiro turno de Luis Arce, ex-ministro da Economia da Bolívia que lidera a volta do MAS (Movimento ao Socialismo) ao poder.

Apesar de a conquista representar o retorno da esquerda ao país, frustrando expectativas do presidente brasileiro, auxiliares no Palácio do Planalto afirmam esperar que o novo líder, apadrinhado de Evo, busque uma relação pragmática com Bolsonaro.

A enorme dependência econômica da Bolívia em relação ao Brasil, além do perfil moderado de Arce, não deixaria o novo presidente em condições de antagonizar com Bolsonaro apenas por questões ideológicas. Entre janeiro e outubro, o Brasil importou US\$ 808,2 milhões (R\$ 4,53 bi) do país vizinho, mas tem sinalizado a intenção de diminuir a demanda por gás, o que coloca pressão na economia local.

Os resultados oficiais do pleito boliviano não foram divulgados até a conclusão desta edição, mas adversários e a OEA (Organização dos Estados Americanos) já reconheceram Arce como o vencedor no pleito. A expectativa no Planalto é que ele aposte no pragmatismo, algo que não representa uma novidade na relação entre os dois países, mesmo com líderes que militam em polos ideológicos opostos.

A época um dos últimos sobreviventes da onda de esquerda latino-americana, Evo compareceu à posse de Bolsonaro no início de 2019 e

evitou choques com o brasileiro. Mais do que isso, apressou-se em devolver Cesare Battisti à Itália para cumprir pena por terrorismo, num gesto que agradou Bolsonaro. Battisti foi preso na Bolívia após fugir do Brasil, onde tinha asilo político concedido no fim do governo Lula.

Assessores palacianos também preveem que Bolsonaro terá mais facilidade para tratar com Arce, uma vez que ele não é considerado uma referência da esquerda ligada a nomes como Hugo Chávez e Lula. Ninguém descarta, no entanto, alguma declaração de Bolsonaro criticando a volta do MAS ao poder, a exemplo do que ele faz com frequência com o presidente da Argentina, Alberto Fernández.

De acordo com relatos feitos à Folha, ainda não houve contatos entre a equipe de Arce e o Itamaraty, mas espera-se que eles ocorram na medida em que o resultado seja oficializado e se inicie a transição.

A expectativa inicial do governo brasileiro era uma vitória do ex-presidente Carlos Mesa, da Comunidade Cidadã. Nas últimas semanas, no entanto, relatórios enviados a autoridades brasileiras já registravam um crescimento de Arce. Na semana passada, segundo relatos feitos à Folha, o Palácio do Planalto já esperava que Arce saísse na frente no primeiro turno, mas Bolsonaro ainda acreditava que a disputa fosse para o segundo turno.

A expectativa do presidente é a de que Arce mantenha com o Brasil uma relação sem choques ou embates. A cúpula militar tem defendido que, apesar das diferenças ideológicas, Bolsonaro parabenize Arce pelas redes sociais

após o resultado oficial.

O governo brasileiro também não acredita que o novo presidente possa defender uma mudança no acordo de importação pela Petrobras de gás natural boliviano. A última negociação, finalizada em março, prevê a importação no volume máximo de 20 milhões de metros cúbicos por dia.

Brasil e Bolívia negociavam a extensão do contrato de compra e venda de gás natural, que entrou em vigor em 1999 e venceu em 2019 sem que a Petrobras utilizasse todo o volume de gás contratado. O acordo assinado em março prevê que esse volume seja entregue em até seis anos.

Sob pressão das Forças Armadas e de partidos de oposição, Evo renunciou ao cargo de presidente em novembro, depois de 13 anos no poder.

Na época, Bolsonaro, que teve uma relação de idas e vindas com o então presidente boliviano, disse não considerar que a saída um golpe e afirmou que a instabilidade política no país vizinho é uma lição para que o Brasil adote um sistema de votação seguro.

Evo fazia parte do grupo de políticos de esquerda na América Latina combatido por Bolsonaro. Mesmo assim, ele chegou a ser elogiado por Bolsonaro no início de seu mandato.

A relação amargou a partir da metade do ano passado, quando começaram os incêndios na floresta amazônica. Na época, Bolsonaro afirmou que era na Bolívia, e não no Brasil, onde ocorriam as maiores queimadas.

Após a saída de Evo, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a senadora Jeanine Añez, opositora do líder coaleiro, como presidente interina da Bolívia.



David Mercado/Reuters

Repercussão da vitória de Luis Arce

Carlos Mesa
ex-presidente da Bolívia e candidato

“A amostra é muito contundente. Dissemos que respeitáramos o resultado da eleição, para a vitória ou para a derrota. Não é possível deixar de reconhecer que houve um claro vencedor nas eleições deste domingo, que foi Luis Arce.”

Evo Morales
ex-presidente da Bolívia e padrinho político de Arce

“Cedo ou tarde vamos voltar à Bolívia, isso não está em debate. Meu grande desejo é voltar e entrar na minha região. É questão de tempo.”

Jeanine Añez
presidente interina da Bolívia

“Parabenizo os vencedores e peço que governem pensando na Bolívia e na democracia.”

Lula
ex-presidente do Brasil, no Twitter
“Meus parabéns ao povo boliviano, que restabeleceu sua democracia. Parabéns para Luis Arce e meu amigo Evo Morales, que depois de um ano difícil podem ver respeitado o voto popular. Que a Bolívia retorne ao caminho do desenvolvimento com inclusão e soberania.”

Alberto Fernández
presidente da Argentina, no Twitter
“[A vitória de Arce] não é só uma boa notícia para os que defendemos a democracia na América Latina, mas é também um ato de justiça diante da agressão sofrida pelo povo boliviano.”

Luis Almagro
secretário-geral da OEA, no Twitter
O povo da Bolívia se expressou nas urnas. Felicitamos Luis Arce e David Choquehuana, desejando êxito em seus trabalhos futuros. Estou seguro de que, a partir da democracia, saberão forjar um futuro brilhante a seu país.”

E O ex-presidente da Bolívia e padrinho político de Arce, Evo Morales, tira foto com apoiadora após entrevista coletiva, em Buenos Aires



Agustín Marcarian/Reuters

Candidato do MAS abre mais de 80% de vantagem entre bolivianos no Brasil

Flávia Mantovani

VIÇOSA (MG) O cenário repetiu-se das últimas eleições: o candidato do MAS (Movimento ao Socialismo), partido do ex-presidente Evo Morales à Presidência da Bolívia, conquistou uma ampla vantagem — maior que a média geral — durante a apuração dos votos dos bolivianos que vivem no Brasil.

Até a conclusão desta edição, com 63% das urnas da votação brasileira apuradas, Luis Arce tinha 85,9% dos votos. Em segundo lugar, vinha Carlos Mesa, da Comunidade Cidadã (CC), com 7,8%, seguido por Luis Fernando Camacho, do Creemos, com 3,6%.

Entre os eleitores de São Paulo, cidade com o maior número de imigrantes bolivianos no Brasil, a vantagem era ainda maior: 87,9%. Na Argentina, que tem o maior número de imigrantes bolivianos no mundo, a vantagem de Arce era de 87,75%.

O MAS tradicionalmente tem grande apoio entre a comunidade boliviana no Brasil: na eleição de 2019, anulada, Evo venceu no país com 70% dos votos. Neste ano, 38.400 bolivianos residentes no Brasil estavam habilitados a votar — não foi divulgado ainda o número dos que foram às urnas. Estimam-se em 350 mil a 400 mil os imigrantes dessa nacionalidade no Brasil.

O processo de planejamento da eleição no Brasil foi turbulento. No mês passado, o vazamento de um documento diplomático que sugeria que as eleições poderiam não ser realizadas no país por causa da pandemia de coronavírus irritou imigrantes, que foram às ruas protestar.

O prazo curto para organizar a votação — os representantes locais do OEP (Órgão Eleitoral Plurinacional) só foram contratados no fim de setembro — também foi alvo de críticas de alguns grupos de esquerda, que consideraram que houve desorganização e desinformação por parte dos órgãos de governo. Já o OEP é de oposição ao MAS.

“Havia interesse de que residentes no exterior não participassem das eleições, porque nosso voto pode fazer a diferença na realização ou não de um segundo turno”, afirma Jobana Moya, integrante do Comitê Brasileiro de Solidariedade com o Povo Boliviano e contra o Golpe.

Outra queixa é o número de votantes inabilitados, que seriam mais de 4.200 no Brasil, a falta de explicação e de tempo para recorrer. Ela diz que a defensoria pública da Bolívia apura denúncias.

Jobana, que acompanhou a votação como delegada, diz também que alguns recintos foram alterados sem divul-

gação suficiente e que muita gente foi pega de surpresa indo votar no lugar errado. Ela não questiona, porém, o resultado. “Ainda estou preocupada porque foi gestado um golpe e não acho que vão entregar tudo de mão beijada. Mas estou feliz [com a vitória de Arce] e espero que transição seja tranquila”, afirmou.

Massiel Paniagua, representante do OEP em São Paulo, diz que o tempo foi realmente curto para organizar tudo, mas que a lista de recintos de votação foi concluída três dias antes do prazo e que imediatamente iniciou-se o processo de divulgação. “A gente se esforçou muito para garantir ao cidadão boliviano o direito de voto no Brasil”, afirma.

A votação é feita em cédulas de papel, que, depois de contadas pelos mesários, são enviadas à embaixada, que as encaminha à Bolívia. Antes disso, os mesários fazem uma contagem dos votos e os registram em um sistema informatizado do OEP.

Por causa da pandemia, houve algumas mudanças no processo, seguindo um protocolo de biossegurança enviado pela Bolívia, com extensão do horário e divisão de turnos para votação. Mesmo assim, houve filas. “Isso foi mais no começo do dia, depois ficou mais tranquilo. No geral funcionou bem”, avalia Massiel.

mun

Luis Arce

Vou renegociar contratos de gás com Brasil porque falta legitimidade a acordo

Em entrevista à Folha, virtual presidente da Bolívia diz que governo de Añez não tinha atribuição para acertar os termos agora em vigor

ENTREVISTA

Sylvia Colombo

LA PAZ Virtual ganhador das eleições na Bolívia, Luis Arce, 57, diz que quer renegociar os contratos de gás entre seu país e o Brasil, pois o governo brasileiro não deveria ter firmado acordos com uma gestão que não foi eleita de modo democrático — referindo-se à atual presidente, Jeanine Añez.

Ainda que as projeções o coloquem como vencedor, Arce ainda espera os dados oficiais do Tribunal Supremo Eleitoral para iniciar a transição. A data da posse ainda será definida, mas deve ocorrer na primeira ou na segunda semana de novembro.

Ele concedeu a entrevista a seguir à Folha, em seu comitê de campanha, em La Paz.

O sr. disse que quer ter relações pragmáticas com o Brasil, uma vez que há diferenças ideológicas entre o MAS e o presidente Jair Bolsonaro. Como isso funcionaria na prática? Os mecanismos de relacionamento econômico entre os países ocorrem apesar dos governos — portanto, nesse ponto, as diferenças não me preocupam. A questão que temos de resolver com o Brasil é o gás. Não estamos contentes com a forma como o governo de Jeanine Añez negociou a questão do gás com o Brasil.

Principalmente porque não era uma atribuição de Añez. O governo brasileiro deve entender, uma vez que apoiou este governo "de facto", que falta legitimidade a esse acordo. Queremos revisar os atuais contratos e fazer isso do ponto de vista de uma relação de dois governos que foram eleitos de modo democrático.

Qual vai ser o papel de Evo Morales no seu governo? Ele terá algum cargo? Não terá cargo. Não sei quando vai vir ou se quer vir agora, porque tem muitos problemas judiciais aqui aos quais terá de responder. Só o que digo é que a nenhum boliviano haverá impedimento de voltar à Bolívia.



Usei Marcelino/Reuters

Luis Arce, 57

Formado em economia na Bolívia e com mestrado na Universidade de Warwick, no Reino Unido, trabalhou no Banco Central e deu aulas na Universidad Franz Tamayo. Foi professor convidado na Universidade de Buenos Aires, na Argentina, e em Harvard, na Colúmbia, nos EUA. Em 2006, foi nomeado ministro da Economia no governo de Evo Morales

Evo enfrenta processos, e o sr. também. Como os enfrentará? Com calma e confiança de que a Justiça agirá de modo correto. Este atual governo conseguiu manipular a Justiça de acordo com seu interesse político, como a direita costuma fazer. Assim, eu agora tenho cinco processos a responder [são acusações de pagamento, enquanto ministro, por softwares nunca entregues; de desvio de fundos do Fundo Indígena; de transferência de dinheiro do Banco Central a uma conta desconhecida; e de má administração dos fundos da previdência].

Vou responder e espero que a Justiça atue como deve atuar, com independência.

O sr. já conversou com Jeanine Añez? Como imagina essa transição? Não falei. Até porque somos respeitosos com relação ao trabalho do Tribunal Eleitoral e vamos esperar o resultado final para abordar o tema da transição. Espero que eles atuem de modo responsável, apresentando o estado do país e seus problemas, antes que eu tome posse.

A presidente felicitou o MAS antes do resultado final. E o ex-ministro de Governo Arturo Murillo disse que vai sair do país. Por que crê que estão atuando desta maneira? Não tenho a menor dúvida de que vão sair do país assim que fossem porque sabem o que fe-

53,67%

eram os votos conquistados por Luis Arce durante a apuração desta terça-feira (20)

29,49%

era o percentual de Carlos Mesa

14,75%

era o percentual de Luis Fernando Camacho

83,03%

das urnas haviam sido apuradas até as 22h

ram, conhecem os abusos e as mortes que causaram. E que serão cobrados pela Justiça. Agora, os processos por violar a Constituição, por cometer abusos de direitos humanos e repressão já estão abertos. É a Justiça que deve resolver o que acontecerá com eles.

Estávamos numa ditadura e agora estamos voltando a uma democracia. Creio que vamos saber de muito mais coisas erradas que fizeram, porque vai acabar a censura. Por isso, estão dando essas declarações e indicando que vão embora.

É certo que houve limitação à liberdade de imprensa no governo de Añez, mas durante os anos de Evo tampouco foi fácil exercer o jornalismo livremente. O próprio ex-presidente falou na semana passada que o jornalismo era "cúmplice do golpe" e que era preciso "fazer algo". O sr. garante que haverá liberdade de expressão em seu governo? Sim, eu discordo desse critério do ex-presidente Morales. Minha posição é diferente. Não haverá nenhum tipo de limitação à liberdade de expressão no meu governo.

Qual será sua primeira medida econômica ao assumir? A Bolívia vai precisar de financiamento. Seria via emissão monetária ou empréstimo? Nenhum dos dois. Este governo atual fez essas duas coisas, imprimiram moeda, endividaram o país e não resolveram nenhum problema econômico ou social. A herança que nos deixaram é muito ruim. Nós vamos reativar a demanda interna. Esse sempre foi o motor da economia boliviana. E vamos voltar a pagar o bônus contra a fome, que foi interrompido. É a primeira coisa que faremos, pagar os bônus que deixaram de pagar — e sem demagogia.

Com que dinheiro? Nós já tínhamos financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento para isso. Só que asra. Añez não usou, ela preferiu gastar com campanhas publicitárias e eleitorais. Nós vamos direcionar esse dinheiro de volta para o povo.

A vitória do MAS na Bolívia está sendo interpretada como um sinal de "virada" da esquerda na região. O sr. se vê como um líder da esquerda da América Latina? Não, meu foco é resolver os problemas deste país. Essa é a minha meta, e o desafio já é bastante grande. Os bolivianos não tinham escolhido sair da esquerda e tomar o rumo da direita. A direita chegou via golpe de Estado. Nesta eleição, vimos que os bolivianos ainda querem a esquerda. É a esse mandato que vou responder.

O sr. falou de uma autocrítica necessária ao MAS. Crê que a busca de Evo Morales por um quarto mandato foi um erro? Sim, e ele mesmo está de acordo com isso.

E o que mais faz parte dessa autocrítica necessária? É a questão da Justiça. Deve-

“ [Evo Morales] Não terá cargo. Não sei quando vai vir ou se quer vir agora, porque tem muitos problemas judiciais aqui aos quais terá de responder. Só o que digo é que a nenhum boliviano haverá impedimento de voltar à Bolívia

“ Hoje já dormi bem. Meu café da manhã é sempre o mesmo, um 'shot' de bicarbonato com limão, para alcalinizar o corpo. Depois, suco de graviola, frutas, café e bolachas. Todos os dias

mos dar mais condições para que a Justiça seja mais independente. E outra coisa é estender mais pontes para que distintas organizações sociais possam propor medidas para o governo. Ampliar esse leque e facilitar o acesso.

O sr. tem perfil muito distinto de seu vice, David Choquehuanca. Como é a relação entre os senhores? Conheço David desde 2006, quando ambos éramos ministros [Choquehuanca foi chanceler]. E de todos os ministros era com quem me dava melhor. O fato de termos origens diferentes não afeta a formação de nossa chapa. Porque nossas convicções são as mesmas.

A Bolívia não enfrenta bem a pandemia. Qual a sua estratégia para melhorar esse desempenho? Fazemos muito poucos testes. Os números oficiais nem de perto mostram o tamanho do problema. Temos de fazer mais testes para desenharmos uma nova política. Quero voltar a convidar os médicos cubanos expulsos por Añez, além de fazer acordos de colaboração que foram ignorados por questões ideológicas, com a China, com a Rússia, para que nos ajudem com isso.

O sr. tem desconfiança? O que cometeu no café da manhã hoje, por exemplo? Sigo muito a minha rotina. Só sei dela no domingo por conta da apuração, saí daqui [da sede de campanha] às 3h. Mas hoje já dormi bem. Meu café da manhã é sempre o mesmo, um "shot" de bicarbonato com limão, para alcalinizar o corpo. Depois, suco de graviola, frutas, café e bolachas. Todos os dias.

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

nelson.sa@grupofolha.com.br

Com Brasil, Sinovac sai na frente na corrida por vacina

A Reuters despachou a inclusão da Sinovac no programa brasileiro, sublinhando que seria, a partir de janeiro, "um dos primeiros esforços de imunização no mundo".

A manchete do Caixiná mostrou que o esforço chinês já está em andamento e, aliás, acaba de incluir a vacina. "Em Jianning, com quatro milhões, grupos de risco já começaram a receber doses da Sinovac".

Com vacinas como CNBG e CanSino, ele começou "já em junho", diz o Caixiná. "Desde então, centenas de milhares

tomaram, incluindo funcionários essenciais e pessoas que trabalham no exterior".

E o South China Morning Post, com relato da Reuters, levou à submanchete que "Testes mostram que Sinovac é segura, diz centro de pesquisa do Brasil", o Instituto Butantã.

"Foi a primeira farmacêutica a divulgar resultados dos testes em estágio final, colocando a China à frente na corrida." A concorrente AstraZeneca, também no programa brasileiro, "se aproxima de uma análise de seu teste britânico".

MEMÓRIA DISTANTE Na submanchete digital do Wall Street Journal. "A divisão global da Covid-19: Enquanto Ocidente titubeia, Ásia mantém vírus afastado". Bares fechados e outras restrições estão de volta nos EUA e Europa, enquanto se tornam "memória distante" para China, Coreia e outros. Manchete do New York Times no dia anterior. "Com Covid-19 sob controle, economia da China salta à frente".

MAIS CORRIDA Na home do financeiro alemão Handelsblatt. "China é única grande economia crescendo na crise do coronavírus". Logo abaixo, "Enquanto temor de lockdown volta a circular na Ale-

manha, a China colocou vírus sob controle e parece estar vencendo a corrida global pela recuperação econômica".

SUÉCIA VS. HUAWAI O SCMP noticiou que, após o veto suéco à Huawei, "o regulador chinês determinou supervisão mais rigorosa, sinal de que pode retaliar" contra a sueca Ericsson, que responde por 11% das estações 5G no país.

ESPAÑHA & HUAWAI Dias antes, jornais espanhóis e portugueses noticiaram — e a Huawei compartilhou — que o primeiro-ministro Pedro Sánchez, ao lado do colega de Portugal, afirmou que a península ibérica "aposta na tecnologia

5G", usando tecnologia europeia, "mas também chinesa".

NA MÃO DE MERKEL Nas últimas semanas, editoriais no WSJ e no chinês Global Times comemoram sinais da Alemanha, respectivamente, contra e a favor da Huawei. Segundo Bloomberg, é a chanceler Angela Merkel que "mantém a linha de resistência em Berlim".

APOIO Os protocolos assinados com os EUA repercutiram pouco no exterior, mas a declaração de apoio de Jair Bolsonaro a Donald Trump correu do argentino Clarín ao francês Le Figaro — e aos principais sites de Washington, como Politico, Axios e The Hill.



Brazil militias control more than half of Rio...

DOMINADO

No portal Drudge Report, "Milícias brasileiras controlam mais de metade do Rio... segundo estudo, oferecendo serviços de 'proteção', internet e TV paga, transporte e 'shot' recentemente, construção

‘Derrubado por pandemia’, José Mujica, ex-presidente do Uruguai, deixa Senado

Aos 85 anos, líder de esquerda do país vizinho diz que não abandonará a política após renúncia

Rafael Balago

SÃO PAULO O ex-presidente uruguaio José “Pepe” Mujica, 85, renunciou nesta terça-feira (20) a sua cadeira no Senado, em um gesto que marca sua aposentadoria de cargos públicos, mas não da política.

A pandemia de coronavírus precipitou a decisão do ex-presidente uruguaio, que governou o país de 2010 a 2015. Ele disse sofrer de uma doença autoimune e crônica, mas não revelou qual. “Esta situação me obriga, com muito pesar, por minha profunda vocação política, a solicitar minha renúncia à cadeira que os cidadãos me concederam”, escreveu Mujica, em uma carta lida em sessão extraordinária do Senado.

“Isto não significa o abandono da política, mas sim o abandono da primeira fila, por entender que um dirigente é aquele que dá vantagem às pessoas que o superam. Vou agradecer, com muitas recordações e profunda nostalgia,

A pandemia me derrubou.” “Passei portanto, mas não tenho ódio de ninguém. Quero transmitir aos jovens: é preciso agradecer à vida. Triunfar na vida não é ganhar. É levantar e recomeçar cada vez que se cai”, disse o ex-mandatário, no discurso de despedida.

Ao votar nas eleições locais no Uruguai, em setembro, Mujica havia antecipado sua decisão. “A política me encanta e não queria ir embora, mas a vida me encanta mais. E como estou para sair, trato de esticar os minutos que restam”, comentou.

“Estou para sair por questão de idade, porque tenho uma enfermidade imunológica crônica e a política obriga a ter relações sociais. Se tenho que me cuidar, não posso falar, não posso ir a um ou outro lugar, sou mau senador”, disse Mujica.

Em 2018, ele havia renunciado a outro mandato como senador, alegando cansaço. No entanto, voltou a disputar a eleição no ano seguinte e re-

tornou ao Senado uruguaio. Mujica ganhou fama internacional enquanto presidente, entre 2010 e 2015, por dispensar vantagens do cargo, doar quase todo o salário e seguir com uma vida simples, morando em uma chácara nos arredores de Montevideú, onde plantava flores. Em várias entrevistas, defendeu a valorização do ser humano e criticou o consumismo. Chegou a ser apelidado de “o presidente mais pobre do mundo”.

Durante seu governo, foram aprovadas leis que permitiram o casamento gay, o aborto e a regulação da produção e consumo da maconha, em uma decisão considerada radical: o Estado passou a regular a venda do produto a consumidores cadastrados, como forma de combater o narcotráfico. Na política externa, adotou postura pragmática e manteve relações tanto com a Venezuela de Hugo Chávez quanto com os EUA, sob comando de Barack Obama. Duran-

te seu mandato, o Uruguai recebeu alguns prisioneiros libertados de Guantánamo.

No entanto, foi criticado por não conseguir avançar com uma reforma educacional e pela falência da companhia aérea uruguaia Pluna.

Mujica nasceu em 1935, nos arredores de Montevideú, em uma família que tinha uma pequena fazenda. Seu pai morreu quando ele era criança, e ele começou a trabalhar cedo para ajudar a sustentar a casa.

Nos anos 1950, aproximou-se da política, por influência de um tio que era próximo de um deputado. No entanto, logo se desiluiu com a política tradicional e resolveu entrar para a luta armada. Na época, o Uruguai enfrentava uma dura crise econômica.

Mujica fez parte do Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros, grupo de guerrilha urbana criado nos anos 1960 que defendia a melhoria da condição de vida dos pobres. A atuação do movimento foi marcada por as-

saltos e sequestros, em ações que foram se tornando cada vez mais violentas até os anos 1970, quando o grupo foi sufocado pelos militares.

Ele comandava uma das “colunas” ou grupos semiautônomos que formavam o MLN. Uma das principais ações de que participou foi a chamada Tomada de Pando, cidade a 35 km de Montevideú invadida pelos Tupamaros em 8 de outubro de 1969. O episódio deixou um civil, um policial e três guerrilheiros mortos.

Menos de um ano depois, Mujica quase morreu em um confronto com policiais em um bar, enquanto preparava o assalto a uma família rica de Montevideú. Relatos dão conta de que ele tomou seis ou sete tiros, mas sobreviveu e acabou preso.

Em 1971, no entanto, ele fugiu da cadeia por um túnel, com mais de cem presos.

Detido novamente em 1972, ele foi mantido por mais de uma década sob duras condições de isolamento. Esse perío-

do é retratado no filme “Uma Noite de 12 Anos” (2018), dirigido por Álvaro Brechner. Ele era um dos considerados “reféns”: caso os Tupamaros retomassem as atividades, ele e os companheiros presos poderiam ser mortos pelo governo.

Libertado após a anistia uruguaia, em 1985, ajudou a criar o MPP (Movimento de Participação Popular), que seria parte da coalizão Frente Ampla. Em 1994, foi eleito deputado por Montevideú.

No ano seguinte, em 1999, tornou-se senador. Em 2005, após ter votação recorde para um novo mandato no Senado, foi nomeado ministro da Pecuária e Agricultura, cargo no qual esteve até 2008. No ano seguinte, conquistou a Presidência.

O Uruguai não permite reeleição contínua. Em 2015, Mujica passou o cargo a Tabaré Vazquez, também da Frente Ampla, que havia sido presidente antes dele. Depois de deixar a Presidência, foi eleito novamente senador e manteve a imagem despojada do político que anda em um Fusca azul celeste e quase nunca é visto de terno.

Nos últimos anos, Mujica seguiu debatendo esurimento alternativo para os rumos da esquerda no continente, após a ascensão de nomes de direita, como o de Jair Bolsonaro no Brasil. Em 2018, visitou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na prisão em Curitiba.



O ex-presidente José ‘Pepe’ Mujica (2010-2015) acena durante sessão em que apresentou sua renúncia, no Senado do Uruguai. Pablo Porcuncula/AFP

Fogo em igrejas no Chile alimenta discurso da cristofobia de Bolsonaro

OPINIÃO

Anna Virginia Balloussier

RIO DE JANEIRO Ao atear fogo em duas igrejas católicas, um punhado de manifestantes chilenos inflamou uma ilusão que anda em alta nos círculos da extrema direita: está em marcha uma perseguição massiva contra cristãos.

Nasgunda-feira (19), dia seguinte ao ato de vandalismo, Jair Bolsonaro postou mensagem no Twitter para lembrar de seu discurso na Assembleia Geral da ONU em que evocou suposta cristofobia global e completou: “Hoje, igrejas foram incendiadas na capital do Chile por grupos de esquerda”. Para ilustrar, a imagem de uma jovem num dos templos em chamas, ela com as mãos fechadas em chifre, tal qual a saudação de satanistas ou metaleiros.

A cristofobia é real em vá-

rias partes do mundo, particularmente nas de maioria muçulmana. Em 2019, no Sri Lanka, mais de 300 pessoas morreram na data mais importante do cristianismo, a Páscoa, numa série de explosões que atingiu igrejas e hotéis. Há 13 anos, na 99% muçulmana Turquia, três funcionários de uma companhia que publica Bíblias tiveram mãos e pés amarrados antes de serem degolados.

Não precisa de um desfecho letal para detectar preconceito, inclusive institucional, contra cristãos. Em 2018, na Arábia Saudita, uma corte multou dois homens por carregarem mais de 50 Bíblias em seu carro.

Mas falar de um acossamento generalizado a seguidores de Jesus Cristo em países de maioria cristã faz tanto sentido quanto dizer que há racismo reverso porque um branco foi apelidado de palmito. A intolerância à fé alheia

é, de fato, um problema grave no Brasil. Mas é praticada sobretudo contra seguidores de crenças afro-brasileiras, alguns dos quais na mira de traficantes evangélicos que vandalizam terreiros e ameaçam pais e mães de santo com armas, como o autointitulado Bonde de Jesus.

Não é opinião, é estatística. Números do Disque 100, serviço criado por ONGs nos anos 1990 para receber casos de violações contra os direitos humanos, desde 2003 sob a guarda do governo federal, mostram que em 2018 houve 506 denúncias de discriminação religiosa — 3 em cada 10 ocorrências atingiram religiões de matriz africana, como candomblé e umbanda, e só 4,5%, evangélicas. Especialistas ainda ponderam que o governo Bolsonaro, no qual o presidente e também sua ministra Damara Alves exaltam valores “terri-

velmente cristãos”, serve de espantinho para que os segmentos mais vulneráveis recorram a um canal oficial para reportar novas denúncias.

O que aconteceu no domingo (18) em Santiago partiu de poucos dos milhares de chilenos que protestaram a uma semana do referendo que decidirá se o país escanteia a Constituição adotada na ditadura de Augusto Pinochet. E foi uma exceção, já que são bissexto, no Ocidente, episódios similares. Falar numa opressão estrutural contra a cristandade é ir longe demais.

Não que igrejas sejam poupadas de massacres, mas eles não necessariamente têm o desprezo pela fé cristã como gatilho. Exemplo: o supremacista que matou nove fiéis num templo metodista na Carolina do Sul, em 2015, nutria outro tipo de ódio — o racial. Todas as vítimas eram negras. O que Bolsonaro tem a ga-

nar ao conjurar um cristianismo encunralado por ameaças externas? Ora, se você não gosta do que está sendo dito, mude de assunto. E nada mais eficaz do que invocar o medo para que os brasileiros esqueçam o que arde de verdade, do Pantanal aos 155 mil mortos por Covid-19, a “gripezinha” que, em março, o presidente previu que mataria não mais do que 800 conterrâneos.

Forjar a sensação de perigo iminente é uma das armas mais poderosas para unir pessoas em torno de uma causa, e é isso que o presidente e seu exército bolsonarista tentam fazer ao vender a ideia de que os valores cristãos podem ir a pique. Acerta o pastor Valdinei Ferreira ao dizer que os valores cristãos podem ir a pique. Acerta o pastor Valdinei Ferreira ao dizer que os valores cristãos podem ir a pique. Acerta o pastor Valdinei Ferreira ao dizer que os valores cristãos podem ir a pique. Acerta o pastor Valdinei Ferreira ao dizer que os valores cristãos podem ir a pique.

dos históricos em que houve perseguição aos cristãos, como na União Soviética.”

Entretanto, eles acionam essa ‘memória’ para se apresentar como ‘protetores da cristandade’ contra os inimigos incrédulos. É como se estivessem dizendo: ‘Olha, não somos perfeitos, mas vamos proteger a fé de vocês’, diz o pastor titular no mais antigo templo protestante da capital paulista, a Primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, de 1865.

Continua Ferreira: “A coragem é exigida do cristão quando ele está numa posição minoritária e sendo perseguido a renegar suas crenças, mas se está numa posição de governo e poder, essa retórica toda de defesa é não sendo um ataque. Não é quando a religião é jogada aos leões que ela perde tudo, mas quando ela confia mais em César do que em Deus”.



Poiadores do recém-eleito presidente da Bolívia, Luis Arce, do Movimento ao Socialismo, celebram vitória em frente à casa dele, em La Paz

Tribunal eleitoral da Bolívia confirma Arce presidente com vitória arrasadora

Pesquisa de boca de urna já apontava triunfo em 1º turno de candidato do partido de Evo Morales

Diana Lott

BELO HORIZONTE O Tribunal Supremo Eleitoral da Bolívia chancelou oficialmente nesta sexta (23) a vitória de Luis Arce, do MAS (Movimento ao Socialismo), nas eleições realizadas no último domingo (18).

Com 55,2% dos votos, o aliado de Evo Morales conquistou a Presidência já no primeiro turno, derrotando o ex-presidente Carlos Mesa, de centro-esquerda, que obteve 28,9%.

O novo presidente comemorou no Twitter. "Obrigado, minha querida Bolívia! Recebemos esse mandato democrático com muita humildade", escreveu após o anúncio oficial. "Agora nosso grande desafio é reconstruir a pátria, recuperar a estabilidade e a esperança para todos os bolivianos. Não decepcionaremos a confiança do povo."

A data da posse ainda será definida, mas deve ocorrer no início de novembro.

Na Bolívia, para ser eleito no primeiro turno, é preciso ter mais de 50% dos votos, ou alcançar 40% dos votos e ter pelo menos dez pontos percentuais de diferen-

ça para o segundo colocado. A apuração avançou lentamente depois de a corte decidir usar apenas o método de contagem voto a voto.

O ultradireitista Luis Fernando Camacho, do Creemos, ficou em terceiro lugar, com 14%. O aliado de Evo venceu em 6 dos 9 departamentos (regiões) da Bolívia; Mesa em 2, e Camacho em 1.

Mais de 88% dos eleitores registrados compareceram às urnas, o segundo registro mais alto da história da Bolívia, segundo o tribunal.

O MAS também conquistou a maioria nas duas Casas do Legislativo boliviano. Arce terá 21 senadores, Mesa, 11, e Camacho, 4. Na Câmara de Deputados, de um total de 130 assentos, 73 farão parte da bancada do MAS, O Comunidade Ciudadana de Mesa terá 41 deputados, e Camacho, 16.

O Brasil é o único país vizinho da Bolívia que ainda não reconheceu a vitória de Arce. Os presidentes Alberto Fernández (Argentina), Mario Abdo Benítez (Paraguai), Luis Lacalle Pou (Uruguai), Sebastián Piñera (Chile) e Martín Vizcarra (Peru) ofere-

ram suas congratulações, alguns antes mesmo do anúncio oficial desta sexta-feira.

Além deles, os latino-americanos Lenin Moreno, do Equador, e Andrés Manuel López Obrador, do México, também parabenizaram o esquerdista.

O ditador venezuelano Nicolás Maduro, aliado de Evo Morales, publicou uma mensagem nas redes sociais comemorando a vitória do MAS.

Na Bolívia, adversários de Arce já haviam reconhecido a vitória após divulgação da pesquisa de boca de urna na madrugada de segunda (19). A sondagem previa 52,4% para o candidato do MAS, contra 31,5% de Mesa. "Dissemos que respeitamos o resultado da eleição, para a vitória ou para a derrota. Não é possível deixar de reconhecer que houve um claro vencedor neste domingo, que foi Arce", disse Mesa na segunda.

Jeanine Añez, presidente interina da Bolívia, também reconheceu a vitória do MAS no mesmo dia. "Parabenizo os vencedores e peço que governem pensando na Bolívia e na democracia", disse.

Há pouco mais de um mês, ela desistiu da disputa para evitar que a sigla do líder indígena acabasse ganhando.

Por fim, a Organização dos Estados Americanos (OEA), uma das principais vozes responsáveis pela anulação da eleição presidencial de 2019, também reconheceu a vitória de Arce, por meio de seu secretário-geral, o uruguaio Luis Almagro.

Nesta sexta, no Twitter, Evo disse que a confirmação do resultado era "a maior prova de que não houve fraude" no pleito de 2019. "Aqueles que denunciaram têm a obrigação de retirar essas denúncias. Deve-se colocar em liberdade todas as pessoas presas injustamente por esse motivo."

Justamente devido às acusações de fraude, o pleito do último domingo era considerado um teste para a democracia boliviana, quase um ano depois de o líder indígena renunciar, pressionado por protestos populares e pelas Forças Armadas.

Desta vez, o clima de incerteza se instalou na véspera, quando o presidente do Tribunal Supremo Eleitoral, Salva-

Evo deixa Argentina e vai para Venezuela em avião do regime de Nicolás Maduro

O ex-presidente da Bolívia Evo Morales deixou a Argentina nesta sexta (23), rumo a Caracas, em um avião oficial do governo venezuelano. A informação foi divulgada pela Télam, agência de notícias estatal argentina. Evo estava em Buenos Aires desde dezembro, como refúgio. O ex-presidente renunciou em novembro de 2019, após pressão dos militares, e deixou a Bolívia às pressas. Ele ficou um período no México e depois foi para a Argentina.

dor Romero, anunciou a mudança de última hora no método de apuração: o sistema de contagem rápida, questionado no ano passado, foi substituído pela contagem voto a voto, sob a justificativa de aumentar a confiabilidade no resultado. Arce criticou duramente a decisão do tribunal.

O sistema de contagem rápida foi o estopim do agravamento da tensão política na Bolívia no ano passado. Na ocasião, a apuração de quase 80% dos votos indicava que o pleito seguiria para o segundo turno, a ser disputado por Evo e Mesa.

A contagem, entretanto, foi interrompida e, ao ser retomada com o método voto a voto, indicava vitória do líder indígena em primeiro turno. Opositores e observadores internacionais acusaram Evo de fraude eleitoral, e o país tornou-se palco de uma série de protestos violentos.

Neste ano, também gerou críticas o atraso na divulgação das pesquisas de boca de urna, previstas para as 20h do domingo (18), mas que só saiu às 0h de segunda (19). Segundo o principal instituto de pesquisa do país, o Ciesmorli, o atraso ocorreu porque, no prazo combinado para a divulgação da sondagem, a amostragem obtida não representava 95% dos votos válidos — muitos preferiram não revelar o voto. Com as horas a mais, foi possível concluir o processo.

Arce, 57, entrou na política em 2006, quando foi nomeado por Evo como ministro da Economia e Finanças.

Forças reconhecidas pela ONU e rebeldes líbios assinam cessar-fogo

TRÍPOLI E GENEBRA | REUTERS As facções em conflito na Líbia assinaram nesta sexta (23) um acordo de cessar-fogo imerso em ceticismo, uma vez que qualquer solução duradoura para anos de caos e derramamento de sangue exigirá um tratado mais amplo entre os grupos armados do país e as potências externas que os apoiam.

A vice-representante especial da ONU para assuntos políticos na Líbia, Stephanie Williams, disse que a trégua começaria imediatamente e que todos os combatentes estrangeiros devem deixar o território dentro de três meses.

Quando o primeiro voo comercial de passageiros em mais de um ano cruzou as linhas de frente de Trípoli para a cidade de Benghazi, no leste, nesta sexta, Williams lembrou a frágil história recente da Líbia, as inúmeras tréguas

rompidas em soluções políticas fracassadas. "Mas não devemos deixar os cínicos vencerem", disse ela, saudando os dois lados pela coragem em concordar com um cessar-fogo e dizendo que mereciam apoio internacional.

O trato foi alcançado após o Tratado de Acordo Nacional (GNA), reconhecido pela comunidade internacional, derrotar o Exército Nacional Líbio (LNA), do general rebelde Khalifa Haftar, em junho, depois de 14 meses de ataques à capital. Desde então, as linhas de frente se estabilizaram perto da cidade costeira de Sirte, e o LNA encerrou o bloqueio de oito meses que fazia a produção de petróleo do país.

A Líbia vive profunda instabilidade desde o levante apoiado pela Otan (aliança militar ocidental) em 2011, que levou à morte do dita-

dor Muammar Gaddafi. Desde 2014, o país está dividido em áreas controladas pelo GNA, governo de união criado pela ONU, e pelo LNA.

À época, Haftar anunciou que planejava unificar a Líbia sob seu controle e lançou os três anos seguintes lutando para capturar a cidade de Benghazi, sob domínio de milícias islâmicas. Com apoio estrangeiro, conseguiu estabelecer controle sobre boa parte da porção leste do país.

Frente a esse panorama, há muito ceticismo de que o trato assinado nesta sexta tenha desdobramentos duradouros. A Turquia, principal patrocinador da GNA, expressou dúvidas de que o cessar-fogo será mantido, com o presidente Recep Tayyip Erdoğan dizendo que o quadro "não parece muito realizável". Também houve cautela den-

tro do país. "Pessoalmente, não confio naqueles que estão no poder", disse o empresário Kamal al-Mazoughi, 53.

Detalhes cruciais sobre a implementação do pacto, incluindo o monitoramento das forças de combatentes estrangeiros e a fusão de grupos armados, foram deixados para subcomitês em conversas futuras. Países que apoiam ambos os lados do conflito enviaram milhares de combatentes estrangeiros para a Líbia, incluindo sírios, sudaneses, chadianos e mercenários europeus trazidos pela Rússia. Desde junho, eles se entrencharam ao longo da linha de frente de Sirte com novas armas e posições defensivas.

Enquanto isso, as negociações agendadas para ocorrer na Tunísia, no início de novembro, com o objetivo de desenharem a realização de eleições

nacionais, precisarão chegar a acordo sobre questões historicamente difíceis, além de superar a desconfiança.

"Ainda não há nenhum sinal claro de que os beligerantes líbios estão olhando para isso como outra coisa senão um período de manobras e posicionamento", diz

Tarek Megerisi, pesquisador político do Conselho Europeu de Relações Exteriores.

Com o colapso da ofensiva rebelde nos últimos meses, graças ao apoio turco à GNA, o Egito ameaçou intervir diretamente, criando o risco de uma sangrenta escalada regional. As instalações de energia da Líbia, o maior petróleo para ambos os lados, estavam na linha de frente enquanto mercenários avançavam sobre portos e campos de petróleo. A ONU também pressiona por medidas econômicas que busquem um acordo entre as principais facções sobre a gestão futura da riqueza da Líbia e suas instituições nacionais.

"O que prevalece [entre as facções líbias] é o desejo de reiniciar a economia", diz Jalel Harchaoui, analista que trabalha no país. "Esse alinhamento é frágil e temporário."



ANEXO 3

EQUADOR

mundos

Pastor candidato no Equador marca força evangélica na região

Para sociólogo, 2018 simbolizou mudança na política latino-americana

Anna Virginia Balloussier

RIO DE JANEIRO A candidatura de um pastor à Presidência do Equador fortalece um fenômeno familiar ao Brasil e que se espalha pela América Latina: a ascensão de vozes terrivelmente evangélicas no debate político.

Em 1º de outubro, Gerson Almeida, um curitibano radicado em Quito, oficializou a entrada na eleição que o país realizará em 2021. Tem respaldo do Ecuatoriano Unido, movimento de Edwin Moreno, irmão do atual presidente, Lenin Moreno. “Este é o primeiro passo para uma mudança nacional, vamos pela vida”, declarou o autointitulado candidato pro-vida. “Que Deus tenha misericórdia desta nação”.

Em espanhol ou português, é um discurso que se calcifica na vizinhança desde 2018, diz o sociólogo peruano José Luis Pérez Guadalupe, coordenador do recém-lançado “Novo Ativismo Político no Brasil: Os Evangélicos do Século 21”. “Definitivamente, 2018 marcou um antes e depois na participação

política dos evangélicos na América Latina”, diz à Folha. Os exemplos vêm aos montes, e a vitória de Jair Bolsonaro, um católico que chegou a ser batizado nas águas do rio Jordão pelo hoje preso Pastor Everaldo (PSC-RI), é a ponta de lança desse movimento.

No mesmo ano, no México, o presidente Andrés Manuel López Obrador se aliou ao evangélico Partido Encontro Social. Desagou até na Costa Rica, o país menos adepto dessa fé na região: lá liderou a votação no primeiro turno o deputado e cantor gospel Fabricio Alvarado. “A Costa Rica enviou uma mensagem aos partidos tradicionais: nunca mais interferirão na família”, disse então o político.

Alvarado subiu nas pesquisas ao sugerir que a Costa Rica deveria abandonar a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que se manifestara a favor da união homoafetiva. Acabou derrotado por outro Alvarado, o Carlos, um ex cantor de rock. Mas o rugido conservador não passou batido.

E ecoou também na Venezuela quando, naquele mesmo

ano, um pastor se candidatou a presidente sob a premissa de ser “luz no meio da escuridão”. Javier Bertucci ameaçou 1 milhão de votos, longe dos 6,2 milhões do ditador Nicolás Maduro num pleito de lisura questionável. Ainda assim, a marca surpreendeu.

Em 2019, a senadora evangélica Jeanine Añez ocupou a Presidência da Bolívia após Evo Morales e seu vice, Álvaro García-Linerá, renunciarem sob pressão das Forças Armadas e de manifestações populares. Ao assumir o cargo, subiu a escadaria do palácio do governo com uma Bíblia.

No Peru de hoje, as pesquisas dão vantagem para estrela do futebol nacional, o goleiro aposentado George Forsyth. Ele concorre pelo Restauración Nacional, partido fundado pelo pastor Humberto Lay.

Na América Central, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala ultrapassam 40% da população adepta dessa crença. Na América do Sul, é o Brasil que mostra mais fôlego para reverter a maioria católica, que já monopolizou a religiosidade nacional e hoje

caiu para a metade do povo.

Não é só na demografia que o grupo cresce. A relevância social que seus membros adquiriram nesses anos, para Guadalupe, engloba vários fatores: o abandono do “complexo de minoria” que lhes era característico, o acesso às classes média e alta da sociedade, a troca de “templos de fundo de quintal” por megigrejas em áreas residenciais, a invasão da mídia e a entrada na política partidária.

O segmento é bom em fazer barulho, mas tende a ser subrepresentado nas Américas. O Brasil é um bom exemplo. “É o país de maior sucesso em termos de incursão política [dessa religião], mas a bancada evangélica chega a apenas 16%, enquanto evangélicos são 32% da população”.

Se há paralelos possíveis, falta unidade evangélica entre latino-americanos, segundo o sociólogo. Vide a tentativa de expansão regional da Igreja Universal, por meio do mote em espanhol “pare de sofrer”.

Seja o único experimento de relevo para uma “colonização religiosa” no continente, afirma. “Tem sido um tremendo fracasso, sem o êxito religioso, comercial e político que alcançaram no Brasil”.

Ainda que se unam em prol de uma agenda moral, evangélicos não são conhecidos pela coesão interna — o que lhes dá vantagem adaptativa na política, diz a guatemalteca Brenda Carranza, co-organizadora do livro e coordenadora do Laboratório de Antropologia

da Religião da Unicamp.

“A fragmentação e a autonomia lhes permitem assumir livremente compromissos com determinados partidos e abandoná-los caso se desentendam com as lideranças religiosas”, afirma ela. “Isso entre católicos não é possível pelo modelo eclesiocêntrico no qual ninguém pode falar em nome da Igreja”. Ou seja, entre este outro filão do cristianismo não há um Vaticano para ordenar como cada agente deve se comportar.

É preciso saber diferenciá-los políticos evangélicos dos evangélicos políticos que atuam na região, afirma Guadalupe. Para ele, o primeiro grupo entra na política mantendo seus princípios cristãos, “como pode haver políticos católicos, políticos marxistas etc.”. Já o segundo busca capitalizar sua liderança religiosa na arena eleitoral. Os primeiros, segundo o peruano, agem como cidadãos, e os últimos, como congregação ou devotos.

O típico evangélico político, como Guadalupe escreve no livro, é “um fiel que busca tornar todas as políticas estatais cristãs confessionais e não faz distinção entre templo e Parlamento, nem entre púlpito e assento ou mesmo se lembra do mandamento de Jesus de Nazaré: ‘... dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus’”. E por isso que eles colocam a Bíblia acima da Constituição em sua ação política, indicando que toda a criação é de Deus e, portanto, deve ser submetida à vontade divina”.

“[O Brasil] é o país de maior sucesso em termos de incursão política [dessa religião], mas a bancada evangélica chega a apenas 16%, enquanto evangélicos são 32% da população

José Luis Pérez Guadalupe
sociólogo peruano

TRÉGUA FRACASSA, E CONFLITO NO CAUCASO DEIXA MAIS MORTOS

Azerbaijão e Armênia voltaram a trocar acusações nesta quarta (28) após bombardeios que marcam o dia mais letal do conflito que já dura um mês. Autoridades azeris disseram que um ataque com mísseis armênios na cidade de Barda, perto do território separatista de Nagorno-Karabakh, deixou pelo menos 21 civis mortos e 60 feridos. A porta-voz do Ministério da Defesa da Armênia, Shushan Stepanyan, negou a acusação. O ministério também confirmou que o Azerbaijão ocupou a cidade de Gubadli, entre o território disputado e a fronteira com o Irã, um ganho militar aparente que pode tornar ainda mais difícil uma solução diplomática para o maior conflito na região nos últimos 30 anos. Por sua vez, autoridades apoiadas pelo governo armênio baseado na capital do país, Yerevan, disseram que projéteis azeris caíram nas duas maiores cidades de Nagorno-Karabakh matando ao menos uma pessoa — o que o Azerbaijão também nega.



Hayk Baghdasaryan / PhotoLure/Reuters

Após morte de Floyd, capas de revistas com negros disparam

Nelson de Sá

SÃO PAULO Nos Estados Unidos, as capas de revista já trouxeram mais negros em 2020 do que em todos os 90 anos anteriores, somados. O dado foi levantado pelo Centro de Inovação de Revistas, da escola de jornalismo da Universidade do Mississippi.

O evento que deflagrou a transformação foi a morte de George Floyd pela polícia de Minneapolis, no estado de Minnesota, em 25 de maio. Segundo o levantamento, todas as 126 capas com negros, neste ano, os apresentaram “de uma forma positiva e edificante”.

“Isso já estava se formando, mas, depois da morte, irrompeu”, diz Samir Husni, diretor do centro. “Nós acompanhamos nos últimos dois, três anos alguns sinais de esperança, mas a explosão veio no verão de 2020,



Da esq. p/ dir., capa da Bloomberg Businessweek, com símbolo da luta antirracismo; Vogue, com a modelo Naomi Campbell; GO americana, com o ator Jonathan Majors; e The Oprah Magazine, com Breonna Taylor, morta em ação policial



como nunca tínhamos visto.” A grande questão, avalia ele, é se isso vai se tornar um novo padrão. Se daqui a um ano o quadro estará pelo menos semelhante ao que se percebe agora — ou não terá passado de “um bip no radar”, isolado e sem efeito prático.

Na continuação do estudo, Shona Pinnock, diretora de Diversidade e Inclusão da Meredith Corporation, de títulos como People, diz que 2020 é só o começo. Que agora entra a fase de contratar e manter pessoas e de transformar o conteúdo.

Outra grande editora, Condé Nast, vem se mostrando a mais agressiva na mudança, segundo Husni, após a editora-chefe da Vogue, Anna Wintour, ter se desculgado publicamente em junho pelo histórico “doloroso e intolerante” da revista.

A Vogue trouxe negros na capa em quatro edições seguidas, de agosto a novembro, enquanto a GO, outro título da Condé Nast, o fez em três edições seguidas. Mas continua a pressão contra Wintour, diretora artística de toda a editora.

Husni cita conversas com executivos do setor, para justificar sua esperança. “Durante muito tempo, eu ouvi: ‘Toda vez que colocamos uma pessoa negra na capa, as vendas caem’. E agora eles me dizem: ‘Isso é história antiga, não é mais a realidade’”.

Bianca Santana, doutora em ciência da informação pela ECA-USP e conselheira do Instituto Marielle Franco, se surpreendeu com os números e comentou que já existe algum movimento também no Brasil, “mas não nessa intensidade, nessa proporção”.

“Por mais que dê para ver uma mudança, é ainda tímida frente a esse levantamento do ‘Mesmo Depois de tanta denúncia de racismo, tão evidente em todas as estruturas, é algo lento e feito com cautela. Vai levar muitos e muitos anos”, afirma Santana.

segundo mundo

Fosso de riqueza na China

Desigualdade não é algo novo, mas atacá-la tornou-se urgente para Pequim

Tatiana Prazeres

Senior fellow na Universidade de Negócios Internacionais e Economia, em Pequim, foi secretária de comércio exterior e conselheira sênior na direção-geral da OMC

Se os 400 bilionários da China continental formassem um país, ele seria o 8º economia do mundo. Seu PIB seria maior que o do Brasil. Sim, são 400 pessoas com a riqueza superior a de 210 milhões de brasileiros. Em 2020, esses bilionários viram sua fortuna crescer US\$ 750 bilhões (R\$ 4 trilhões), um aumento espantoso de 60% em relação a 2019, segundo a Forbes. De longe, a China foi o país onde os ricos se tornaram ainda mais ricos.

Hoje, às vésperas do feriado do Ano-Novo chinês, as filas em frente às lojas de luxo em Pequim são apenas o sinal mais visível desse fenômeno. O contraste é também de espantar. Com uma população de 1,4 bilhão de habitantes, a China tem 600 milhões de pessoas vivendo com até US\$ 150 (R\$ 815) por mês, como lembrou o primeiro-ministro Li Keqiang no ano passado. De fato, se o crescimento na China foi acelerado, o aumento

da distância entre a base e o topo da pirâmide também o foi. Em 2017, o economista francês Thomas Piketty notou que, no passado, o nível de desigualdade na China era próximo ao dos países nórdicos. Claro, os chineses eram, digamos, igualmente pobres. A questão é que, com o tempo, a desigualdade foi se aproximando do nível dos EUA. Segundo Piketty, os 10% do topo da pirâmide tinham 41% da riqueza nacional em 2015,

mas detinham apenas 27% em 1978. (No Brasil, os 10% detinham 42,5% em 2018, segundo o Banco Mundial.) Pelas contas de Pequim, a pobreza não é exatamente um problema na China desde o fim de 2020. Com isso, atacar a desigualdade e expandir a classe média ganharão importância entre as prioridades nacionais. No ano passado, Xi Jinping falou claramente na necessidade de distribuir os frutos do crescimento de forma mais

justa. Na semana passada, voltou a falar sobre disparidade de renda e diferença entre campo e cidade, possivelmente o maior desafio na distribuição de riqueza no país. A desigualdade não é algo novo, mas atacá-la tornou-se urgente para a China porque diminuir a brecha da riqueza tornou-se um imperativo econômico. Pelo novo plano quinquenal, o governo pretende estimular o crescimento da economia por meio de consumo doméstico. No entanto, a concentração excessiva de renda limita a expansão do mercado de consumo. "Devemos deixar que alguns fiquem ricos primeiro", é uma frase de Deng Xiaoping citada com frequência. Deng completou: "para que todos atinjam a prosperidade

depois"—mas essa parte nem sempre é lembrada. De fato, a China não se teria chegado aonde chegou se quisesse fazer subir igualmente todos os barcos ao mesmo tempo. No entanto, como lembra Deng, ricos e super-ricos deveriam servir de alavanca para a renda dos demais. Não pega bem para um país que se diz socialista, comandado por um partido comunista, deter o título de uma das sociedades mais desiguais do mundo. Além de constituir um imperativo ético e uma necessidade econômica, o combate à desigualdade é uma questão de legitimidade para o modelo político chinês. Desigualdade receberá mais atenção agora que os pobres são ex-pobres. E os bilionários, mais bilionários que nunca.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Jaime Spitzcovsky



O candidato Andrés Arauz (de preto), líder nas pesquisas de intenção de voto, faz comício em Quito Rodrigo Buendía - 6.jan.21/AFP

Impopular, líder do Equador fica escanteado em campanha

Lenín Moreno, que tem 7% de apoio, não disputará reeleição no domingo (7)

Sylvia Colombo

GUAYAQUIL (EQUADOR) Ninguém quis o apoio de Lenín Moreno, 67, para a eleição presidencial do próximo domingo (7). O atual presidente do Equador chega ao fim de seu mandato com magros 7% de popularidade, de acordo com o instituto de pesquisa Click Report. O número o coloca como o pior líder na atualidade na América Latina, perdendo, entre outros, para Nicolás Maduro (ditador da Venezuela, que registra 12%) e Sebastián Piñera (presidente do Chile, com 16%). "Moreno nem sequer cogitou disputar a reeleição por saber que não tem chances", diz à Folha o cientista político Simón Pachano. "Termina o governo como um presidente fraco, que não soube criar um clima de governabilidade nem uma imagem de conciliação nacional. Tampouco mostrou habilidade para lidar com as várias crises de sua gestão." Nos cartazes de campanha presentes nas ruas de Guayaquil, a maior cidade do Equador, sua imagem não aparece. "Ninguém quis sair na foto com ele, seu apoio direto atralalharia qualquer candidatura", afirma Pachano. Era difícil imaginar o cenário atual na noite de 2 de

abril de 2017, quando as ruas das principais cidades equatorianas se encheram de bandeiras verdes, a cor do Aliança País — o partido de centro-esquerda que está no poder desde 2007 e do qual Lenín Moreno faz parte. Num palco armado em uma avenida no centro da capital, Quito, o presidente eleito foi aplaudido e até cantou uma música para celebrar a vitória, confirmada naquela noite. Ao lado dele, estava seu sorridente padrinho político, o então presidente Rafael Correa (2007-2017), de quem foi vice. A promessa era que o Equador teria um líder que seguiria o projeto esquerdista do então mandatário, mas em uma versão menos autoritária, com menos ataques a instituições e a opositores. Moreno era conhecido por ser mais calmo e por preferir o caminho do diálogo, ao contrário da mão firme do padrinho. A realidade, porém, foi outra. A começar pela relação com o próprio Correa, que se deteriorou rapidamente. Ao não aceitar ser um fanfante do ex-presidente, e ao estimular que avançassem as investigações por corrupção contra a antiga gestão, Moreno não só rompeu com o antecessor, mas acabou atraindo o ódio do ex-padrinho.

Da Bélgica, onde vive, Correa passou a fazer campanha contra a gestão de Moreno — o ex-presidente acabou sendo condenado por corrupção. O embate com o ex-padrinho agradou parte da sociedade equatoriana que rejeitava Correa, mas dividiu o partido do governo. Por causa do racha dentro do Aliança País, Moreno nunca conseguiu obter uma maioria clara na Assembleia Nacional para aprovar seus projetos. A divisão, inclusive, se mantém na eleição deste ano. A ala do partido próxima a Correa apoia o candidato do ex-presidente, Andrés Arauz, que lidera as pesquisas de intenção de voto. Já o nome oficial do Aliança País na disputa, a deputada Ximena Peña, tem evitado aparecer com Moreno na campanha. Mesmo assim, ela está entre os últimos colocados de acordo com os levantamentos, com cerca de 1% das intenções. Moreno também desapontou sua base ao impor políticas de ajuste fiscal e ao pedir um empréstimo ao FMI (Fundo Monetário Internacional) de US\$ 4,2 bilhões (R\$ 22,8 bilhões, pela cotação atual). Segundo ele, as medidas foram necessárias porque Correa havia endividado o país durante a sua gestão.

Uma das ações para tentar equacionar as finanças públicas foi o aumento do combustível, em 2019. A decisão levou a uma série de conflitos violentos, principalmente com a população indígena. Esse grupo foi em massa às ruas de Quito para protestar contra o aumento — os confrontos com a polícia deixaram 11 mortos e mais de 1.500 feridos. Para acalmar as ruas, Moreno teve de retroceder para chegar a um acordo com os sindicatos indígenas. Raio-X Equador PIB: US\$ 197 bi (2019) (Brasil: US\$ 1,84 tri) População: 17 milhões Território: 283.561 km² (semelhante ao Rio Grande do Sul) IDH: 86º (Brasil é o 84º)



Fontes: ONU e CIA World Facebook

Ainda assim, ficou pendente uma solução para a nitida cisão da sociedade entre o interesse da população branca e o dos membros de distintas etnias indígenas presentes no país. Foi nesse cenário que a pandemia do coronavírus atingiu em cheio o Equador. As imagens de hospitais e cemitérios em colapso e das ruas de Guayaquil com caixões abandonados viajaram o mundo e foram os primeiros registros do que o vírus causaria na região. Depois, houve um pico também em Quito. Moreno agiu de modo lento e levou semanas para implementar as primeiras medidas de emergência. No caso específico de Guayaquil, enviou o Exército para, de forma confusa, organizar funerais coletivos sem que fosse permitido identificar quem estava sendo enterrado. Depois de uma queda no número de contágios, agora os epidemiologistas apontam para a chegada de uma segunda fase de contaminações. Moreno foi lento também na negociação de vacinas, e até agora apenas 8.000 equatorianos receberam a primeira dose do imunizante da Pfizer. As demais negociações se mantêm incertas e não há ainda uma programação nacional de imunização. Até esta quinta-feira (4), o Equador tinha registrado 252.390 casos de Covid-19, com 14.949 mortes — o país tem 17 milhões de habitantes. A gestão Moreno enfrenta ainda acusações de corrupção durante a pandemia. A Procuradoria-Geral do Estado abriu investigações sobre cobranças de taxas em hospitais públicos e sobre o desvio de verbas para compra de insumos e respiradores. Além dos protestos sanitários, Moreno não conseguiu cumprir uma série de promessas de campanha, como o acesso a moradia e assistência social. Ele acabou frustrando a esperança ao não cumprir suas promessas progressistas de redistribuição de verbas. E, ao contrário da promessa de criação de empregos, mais de 600 mil equatorianos ficaram desempregados em sua gestão, segundo os dados do Instituto Equatoriano de Estatística e Censo. O fatador pediu o empréstimo ao FMI e de não ter cumprido sua parte no acordo acabou por desgastar ainda mais sua imagem. Do outro lado do espectro político, a centro-direita e a direita o culpam pela recessão econômica e pela falta de pulso para adotar políticas de austeridade. O Equador continua com uma dívida de US\$ 60 bilhões, o que não colabora para o ambiente de negócios e o acesso a linhas de crédito internacionais. Também reclamam por causa das acusações de corrupção e do aumento da insegurança, principalmente nas grandes cidades do país.

Mianmar bloqueia Facebook após desobediência contra golpe

RANGOON (MIANMAR) | AFP E REUTERS As principais empresas de telecomunicações de Mianmar começaram a bloquear o acesso ao Facebook no país nesta quinta-feira (4) obedecendo ordens dos militares que tomaram o poder após um golpe de Estado contra o governo civil. De acordo com uma carta do Ministério das Comunicações e Informação tornada pública, a plataforma, assim como Messenger, Instagram e WhatsApp, deve permanecer bloqueada até pelo menos o próximo domingo (7) por uma questão de "estabilidade". "Atualmente, as pessoas que estão perturbando a estabilidade do país estão espalhando notícias falsas e desinformação e causando mal-entendidos entre as pessoas usando o Facebook", argumentou a pasta, uma das 24 cujos ministros foram exonerados e substituídos por militares. A menos duas empresas, a estatal MPT e a norueguesa Telenor Asa, confirmaram a interrupção do acesso às redes sociais determinado pelo regime. Os militares também anunciaram que vão bloquear serviços de VPN, provedores de internet privados que podem ajudar a driblar as proibições. A Telenor expressou "grande preocupação" com a ordem dos militares, que, segundo a empresa, foi enviada a todas as operadoras de telefonia móvel e provedores de serviços de internet na quarta-feira (3). "Embora a diretiva tenha base legal na lei de Mianmar, a Telenor não acredita que o pedido seja baseado na necessidade e na proporcionalidade, de acordo com a lei internacional de direitos humanos", informou a empresa. Andy Stone, porta-voz do Facebook, pediu que as autoridades mianmares "restaurarem a conectividade para que as pessoas em Mianmar possam se comunicar com suas famílias e amigos e acessar informações importantes". As redes sociais, nas quais vêm crescendo o engajamento nas campanhas de desobediência civil, têm sido o principal canal de oposição ao golpe no país. Os militares tomaram o poder na segunda (1ª) após perderem as eleições de novembro para lideranças civis.

mundo



Funcionário do cemitério Parque de la Paz, em Guayaquil, trabalha na construção de túmulos verticais para vítimas do coronavírus. Fotos Vicente Galbor del Pino/Folhapress

Apesar disso, o governo não vem atendendo aos pedidos para realizar uma contagem oficial dos mortos. Também não se comprometeu a identificar todos as pessoas que foram enterradas nas valas comuns abertas nos diversos cemitérios já existentes e em dois outros construídos durante a pandemia, cada um com capacidade para 12 mil mortos.

A Folha visitou dois desses espaços em Guayaquil. No Parque de la Paz, há um espaço de gramado com pequenas placas, ao lado das sepulturas regulares, onde estima-se que mais de mil pessoas tenham sido enterradas sem identificação. Próximo dali há ainda um galpão em que estão acumulados restos de caixões de papelão e de madeira.

“Os corpos chegavam de todo jeito, embrulhados, em caixas armadas na correria. Nós tirávamos dali e enterrávamos aqui atrás”, diz Edwin, 57, chefe de obras do cemitério, que está passando por uma ampliação.

Além da vala comum, há um setor novo do cemitério vertical, com gavetas com os mortos identificados. Ao olhar as datas das mortes, percebe-se um acúmulo nos últimos dias de março e no começo de abril. “Não parava de chegar caminhão com morto para enterrar”, conta.

Na época, porém, nem a imprensa nem os familiares podiam ver quantos e como eram os enterrados. Mas isso ficou na mente dos moradores do bairro de Pascuales, onde fica o cemitério. Uma delas é Maritza Torres, que vive com as três filhas numa casinha diante da principal entrada de caminhões do local.

“Eles vinham em grande quantidade e por muitos dias. E derrubavam nosso sinal de internet toda vez que vinham trazer corpos, para que agente não filmasse e enviasse fotos e vídeos. Mas o que está na minha cabeça eu não esqueço. Era caminhão atrás de caminhão, por várias semanas. Dava para ver alguns corpos à mostra e sangue escorrendo dos veículos.”

Com medo, ela e os vizinhos foram perguntar aos oficiais sobre quais cuidados estavam sendo tomados, se eles seriam orientados para não se infectar. “No dia seguinte, vieram e limparam a rua toda, a frente da nossa casa. Mas depois fomos nós que passamos a fazer um mutirão para limpar regularmente, porque estamos muito perto de onde passavam os corpos”, afirma.

Torres diz que, por conta das eleições presidenciais no domingo (7), vários candidatos fizeram campanha no bairro. “Mas sabemos que ninguém quer mexer nisso, em saber de fato o que se passou e quem está enterrado onde.”

Ela conta que recebeu ajuda do governo no ano passado, pois perdeu o emprego numa firma de limpeza, mas que neste ano não ganhou nada ainda. “Estão analisando, dizem, mas vai ficar para o próximo governo decidir. A gente vai aguentando. O que não sei se aguento é ver de novo os mortos chegando empilhados. Quem quer que ganhe tem que resolver essa pandemia”, afirma.

Antes de pleito, equatorianos revisitam dores da pandemia

Covid-19 atingiu em cheio Guayaquil, que vê campanha com descrença

Sylvia Colombo

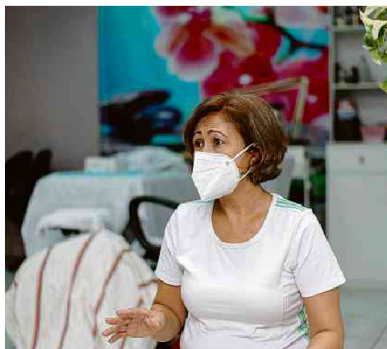
GUAYAQUIL (EQUADOR) O material que Greta Encalada, 52, usava para trabalhar está jogado em um canto do quintal de sua casa em Samanes, no subúrbio de Guayaquil — a maior cidade do Equador. O cenário inclui uma cama, toalhas, e aparelhos para fazer limpeza de pele e outros tipos de tratamento cosmético. Desde março, porém, ela não exerce seu ofício. Primeiro, porque essa atividade está proibida devido às medidas sanitárias contra o coronavírus. Depois, porque sua vida foi marcada por uma tragédia.

Em abril de 2020, sua irmã, María Dolores, morreu aos 46 anos, quando a primeira onda da pandemia atingiu a região de Guayaquil, cidade de 2,6 milhões de habitantes que é o centro financeiro do Equador.

Além do luto e da necessidade de cuidar do sobrinho e da mãe, que tem Alzheimer, Greta também se uniu a um grupo que reúne familiares de pessoas mortas que foram enterradas às pressas e de modo precário quando os hospitais e necrotérios entraram em colapso.

Os corpos das primeiras vítimas da Covid-19 foram recolhidos das ruas, das casas e dos hospitais por uma força-tarefa que envolveu até as Forças Armadas.

“Minha irmã passou dois dias morta em casa, esperando



Greta Encalada, que busca o corpo de sua irmã María Dolores

que viessem buscar seu corpo. O serviço da prefeitura não dava conta da quantidade de gente que morreu naquelas semanas”, diz Greta à Folha, referindo-se ao período entre fevereiro e abril de 2020.

O corpo de María Dolores foi então levado a um necrotério, mas a família não pôde mais vê-la. Só recebeu a informação de que, um mês depois, ela tinha sido enterrada — mas sem a localização exata.

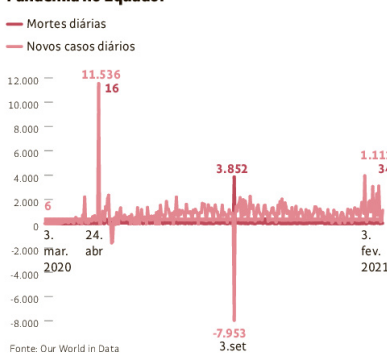
No grupo de Greta, há pessoas que conviveram com corpos de familiares em casa por vários dias. “Isso é algo muito doloroso, ainda mais em famílias com filhos pequenos,

que ficam traumatizados, fora o medo do contágio”, conta.

As imagens do caos que a chegada do vírus a Guayaquil causou viajaram o mundo e saíram em dezenas de publicações estrangeiras.

As cenas de corpos abandonados ou embrulhados diante das casas e de caixões sendo transportados por gruas e charretes provocou um intenso impacto negativo na gestão do presidente Lenin Moreno. O governo foi acusado de ter agido tarde demais, tanto para tomar medidas de combate à pandemia quanto para administrar o colapso sanitário da maior cidade do país.

Pandemia no Equador



Fonte: Our World in Data

Quase um ano depois do primeiro caso, em 14 de fevereiro, as feridas da primeira onda ainda não cicatrizaram. A primeira infecção foi de uma equatoriana que vivia em Madrid e veio à Guayaquil. O vírus foi identificado quando a mulher foi hospitalizada — 13 dias depois, ela morreu.

Até hoje o número exato de mortos no Equador em decorrência da Covid-19 é contestado. Associações de sobreviventes creem que foram mais de 10 mil apenas na região metropolitana de Guayaquil.

Os números oficiais não chegam nem a um terço disso, mas ao mesmo tempo se re-



Somos esquerda de vanguarda, afirma candidato indígena

ENTREVISTA

YAKU PÉREZ

GUAYAQUIL (EQUADOR) Entre as três candidaturas que têm mais chances de chegar ao provável segundo turno na eleição presidencial do Equador, no domingo (7), está a de Yaku Pérez, 50, da etnia indígena Kichwa-Kañari.

Apesar de rejeitar comparações com o ex-presidente Evo Morales, ele compartilha com o boliviano, a origem, a militância em sindicatos indígenas e a defesa de um Estado plurinacional, que reconhe-

ça e valorize as etnias do país.

Pérez foi governador da província de Azuay, cuja capital é Cuenca, e participou dos protestos de 2019 contra a política de ajustes do atual presidente, Lenin Moreno.

Na pesquisa eleitoral mais recente, do instituto Cedatos, a disputa tem como favorito Andrés Araúz, candidato apoiado pelo ex-presidente Rafael Correa, com 21,8% das intenções de voto. Em segundo, está o banqueiro Guillermo Lasso, com 21,2%. Pérez vem em terceiro, com 14,5%.

Se nenhum dos candidatos tiver 50% mais um dos votos, ou 40% e uma diferença de dez pontos percentuais para o segundo colocado, haverá segundo turno no dia 11 de abril.

Há relação direta entre os protestos de 2019 e a sua candidatura? Em que medida se considera fruto daquele movimento? Nós já estávamos trabalhando muito antes disso, e já tínhamos conseguido algumas vitórias eleitorais regionais. Não surgimos nas

manifestações. Porém, obviamente, elas chamaram a atenção para nossas causas, nossas bandeiras e, de alguma forma, ajudaram a projetar a nossa candidatura. A luta indígena é antiga no Equador.

A sua candidatura representa os indígenas? Como pensar numa gestão para todo o país? Não quero representar apenas os indígenas. Nossa candidatura também é a da juventude, da ecologia, das bandeiras esquecidas pela nossa sociedade e que agora se mos-

tram mais importantes do que nunca, com a ameaça da mudança climática e das pandemias. Não podemos mais ser um país tão desigual e que ignore a natureza.

O senhor é defensor do conceito do “bem viver”, que tem origem indígena e está na Constituição de 2008, mas que, na prática, não foi totalmente implementado. Como entende o “bem viver”? Há muitas maneiras de encarar o “bem viver”. Sim, está na Constituição que [Rafael] Correa

implantou como projeto de inclusão da pluralidade cultural do país. Mas não está em prática no modelo de Estado.

Eu entendo o “bem viver” não como um conjunto de valores paralelos ou concorrentes com o [modo de vida] ocidental, mas sim de complementaridade. É preciso ter uma relação mais harmônica com a natureza. E, apesar de essa ser uma lição que vem dos indígenas, não vale só para nós. Para mim, isso é o “bem viver”.
 Continua na pág. A10

mundo

Equador vai às urnas para decidir se segue sob influência de Rafael Correa

Candidato apadrinhado por ex-presidente, acusado de corrupção, está entre líderes em pesquisas

Sylvia Colombo

Quatro treze milhões de equatorianos são esperados neste domingo (7) nos centros de votação para decidir se querem ou não voltar a estar sob a influência do ex-presidente de esquerda Rafael Correa (2007-2017) — no país, o voto é obrigatório. Embora esteja impedido de ser candidato — tanto porque já governou por três mandatos como porque está condenado por corrupção e vive foragido na Bélgica —, Correa é o padrinho político de Andrés Arauz, um economista de 35 anos de curta trajetória na vida pública.

Em uma amostra do certo improviso de sua candidatura, Arauz não poderá votar, pois tem domicílio eleitoral no México, onde faz mestrado. Correa espera que Arauz leve adiante suas políticas e que não rompa com ele, como fez o atual presidente, Lenin Moreno, apadrinhado pelo ex-mandatário na eleição de 2017. O racha entre os dois marcou a atual gestão e desgastou a imagem de Moreno, que tem 7% de popularidade e nem tentou se reeleger.

Favorecido pelo boom de commodities, Correa aumentou o gasto público em políticas de redistribuição de renda durante seu mandato, e ainda é lembrado com carinho e lealdade por um setor importante da sociedade.

Isso apesar dos casos de corrupção pelos quais foi condenado e pelo escândalo da Odebrecht — a empreiteira brasileira admitiu ter pago em caixa 2 e em subornos mais de US\$ 33 milhões (R\$ 177 milhões) durante a gestão de Correa.

Prova de sua popularidade ainda em alta é que Arauz surge como favorito em todas as poucas confiáveis pesquisas, embora elas apontem para um provável segundo turno.

Os levantamentos de opinião no Equador enfrentam uma dificuldade logística de ouvir amostras representativas em comunidades dos Andes e da região amazônica, sobretudo em tempos de pandemia. Soma-se a isso o fato de a maioria delas apontar para uma cifra grande de indecisos, de 40% a 50%.

Esses fatores tornam os resultados das eleições menos previsíveis. Segundo a sondagem mais recente, do institui-



Apoiadores do candidato à Presidência Yaku Pérez participam de comício em Cuenca, no Equador. Fernando Garcia - 4.fev.21/Reuters

Raio-X Equador

PIB: US\$ 197 bi (2019) (Brasil: US\$ 1,84 tri)
População: 17 milhões
Território: 283.561 km² (semelhante ao Rio Grande do Sul)
IDH: 86º (Brasil é o 84º)



Fonte: Cia World Factbook

to Cedatos, Arauz tem 21,8% das intenções de voto e o empresário e banqueiro Guillermo Lasso soma 21,2% — o que os deixa empatados dentro da margem de erro, de dois pontos percentuais. Na sequência, aparece o líder indígena Yaku Pérez, com 14,5%.

As porcentagens são baixas, ainda, porque há outros 13 candidatos, mas nenhum tem mais de um dígito nas intenções de voto. No Equador, para ganhar no primeiro turno, é preciso obter 50% dos votos válidos mais um, ou 40% com diferença de 10 pontos percentuais para o segundo colocado. Caso isso não ocorra, a eleição pode ir para segundo turno, previsto para 11 de abril.

A candidatura de Lasso se beneficia do fato de haver dois candidatos fortes na esquerda e que dividirão eleitores, que são Arauz e Pérez. Por outro lado, ele já demonstrou que seu reduto é limitado nas eleições anteriores”, afirma o analista político Simón Pachano.

Em 2017, Guillermo Lasso, 65, perdeu no segundo turno por uma diferença pequena de votos para Moreno (51,4% contra 48,8%). Não quis aceitar o resultado, alegou fraude e tentou levar a popula-

ção às ruas para pressionar por uma recontagem. Não animou muito mais gente do que seus apoiadores e acabou tendo de jogar a toalha. Agora, tenta novamente, alavancado pelo apoio de Jaime Nebot, ex-prefeito de Guayaquil, popular entre os anticorristas.

Anovidade entre os que têm chances de ir ao segundo turno é Pérez, cuja candidatura ganhou força depois dos protestos de 2019 contra o governo de Moreno. O candidato almeja ser o primeiro presidente indígena do Equador.

A campanha tem sido marcada por uma disputa de promessas um pouco exageradas. Arauz fala em distribuir US\$ 1.000 (R\$ 5,388) para 1 milhão de famílias logo de cara e criar um novo imposto à riqueza. Lasso, embora defenda políticas de austeridade, também garantiu bônus e novas casas para os que perderam emprego durante a pandemia e afirmou que será capaz de criar 1 milhão de novos postos de trabalho em um ano.

Um dos problemas que o novo presidente terá de enfrentar é o alto endividamento do Equador, equivalente a 44% do PIB. Arauz culpa Moreno de ter aumentado a di-

vida e ameaça não pagar o FMI, que emprestou ao Equador US\$ 4,6 bilhões (cerca de R\$ 24,8 bilhões). O candidato correista afirma não querer pagá-la, e Lasso ameaça dizendo que isso desgastaria muito a imagem do país.

A crise do coronavírus, cuja curva de contágio está novamente em alta, promete deixar marcas fortes na economia. O PIB do país diminuiu 9% em 2020, e o desemprego dobrou nos últimos nove meses — está em 8,6%. Outro assunto de importância será resolver a crise social causada pelos protestos indígenas de 2019. Os sindicatos do setor se fortaleceram e conseguiram evitar o aumento dos combustíveis, mas outras reclamações ficaram em aberto.

Uma delas é a demanda de povos originários por mais participação política e reconhecimento cultural e de seus idiomas. Há cerca de 25% de indígenas ou descendentes deles na população do país, de 17 milhões.

O Equador também renovará a Assembleia Nacional — seu parlamento unicameral —, e escolherá os cinco representantes do país no Parlamento andino.

A eleição no Equador

260 observadores internacionais acompanham o pleito, além de 2.540 nacionais

13 milhões de equatorianos estão aptos a votar

Quais cargos estão em jogo?

Presidente, membros da Assembleia Nacional e integrantes equatorianos do Parlamento andino, que reúne 25 representantes de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Chile.

Tem segundo turno?

Sim. Se nenhum candidato obtiver 50% dos votos válidos mais um, ou 40% com diferença de 10 pontos percentuais para o segundo colocado, haverá segundo turno, marcado para 11 de abril.

O voto é obrigatório?

Sim para equatorianos com idade entre 18 e 65 anos, e há multa em caso de falta não justificada.

Há votação antecipada?

Não, mas, neste ano, 653 equatorianos participaram do Voto em Casa, que permitiu a pessoas com mais de 50 anos e deficiência física que comprometa 75% ou mais de sua capacidade de locomoção a exercerem esse direito. O recolhimento desses votos foi realizado na sexta-feira (5), por Juntas Eleitorais.

O voto é eletrônico?

Não, o voto é em papel, mas, neste ano, o Conselho Nacional Eleitoral realiza um teste com eleitores nos EUA, no Canadá e na Argentina para três formas de votação: telemática, em que se usa a internet para transmitir o voto, por meio de um sistema habilitado pelo CNE; eletrônico, em que a usa recebe a cédula, lê o voto e entrega um comprovante para então o eleitor confirmar se a escolha está correta; e por correspondência, com entrega antecipada das cédulas.

Quais as medidas para prevenção do coronavírus?

O CNE dividiu a votação em faixas de horário de acordo com o último número da carteira de identidade. Quem tem o documento terminando em número par, deve ir votar entre 7h e 12h. Já para os de número ímpar, o horário é entre 12h e 17h.

Protestos levam milhares às ruas em Mianmar em meio a bloqueio de internet e redes sociais

RANGOON | AFP E REUTERS Os protestos contra um golpe militar em Mianmar ganharam força no sábado (6). Dezenas de milhares de pessoas foram às ruas em Rangoon, maior cidade do país, e na capital, Naypyidaw. No dia anterior, os atos haviam reunido algumas centenas.

Os manifestantes pedem a retomada da democracia e a libertação dos líderes presos. Eles marcharam até a sede da prefeitura de Rangoon, que foi tomada por militares no início da semana.

Em Naypyidaw, motos soaram buzinas e ativistas cantaram músicas contra o regime.

Em meio aos atos, o novo governo determinou o corte no acesso à internet e o bloqueio a redes sociais.

A Telenor, uma das principais operadoras de telecomunicação do país, confirmou que as autoridades militares ordenaram o bloqueio do Twitter e do Instagram,

sem previsão de retomada.

Ao longo da manhã de sábado, o país registrou dificuldades no acesso à internet por todo o território, segundo a ONG NetBlocks, que monitora o acesso à internet.

Para desviar do bloqueio, muitos ativistas usaram VPNs, redes virtuais que mascaram o origem do acesso.

Na quarta-feira (3), o Exército bloqueou o Facebook, uma das redes mais utilizadas pelos mianmarenses. Outros serviços da empresa, como o Whatsapp, também registram interrupções.

O objetivo é censurar opositores ativos nas redes sociais e desarticular os atos de resistência. Na redes, as hashtags #WeNeedDemocracy, #HearTheVoiceOfMyanmar ou #FreedomFromFear dão visibilidade internacional aos apoiadores da democracia no país.

O 'apagão virtual' atual tem alcance similar ao determinado na segunda (1º), quando o

Exército deu um golpe e prendeu a cúpula do governo civil, incluindo o presidente Win Myint, e assumiu o controle do país, interrompendo o processo de transição democrática iniciado há uma década.

Os militares também detiveram a conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, que era na prática a governante do país, sob uma acusação obscura de violação de normas comerciais — ela teria importado ilegalmente seis walkie-talkies.

Devido ao histórico de reações violentas contra protestos no país, ao longo da semana grupos de ativistas criaram um movimento de desobediência civil que tem crescido à medida que as nuances do golpe militar ficam mais claras para a população.

De início, a participação mais significativa foi entre os profissionais da saúde. Depois, estudantes e professores também passaram a protestar. De acordo com o movi-

mento, médicos, enfermeiros e outros funcionários de mais de 70 hospitais públicos de 30 cidades entraram em greve. Muitos dos que continuam em atividade têm usado fitas vermelhas nos uniformes para marcar a oposição ao regime militar.

As fitas vermelhas também puderam ser vistas nas manifestações desde sábado. O movimento é cor da Liga Nacional para a Democracia (LND), o partido de Suu Kyi.

Usando também máscara e lenços, os manifestantes gritavam "abaixo a ditadura militar" e fizeram uma saudação com três dedos da mão apontando para cima.

O gesto vem da franquia de livros e filmes "Jogos Vorazes" e é usado como demonstração de agradecimento e despedida de alguém amado. Na vida real, à mesma saudação foi usada em protestos realizados em Hong Kong e na Tailândia.

Secretário de Estado dos EUA pressiona China em 1ª conversa

WASHINGTON | AFP O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, pressionou a China sobre o tratamento dado aos uigures, ao Tibete e a Hong Kong na primeira conversa entre altos funcionários dos dois países desde a posse do presidente Joe Biden.

"Deixei claro que os Estados Unidos continuarão a defender valores democráticos e a responsabilizar Pequim por seus abusos do sistema internacional", escreveu Blinken, no Twitter, sobre a conversa que teve com Yang Jiechi, diretor da Comissão de Assuntos Exteriores da China, na noite de sexta (5).

Blinken afirmou que o governo Biden continuará a "defender os direitos humanos e os valores democráticos em Xinjiang, Tibete e Hong Kong", e pressionou a China a condenar o golpe militar em Mianmar. O chefe da diplomacia americana também ressaltou que Washington res-

pensabilizará Pequim por qualquer "tentativa de ameaçar a estabilidade na região do Indo-Pacífico, incluindo o estreito de Taiwan".

Yang Jiechi disse na conversa que Hong Kong, a província de Xinjiang (onde vivem os uigures) e o Tibete são temas internos chineses e que "nenhuma força estrangeira pode interferir neles". Também pediu aos EUA que corrijam os erros dos últimos anos, segundo a embaixada da China em Washington.

Yang também destacou a importância de que o governo americano respeite o princípio de "uma só China", com base no qual Pequim considera Taiwan uma de suas províncias, e que a questão da ilha "é o problema central nas relações entre China e Estados Unidos".

A China ameaça invadir Taiwan caso seus líderes façam uma declaração formal de independência, e tem reforçado a repressão a opositores em Hong Kong.



O candidato Andrés Arauz ajuda sua avó, Flor Galarza, a depositar voto de papel em urna, em Quito, no Equador. Santiago Arcos/Reuters

Raio-X Equador

PIB: US\$ 197 bi (2019)
 (Brasil: US\$ 1,84 tr)
População: 17 milhões
Território: 283.561 km² (semelhante ao Rio Grande do Sul)
IDH: 86° (Brasil é o 84°)



Fonte: Cia World Factbook

“Seria importante que isso não ocorresse novamente, para não gerar manifestações, que serão negativas para a legitimação do resultado, e podem gerar aglomerações que aumentem o risco de contágios. Por enquanto, estamos reparando que há poucos fiscais dos partidos para acompanhar a contagem dos votos. E isso pode ser problemático”, afirma Adler.

Correa tentou repetir estratégia de Cristina Kirchner com Arauz

quito | A publicidade para a candidatura de Andrés Arauz com Rafael Correa de vice tinha ficado até pronta, em cartazes que traziam os dois sobrenomes. O plano era colocar em prática a mesma estratégia que Cristina Kirchner usou em 2019. Para driblar a alta rejeição a seu nome, a colocou o moderado Alberto Fernández no alto da cédula. Com isso, o peronismo venceu.

Para Correa, que governou de 2007 a 2017, as coisas ficaram difíceis porque, por ter uma condenação por corrupção, teria de viajar ao país para fazer pessoalmente sua inscrição como candidato. Só que, se fizesse isso, poderia ser preso ao chegar. Ele pediu para registrar-se no exterior, algo que já havia sido permitido em outros casos, mas teve o pedido negado.

Foi assim que o rosto de Correa continuou a aparecer nos cartazes de propaganda de Arauz, praticamente um desconhecido do público, marcando que ele seria apenas seu padrinho. Para vice, foi escolhido outro político do grupo de Correa, Carlos Rabascal.

A dupla, então, mudou de discurso. Correa não teria mais cargos em uma possível Presidência de Arauz, sequer retornaria ao país. Seria um assessor político e econômico informal, e continuaria na Bélgica. Arauz afirmou que faria de tudo para desarmar a sentença que condenou o padrinho a oito anos de cadeia. Senão, admite que poderia dar-lhe um indulto. **SC**

Boca de urna indica aliado de Correa à frente no Equador

País foi às urnas neste domingo (7) para eleger presidente e legisladores

Sylvia Colombo

quito As duas primeiras pesquisas de boca-de-urna divulgadas neste domingo (7), logo depois do encerramento da votação, apontam para um segundo turno no Equador, com Andrés Arauz, apoiado pelo ex-presidente Rafael Correa, à frente.

O Instituto Cedatos aponta a vitória de Arauz com 34,94% contra 20,99% de Guillermo Lasso. Em terceiro, estaria Yaku Pérez, com 17,99%.

Já o instituto Clima Social mostrou Arauz com 36,2% dos votos e Lasso com 21,7%.

Até a conclusão desta edição, a apuração havia analisado 80,7% dos votos. Arauz registrava 32,9% de preferência, Pérez, 19,77% e Lasso, 19,09%.

Se as projeções se confirmarem, haverá segundo turno, em 11 de abril.

Para vencer em primeiro turno no Equador, o candidato deve conseguir 50% dos votos mais um, ou 40%, mas com uma diferença de dez pontos percentuais com relação ao segundo colocado.

Caso a dianteira de Arauz se confirme, uma união das propostas dos rivais Pérez e Lasso é muito difícil. Eleitores

do líder indígena, por exemplo, são contra o modelo neoliberal defendido por Lasso.

Arauz completou 36 anos no sábado (6). Além de jovem, também é pouco conhecido no país por ter morado muito tempo fora. Cursou economia na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Depois, voltou ao Equador para seu mestrado na Flaco (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais). Recentemente, estava realizando seu doutorado na Unam (Universidade Nacional Autónoma do México).

Nascido em Quito, é filho de um dirigente de uma companhia petrolífera e de uma agente de turismo. Foi criado, porém, por sua avó materna, Flor Galarza, 106, a quem levou para votar neste domingo (7). “A ela devo a educação que tive quando criança e todo o carinho que recebi”.

O banqueiro Guillermo Lasso votou em Guayaquil, numa escola no norte da cidade. “Haverá segundo turno e venceremos, porque as pessoas querem a mudança”, disse.

Lasso deu declarações defendendo que era necessário que houvesse respeito às normas sanitárias. Fez isso, po-

rém, cercado de jornalistas e apoiadores aglomerados ao redor dele.

Já o líder indígena Yaku Pérez votou em Cuenca, e pediu que as pessoas fizessem do dia “uma festa democrática” e que votassem por ele era “votar num cidadão como todos”.

A votação foi marcada por filas e demora para a abertura de mesas no exterior.

Embora as autoridades tenham orientado os eleitores a votar em horários separados — de manhã os que têm o documento de identidade com o final par, e de tarde os que têm em final ímpar —, para evitar aglomerações, isso não foi cumprido para valer.

“Não dá para pedir isso, nós sempre votamos juntos, depois almoçamos e todos caímos em cima a fazer. Aqui em Quito sempre se procura votar de manhã e junto, porque é preciso se locomover até o local de votação. Separar o voto de cada um atrapalha a família”, diz Nataly Junquera, 29, em um centro eleitoral em no subúrbio de Quito.

Ela estava acompanhada do pai, que trabalha num mercado de comida, do marido, que é motorista de táxi e de uma cunhada. Junquera é garçone-

te, mas está sem trabalho. Ela cuida dos dois filhos do casal.

“Estamos muito preocupados com o impacto da pandemia na votação. Primeiro por conta dessas dificuldades de manter a distância social nas filas e as aglomerações. Depois, porque há candidatos jogando com o medo da contaminação, o que pode impactar no comparecimento às urnas”, contou à Folha o norte-americano David Adler, observador pela organização Internacional Progressista.

O Equador enfrenta um aumento de casos de coronavírus. No sábado (6), registrou-se um novo recorde de cifras de contágios e mortos pelo país. Desta vez, o epicentro dos novos casos é a província de Pichincha, onde está localizada a capital do país, Quito.

Nos últimos dias, o número de internados pela doença tem estado acima de mil, o que ameaça o sistema hospitalar do país.

Há uma preocupação com a contagem dos votos, pois na última eleição presidencial houve um “apagão”, quando o sistema de apuração saiu do ar e gerou dúvidas sobre se todos os votos haviam sido contabilizados.

A eleição no Equador

260 observadores internacionais acompanhariam o pleito, além de 2.540 nacionais

13 milhões de equatorianos estavam aptos a votar

Quais cargos estão em jogo?

Presidente, membros da Assembleia Nacional e integrantes equatorianos do Parlamento andino, que reúne 25 representantes de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Chile.

Tem segundo turno?

Sim. Se nenhum candidato obtiver 50% dos votos válidos mais um, ou 40% com diferença de 10 pontos percentuais para o segundo colocado, haverá segundo turno, marcado para 11 de abril.

O voto é obrigatório?

Sim para equatorianos com idade entre 18 e 65 anos, e há multa em caso de falta não justificada.

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
 nelson.sa@gupofolha.com.br

Covid veio para ficar, diz WSJ após vacina fracassar na África

O britânico Financial Times, que vinha tentando defender a vacina britânica, abriu manchetes longas para anunciar o oposto: “Oxford/AstraZeneca fracassa em prevenir Covid leve e moderada da variante sul-africana, mostra estudo”.

No texto, alertou que “o reverso se mostraria particularmente crucial para o mundo em desenvolvimento”. E que “a África do Sul recebeu na semana passada um milhão de doses da AstraZeneca, primeira vacina a chegar ao país”. Horas depois, as manchetes

dos sul-africanos The Citizen e BusinessDay anunciavam a suspensão da vacinação com as doses recém-chegadas.

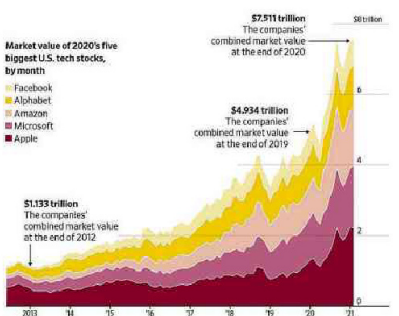
E o Wall Street Journal noticiava a suspensão, registrava o impacto das variantes nas expectativas e manchetes que a “Covid provavelmente veio para ficar”. Logo abaixo: “Governos e empresas comecem a aceitar que o coronavírus não é um problema temporário e, em vez disso, levará a mudanças de longo prazo, permitindo que a sociedade coexista com a Covid-19”.

BIDEN & XI Falando à CBS antes do Super Bowl, Joe Biden respondeu, sobre Xi Jinping, que “ele é brilhante”, mas “muito duro, não tem um osso democrático no seu corpo”. De todo modo, “a questão é, como eu sempre falei para ele, que nós não precisamos ter um conflito, mas haverá extrema competição”. Já ecou no South China Morning Post com a chamada “Joe Biden prevê ‘competição extrema’ com a China, não ‘conflito’”.

FRANCA E DURA, MAS O secretário de Estado de Biden, Antony Blinken, ligou um dia antes para Yang Jiechi, do Politburo do PC chinês, para uma conversa “franca e dura”, co-

mo descrito pelo Global Times/Huanqiu, ligado ao PC. O editor do jornal enfatizou via Twitter que Blinken disse que os EUA “vão se ater aos Três Comunicados Conjuntos”, que aproximaram os dois países nos anos 1970/80, e política de “uma só China”.

CANSADOS DE GUERRA O site Politico e outros noticiaram pesquisa do Chicago Council on Global Affairs, com a Universidade do Texas em Austin, mostrando que a “maioria do público americano se opõe a usar militares dos EUA para defender Taiwan de uma invasão chinesa”. O site credita o resultado à “fadiga com conflitos militares no exterior”.



BIG TECH AINDA MAIOR Na manchete de sábado no WSJ, “Pandemia torna Big Tech ainda maior”, com gráfico mostrando como Alphabet (Google), Amazon, Apple, Facebook e Microsoft “estão mais dominantes que há um ano graças à maior dependência de seus serviços”.

mundos



Yaku Pérez (de máscara azul) participa de vigília do lado de fora de hotel onde acontece a apuração, em Quito Santiago Arcos/Reuters

Perto do 2º turno no Equador, candidato indígena vê fraude

Com apuração lenta, Yaku Pérez disputa segunda vaga com margem apertada

QUITO | AFP E REUTERS O líder indígena Yaku Pérez, que disputou o voto com o banqueiro Guilherme Lasso numa vaga no segundo turno das eleições presidenciais no Equador, denunciou nesta segunda (8) uma suposta tentativa de fraude para excluí-lo do pleito. Com 98,6% dos votos apurados, segundo o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), o economista Andrés Arauz, herdeiro do ex-presidente Rafael Correa (2007-2017), aparece na liderança do primei-

ro turno, realizado no domingo (7), com 32,14% dos votos. Em seguida, vêm Pérez, com 19,92%, e Lasso, com 19,58%. "Ele tem pânico de entrarmos no segundo turno", disse Pérez, referindo-se a Correa. Para ele, "se conspira uma fraude (...) para nos impedir de chegar ao segundo turno". Pérez afirma, sem apresentar provas, que 15 pontos percentuais de seus votos foram transferidos para outros candidatos — nenhuma autoridade comprovou as irregulari-

dades apontadas até agora. O candidato propôs a abertura das urnas nas três províncias com maior número de eleitores, incluindo Pichincha, onde fica a capital, Quito. Pérez e seus companheiros de partido começaram uma vigília ainda na noite de domingo em frente a um hotel de Quito onde as autoridades eleitorais estavam contando votos. O grupo diz tentar evitar a suposta fraude eleitoral. Em um comício de comemoração em sua cidade na-

tal, Guayaquil, Lasso disse que uma revisão completa das declarações das pesquisas mostraria que ele chegaria ao segundo turno. Pela lei equatoriana, qualquer um dos candidatos pode solicitar recontagens manuais dos votos. Há uma preocupação com a contagem dos votos no país, pois na última eleição presidencial houve um "apagão", quando o sistema de apuração saiu do ar e gerou dúvidas sobre se todos os votos haviam sido de fato contabilizados.

A presidente da CNE, Diana Atamaint, disse que "cada candidato tem o direito de esgotar todas as instâncias legais para contestar os resultados". "Se tivermos de abrir as urnas, abriremos", ela afirmou.

O CNE afirmou que está revisando 13,96% dos registros eleitorais, o que atrasou a divulgação dos resultados. Assim, será preciso esperar a contagem de voto para conhecer o resultado final.

Atamaint disse que o CNE divulgará os resultados oficiais quando tiver "100% das atas analisadas". Não há previsão para o fim da apuração. A missão de observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acompanha o pleito, pediu calma até a divulgação final dos números, já que a contagem de votos até o momento mostra uma "estreita margem entre os candidatos que ocupam o segundo e o terceiro lugar".

Os EUA ecoaram os pedidos de calma durante o processamento dos dados eleitorais. "Pedimos que mantenham a calma e sejam pacientes enquanto as instituições equatorianas terminam a contagem dos votos e trabalham para resolver os conflitos de forma pacífica e transparente, de acordo com a Constituição do Equador e as normas e processos estabelecidos", declarou o porta-voz do Departamento de Estado, Ned Price.

No domingo, os equatorianos foram às urnas numa eleição marcada por filas e demora para a abertura das seções de votação no interior do país.

Como já apontavam as pesquisas de boca-de-urna, o esquerdista Andrés Arauz, apadrinhado do ex-presidente Rafael Correa, garantiu sua vaga no segundo turno. A votação está marcada para 11 de abril.

Se Yaku Pérez terminar a contagem na frente, o Equador terá um segundo turno inédito entre candidatos de esquerda. O país, muito afetado pela pandemia, agora vive um novo aumento de casos de coronavírus e enfrenta uma grande dívida econômica provocada pela queda dos preços do petróleo, importante fonte de renda do Equador.

Pérez, que tem 50 anos e é da etnia indígena Kichwa-Kañari, tem uma trajetória de militância em sindicatos indígenas e defende um Estado plurinacional, que reconheça e valorize as distintas etnias que compõem a população do país. Ele é crítico do legado do governo de Correa.

Na política, foi governador da província de Azuay, cuja capital é a cidade histórica de Cuenca, e participou dos protestos indígenas de 2019 contra a política de ajustes do governo do atual presidente, Lenin Moreno — que, com uma aprovação de 7%, sequer tentou disputar a reeleição.

Pérez estudou direito e fez doutorado na Universidade Católica de Cuenca, especializando-se em direito indígena. Em entrevista à *Folha*, disse que sua candidatura "também é da juventude, da ecologia, das bandeiras esquecidas (...) que agora se mostram mais importantes do que nunca, com a ameaça da mudança climática e das pandemias".

"Acreditamos numa esquerda vanguardista e comunitária", disse Pérez na ocasião.

Ele já conquistou o feito de ter tido o melhor resultado de todos os tempos para um candidato presidencial de origem indígena e abriu uma disputa que havia sido definida há meses pela cisão ideológica entre defensores do livre mercado, representados pela candidatura de Lasso, e socialistas, alinhados a Arauz.

Arauz, que completou 36 anos no sábado (6), ainda é pouco conhecido no Equador por ter morado muito tempo no exterior. Ele cursou economia na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Depois, retornou ao Equador para fazer seu mestrado na Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais).

Recentemente, Arauz estava realizando seu doutorado na Unam (Universidade Nacional Autónoma do México). E, por conta disso, ele não pode votar nesta eleição, pois seu domicílio eleitoral continua no México. Nascido em Quito, é filho de um dirigente de uma companhia petrolífera e de uma agente de turismo.

Partido de ultradireita tenta ganhar capilaridade em Portugal

Giuliana Miranda

LISBOA Embalado pelo bom resultado nas eleições presidenciais, de onde saiu com o terceiro lugar e a preferência de 11,9% dos eleitores, o partido populista Chega tenta usar as eleições municipais — previstas para setembro — para entrar no processo de decisões de governo em Portugal.

A ideia é conquistar o máximo de representações em Câmaras Municipais (equivalentes das prefeituras) para romper o "cordão sanitário" — como os portugueses têm chamado a aliança contra a ultradireita que vem sendo costurada pelos partidos de centro-direita, o PSD e o CDS-PP.

Amparando propostas como a castração química de pedófilos e a pena de mor-

te, além de defender que não existe racismo em Portugal, o Chega conquistou não apenas o voto antissistema, mas também eleitores descontentes com o restante da direita.

Parte da campanha presidencial do líder do partido, André Ventura, 38, foi feita a partir do antagonismo com outros candidatos, sobretudo com o socialista Ana Gomes.

Vice-colocada nas eleições, Gomes havia prometido pedir a extinção do Chega caso fosse eleita. Embora não tenha conquistado a vaga em Belém, resolveu ir em frente com a ideia e acaba de apresentar um pedido à Procuradoria-Geral da República para tornar a legenda ilegal.

Entre os 40 pontos apresentados para embasar o pedido, a jurista cita exemplos de in-

terferência à violência e levanta possíveis irregularidades de financiamento. Mas constitucionalistas consideram difícil que a proposta de irregularizar o Chega vá para a frente.

Na avaliação do cientista político António Costa Pinto, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o curso punyista do Chega mostra uma reconfiguração da direita em Portugal, onde pesquisas eleitorais já mostravam que cerca de 22% dos eleitores eram sensíveis ao tipo de discurso punyista do partido.

A diferença é que, até agora, esses eleitores eram absorvidos por partidos tradicionais. Segundo Costa Pinto, Portugal passa a enfrentar um dilema que já era presente para partidos da direita tradicional em outros países europeus,

com a sombra de um partido populista em crescimento. "Se o Chega conseguir manter estes 12% [dos votos] em eleições legislativas, vai crescer e ser um elemento fundamental para a governar à direita neste país", ele afirma.

O Chega conseguiu votações expressivas em vários distritos, inclusive em tradicionais redutos comunistas, como o Alentejo. Muitos votos também foram conquistados em bairros nobres de Lisboa, Cascais e no Algarve, mostrando a penetração do partido entre os eleitores mais ricos. "Se Portugal tivesse voto obrigatório como no Brasil, o Chega tinha 30% nestas eleições ou mais, com certeza", completa o cientista político, destacando os altos índices de abstenção em seu país.

Oficializado em abril de 2019, em menos de dois anos o Chega já elegeu um deputado e arrebatou quase 500 mil votos no último pleito. O partido, no entanto, segue sendo praticamente sinônimo de um homem só: seu líder, o deputado André Ventura.

Professor de direito, Ventura dava expediente na televisão como comentarista do maior time de futebol do país, o Benfica. Na política, ganhou fama nacional em 2017, quando concorria à Câmara Municipal de Loures, na grande Lisboa, e gerou polêmica afirmando que muitos ciganos "vivem quase exclusivamente de subsídios do Estado".

Não se elegeu prefeito, mas virou vereador e passou a planejar votos mais altos, como criar o seu próprio partido.

A concretização do Chega atraiu para a militância mais do que críticos à comunidade cigana. Indivíduos ligados a movimentos neonazistas se filiaram ao partido e, durante um comício há cerca de um ano, um homem foi flagrado fazendo a saudação à Hitler.

Embora Ventura tenha expulsado muitos desses elementos e prometido uma política de tolerância-zero, grupos neonazistas ainda costumam expressar apoio ao partido nas redes sociais.

O Chega ainda não tem uma máquina partidária regional para combater nos 308 municípios portugueses. Também estará em jogo nessas eleições a composição das respectivas Assembleias Municipais.

Procurado, o Chega não respondeu aos contatos da *Folha*.

Netanyahu vai à Justiça e nega acusação de corrupção

JERUSALÉM | REUTERS O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, declarou-se inocente das acusações de corrupção no reinício de seu julgamento nesta segunda-feira (8). A audiência aconteceu a seis semanas da eleição que vai definir se o veterano político continuará no comando do país por mais um mandato.

"Confirmo a resposta por escrito enviada em meu nome", disse o premiê, diante de um painel de três juízes em um tribunal em Jerusalém. O sistema de segurança do tribunal foi ampliado para a sessão.

Netanyahu estava se referindo a um documento que seus advogados entregaram

ao tribunal, no qual argumentavam que ele não era culpado das acusações de suborno, quebra de confiança e fraude.

A sessão durou cerca de 20 minutos, durante os quais o premiê ficou sentado. A audiência não foi exibida pela TV, mas jornalistas puderam acompanhar os procedimentos por meio de uma transmissão em outro local do prédio.

Netanyahu saiu rapidamente do prédio, sem falar com a imprensa nem comentar a sessão. Sua postura foi vista como uma forma de impedir que seu julgamento — o primeiro no qual um líder israelense é acusado de um crime no exercício do cargo —

interfira nos assuntos do governo enquanto o país se prepara para suspender o lockdown em meio à pandemia.

O primeiro-ministro é alvo de três investigações. A primeira apura se ele teria concedido benefícios no valor de US\$ 500 milhões (R\$ 2,7 bilhões, na cotação atual) à firma de telecomunicações Bezeq. Nos outros dois casos, ele é acusado de aceitar presentes de bilionários e de oferecer vantagens ao maior Yedioth Ahronoth, o maior do país.

Netanyahu, que governa Israel desde 2009, poderá ter seu legado questionado nas eleições de 23 de março, o quarto pleito em dois anos.



O premiê Binyamin Netanyahu concede entrevista coletiva em Jerusalém Menahem Kahana/Reuters

mun



Rafael Correa, 57

Economista, foi presidente do Equador entre 2007 e 2017. Desde que deixou o poder, vive na Bélgica e não pode retornar ao seu país por estar condenado a oito anos de prisão por corrupção. Em 2018, se desfilou do partido que fundou e ao qual governou, o Alianza País, devido a uma disputa com seu sucessor, Lenin Moreno. É padrinho político do atual candidato à Presidência, Andrés Arauz.

Kenzo Tribouillard - 9.out.19/AF/FP

Rafael Correa

Esquerda ressurge porque sociedade se deu conta do fracasso do neoliberalismo

Ex-presidente do Equador acusa Yaku Pérez, que pode disputar segundo turno contra seu aliado, de ser financiado pelos EUA

ENTREVISTA

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Padrinho político do candidato Andrés Arauz, favorito para vencer as eleições presidenciais no Equador, o ex-presidente Rafael Correa diz que há um ressurgimento da esquerda na América Latina devido à "desilusão com o neoliberalismo". Vivendo na Bélgica desde que deixou o cargo, em 2017, e sem poder retornar a seu país por estar condenado a oito anos de cadeia por corrupção, Correa tem comandado à distância a campanha de Arauz.

Mas diz que não pretende assumir nenhum cargo público se o seu candidato vencer o segundo turno das eleições, marcado para 11 de abril — pretende apenas assessorá-lo nos assuntos econômicos. Do México, onde está dando uma série de palestras, o ex-mandatário equatoriano (2007-2017) videou com a Folha por vídeoconferência.

Ors. considerava que era possível que Arauz ganhasse a eleição já no primeiro turno. Isso não ocorreu. Está decepcionado? Não, eu sabia que isso podia acontecer. Por culpa do atual governo, há muita descrença dos equatorianos com relação à política. Isso fez com que muitos indecisos preferissem votar em candidatos que parecem ser uma novidade, como Yaku Pérez [Pachakutik] e Xavier Hervas [Esquerda Democrática]. Isso nos tirou votos, e teremos de disputar um segundo turno.

Mas mesmo assim considero que nosso desempenho foi excelente. Conseguir mais de 30% dos votos com um candidato que era desconhecido mostra que a população nos está dando um voto de confiança e demonstrando que quer nossas políticas de volta.

Pérez e Hervas são candidatos de esquerda. Das quatro opções que estão nos primeiros lugares, três são de esquerda [a outra é o direitista Guillermo Lasso]. Considera que isso mostra que há mais espaço para a esquerda crescer no país? Não é assim, porque esses dois [Pérez e Hervas] não são de esquerda. A nossa é a única candidatura de esquerda desta eleição. Hervas é da esquerda democrática, mas isso fica só no nome do partido. Eles estão aliados a Moreno e querem uma reforma trabalhista que flexibilize os contratos e deixe os trabalhadores mais vulneráveis.

E Yaku Pérez é de direita, está financiado pelos EUA. Esta candidatura foi criada para ser um plano B, caso Lasso não tivesse força para vencer. Não é uma candidatura de esquerda, está usando essa imagem e se vendendo como algo moderno, vanguardista, com a preocupação com o ambiente, mas isso é fachada. Pérez é tão de direita como Lasso. Nossos mais de 30% de votos são uma vitória, ainda mais se considerarmos que não deixaram que minha imagem aparecesse na campanha, nem minha voz. não pude participar de modo direto da propaganda política de Arauz, e ainda assim nos deram apoio.

O sr. crê que, com uma eventual vitória de Arauz, estaremos diante de um retorno da esquerda na América Latina? Não nunca saímos. Nos tiraram. No Brasil, a democracia foi roubada por aqueles que colocaram Lula na cadeia e deram um golpe para tirar Dilma Rousseff do poder. Bolsonaro é um presidente democrático. Mas o Brasil é uma democracia entre aspas. Porque se Lula não tivesse sido preso, ele seria o presidente do país. Depois, na Bolívia, deram um golpe. No Equador, Moreno traiu nossos ideais. Acredito que há um ressur-

“

Nós [governos de esquerda] nunca saímos. Nos tiraram. No Brasil, a democracia foi roubada por aqueles que colocaram Lula na cadeia e deram um golpe para tirar Dilma Rousseff do poder [...]. Depois, na Bolívia, deram um golpe. No Equador, [Lenin] Moreno traiu nossos ideais

gimento da esquerda, sim, mas porque a sociedade se deu conta do fracasso dos governos neoliberais modernos. O ponto chave desse processo ocorreu em 2014, com a mudança das condições do mercado internacional, com a desaceleração mundial, quando caíram os preços das "commodities". Foi então que a imprensa, que na América Latina pertence à elite, começou a dizer que o que estava ocorrendo era o fracasso das políticas socialistas. Mas não notaram que nós estávamos enfrentando crises imensas.

No Equador, eu combati uma crise feroz, e ainda assim conseguimos sair dela bem. Deixei o governo com a economia crescendo e sem aumento da pobreza e da desigualdade. Contornamos bem o problema. Mas a imprensa da região fez propaganda para dizer que a esquerda tinha falhado e então começamos a perder eleições, houve um retorno do neoliberalismo.

A crise, que foi real, afetou a elite que deixou de ganhar como ganhava antes. Mas nós, líderes, cuidamos dos pobres, só que isso não foi mostrado.

Foram processos diferentes em cada país, não? Sim, mas com a finalidade em comum de favorecer as elites. No Brasil, foi por meio de um golpe parlamentar; na Argentina, a vitória de Macri sobre o peronismo foi por meio das urnas, mas com apoio do Grupo Clarín, ou seja, sob pressão da elite. No Equador, foi democrático também, mas quem foi eleito resolveu nos trair e jogou nossas políticas no lixo

para adotar o mais brutal neoliberalismo. Na Bolívia, um golpe. No Uruguai, a esquerda perdeu de modo legítimo pelas urnas, mas por menos de 1 ponto percentual. E, no Chile, veja o que está ocorrendo com os protestos. Portanto, não creio que a esquerda tenha perdido adeptos na América Latina, mas sim que as elites usaram distintas armas e recursos para voltar ao poder.

Mas as sociedades não são tontas, e estão nos reconduzindo ao poder aos poucos.

E qual a diferença entre essas novas vitórias e as que levaram o sr. e os demais presidentes de esquerda a ganhar eleições nos anos 2000? Acho que as pessoas estão votando agora com mais elementos para comparar, ou seja, mais conscientemente. Nos anos 1990, havia caído o Muro de Berlim e havia acabado a Guerra Fria. Então veio a mensagem dizendo que América Latina tinha que ser neoliberal porque era o fim da história.

E foi assim que o consenso de Washington impôs seus mandamentos na região. E eu pergunto: que consenso? Nós não tínhamos participação da decisão de que haveria um consenso. Foi uma determinação dos poderosos. Veio o desastre do neoliberalismo, veja o que ocorreu em 2001 na Argentina, por exemplo.

Nós entramos, e veio a década mais próspera da região em muitos anos. Com crescimento do PIB, redução de pobreza, menos desigualdade, mais participação dos nossos países no mundo. Claro que os EUA não tolerariam isso. E pressionaram as elites locais a realizar ou golpes de Estado, como no Brasil e na Bolívia, ou vitórias democráticas, porém com elementos injustos, como na Argentina, onde a imprensa elegeu Macri.

Mas não deu certo, nem Macri, nem Jeanine Áñez, nem Lenin Moreno. Foram governos fracassados em todos os aspectos. E as pessoas não são estúpidas. Sabem que conosco estavam melhor de vida, por isso estão voltando a votar pelas nossas propostas.

Lenin Moreno culpa o sr. pelo aumento da dívida do Equador e, por consequência, da atual crise econômica. O que eu tomei de dívida virou bem-estar para a população, virou obras públicas que deram empregos. Moreno apenas aumentou a dívida sem asfaltar sequer uma rua. Agora seremos um dos países com maior queda do PIB no pós-pandemia, de mais de 11 pontos.

Também somos um dos países com algumas das piores cifras com relação ao coronavírus, com menos vacinas compradas por habitante que o resto da América do Sul. E ainda assim esse traidor diz que a crise do Equador é minha culpa. Ele ficou dizendo isso por quatro anos. As pessoas não são tontas, por isso estão nos elegendo de novo.

Os protestos de 2019 no Equador deixaram no ar uma necessidade de conciliar setores da sociedade, os indígenas, com o resto do país. O que se deve fazer? Nos meus dez anos de gestão não houve protestos indígenas, apenas algumas manifestações menores. Porque acredito que a única maneira de dar espaço aos invisibilizados, aos que sofrem por não terem voz, é dar-lhes oportunidades concretas. Nós criamos escolas, distribuímos sementes, investimos em incrementos para o campo, demos bolsas para universidades. É assim que se integram as minorias.

Moreno usou a força, a repressão, deixou mortos e feridos, e esse problema só se agrava porque a crise atinge essas comunidades em cheio.

Na Bolívia, o MAS (Movimento ao Socialismo) conseguiu eleger um sucessor para Evo Morales por ter tomado um partido forte, com presença nacional. Por que o Alianza

País (ex-partido de Correa) se diluiu? Por conta da traição de Moreno, ele destruiu o partido. O processo boliviano foi diferente, durou menos, apenas um ano, e houve muito esforço de Evo e dos militantes para manter sua bandeira forte. Eu cometi um erro, quando deixei o poder, ao também deixar a presidência do Alianza País com Moreno.

Se tivesse ficado comigo, hoje seríamos um partido forte como o MAS, mas o partido foi destruído, agora temos de reconstruir nossa força. Mas estamos fazendo isso com a ajuda das pessoas, através do voto delas em nossas propostas.

Como é sua vida na Bélgica? Eu queria que fosse diferente. Tinha planejado dedicar-me à família, dar aulas e escrever livros. Também queria fazer o Caminho de Santiago de Compostela sem que ninguém me reconhecesse.

Mas não consegui, porque meu país vive hoje uma ditadura, promove contra mim uma perseguição. A cada dia que me levanto é uma nova denúncia contra a qual tenho de me defender. Também a atividade política se tornou necessária, para recuperar nosso espaço e tirar esse traidor do poder de modo democrático.

Qual a sua versão sobre o escândalo da Odebrecht no Equador [a construtora brasileira admitiu ter pago US\$ 33 milhões em subornos e em caixa dois no país]? Eu não conheço ninguém da Odebrecht. Esse dinheiro nunca veio para mim nem para ninguém que trabalhava comigo. Se os gringos querem achar um culpado, que primeiro mostrem o cadáver. Há integrantes do meu governo presos por conta do caso Odebrecht sem evidências, nunca surgiu uma prova de para onde teria ido esse dinheiro, pelo menos não por parte de ninguém do meu governo.

A perseguição à corrupção no Equador virou perseguição política, e nenhum culpado por corrupção, de fato, foi preso ou condenado, como eu.

Qual é seu maior desejo, se pudesse voltar hoje ao Equador? Abraçar minha mãe, que tem 86 anos e está confinada por causa da pandemia.

Com apuração lenta, 2º turno no Equador segue indefinido

A disputa para decidir quem vai enfrentar Andrés Arauz no segundo turno da disputa à Presidência do Equador, em 11 de abril, segue voto a voto entre o líder indígena esquerdista Yaku Pérez e o ex-banqueiro conservador Guillermo Lasso.

Com 96,72% das urnas apuradas, ainda não é possível dizer quem ocupará a vaga, já que Pérez tem 19,66% dos votos computados, enquanto Lasso soma 19,6%.

Na manhã desta quarta-feira (10), o líder indígena se reuniu com apoiadores do lado de fora do local onde os votos estão sendo apurados em Guayaquil. O grupo entoava "se vê, se sente, Yaku presidente". Pérez diz que há uma falta de transparência na apuração, segundo o jornal equatoriano El Universo. Ele pediu ainda para que seus apoiadores mantenha a calma.

Já o rival se diz confiante de que estará no segundo turno. "Mas o meu sistema de controle eleitoral não é a autoridade, mas sim o CNE [Conselho Nacional Eleitoral], e vamos esperar que fale. Mantemos absoluta fé e tranquilidade de que estaremos no segundo turno", afirmou Lasso, segundo o jornal.

mundo

Equador define 2º turno entre aliado de Correa e banqueiro

Depois de 14 dias de apuração, Guillermo Lasso supera líder indígena e enfrentará o economista Andrés Arauz

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Duas semanas após irem às urnas e depois de uma série de recontagens e controvérsias, os equatorianos enfim souberam neste domingo (21) quem serão os candidatos que vão disputar o segundo turno da eleição presidencial no dia 11 de abril.

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) do país anunciou ainda na madrugada que o banqueiro Guillermo Lasso terminou o primeiro turno na segunda colocação e, portanto, será o adversário do esquerdista Andrés Arauz — que ficou na liderança.

Após a conclusão da apuração de 100% das urnas, os números apontaram que Arauz, candidato apadrinhado pelo ex-presidente Rafael Correa, teve 32,7% dos votos. Já Lasso, de centro-direita, garantiu o segundo lugar ao receber 19,74%. Em terceiro, e portanto fora da disputa, ficou o líder indígena de esquerda Yaku Pérez, com 19,38% dos votos.

Enquanto a liderança de Arauz já estava clara desde a votação no último dia 7, a disputa pela outra vaga no segundo turno seguia indefinida. O país permaneceu em

compasso de espera por duas semanas, diante de manifestações, acusações de fraude e pedidos de recontagem.

O Equador usa dois sistemas paralelos de apuração. Um é o escrutínio rápido, baseado nas fotos das atas das mesas de votação, e que costuma dar um resultado na noite do pleito. Outro, com o qual o primeiro é comparado depois, é a contagem voto a voto.

No dia da eleição, o CNE decidiu interromper a contagem rápida com quase 90% das atas contabilizadas por que constatou um empate técnico entre Lasso e Pérez. Na ocasião, o líder indígena aparecia com uma ligeira vantagem sobre o banqueiro.

Como consequência, os equatorianos tiveram que esperar a contagem voto a voto. Os dois rivais pediram também a recontagem das atas em várias províncias do país.

Lasso reclamou do CNE por que o órgão divulgou uma projeção com só 20% da contagem rápida realizada afirmando que Pérez estava mais próximo de ir ao segundo turno.

O indígena, por sua vez, desde o primeiro dia convocou vigílias, em que apoiadores se manifestavam diante das

sedes dos órgãos eleitorais. Segundo o esquerdista, seu adversário poderia recorrer a métodos fraudulentos para garantir a continuidade na disputa e, por ser um candidato milionário, teria recursos para subornar juizes e fiscais.

Na tarde deste domingo, após o anúncio oficial, Pérez declarou que "houve uma fraude" e que não aceitaria o resultado. "Anunciamos que a resistência pacífica continua no campo legal e no político. Essa luta não é de um dia ou de uma semana", afirmou ele. "A vitória que Lasso está comemorando é uma vitória pírrica, porque não há legitimidade nem respaldo popular, e a população mostrará que não aceita isso", concluiu.

O partido de Pérez disse ainda que o anúncio do CNE foi feito antes que fossem finalizadas as recontagens em diversas províncias e prometeu realizar "marchas pacíficas, sem violência, para exigir transparência na votação".

O embate entre os dois candidatos agora contrasta com as eleições de 2017. Na ocasião, quando Lasso passou ao segundo turno contra o atual presidente Lenín Moreno — que, com baixa popularidade,



Guillermo Lasso (no centro, de azul) acena para apoiadores durante comício em Quito. Rodrigo Buendía - 3.fev.21/APP

★
★
★

VEM AÍ

**COLEÇÃO 100 ANOS DE FOTOGRAFIA
PELAS LENTES DA FOLHA**

Para quem ama fotos históricas, livros que vêm com pôsteres.
Para quem ama decoração, pôsteres que vêm com livros.



não quis tentar a reeleição—ele recebeu o apoio de Pérez. Isso ocorreu porque, apesar de estarem em pontos diferentes do espectro político, tanto o banqueiro quanto o líder indígena são críticos de Correa (que comandou o país entre 2007 e 2017).

Nos protestos contra Moreno, em 2019, por exemplo, Pérez também não se aliou aos sindicatos indígenas ligados ao ex-presidente e preferiu trilhar um caminho independente. É por conta disso que Correa o chama de “indígena fake” e o acusa de ser financiado pelos Estados Unidos. Desta vez, porém, as fricções entre Pérez e Lasso ficaram mais evidentes, e será mais difícil que o indígena apoie o banqueiro, como ocorreu no passado. Correa havia sinalizado que, como adversário de Arazua, seu apadrinhado, também prefere Lasso porque este não costuma ter presença em todo o país e, portanto, poderia ser mais facilmente derrotado.

Além de se posicionarem como candidatos anti-Correa, porém, não há muito em comum entre o banqueiro e o líder indígena. Os seguidores de Pérez, em sua maioria, jovens progressistas, são contra a pauta neoliberal de Lasso. Por outro lado, os eleitores do banqueiro só apoiariam Pérez para afastar a influência de Correa, mas temem sua distância dos mercados e desconfiam de sua capacidade para lidar com a atual crise econômica que assola o país.

O próximo presidente vai assumir o poder em maio e herdará um Equador em dificuldades. Além de enfrentar atualmente uma segunda onda da pandemia de Covid-19, o país também está endividado e viu seu PIB encolher nove pontos percentuais em 2020.

★ Saiba quem são os candidatos na disputa do 2º turno

Andrés Arazua, 36 Nascido em Quito, é filho de um dirigente de uma companhia petrolífera e de uma agente de turismo. Graduou-se em economia na Universidade de Michigan, nos EUA, com mestrado na Flacso (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais) e doutorado em andamento na Unam (Universidade Nacional Autônoma do México). Apadrinhado por Correa, trabalhou no Banco Central do Equador e foi ministro nas pastas de Cultura e de Conhecimento e Talento Humano. Candidato pela coalizão União Nacional para a Esperança (UNES), de esquerda, obteve 32,7% dos votos no primeiro turno.

Guillermo Lasso, 65 Nascido em Guayaquil, é o mais novo de 11 irmãos em uma família de classe alta. Fundou sua primeira em empresa, uma construtora, aos 23 anos, e construiu carreira no setor financeiro, chegando ao posto de presidente-executivo do Banco Guayaquil. Na política, foi governador da província de Guayas, ministro da Economia e Energia no governo do presidente Jamil Mahuad e embaixador itinerante do Equador. Candidato pelo CREO (Movimento Criando Oportunidades), de centro-direita, obteve 19,74% dos votos no primeiro turno.

Liberdade para a iraniana Alizadeh

Abandonar a ativista que está no Acre seria mais um abalo ao conceito de universalismo no Brasil

Mathias Alencastro

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e doutor em ciência política pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

No dia em que a **Folha** comemorou seu centenário, ela tirou uma estrela do anonimato. Personagem digna de um romance de Victor Hugo, Mahnaz Alizadeh percorreu as grandes revoluções que marcaram a sociedade iraniana nas últimas duas décadas, documentou o heroísmo dos ativistas, e terminou arrastada por uma rede de tráfico humano até o Acre, onde o repórter Fabiano Maimon encontrou abalada por uma traumática passagem pelo sistema carcerário e angustiada com o seu processo.

Alizadeh, 35, traz nas suas malas um pedaço da história da juventude iraniana. Sua geração entra na política na virada do século, ainda na resaca da experiência reformista conduzida por Mohammad Khatami anos 1990, tida como um fracasso. A campanha por um milhão de assinaturas pela abolição das leis discriminatórias, a primeira luta em que ela se envolveu, é lembrada como um momento revelador para o movimento das mulheres e um catalisador do processo social que culminou na “Revolução Verde” de 2009, quando o regime do país chegou

mais perto de colapsar desde a sua fundação em 1979.

O governo respondeu com uma campanha de repressão que se intensificou ao longo do tempo. O ano de 2018, por exemplo, é descrito pela Anistia Internacional como o “Ano da Vergonha” depois da detenção de 7.000 ativistas.

Documentarista com trajetória reconhecida no exterior, Alizadeh cometeu a ousadia de dar voz à advogada Nasrin Sotoudeh, uma referência na área dos direitos humanos com uma vida marcada por condenações absurdas e greves de fome. Alizadeh é o perfil da ativista que o regime busca neutralizar para silenciar ícones como Sotoudeh.

Perseguida por um regime reconhecido pela sua capacidade de atuar além das suas fronteiras, a geração de Alizadeh circula entre o Oriente Médio, a Europa e os Estados Unidos numa busca incessante e precária por proteção. O fato de sua deportação do Brasil ainda estar em cima da mesa demonstra a nossa falta de conhecimento sobre os riscos que correm os exilados iranianos. Recentemente, o ativista

Ruhollah Zam, que estava radicado na França desde 2011, foi atraído a Bagdá por agentes iranianos com a promessa de entrevistar uma alta autoridade iraquiana. Capturado e levado para Teerã, Zam acabou condenado por “corrupção na terra”, um dos crimes mais graves no país, e executado com toda pompa e circunstância no ano passado.

Alizadeh encontrou no Brasil um país em calamidade pandêmica e ambiental, uma sociedade civil atormentada pela explosão de violações e violência, e um governo olímpicamente indiferente ao seu sofrimento. Como tantos outros marcos republicanos, o regime brasileiro de migração está sendo desconstruído pelo atual governo de Jair Bolsonaro com tentativas de endurecimento e politização.

Resta agora aos brasileiros se mostrarem à altura da sua trajetória. Todos devem se mobilizar para resolver a sua situação judicial, organizar a sua proteção, e preparar o seu futuro. O abandono da causa de Alizadeh seria mais um abalo às ideias de liberdade e universalismo no Brasil.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Jaime Spitzkovsky

FOLHA100

★★★




A CADA EDIÇÃO

1 livro + 1 pôster grátis para emoldurar*

28 de fevereiro, nas bancas

Assinante

Peça já sua coleção completa, ganhe 1 livro, o frete e ainda pague em até 10x no cartão.*
 Ligue 11 3224 3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades)

folha.com.br/100anosdefotografia



*PREÇO E FRETE VÁLIDOS PARA OS ESTADOS DE SP, RJ, MG E PR. PARA OUTRAS LOCALIDADES, CONSULTE FOLHA.COM.BR/100ANOSDEFOTOGRAFIA. CONFIRA AS DATAS DE ENTREGA NO SITE - PÔSTERES NÃO ACOMPANHAM MOLDURAS - CONDIÇÃO DE PARCELAMENTO VÁLIDA NO CARTÃO DE CREDITO



Apoiadores do candidato à Presidência do Equador Andrés Arauz, apadrinhado pelo ex-presidente Rafael Correa, durante evento de campanha em Quito. Cristina Vega - 8.abr.21/APP

Equador encara disputa acirrada em 2º turno sob a sombra de Correa

Pesquisas divergem se líder será apadrinhado por ex-presidente ou banqueiro de centro-direita

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Os equatorianos voltam às urnas neste domingo (11) com cenário muito diferente do apresentado no primeiro turno da eleição presidencial, em 7 de fevereiro. Na ocasião, Andrés Arauz, economista de esquerda apadrinhado pelo ex-presidente Rafael Correa, venceu o pleito com ampla margem sobre o segundo colocado, o banqueiro de centro-direita Guillermo Lasso.

Nessa primeira rodada, com placar final de 32,72% contra 19,74%, Lasso quase ficou de fora da corrida, já que o terceiro colocado, o líder indígena Yaku Pérez, obteve 19,42%. A diferença estreita gerou acusações de fraude e pedidos do candidato derrotado para que seus eleitores votassem nulo no segundo turno.

O panorama agora mostra uma disputa cujo resultado é incerto, e as pesquisas não apontam um favorito claro. Levantamento da consultoria Clima Social da mais de dez pontos percentuais de vantagem para Arauz (55,7% a 44,3%). Agência ClickReport, porém, aponta vantagem pequena de Lasso, de 51,49% a 48,51%, pouco acima da margem de erro, entre 1 e 2 pontos percentuais. E a Market, por sua vez, oferece um empate técnico, com Arauz ligeiramente à frente, 42% a 41%.

A sondagem do instituto Cedatos, entretanto, indica que a faixa de indecisos é de 28,8%, o que pode jogar a vitória para quem quiser. Quem parou de ver o filme no primeiro turno e voltou a acompanhá-lo apenas às vésperas dessa segunda rodada perguntará: o que aconteceu? "O segundo turno em geral é uma outra eleição, e, no Equador, uma disputa difícil de explicar. Yaku Pérez pediu o voto nulo, mas os números indicam que seus eleitores não o obedeceram", diz o cientis-



Andrés Arauz participa de comício em Quito, capital do Equador. Luisa Gonzalez - 8.abr.21/Reuters

Andrés Arauz, 35 Economista formado pela Universidade de Michigan (EUA), possui mestrado e doutorado na área, foi ministro de Desenvolvimento e Talento Humano (2015-17) e de Cultura e Patrimônio (2017). Venceu o primeiro turno com 32,72% dos votos

ta político Simon Pachano. "A maioria dos votos dele iria para Arauz, e uma parte menor, para Lasso. Também entrou na equação o apoio do [esquerdista] Xavier Hervas [quarto colocado, com 15,68%] a Lasso. O que ocorreu foi menos uma polarização entre esquerda e direita, e mais entre correísmo e não-correísmo". Correa, presidente do Equador de 2007 a 2017, participou ativamente da campanha no primeiro turno, mesmo vivendo na Bélgica devido à condenação por corrupção. Agora, porém, afastou-se, justamente para que Arauz não ficasse marcado pelo correísmo, evitando, assim, aticar a rejeição. Para Pachano, apenas a desaprovção de Correa explica o apoio de esquerdistas a um

Raio-X Equador



PIB: US\$ 197 bi (2019) (Brasil: US\$ 1,84 tri)
População: 17 milhões
Território: 283.561 km² (semelhante ao Rio Grande do Sul)
IDH: 86° (Brasil é o 84°)
Fonte: Cia World Factbook



Em Guayaquil, Guillermo Lasso discursa em evento de campanha. Santiago Arcos - 8.abr.21/Reuters

banqueiro, porque, diz ele, a polarização em torno do ex-líder do país importa mais do que a orientação ideológica. Outros movimentos foram notados nesses dois meses entre o primeiro e o segundo turnos. Arauz explorou mais sua vida pessoal e levou a mulher grávida ao debate com Lasso. Também reforçou sua imagem de esquerdista moderno. "Desde meados da gestão Correa começou a surgir um movimento de renovação da esquerda que foi se popularizando, o de uma esquerda menos populista e mais tecnocrata", afirma o analista político Pedro Donoso, diretor do Icare, agência de análise de dados baseada em Quito. "Arauz é fruto desse movimento, e isso foi bastante expos-

to nessa fase da campanha." Diretor-geral do Banco Central do Equador entre 2011 e 2013, além de ministro de Desenvolvimento e Talento Humano durante a gestão de Correa, Arauz propõe distribuir US\$ 1.000 para cada equatoriano em dificuldade devido à pandemia. Também é um crítico da dívida de US\$ 4 bilhões contraída pelo atual presidente do país, Lenin Moreno, com o FMI. Ele, porém, não quer deixar de pagá-la, mas negociar a reestruturação do débito e o fim da política de ajustes implementada como contrapartida ao empréstimo. Lasso, por sua vez, teve que desafiar o estigma de banqueiro que, segundo as pesquisas, provocam rejeição à sua imagem, sobretudo num pa-

ís em que 32,4% das pessoas vivem na pobreza e 67,4% são trabalhadores informais, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Censos.

Para tal, viajou à região andina do país, visitou populações indígenas usando roupas características e fez gestos à esquerda ao defender a ampliação dos direitos dos LGBT e das mulheres. Também prometeu atuação na área ambiental, uma das principais bandeiras de Yaku Pérez.

Candidato à Presidência pela terceira vez, Lasso argumenta ter mais chances de atrair investidores ao país porque os conhece pessoalmente, já que foi embaixador nos EUA, executivo da Coca-Cola e acionista do banco Guayaquil.

Qualquer que seja o vencedor, o eleito enfrentará uma situação difícil. "Estou mais preocupado com o dia 12 do que com o dia 11", diz Donoso, do Icare. "Não importa o modelo político de cada um dos candidatos, porque a realidade tem tudo para derrear qualquer que seja o modelo político".

A economia equatoriana encolheu 7,8% no ano passado, e a expectativa de crescimento para este ano é de apenas 3,4%, de acordo com projeções oficiais. Além disso, o país foi duramente afetado pela pandemia. Após uma redução dos casos no início de 2021, as infecções voltaram a subir, e Quito já está com o sistema de UTIs colapsado.

As vacinas chegam de modo lento, e o país aplicou a primeira dose do imunizante em apenas 1,4% da população, taxa que cai para 0,7% quando consideradas as áreas deses-

Além disso, o Equador herda uma cenário social complexo, sem que nunca tenha havido um acordo de fato com o movimento indígena, responsável por intensos protestos em outubro de 2019. "Ainda não entendemos aquele movimento e o que ele significou em termos de demanda de uma parte da população que não foi atendida. Portanto, ele pode voltar a ganhar força em algum momento e gerar mais instabilidade", diz Donoso.

O eleito neste domingo assume o cargo em 24 de maio, sucedendo Lenin Moreno, que mantém hoje baixíssima aprovação popular, de 7%, a menor da América do Sul.

mundos

Banqueiro Guillermo Lasso vence 2º turno no Equador

Com 97% das urnas apuradas, Andrés Arauz tinha 47% e admitiu derrota

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES "La tercera es la vencida" (a terceira é a vencida) é uma expressão bastante conhecida nos países de língua espanhola. Na noite deste domingo (11), no Equador, ela pode ser usada para definir a trajetória política do centro-direitista Guillermo Lasso, 65.

Depois de concorrer à Presidência de seu país em duas ocasiões, por fim o banqueiro e ex-CEO da Coca-Cola venceu as eleições, colocando um freio à tentativa do ex-presidente Rafael Correa (2007-2017) de voltar ao poder — ainda que por meio de um apadrinhado, o economista de esquerda Andrés Arauz.

Com 97% das urnas apuradas, Lasso tinha 53%, ante 47% de Arauz, que admitiu a derrota. "Seguirei servindo o povo equatoriano", disse ele, que agradeceu a Deus e à família.

Diante das críticas ao sistema de contagem rápida, que falhou na primeira fase da disputa presidencial no Equador, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) afirmou que o método não seria usado no segundo turno, neste domingo (11). Isso significa que a apuração seria feita voto a voto.

Os números com a apuração praticamente concluída eram os mesmos da pesquisa de boca de uma divulgada pelo instituto Cedatos. Uma outra pesquisa, da Clima Social, anunciou empate técnico e não informou os números — a lei eleitoral equatoriana proíbe a divulgação quando a diferença é de até 3 pontos percentuais. As pesquisas eleitorais não costumam ser confiáveis no país, e a situação fica mais complicada com a dificuldade de acesso a regiões afastadas de florestas e montanha com as restrições impostas pela pandemia.

Depois da divulgação das pesquisas de boca de urna, Arauz disse que está "seguro de que ganhamos". As palavras dele acenderam militantes em seu comitê de campanha, em Quito, que começaram a soltar fogos e a comemorar. Também houve festa no comitê de Lasso, em Guayaquil.

No primeiro turno, o CNE decidiu interromper a contagem rápida com quase 90% das atas contabilizadas por que verificou um empate técnico entre Lasso e o líder indígena Yaku Pérez. Como consequência, os equatorianos tiveram que esperar a contagem manual. Além disso, os dois rivais pediram mais de uma recontagem das atas em várias províncias do país.

Lasso reclamou do CNE, que divulgou projeção quando havia 20% da contagem rápida realizada, afirmando que Pérez



Maria Fernanda Landini/Reuters

À frente na apuração, candidato Guillermo Lasso fala com imprensa após votar, em Guayaquil (no alto); apoiadores do banqueiro comemoram liderança durante apuração em Quito



Luisa Gonzalez/Reuters

estava mais próximo de ir ao segundo turno. Pérez, por sua vez, desde o primeiro dia convocou vigílias, em que apoiadores se manifestavam nas sedes dos órgãos eleitorais.

Segundo o esquerdista, seu adversário poderia recorrer a métodos fraudulentos para garantir a continuidade na disputa e, por ser milionário, teria recursos para subornar juízes eleitorais e fiscais. No fim, o país demorou duas semanas para conhecer os candidatos que iriam ao segundo turno das eleições — e os dois pediram votos até o último momento neste domingo.

Em Quito, a capital política do país, Arauz apareceu animado e pediu que as pessoas saíssem de casa para exercer seu direito democrático: "Hoje começamos a escolher o destino do país, cada voto conta".

Falando a seus apoiadores, depois de votar, disse que governará "com humildade e firmeza, para deixar a dor e o sofrimento para trás e começar uma gestão humana. Estamos tranquilos emotivamente em levar o país adiante".

Correa, que vive na Bélgica, comentou o pleito nas redes

sociais. "Já começaram as voações [de equatorianos] na Europa, mando minha saudade fraterna a nossos amigos. Todos devem fazer o esforço de votar, jamais em um banqueiro [Lasso], mas sim pela esperança. Andrés Arauz Presidente!".

Na cidade costeira de Guayaquil, considerada a capital econômica do Equador, o candidato de centro-direita entrou no centro de votação sob os gritos de "Lasso, presidente", caminhando lentamente, cercado de apoiadores e familiares. "Este é um dia de festa democrática onde todos os equatorianos nos encontramos para que, com o poder do voto, possamos escolher o futuro que viverão nossos filhos", disse, depois de votar.

"Todos desejamos um Equador de oportunidades, livre, onde todas as famílias possam alcançar a prosperidade." Quanto colocado no primeiro turno, com mais de 15% dos votos, o esquerdista Xavier Hervas também votou pela manhã em Quito. Espetou que os eleitores não votassem nulo ou em branco. Hervas apoiou Lasso neste segundo turno.

Candidato esquerdista lidera boca de urna apertada no Peru

Uma disputa que chegou ao dia da votação neste domingo (11) sem candidato favorito definido, a primeira pesquisa de boca de urna da eleição presidencial no Peru mostrou uma diferença mínima entre os primeiros colocados.

O esquerdista Pedro Castillo liderava o levantamento do Instituto Ipsos, divulgado às 19h locais (21h em Brasília), com 16,1% dos votos. Na sequência estavam em bolados o economista Hernando de Soto, com 11,9%, a direita Keiko Fujimori, com 11,9%, e o esquerdista Yohny Lescano, com 11%. Até a conclusão desta edição, nenhum número oficial havia sido divulgado.

A presença de Castillo entre os primeiros lugares é uma novidade das últimas semanas nas pesquisas do Peru, quando sua candidatura ganhou força com o desgaste da imagem dos primeiros colocados.

Na manhã deste domingo, antes de irem votar, os candidatos mantiveram uma tradi-

ção eleitoral e organizaram generosos cafés da manhã a seus apoiadores, família e a alguns jornalistas, enquanto o Peru vive alta de casos de Covid-19.

Neste ano, os eventos foram em geral menores e ao ar livre. Os "desayunos" eleitorais servem para combinar as últimas estratégias e estimular o voto por meio de mensagens — um movimento importante especialmente neste pleito em que levantamento do Ipsos apontou que as opções de anular o voto e a de não comparecer às urnas somam 30%.

A candidata de esquerda Veronika Mendoza foi uma das que mantiveram a prática, com um grupo menor, no quintal da casa de seu pai em Andahuayllillas, na região andina, perto de Cusco. Nas redes sociais, Mendoza pediu que "todos votem com muita precaução e seriedade e acreditem que uma transformação é possível".

A segunda candidata mulher — foram apenas 2 em meio a 18 candidatos —, Fujimori, tomou o café da manhã com o marido e as filhas, de modo privado, em Lima. Em sua declaração, relatou ter comido aveia, uma tradição em sua família, como explicou.

Ela afirmou que "é preciso esperar com muita prudência e serenidade os primeiros resultados da autoridade eleitoral, até que surjam números reais", disse Fujimori, que nos últimos anos esteve num entra e sai da prisão devido ao processo que investiga seu envolvimento no esquema de corrupção da construtora brasileira Odebrecht.

O café da manhã do candidato George Forsyth, ex-governador da Alianza Lima, foi animado e com danças típicas no meio da mesa montada ao ar livre no seu comitê de campanha no bairro de Miraflores, em Lima. Mas o candidato não participou porque está em isolamento desde que recebeu o diagnóstico de Covid-19. O lugar principal da mesa ficou vazia, mas uma tela foi colocada ao fundo, por meio da qual Forsyth animou seus apoiadores e agradeceu o carinho.

Já o evento do economista Hernando de Soto também foi reduzido e ocorreu em um restaurante no distrito de Santiago de Surco, na capital. Além da família do candidato, estavam presentes algumas celebridades, como o humorista Pablo Villanueva e o ex-jogador de futebol Hugo Sotil.

Para a organização do pleito, as autoridades eleitorais afirmaram ter havido dificuldade para a formação de 20% das mesas de votação no país. Isso porque mesários se sentaram do compromisso, provavelmente por medo da propagação do coronavírus.

No sábado (10), o Peru registrou seu recorde de mortes em 24 horas desde o início da pandemia, com 384 óbitos registrados, elevando o total para 54.669 vítimas. O país soma mais de 1,6 milhão de casos, segundo o governo. De acordo com o Our World in Data, até quinta (9), apenas 1,9% da população havia recebido ao menos uma dose da vacina.

Enviado de Biden deixa Brasil de fora de 1ª viagem à América do Sul

SÃO PAULO A Casa Branca anunciou no sábado (10) a primeira viagem para a América do Sul de Juan González, diretor sênior para o Hemisfério Ocidental no Conselho de Segurança Nacional, cargo que na prática é responsável por assuntos latino-americanos. O roteiro não incluiu o Brasil.

Acompanhado da secretária-adjunta interina para o Hemisfério Ocidental, Julie Chang, González passará, entre 11 e 15 de abril, por Colômbia, Argentina e Uruguai, onde se encontrará com autoridades locais.

Em Bogotá, segundo a Casa Branca, o enviado do governo de Joe Biden irá abordar a recuperação econômica, o desenvolvimento e a segurança no meio rural, a crise de migração da Venezuela e a liderança climática da Colômbia na região.

Já em Buenos Aires e Montevideu, a discussão será em torno das prioridades regionais, incluindo os desafios da crise climática e da pandemia de Covid-19 e ameaças à democracia, aos direitos humanos e à segurança na região e no mundo. O Brasil ficou de fora do roteiro, apesar de ter em seu território a maior parte da floresta amazônica, que registrou recorde de desmatamento no mês de março.

O país também enfrenta forte crise ligada ao coronavírus, com recorde de mortes e casos diários. O mês de março foi o mais mortal desde o início da pandemia e registrou 66.868 óbitos por Covid-19, mais do que o dobro do segundo mês com mais mortes, julho de 2020 (32.912 mortes). O Brasil vem ainda registrando novas variantes e não conseguiu deslanchar uma vacinação nacional.

González é crítico da agenda ambiental do governo de Jair Bolsonaro (sem partido), e declarações anteriores do diretor mostram que o tema pode trazer conflitos à relação entre EUA e Brasil. Em entrevista ao Washington Post, em outubro do ano passado, disse que "em qualquer relacionamento que Biden tenha com líderes ao redor do mundo, a mudança climática estará no topo dessa agenda, e isso inclui o Brasil".

Em um artigo publicado na revista Americas Quarterly, em julho de 2020, González disse que "a relação Brasil-EUA tem enorme potencial sob o governo Biden", mas questionou a liderança atual do Brasil está preparada para abordar os desafios monumentais de nosso tempo".

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

nelson.sa@gupofolha.com.br

Guerra da vacina se estende para chinesas (e americanas)

No rastro dos coágulos da britânica AstraZeneca, o questionamento das vacinas contra a Covid-19 avançou para chinesas como a Sinovac e americanas como a Pfizer.

No sábado, South China Morning Post e Global Times/Huanqiu publicaram, respectivamente, que a "China considera misturar vacinas para oferecer mais proteção" e "tenta ajustar intervalo, dosagem e número de injeções para aumentar a eficácia".

No dia seguinte, New York Times e Washington Post pu-

blicaram nas páginas iniciais, respectivamente, que "Oficial chinês reconhece baixa eficácia das vacinas" e "Eficácia das vacinas chinesas não é alta e precisa ser melhorada, diz alto funcionário de saúde".

Final de domingo, Gao Fu, o alto funcionário, falou ao GT/Huanqiu para o destaque de que ele "refuta a interpretação de baixa proteção das vacinas e diz que isso confunde a visão científica que propõe para melhorar a eficácia".

Por outro lado, na manchete do Drudge Report ao longo

do domingo, "Pfizer não consegue parar a variante sul-africana". O portal linkou reportagem do Times of Israel, sobre um estudo mostrando que a cepa conseguiu "atravessar" a vacina. Foi desta que também do israelense Haaretz.

J&J TAMBÉM Drudge, que se firmou desde o assédio sexual de Bill Clinton com notícias que os governos democratas tentam ocultar, havia aberto o fim de semana com uma outra manchete negativa de vacina americana. Destacava que, no estado do Colorado, "reações adversas" ao imunizante da Johnson & Johnson levaram ao fechamento do centro de vacinação.



'JUSTIÇA - A ARMADILHA BRASILEIRA'

Com o título acima, o francês Le Monde dedicou três páginas a uma reportagem desvendando "a sombra dos Estados Unidos" sobre Sergio Moro e a Lava Jato; conclui que, para os EUA, trata-se de reduzir a influência geopolítica do Brasil na América Latina, mas também na África.

ANEXO 4

PERU

mundos



O engenheiro Francisco Sagasti deixa Congresso do Peru após ser eleito seu líder e se tornar virtual presidente do país. Luka Gonzales/Congresso Peruano/APP

Congresso peruano elege líder, virtual 4º presidente em 4 anos

Francisco Sagasti, 76, deve prestar juramento para concluir atual mandato

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES O Congresso peruano decidiu nesta segunda (16) que o novo líder do Parlamento será o deputado e engenheiro Francisco Sagasti, 76, do partido Morado, de centro. Ele recebeu 97 votos a favor e 26 contra. Com a escolha, o Peru deve acumular quatro presidentes em um único mandato, já que Sagasti também prestará juramento nesta terça (17) como líder interno do país. A perspectiva é a de que ele termine a gestão iniciada em 2016, com Pedro Pablo Kuczynski, e prevista para acabar em julho de 2021.

Em paralelo, o Tribunal Constitucional peruano analisa um recurso pedido por Martín Vizcarra, presidente impichado pelo Congresso há uma semana e cujo afastamento gerou a atual crise institucional no país. Caso a corte chegue à conclusão de que o processo contra ele foi ilegal, Vizcarra retomaria o cargo.

Depois de ser afastado, sob a justificativa de "incapacidade moral", o hoje ex-presidente deu lugar ao então líder do Congresso, Manuel Merino de Lama, que, por sua vez, decidiu renunciar no domingo (15), acudido por manifestações em Lima e outras cidades do país. No sábado (14), dois jovens, de 22 e 24 anos, foram mortos pela polícia, o que inflamou ainda mais os ânimos. Ao menos os corpos ficaram feridos nos atos, e há também 20 desaparecidos.

Os que protestavam contra o afastamento de Vizcarra dizem que Merino não os representa, que havia ocorrido um golpe no Peru e que o Congresso estava avançando contra a democracia. Diante da pressão, os próprios congressistas que escolheram Merino pediram ao recém-empossado presidente que renunciasse. Ele o fez, por meio de uma carta, votada e aprovada na noite de domingo.

Com manifestantes cercando as ruas próximas ao Con-

gresso, o Parlamento começou a buscar saídas para a crise. Uma reunião entre os líderes de bancada definiu que o novo líder seria escolhido pelos congressistas que não votaram a favor da destituição de Vizcarra — uma tentativa de acalmar a situação.

A primeira tentativa, porém, não funcionou. O nome da deputada Rocío Silva Santibañez foi apresentado e derrotado por 52 votos a 42. Santibañez, de esquerda, chegou a ouvir insultos de vários congressistas: "Comunista de m...", "vão colocar o aborto na lei" e "vermelha!", por exemplo.

Na maioria das vezes, as ofensas eram ditas como desabaços, já que muitos se esqueciam de desligar o microfone. Assim, era possível ouvi-los conversando em casa — a sessão foi feita de modo virtual. "Essa comunista quer acabar com a família peruana", disse uma parlamentar.

Agora, Francisco Sagasti Hoehausler desponta como possível saída. De origem austríaca, ele se formou em engenharia industrial no Peru e fez doutorado na Universidade da Pensilvânia (EUA). Em 1996, foi sequestrado durante a invasão da residência do embaixador japonês pelo Movimento Revolucionário Tupac Amaru, mas liberado dois dias depois. Eram anos de muita violência política no Peru.

No Congresso, logo após ser escolhido pelos colegas, nesta segunda, disse que a primeira tarefa é reconciliar o país após as duas mortes durante os atos. "Não bastou a pandemia, tivemos de viver a tragédia da morte desses dois jovens para darmos-nos conta da gravidade de nossa crise", Sagasti disse ainda que "fará o possível para devolver a confiança à população e que escutará a voz das ruas para transformá-las em políticas públicas". Após o juramento que deve fazer como presidente, ele deve se tornar mais um líder em um ciclo de grande instabilidade na política peruana.

4 presidentes em 1 mandato



Pedro Pablo Kuczynski
28.jul.16 a 23.mar.18

Eleito por margem estreita de votos numa disputa com Keiko Fujimori, filha do ex-autocrata Alberto Fujimori, enfrentou forte oposição no Congresso. Foi acusado de envolvimento no escândalo de propina da Odebrecht e renunciou ao cargo. Cumpre prisão domiciliar enquanto espera julgamento.



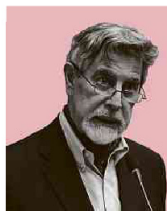
Martín Vizcarra
23.mar.18 a 9.nov.20

Ex-vice presidente de Pedro Pablo Kuczynski, também enfrentou oposição no Congresso e decidiu dissolvê-lo em setembro de 2019. Convocou novas eleições legislativas, realizadas em janeiro. Sofreu dois processos de impeachment por recebimento de propina e acabou afastado.



Manuel Merino de Lama
10.nov.20 a 15.nov.20

Como líder do Congresso, era o próximo na linha de sucessão e tomou posse em 10 de novembro após a saída de Vizcarra. Sofreu pressão ininterrupta de manifestantes, que chamaram o afastamento do presidente anterior de golpe e não reconheceram a legitimidade do novo governo.



Francisco Sagasti
eleito em 16.nov.20 presidente do Parlamento

Escolhido nesta segunda-feira (16) como o novo líder do Parlamento peruano, deve prestar juramento como presidente do país nesta terça-feira. Se se mantiver no cargo, deve terminar de cumprir o atual mandato, que acaba em julho de 2021.

Campanha de Trump recua em ação contra resultado na Pensilvânia

REUTERS A campanha de Donald Trump, atual presidente dos EUA, retirou neste domingo (15) parte das queixas apresentadas na ações judiciais contra o processo de votação e apuração na Pensilvânia.

Em um recuo dos advogados de Trump, foram retiradas as acusações de que funcionários eleitorais teriam impedido ilegalmente observadores republicanos de monitorarem a contagem dos votos na Filadélfia e em Pittsburgh, duas das cidades mais importantes do estado.

A ação agora se concentra na alegação de que condados com tendências democratas teriam permitido que eleitores corrigissem eventuais erros em cédulas enviadas pelo correio, o que violaria a lei estadual.

O número de votos em que isso pode ter ocorrido, entretanto, é considerado baixo de acordo com as investigações iniciais. No condado de Montgomery, o terceiro maior do estado, menos de cem eleitores corrigiram cédulas com erros técnicos, segundo uma autoridade eleitoral do estado.

Em sua defesa, funcionários da Pensilvânia pediram que a Justiça desconsiderasse a ação dos republicanos. Os argumentos são de que observadores de ambos os partidos tinham permissão para monitorar o processamento dos votos postais e que todos os condados do estado poderiam informar aos residentes se as cédulas continham algum erro, embora isso não seja obrigatório.

Além da Pensilvânia, a campanha de Trump moveu ações também em outros quatro estados: Arizona, Geórgia, Michigan e Nevada. Em Wisconsin, aliados de Trump planejam pedir recontagem de votos.

No Arizona, onde Biden ganhou, o Partido Republicano questionou a legitimidade de 180 votos no condado de Maricopa, mas já retirou a ação, que não reverteria a margem de votos.

Já na Geórgia, a campanha de Trump pediu recontagem dos votos, o que é permitido quando a diferença entre os candidatos é inferior a 0,5 ponto. A reapuração não será feita a mão. Em Michigan, os republicanos entraram com uma ação para impedir o estado de certificar os resultados.

Em Nevada, um pedido do Partido Republicano para desconsiderar cédulas por correio foi rejeitado pela Suprema Corte do estado. Ainda tramitam dois processos: um que pede a ficha corrida de 302 funcionários que trabalharam na contagem e outro que denuncia supostos votos de eleitores "desqualificados".

Autoridades eleitorais americanas já disseram "não haver evidência" de que votos foram perdidos ou alterados ou de que os sistemas de votação tenham sido corrompidos. Joe Biden foi declarado presidente eleito depois de vencer na Pensilvânia. No resultado final, o democrata obteve 326 votos contra 232 de Trump. Para ganhar a eleição, o republicano precisava reverter os resultados em ao menos três dos estados onde ele questiona os resultados. Sem evidências de irregularidades até o momento, a liberação das certificações até o fim do mês deve desmontar a tese de que houve fraude.

Em 2016, PPK venceu por uma margem apertada Keiko Fujimori, líder do partido Força Popular e filha do autocrata Alberto Fujimori. Desde o começo de sua gestão, ele teve dificuldades para governar, porque o Congresso tinha uma maioria fujimorista determinada a colocar obstáculos à sua governabilidade.

Depois de uma sequência de afastamentos de ministros e do primeiro-ministro, a bancada fujimorista propôs a destituição do próprio PPK devido à suposta ligação dele com o escândalo da empreiteira brasileira Odebrecht —hoje, o ex-presidente enfrenta o processo em prisão domiciliar.

PPK se livrou da primeira moção de impeachment ao prometer indulto a Fujimori, preso por corrupção e crimes contra a humanidade —o perdão, mais tarde, seria revertido pela Justiça. Depois, o Congresso marcou uma nova votação para afastá-lo, mas o então presidente renunciou antes. Assim, o cargo ficou com um de seus vice-presidentes, Martín Vizcarra, que atuava como embaixador no Canadá.

Vizcarra enfrentou os mesmos problemas na relação com o Legislativo e, para tentar desatar o nó, utilizou um recurso previsto na Constituição para fechar o Congresso e convocar novas eleições. Em janeiro, novos parlamentares foram eleitos, com fragmentação dos partidos e enfraquecimento do fujimorismo.

A mudança, contudo, não se transformou em melhores condições de governabilidade. Surgiram contra ele duas acusações de corrupção, hoje investigadas pela Procuradoria. Uma aponta favorecimento em contratações pelo governo a Richard Swing, músico compositor próximo ao ex-presidente. A outra se refere a suposto suborno recebido quando governou o estado de Moquegua (2011-2014). Escândalos de corrupção parecem marca registrada do país, já que os seis presidentes que comandaram o Peru nas últimas três décadas foram afetados por casos do tipo.

Vizcarra escapou de um primeiro pedido de impeachment, há dois meses, mas não do segundo. Ao apresentar sua defesa, no dia 9, ele foi agressivo com os parlamentares, afirmando que muitos deles também enfrentavam processos de corrupção e que nem por isso eram afastados.

Itamaraty cede à China e aceita tirar menção a papel mais relevante na ONU

Por pressão de Pequim, documento oficial do Brics suprime apoio a antiga aspiração do Brasil

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Numa reversão da posição histórica brasileira, o governo Jair Bolsonaro cedeu a pressões da China e aceitou a supressão de trecho do documento oficial do Brics sobre o apoio dado pelos asiáticos e pela Rússia às aspirações dos demais membros do bloco para desempenhar "papéis mais relevantes na ONU".

Diferentemente de versões anteriores do texto, o documento foi divulgado sem a frase nesta terça-feira (17), após a mais recente cúpula do grupo, realizada de modo virtual devido à pandemia de coronavírus.

Criado em 2009, o Brics é formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. No bloco, apenas chineses e russos são membros permanentes do Conselho de Segurança, a instância com mais poder na ONU.

Segundo relatos feitos à Folha, o governo brasileiro cedeu às pressões da China, contrária à ampliação do órgão e resistente a uma reestruturação que incluía, especialmente, a Índia como um dos membros permanentes.

O movimento de Pequim também foi visto como uma resposta à retórica anti-China do governo Bolsonaro.

O gesto brasileiro, ressaltam diplomatas, é mais um sinal de que a reforma do Conselho de Segurança da ONU não é uma prioridade na gestão do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

Nos últimos anos, as declarações do Brics destacam "a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, incluindo seu Conselho de Segurança



Jair Bolsonaro conversa com o chanceler Ernesto Araújo em encontro virtual do Brics. Marcos Corrêa/Presidência da República

ça, com vistas a torná-lo mais representativo e eficiente".

Os documentos também apontam para o aumento da representação dos países em desenvolvimento, "de modo que possa responder adequadamente aos desafios globais".

Essa manifestação foi mantida na redação atual, mas a frase posterior que a acompanhava ficou de fora neste ano. O trecho suprimido ressaltava que China e Rússia reiteraram a importância que "conferem ao status e ao papel de Brasil, Índia e África do Sul nas relações internacionais e apoiam a aspiração de desempenharem papéis mais relevan-

Bolsonaro completa 10 dias sem reconhecer vitória de Biden

O presidente Jair Bolsonaro completou nesta terça (17) dez dias sem reconhecer Joe Biden como presidente eleito dos Estados Unidos. As principais emissoras americanas projetaram a vitória de Biden no sábado (7). Segundo assessores diretos de Bolsonaro, ele só deverá reconhecer Biden quando acabar a contagem dos votos, houver a formalização da vitória do democrata ou se Trump admitir antes a derrota.

tes na ONU".

Para o Itamaraty, que costumava trabalhar pela inclusão do trecho nas declarações do Brics, a frase era importante porque sinalizaria um endosso das duas potências ao pleito brasileiro de obter maior protagonismo no sistema das Nações Unidas — um primeiro passo para a meta maior de ganhar um assento permanente sem direito a veto no Conselho de Segurança.

Embora também citadas, África do Sul e Índia se importavam menos com o trecho. Os indianos, por exemplo, consideram a passagem condescendente e afirmam

que ela passa a impressão de que Nova Délhi estaria pedindo a aprovação de dois países mais importantes.

Já o Brasil, ao lado de Alemanha, Índia e Japão, é membro do chamado G4, grupo de nações que mutuamente se apoiam na busca por uma cadeira permanente na organização.

Durante visita presidencial a Santiago, em 2019, autoridades do Chile reforçaram a interlocutores do Planalto que a entrada do Brasil no Conselho de Segurança era uma questão de "política de Estado" para o país andino.

A menção foi interpretada no Itamaraty como um lem-

brete de que a pauta brasileira também é importante para países menores da região, que desejam ter um latino-americano no órgão.

O assunto entrou na agenda de Bolsonaro durante visita oficial à Índia, em janeiro, quando o presidente disse acreditar que "seria bom para o mundo" se o Brasil e o país asiático entrassem para o clube.

Em sua fala durante a cúpula virtual do Brics nesta terça, Bolsonaro defendeu a reforma do Conselho de Segurança, em uma aparente contradição à decisão de aceitar a supressão do documento oficial.

"É preciso que o Brics se coorde para apoiar as legítimas aspirações de Brasil, Índia e África do Sul a assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU", afirmou o presidente brasileiro.

"Com esse importante passo, tenho certeza de que a cooperação do Brics sairá ainda mais fortalecida".

No texto oficial do encontro, os países do bloco apenas "reconheceram" a candidatura do Brasil como membro não permanente do Conselho para o biênio 2022-23.

Interlocutores ouvidos pela Folha avaliaram, sob condição de anonimato, que Pequim viu no desinteresse brasileiro uma oportunidade para reforçar a sua posição contra a ampliação do Conselho de Segurança.

A China se opõe ao ingresso de Índia e Japão, países com os quais acumula rivalidades na Ásia. A ação chinesa para suprimir uma frase tradicionalmente cara ao Brasil seria ainda uma resposta à recente retórica do governo Bolsonaro. O presidente tem mostrado simpatia ao pleito dos Estados Unidos de barrar a empresa Huawei do futuro mercado do 5G.

Bolsonaro já deu declarações tidas como ofensivas por Pequim, como quando disse não confiar na Coronavac — vacina em desenvolvimento por farmacêutica chinesa com o Instituto Butantan — devido à origem do imunizante.

Quarto presidente em 4 anos, Sagasti assume Peru

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Depois de um minuto de silêncio pelas suas vítimas da repressão às manifestações no agravamento da crise política no Peru, o engenheiro Francisco Sagasti, 76, assumiu a Presidência na tarde desta terça-feira (17).

Ele é o quarto mandatário da mesma gestão, iniciada em 2016 e que termina em julho. Em seu juramento, fez uma emocionada homenagem aos jovens, mortos pela polícia no fim de semana, na presença dos familiares. Sagasti citou os feridos nos protestos e disse que assumiu o compromisso de encontrar os 20 peruanos que estão desaparecidos.

O novo presidente afirmou que suas prioridades serão a re-



Sagasti chega ao Congresso, em Lima. Luka Gonzales/AFP

alização de eleições limpas, de acordo com o calendário eleitoral, em abril de 2021, e o enfrentamento das "duas crises que estamos vivendo, a da pandemia do coronavírus e seus efeitos na economia". Além disso, acrescentou, "será preciso combater outras crises que já vivíamos por conta da mudança climática e das divisões e rancores que dividem a classe política".

Sagasti é o quarto mandatário do país desde a eleição de Pedro Pablo Kuczynski, que renunciou antes de um processo de impeachment, sob acusação de envolvimento no escândalo da Odebrecht.

Seu sucessor, Martín Vizcarra, foi afastado no início de novembro depois de enfrentar dois processos de

impeachment, também por recebimento de propina.

Na sequência, assumiu, por seis dias, o congressista Manuel Merino de Lama, que renunciou depois dos episódios de violência que vieram na esteira da crise institucional.

O novo presidente peruano é do partido Morado, de centro, que votou contra o impeachment de Vizcarra.

Francisco Sagasti, que já transitou por partidos de centro-esquerda, é engenheiro formado pela Universidade Nacional de Engenharia do Peru e tem um doutorado na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Além de acadêmico e autor de 14 livros, é compositor de piano e já produziu documentários para a televisão.

Congresso avaliará projeto pró-aborto na Argentina

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES O presidente argentino, Alberto Fernández, enviou ao Congresso nesta terça-feira (17) um projeto de lei para legalizar o aborto apenas pela vontade da mulher até a 14ª semana de gestação. A proposta também sugere que o procedimento pode ser realizado na rede pública de saúde de forma gratuita. Hoje, o aborto é permitido no país apenas em casos de estupro e de risco de morte para a mãe. A perspectiva é que o projeto seja votado na Câmara ainda neste ano. Em caso de aprovação, a proposta seria avaliada pelo Senado no início do próximo ano.

Sylvia Colombo

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

nelson.sa@grupofolha.com.br

China e Índia usam Brics para ensaiar uma reaproximação

Com África do Sul e Brasil de espectadores, a cobertura da cúpula do Brics correu em torno da tentativa de aproximar China e Índia, patrocinada pela anfitriã Rússia.

Os jornais chineses destacaram que o grupo de emergentes "se uniu contra o unilateralismo", manchete do Huanqiu/Global Times, como queria o presidente Xi Jinping.

Os indianos ressaltaram a prioridade do primeiro-ministro Narendra Modi ao terrorismo, manchete do Jagan, o maior do país, em hindi.

Entre outras divergências indiretas, não explicitadas, Xi questionou o "protecionismo" econômico e Modi defendeu sua própria política de "autossuficiência" econômica.

Neste sentido, o movimento mais significativo ocorreu em Nova Délhi e foi mancheteado pela manhã no indiano Economic Times, "Governo estuda abrandar regras para investimentos de países fronteiriços". Logo abaixo, "inclusiva a China". Ecoou de imediato, mas com desconfiança, em jornais de Pequim.

COMEÇOU O DECLÍNIO? No título da agência France Presse, as eleições municipais tiveram "um gosto amargo para Bolsonaro". Na revista alemã Der Spiegel, ele agora "tem a imagem de perdedor" e, em suma, "parece que o declínio do presidente brasileiro começou". No Frankfurter Allgemeine, "a aversão ao presidente está crescendo".

REVÉS Na americana Associated Press, "Eleitores rejeitam" e "Bolsonaro sofre revés".

MAIS FRACO Na Bloomberg, "Bolsonaro saiu mais fraco das eleições, vistas como referendo sobre a primeira metade de seu mandato". Parti-

dos de centro se saíram bem "e podem demandar mais do governo", agora. "E mesmo os partidos de esquerda, excluídos do cenário político alguns anos atrás, podem reconquistar algumas cidades-chave". De maneira geral, "as pesquisas de opinião mostram que a rejeição ao presidente brasileiro vem aumentando".

BOLSONARO CRESCER? Na contramão, o New York Times noticiou que "Bolsonaro vê popularidade crescer", dizendo que seu apoio "subiu para 40% em setembro", há dois meses. No final do texto, o jornal registra que "vários dos candidatos que ele apoiou foram mal nas eleições de domingo".

Brazil Municipal Elections Expose Bolsonaro's Shortcomings



Na Bloomberg, eleição 'expõe insuficiências de Bolsonaro'

mundos

Ernesto Araújo rebate críticas e nega atritos com Pequim e Washington

Em rara aparição, chanceler defende sua gestão no Itamaraty e reclama de dossiê entregue à Casa Branca

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, rebateu nesta terça (2) os críticos que o acusam de conduzir uma política externa prejudicial aos interesses do Brasil e disse que o país mantém uma “visão estratégica” com os EUA, mesmo no mandato da democrata Joe Biden. As declarações ocorreram numa rara entrevista coletiva, em que o chanceler colocou foco em temas comerciais e deixou em segundo plano a pauta conservadora que marca sua gestão no Itamaraty. O ministro se queixou que exista a opinião que sua administração “é prejudicial aos interesses nacionais”, sobretudo na dimensão comercial. “Temos alguns parâmetros para mostrar que não é absolutamente assim. Nosso saldo comercial cresceu nos últimos dois anos”, afirmou o ministro, lembrando que a balança

comercial do país atingiu no ano passado US\$ 50 bilhões (R\$ 285 bilhões) —resultado impulsionado principalmente pelas vendas do agronegócio. Ernesto abordou em boa parte de sua fala a relação bilateral do Brasil com os EUA. Nos dois primeiros anos do mandato de Jair Bolsonaro, o governo apostou suas fichas numa aliança com o então presidente Donald Trump. A política de “alinhamento automático” gerou críticas, principalmente após a derrota do republicano na eleição de novembro do ano passado. Ernesto afirmou ter construído uma “estrutura de confiança” com os americanos. “Isso não foi interrompido com a mudança de governo nos EUA. Mas claro que uma relação profunda como a que estávamos construindo, num país democrático, não se transpõe às vezes automaticamente quando muda o governo, porque depende de um en-

caixe. Mas esse encaixe continua sendo totalmente possível”, declarou o chanceler. “Todos os sinais são de que essa visão estratégica permanece e continuará rendendo esses resultados”, afirmou. Apesar do tom moderado, Ernesto atacou iniciativas da sociedade civil que, segundo ele, atuam para “criar deliberadamente uma imagem distorcida do Brasil no exterior”. Ele se referiu a um seminário organizado na Universidade de Harvard e a um relatório entregue ao governo Biden, elaborado por acadêmicos e ONGs, recomendando a suspensão de acordos entre os EUA e o governo Bolsonaro. “É basicamente uma obra de ficção, muito ruim em termos de estilo. Uma obra de ficção que procurou ser vendida e apresentada como a realidade do Brasil”, disse Ernesto. Ele também criticou a carta de ex-ministros do Meio Ambiente endereçada aos governos

de França, Alemanha e Noruega, em que os autores denunciavam a devastação causada pela Covid-19 na Amazônia. De acordo com o chanceler, esse tipo de iniciativa “afeta nossos interesses” e prejudica a implementação do acordo comercial assinado entre o Mercosul e a União Europeia. Ernesto foi questionado em mais de uma ocasião sobre as relações do Brasil com a China e sobre os episódios em que o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) —filho do presidente— bateu boca nas redes com o embaixador chinês em Brasília, Yang Wanming. No primeiro choque, Eduardo responsabilizou o regime de Pequim pela disseminação do coronavírus, o que fez Yang reagir e chamar a fala do parlamentar de “insulto maléfico” contra o povo chinês. Meses depois, Eduardo acusou a China de querer espionar outros países com a tecnologia 5G, o que gerou novas res-

“**Claro que uma relação profunda como a que estávamos construindo [com os EUA], num país democrático, não se transpõe às vezes automaticamente quando muda o governo, porque depende de um encaixe. Mas esse encaixe continua sendo totalmente possível**

Ernesto Araújo ministro das Relações Exteriores

posta da missão diplomática. Nas ocasiões, o ministério de Relações Exteriores respondeu a embaixada da China. “O que aconteceu no caso foi uma opção diferente [da embaixada], um embate nas redes sociais, contestando inclusive a liberdade de expressão que rege no Brasil. Num tom assim, em alguns casos, meio de ameaça em relação à sociedade brasileira, dizendo que quem fala mal da China vai se arrepender. Isso é completamente fora da prática diplomática. Procuramos chamar atenção para isso”, disse. “Isso não gerou absolutamente nenhum problema com a China”, complementou Ernesto. Para ele, a “chamada de atenção” do governo teve “bom resultado no sentido de uma atuação mais correta por parte da embaixada”. Em outro momento, ele disse que a atuação da embaixada chinesa nos episódios com Eduardo estava “prejudicando a imagem da China no Brasil”. O ministro foi questionado diretamente sobre a informação de que, em expediente sigiloso, ele chegou a pedir a Pequim a substituição do embaixador da China no Brasil. O caso foi publicado pela Folha. A China ignorou os pedidos. O ministro não respondeu a pergunta e reiterou que o relacionamento com o governo chinês é positivo.



O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, durante entrevista coletiva nesta terça-feira (2) em Brasília. Raul Spinasse/Folhapress

Em eleição marcada por alta rejeição no Peru, líder nas pesquisas pode ficar fora da disputa

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES O ex-goleiro do Alianza Lima George Forsyth, 38, que liderava as pesquisas de voto para as eleições presidenciais no Peru, está com um pé fora do campo da disputa. Isso porque sua candidatura foi excluída, em primeira instância, pelo tribunal eleitoral, por irregularidades na apresentação de seu patrimônio. Cabe recurso da decisão, e Forsyth alega que se trata de uma “perseguição política”. “Os líderes da velha política e a mídia dizem que vamos cair nas pesquisas há um ano. Não cáimos e mantivemos o primeiro lugar. Então, agora, de forma fraudulenta, que rem nos tirar da disputa. Vamos apelar e estamos na eleição ainda”, afirmou em entrevista ao jornal El Comercio. Aveso a debates e a conversar com a imprensa, Forsyth tem preferido usar as redes sociais para fazer campanha. O TikTok é uma de suas preferências, em posts em que joga futebol com crianças, brinca com seu cachorro e ensaia a dançinha dos Oompa-Loompas, os funcionários da “Fantástica Fábrica

de Chocolates”. Depois de sua inabilitação eleitoral, porém, tem falado com os meios de comunicação, para expor seu repúdio ao tribunal eleitoral. Forsyth não se diz “nem de direita e nem de esquerda” e se apresenta com a fórmula do “outsider”, que quer gerir o país com técnicos e diretamente com o povo, sem associar-se a partidos tradicionais. Nos assuntos morais, apresenta-se como conservador —é contrário ao casamento homossexual e ao aborto. Sua figura cresceu muito no último ano em que o Peru mergulhou numa crise política, com o Congresso e o Exe-

cutivo se inviabilizando mutuamente, o que levou à queda do então presidente Martín Vizcarra, e de seu sucessor direto, Manuel Merino de Lama, até que o país chegou a seu quarto presidente num só mandato: Francisco Sagasti. A pesquisa mais recente do instituto Ipsos sobre as eleições de abril aponta para um primeiro turno em que o desânimo em escolher um candidato é protagonista —o voto é obrigatório no país. Entre os 18 candidatos (incluindo Forsyth), 6 não chegam a alcançar 1% entre os eleitores. Olíder ainda é Forsyth, com 11%, seguido pelo centro-direitista Yonhy Lescano (Ação Popular), com 10%. Empatadas atrás deles estão a direitista Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori, que vai para sua terceira corrida pelo cargo, com 8%, e a esquerdista Verónica Mendoza, também candidata em 2016. Keiko Fujimori também está respondendo a processos por corrupção, um deles referente à acusação de ter recebido caixa da Odebrecht quando disputou a eleição de 2011. Os levantamentos com eleitores mostram também uma forte rejeição aos concorren-

tes —o chamado “antivoto” (definitivamente não escolheria o candidato) vai de 43% a 72% para oito dos postulantes. Também a imagem do presidente Sagasti vem se deteriorando desde que assumiu, riorando desde que assumiu, com a promessa de dar algo de estabilidade ao país até as eleições. Quando assumiu o cargo, em novembro, tinha 44% de aprovação. Hoje, são 38%. O mais provável é que haja um segundo turno, em junho, em data ainda a ser confirmada, entre os dois candidatos que conseguirem melhorar seu desempenho até aqui. O Peru tem sido o país mais atingido pelo coronavírus na América do Sul quando se leva em conta a mortalidade por número de habitantes. Até esta terça (2), acumula 1.332.939 casos, além de 46.685 óbitos. O governo vem reabrindo o comércio e algumas atividades, porém, o país segue com duras restrições de mobilidade. A fronteira com o Brasil está fechada por conta das novas variantes encontradas no país. A economia será o maior desafio para o próximo presidente, pois o país também é o que tem a maior projeção de queda do PIB para este ano, de acordo com a Cepal, de 14%.

Maioria no Congresso dá a Bukele poderes amplos em El Salvador

BUENOS AIRES Como apontavam os resultados parciais, o partido do presidente Nayib Bukele, 39, terá maioria no legislativo unicameral de El Salvador. Segundo anúncio feito pelo tribunal eleitoral do país nesta terça (2), o Nuevas Ideas, recém-nascido para abrigar os alinhados à política de direita populista do mandatário, terá 56 deputados de um total de 84. Contando com pelo menos outros cinco parlamentares de partidos alinhados, Bukele terá a maioria na Casa —e poderá propor alterações à Constituição, além de nomear juizes da Suprema Corte e o procurador-geral do país. Bukele, que tem uma popularidade de 97%, vinha centralizando o poder desde que foi eleito, em 2019. Com bons resultados no combate à violência, o mandatário, porém, comete avanços contra a imprensa independente e é acusado de corrupção e nepotismo, favorecendo familiares em cargos públicos. Já opositor entrou com pedido de investigação contra Bukele pelo fato de ele ter feito campanha no próprio dia da eleição, por meio de pronunciamentos e pelas redes sociais, algo que vai contra as regras eleitorais do país. SC

“**De forma fraudulenta, querem nos tirar da disputa. Vamos apelar e estamos na eleição ainda**

George Forsyth líder nas pesquisas, em entrevista ao jornal El Comercio

Peru elege novo presidente em pleito fragmentado e cheio de outsiders

Peru elege novo presidente em pleito fragmentado e cheio de outsiders

Embolados, candidatos não conseguem romper barreira dos 10% das intenções de voto em pesquisas

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES O cenário eleitoral peruano é tão incerto que, às vésperas do pleito presidencial, marcado para o domingo (11), não é possível afirmar quem são os favoritos a um eventual segundo turno. Dos 18 candidatos na disputa, nenhum tem mais de 10% das intenções de voto nas pesquisas, e os sete primeiros estão embolados com diferenças que variam de centésimos a cinco pontos percentuais.

Na verdade, há, sim, alternativas favoritas. Juntas, as opções de anular o voto e a de não comparecer às urnas somam 30%, segundo levantamento do instituto Ipsos.

"Não há uma palavra para descrever a situação, talvez uma lágrima o faria melhor", afirma o sociólogo Fernando Tuesta Soldevilla, para quem as sondagens devem ser lidas semana a semana. "O desgaste dos candidatos é tão forte que os que lideram caem rapidamente e, na semana seguinte, já há novos líderes. É uma situação inédita não saber ao certo nem ao menos quem será um dos dois candidatos no segundo turno."

Para os especialistas ouvidos pela Folha, esta eleição reflete a situação de desmonte dos partidos, algo que vem desde o período Fujimorista (1990-2000), o aumento da desconfiança em relação à política provocada por seguidos escândalos de corrupção — um deles envolvendo a empreiteira brasileira Odebrecht — e os efeitos da pandemia do coronavírus. O Peru é um dos países da América do Sul mais afetados pela Covid, com 53.978 mortes desde o início da crise — e agora vê uma nova alta de casos.

"Houve eleições em outros países durante a pandemia, mas não uma eleição num momento de pico da pandemia, é uma irresponsabilidade", completa Tuesta. A pressa para realizar o pleito na data prevista, porém, responde também à instabilidade de atual governo peruano.

O presidente interino Francisco Sagasti é o quarto do atual mandato e defende que a data seja respeitada para que



Debate entre candidatos à Presidência do Peru, em Lima Sebastian Castaneda - 31.mar.21/APP

o Peru tenha sua festa de 200 anos de independência com a posse do eleito, em 28 de julho.

Embolados nos primeiros lugares, segundo pesquisa do instituto Datum, estão cinco "outsiders" e apenas dois nomes mais experientes: o direito Keiko Fujimori, ex-congressista e filha do autocrata Alberto Fujimori, com 9,3% das intenções de voto, e a líder de esquerda Verónica Mendoza, com 5,9%.

O levantamento também mostra o populista de esquerda Johnny Lescano com 9,1%, e o candidato de ultradireita Rafael López Aliaga com 8,9%. Lescano, que vinha liderando nas últimas semanas, já caiu. Entre suas propostas está maior presença do Estado na exploração de minérios — maior riqueza do país —, a criação de empregos e maior restrição à entrada de imigrantes venezuelanos.

Já López Aliaga vem sendo chamado de "Bolsonaro peruano" por seu vínculo com a Igreja Católica — ele é membro da Opus Dei — e pela pauta

Raio-X Peru



PIB: US\$ 226 bi (2019)
(Brasil: US\$ 1,84 tr)
Área: 1.285.216 km²
(equivalente ao estado do Pará)
População: 32,2 milhões
IDH: 79º (Brasil é o 84º)

Fontes: Banco Mundial, Cia World Factbook e ONU

conservadora nos costumes. É contrário ao aborto e, assim como Lescano, à entrada de venezuelanos. Aspectos pitorescos de sua personalidade — ele afirma usar um cinto com agulhas para suprimir seu desejo sexual e se aproximar a Deus — chamaram a atenção e, por isso, o candidato vem conquistando espaço nos meios de comunicação.

No sobe e desce das pesquisas, os nomes que ganharam força recentemente são Pedro Castillo, um ex-ativista que comandou uma greve nacional de professores em 2017 e hoje é um candidato de esquerda, com 8,2%, e o economista e acadêmico liberal Hernando de Soto, com 7,2%. Líder das sondagens até alguns meses atrás, George Forsyth, ex-goleiro do Alianza Lima, está em queda, marcando 7,4%.

A eleição também definirá a nova composição do Congresso unicameral de 130 membros, numa votação disputada por 11 partidos. "Tudo aponta para que a instabilidade continue, porque nenhum partido

deve ter maioria. Assim, a governabilidade fica comprometida", diz o sociólogo Tuesta.

Para Vergara, o problema não é tanto das instituições — o modelo político peruano, um presidencialismo com elementos de parlamentarismo —, mas sim político. Ainda assim, defende a revisão da figura da moção de vacância por incapacidade moral, que é "muito subjetiva e dá espaço para decisões arbitrárias".

O mecanismo para afastar presidentes, como utilizado contra Pedro Pablo Kuczynski e Martín Vizcarra, é mais rápido e menos burocrático que o impeachment — também existente no país — e, por isso, traz mais instabilidade à continuidade dos líderes.

O vencedor do pleito não herdará apenas um país golpeado pela pandemia, mas também um com muitos problemas econômicos. Houve uma redução do PIB em 2020 de 11% e um aumento do desemprego em 13,8%. Um provável segundo turno está marcado para o dia 6 de junho.

Ex-premiê português se livra de caso de corrupção

Giuliana Miranda

LISBOA O juiz da Operação Marquês, apelidada de Lava Jato portuguesa devido à investigação de políticos e empresários, decidiu não processar o ex-premiê José Sócrates (2005-2011) por corrupção.

Com várias críticas à fragilidade do material apresentado pelo Ministério Público, o juiz responsável, Ivo Rosa, derrubou as acusações de corrupção. Sócrates, porém, ainda será julgado por seis crimes: três referentes à lavagem de dinheiro — ligados a um imóvel em Paris — e três por falsificação de documento, envolvendo pagamento por uma dissertação de mestrado.

Do total de 28 pessoas arguidas no caso, apenas cinco serão julgadas. O promotor Rosário Teixeira afirmou que o Ministério Público vai recorrer. O ex-líder socialista era acusado de 31 crimes, incluindo corrupção, fraude fiscal e lavagem de dinheiro, e de ter recebido irregularmente € 34 milhões (R\$ 227,3 milhões), essencialmente para favorecimento de empresários.

Usando expressões como "os argumentos do Ministé-

rio Público baseiam-se em especulação e fantasia" e afirmando que as acusações têm falta de coerência, "pouco rigor e consistência", o juiz falou por cerca de três horas.

A intervenção foi transmitida ao vivo na TV. Em dias das principais acusações, Sócrates era indicado como responsável por favorecer a empreiteira Lena e por interferir nas negociações para a instalação de um sistema de trens de alta velocidade (TGV).

"Nenhuma das testemunhas referiu qualquer envolvimento de José Sócrates ou que [ele] tenha interferido no processo. Nenhuma prova foi produzida no sentido de demonstrar que estes tivessem prestado falsos depoimentos ou coagidos a tal", justificou o juiz.

Rosa também descartou a acusação de que Sócrates teria sido pago por um banqueiro para influenciar políticos brasileiros, incluindo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — de quem é amigo —, em favor da Portugal Telecom no processo de compra da Oi.

O juiz assumiu o caso em 2018, após sorteio eletrônico do tribunal determinar que ele seria responsável por



José Sócrates, ex-premiê de Portugal Patricia de Melo Moreira/APP

conduzir a atual etapa judicial, em que se decide se há elementos suficientes para que os arguidos sejam julgados. A época, a seleção gerou muita polémica. O juiz anterior, Carlos Alexandre, era considerado mais linha-dura com os investigados. Em decisão desta sexta, Rosa também determinou a anulação das decisões de Alexandre no caso. A anulação foi justificada com o fato de o processo ter sido entregue ao magis-

trado de maneira manual, e não em uma distribuição aleatória, o que desrespeita o princípio de juiz natural.

Embora não fosse obrigado, Sócrates decidiu acompanhar presencialmente a leitura da decisão. Em declarações a jornalistas na saída do prédio, ele se mostrou satisfeito com o resultado. "Alguma coisa de singular aconteceu aqui. Todas as grandes mentiras da acusação caíram. Tudo nuiu". As investigações sobre o ex-premiê começaram em julho de 2017. Em novembro de 2014, ele foi detido no aeroporto de Lisboa ao regressar de uma temporada em Paris. O ex-primeiro-ministro ficou preso preventivamente por 11 meses mesmo sem ter uma acusação formal, que só foi apresentada no fim de 2017.

Começou então a chamada fase de instrução do processo, em que o juiz analisa o material produzido pelo Ministério Público e os advogados de defesa podem requisitar a produção de material adicional, além do depoimento de testemunhas. É essa fase que termina agora, após mais de dois anos de processo. Ao anunciar sua decisão,

Rosa aproveitou para rebater as críticas de mosiosidade da Justiça e destacou a complexidade e a dimensão do processo. "Foi este o tempo que a Justiça precisou para chegar a uma decisão independente. Pode parecer excessivo, mas é o tempo dos tribunais", afirmou o magistrado.

Antigo líder do PS (Partido Socialista), Sócrates acusa o partido de ter virado as costas a ele desde que foi preso. Em 2018, acabou por abandonar a legenda. Em entrevista à Folha pouco depois de sua desfiliação, Sócrates afirmou ser alvo de perseguição política e comparou seu caso ao do ex-presidente Lula.

"A diferença é que o PT se manteve unido ao lado do Lula. A primeira coisa que o PS fez foi afastar-se [...] Nenhum pedi ao PS que me defendesse, mas nunca pensei que fosse o próprio PS a atacar-me", afirmou Sócrates à época.

Ministro da Administração Interna durante o governo de Sócrates, o atual primeiro-ministro, o socialista António Costa, recusou-se a comentar o tema quando questionado, na manhã desta sexta-feira, em evento em Lisboa.

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

Lente distorcida altera visão de Europa e Ásia

Por meses, médicos alemães vinham resistindo a tomar a vacina da AstraZeneca, acompanhando a série de dados controversos saídos da farmacêutica — que até hoje não recebeu aprovação nos EUA.

Com as primeiras mortes, os países nórdicos começaram a suspender o uso, depois quase toda a Europa Ocidental, mas a cobertura do Reino Unido, não só tabloides, mas de Times a Financial Times, passou da defesa do imunizante ao ataque à União Europeia.

Até que nesta semana a agência europeia de saúde apontou o elo com cógulos — e Londres não resistiu mais. "Agora até o Reino Unido", comentou John Authers, colunista do FT por décadas, hoje na Bloomberg, sobre o anúncio da agência britânica de que menores de 30 anos devem usar outra vacina.

Paralelamente, também veio a público, afinal, por BBC e outros, a confirmação das mortes por trombose nos últimos meses no próprio Reino Unido.

Dias antes, o principal jornal irlandês, Irish Times, publicava um artigo de alerta do editor/editorialista Ruadhán Mac Cormaic, sobre a imagem distorcida de si mesma que a UE acaba recebendo e aceitando.

Em suma, num dos enunciados. "As maiores fontes de notícias sobre a UE estão fora do bloco — isso distorce a forma como o continente se vê". Mais precisamente, a disfunção está na "forte penetração da mídia britânica, com seus complexos e preconceitos".

Alemanha, França e outros membros se veem pelas lentes de um país que optou por abandoná-los.

Listando mitos grotescos sobre a União Europeia, como um "veto às bananas curvas", Cormaic escreveu: "Se você falasse francês e alemão ou tivesse paciência para o Google Tradutor, poderia seguir os debates nesses países e ver por si mesmo. O problema é que não é assim que a maioria obtém suas informações".

Com o Brexit, o problema se evidenciou, inclusive por afetar "muito do mundo", argumenta ele. "Esta é uma das razões pelas quais a cobertura global da UE tantas vezes a enquadra como uma zona econômica remota, perpetuamente à beira do colapso", escreve.

Não é o primeiro alerta. Wolfgang Blau, ex-editor do alemão Die Zeit, escreveu em novembro que o continente, para enfrentar a questão, não precisa de "mais uma France24 ou Deutsche Welle" e sim "trabalhar com os veículos nacionais de prestígio existentes em toda a UE".

O debate não ecoou na imprensa londrina, mas se espalhou pela mídia americana a partir de uma publicação do Nieman Journalism Lab, centro de estudos ligado a Harvard, introduzindo uma pergunta: "E se os veículos que cobrem os EUA não estivessem em Nova York ou Washington? Se estivessem todos, sei lá, na Islândia? Ou na Costa Rica, no Japão?"

Vale para a União Europeia como vale para a ascendente Ásia, outra região vista pelo resto do planeta através das lentes londrinas ou nova-iorquinas, apesar de contar com os maiores jornais do mundo.

mundos

Banqueiro Guillermo Lasso vence 2º turno no Equador

Com 97% das urnas apuradas, Andrés Arauz tinha 47% e admitiu derrota

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES "La tercera es la vencida" (a terceira é a vencida) é uma expressão bastante conhecida nos países de língua espanhola. Na noite deste domingo (11), no Equador, ela pode ser usada para definir a trajetória política do centro-direitista Guillermo Lasso, 65.

Depois de concorrer à Presidência de seu país em duas ocasiões, por fim o banqueiro e ex-CEO da Coca-Cola venceu as eleições, colocando um freio à tentativa do ex-presidente Rafael Correa (2007-2017) de voltar ao poder — ainda que por meio de um apadrinhado, o economista de esquerda Andrés Arauz.

Com 97% das urnas apuradas, Lasso tinha 53%, ante 47% de Arauz, que admitiu a derrota. "Seguirei servindo o povo equatoriano", disse ele, que agradeceu a Deus e à família.

Diante das críticas ao sistema de contagem rápida, que falhou na primeira fase da disputa presidencial no Equador, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) afirmou que o método não seria usado no segundo turno, neste domingo (11). Isso significa que a apuração seria feita voto a voto.

Os números com a apuração praticamente concluída eram os mesmos da pesquisa de boca de uma divulgada pelo instituto Cedatos. Uma outra pesquisa, da Clima Social, anunciou empate técnico e não informou os números — a lei eleitoral equatoriana proíbe a divulgação quando a diferença é de até 3 pontos percentuais. As pesquisas eleitorais não costumam ser confiáveis no país, e a situação fica mais complicada com a dificuldade de acesso a regiões afastadas de floresta e montanha com as restrições impostas pela pandemia.

Depois da divulgação das pesquisas de boca de urna, Arauz disse que está "seguro de que ganhamos". As palavras dele acenderam militantes em seu comitê de campanha, em Quito, que começaram a soltar fogos e a comemorar. Também houve festa no comitê de Lasso, em Guayaquil.

No primeiro turno, o CNE decidiu interromper a contagem rápida com quase 90% das atas contabilizadas por que verificou um empate técnico entre Lasso e o líder indígena Yaku Pérez. Como consequência, os equatorianos tiveram que esperar a contagem manual. Além disso, os dois rivais pediram mais de uma recontagem das atas em várias províncias do país.

Lasso reclamou do CNE, que divulgou projeção quando havia 20% da contagem rápida realizada, afirmando que Pérez



Maria Fernanda Landini/Reuters

À frente na apuração, candidato Guillermo Lasso fala com imprensa após votar, em Guayaquil (no alto); apoiadores do banqueiro comemoram liderança durante apuração em Quito



Luisa Gonzalez/Reuters

estava mais próximo de ir ao segundo turno. Pérez, por sua vez, desde o primeiro dia convocou vigílias, em que apoiadores se manifestavam nas sedes dos órgãos eleitorais.

Segundo o esquerdista, seu adversário poderia recorrer a métodos fraudulentos para garantir a continuidade na disputa e, por ser milionário, teria recursos para subornar juízes eleitorais e fiscais. No fim, o país demorou duas semanas para conhecer os candidatos que iriam ao segundo turno das eleições — e os dois pediram votos até o último momento neste domingo.

Em Quito, a capital política do país, Arauz apareceu animado e pediu que as pessoas saíssem de casa para exercer seu direito democrático: "Hoje começamos a escolher o destino do país, cada voto conta".

Falando a seus apoiadores, depois de votar, disse que governará "com humildade e firmeza, para deixar a dor e o sofrimento para trás e começar uma gestão humana. Estamos tranquilos emotivamente em levar o país adiante".

Correa, que vive na Bélgica, comentou o pleito nas redes

sociais. "Já começaram as voações [de equatorianos] na Europa, mando minha saudade fraterna a nossos amigos. Todos devem fazer o esforço de votar, jamais em um banqueiro [Lasso], mas sim pela esperança. Andrés Arauz Presidente!".

Na cidade costeira de Guayaquil, considerada a capital econômica do Equador, o candidato de centro-direita entrou no centro de votação sob os gritos de "Lasso, presidente", caminhando lentamente, cercado de apoiadores e familiares. "Este é um dia de festa democrática onde todos os equatorianos nos encontramos para que, com o poder do voto, possamos escolher o futuro que viverão nossos filhos", disse, depois de votar.

"Todos desejamos um Equador de oportunidades, livre, onde todas as famílias possam alcançar a prosperidade." Quanto colocado no primeiro turno, com mais de 15% dos votos, o esquerdista Xavier Hervas também votou pela manhã em Quito. Espetou que os eleitores não votassem nulo ou em branco. Hervas apoiou Lasso neste segundo turno.

Candidato esquerdista lidera boca de urna apertada no Peru

Uma disputa que chegou ao dia da votação neste domingo (11) sem candidato favorito definido, a primeira pesquisa de boca de urna da eleição presidencial no Peru mostrou uma diferença mínima entre os primeiros colocados.

O esquerdista Pedro Castillo liderava o levantamento do Instituto Ipsos, divulgado às 19h locais (21h em Brasília), com 16,1% dos votos. Na sequência estavam em bolados o economista Hernando de Soto, com 11,9%, a direita Keiko Fujimori, com 11,9%, e o esquerdista Yohny Lescano, com 11%. Até a conclusão desta edição, nenhum número oficial havia sido divulgado.

A presença de Castillo entre os primeiros lugares é uma novidade das últimas semanas nas pesquisas do Peru, quando sua candidatura ganhou força com o desgaste da imagem dos primeiros colocados.

Na manhã deste domingo, antes de irem votar, os candidatos mantiveram uma tradi-

ção eleitoral e organizaram generosos cafés da manhã a seus apoiadores, família e a alguns jornalistas, enquanto o Peru vive alta de casos de Covid-19.

Neste ano, os eventos foram em geral menores e ao ar livre. Os "desayunos" eleitorais servem para combinar as últimas estratégias e estimular o voto por meio de mensagens — um movimento importante especialmente neste pleito em que levantamento do Ipsos apontou que as opções de anular o voto e a de não comparecer às urnas somam 30%.

A candidata de esquerda Verónica Mendoza foi uma das que mantiveram a prática, com um grupo menor, no quintal da casa de seu pai em Andahuayllillas, na região andina, perto de Cusco. Nas redes sociais, Mendoza pediu que "todos votem com muita precaução e seriedade e acreditem que uma transformação é possível".

A segunda candidata mulher — foram apenas 2 em meio a 18 candidatos —, Fujimori, tomou o café da manhã com o marido e as filhas, de modo privado, em Lima. Em sua declaração, relatou ter comido aveia, uma tradição em sua família, como explicou.

Ela afirmou que "é preciso esperar com muita prudência e serenidade os primeiros resultados da autoridade eleitoral, até que surjam números reais", disse Fujimori, que nos últimos anos esteve num entra e sai da prisão devido ao processo que investiga seu envolvimento no esquema de corrupção da construtora brasileira Odebrecht.

O café da manhã do candidato George Forsyth, ex-governador da Alianza Lima, foi animado e com danças típicas no meio da mesa montada ao ar livre no seu comitê de campanha no bairro de Miraflores, em Lima. Mas o candidato não participou porque está em isolamento desde que recebeu o diagnóstico de Covid-19. O lugar principal da mesa ficou vazio, mas uma tela foi colocada ao fundo, por meio da qual Forsyth animou seus apoiadores e agradeceu o carinho.

Já o evento do economista Hernando de Soto também foi reduzido e ocorreu em um restaurante no distrito de Santiago de Surco, na capital. Além da família do candidato, estavam presentes algumas celebridades, como o humorista Pablo Villanueva e o ex-jogador de futebol Hugo Sotil.

Para a organização do pleito, as autoridades eleitorais afirmaram ter havido dificuldade para a formação de 20% das mesas de votação no país. Isso porque mesários se sentaram do compromisso, provavelmente por medo da propagação do coronavírus.

No sábado (10), o Peru registrou seu recorde de mortes em 24 horas desde o início da pandemia, com 384 óbitos registrados, elevando o total para 54.669 vítimas. O país soma mais de 1,6 milhão de casos, segundo o governo. De acordo com o Our World in Data, até quinta (9), apenas 1,9% da população havia recebido ao menos uma dose da vacina.

Enviado de Biden deixa Brasil de fora de 1ª viagem à América do Sul

SÃO PAULO A Casa Branca anunciou no sábado (10) a primeira viagem para a América do Sul de Juan González, diretor sênior para o Hemisfério Ocidental no Conselho de Segurança Nacional, cargo que na prática é responsável por assuntos latino-americanos. O roteiro não incluiu o Brasil.

Acompanhado da secretária-adjunta interina para o Hemisfério Ocidental, Julie Chang, González passará, entre 11 e 15 de abril, por Colômbia, Argentina e Uruguai, onde se encontrará com autoridades locais.

Em Bogotá, segundo a Casa Branca, o enviado do governo de Joe Biden irá abordar a recuperação econômica, o desenvolvimento e a segurança no meio rural, a crise de migração da Venezuela e a liderança climática da Colômbia na região.

Já em Buenos Aires e Montevideu, a discussão será em torno das prioridades regionais, incluindo os desafios da crise climática e da pandemia de Covid-19 e ameaças à democracia, aos direitos humanos e à segurança na região e no mundo. O Brasil ficou de fora do roteiro, apesar de ter em seu território a maior parte da floresta amazônica, que registrou recorde de desmatamento no mês de março.

O país também enfrenta forte crise ligada ao coronavírus, com recorde de mortes e casos diários. O mês de março foi o mais mortal desde o início da pandemia e registrou 66.868 óbitos por Covid-19, mais do que o dobro do segundo mês com mais mortes, julho de 2020 (32.912 mortes). O Brasil vem ainda registrando novas variantes e não conseguiu deslanchar uma vacinação nacional.

González é crítico da agenda ambiental do governo de Jair Bolsonaro (sem partido), e declarações anteriores do diretor mostram que o tema pode trazer conflitos à relação entre EUA e Brasil. Em entrevista ao Washington Post, em outubro do ano passado, disse que "em qualquer relacionamento que Biden tenha com líderes ao redor do mundo, a mudança climática estará no topo dessa agenda, e isso inclui o Brasil".

Em um artigo publicado na revista Americas Quarterly, em julho de 2020, González disse que "a relação Brasil-EUA tem enorme potencial sob o governo Biden", mas questionou a liderança atual do Brasil está preparada para abordar os desafios monumentais de nosso tempo".

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

nelson.sa@gupofolha.com.br

Guerra da vacina se estende para chinesas (e americanas)

No rastro dos coágulos da britânica AstraZeneca, o questionamento das vacinas contra a Covid-19 avançou para chinesas como a Sinovac e americanas como a Pfizer.

No sábado, South China Morning Post e Global Times/Huanqiu publicaram, respectivamente, que a "China considera misturar vacinas para oferecer mais proteção" e "tenta ajustar intervalo, dosagem e número de injeções para aumentar a eficácia".

No dia seguinte, New York Times e Washington Post pu-

blicaram nas páginas iniciais, respectivamente, que "Oficial chinês reconhece baixa eficácia das vacinas" e "Eficácia das vacinas chinesas não é alta e precisa ser melhorada, diz alto funcionário de saúde".

Final de domingo, Gao Fu, o alto funcionário, falou ao GT/Huanqiu para o destaque de que ele "refuta a interpretação de baixa proteção das vacinas e diz que isso confunde a visão científica que propõe para melhorar a eficácia".

Por outro lado, na manchete do Drudge Report ao longo

do domingo, "Pfizer não consegue parar a variante sul-africana". O portal linkou reportagem do Times of Israel, sobre um estudo mostrando que a cepa conseguiu "atravessar" a vacina. Foi desta que também do israelense Haaretz.

J&J TAMBÉM Drudge, que se firmou desde o assédio sexual de Bill Clinton com notícias que os governos democratas tentam ocultar, havia aberto o fim de semana com uma outra manchete negativa de vacina americana. Destacava que, no estado do Colorado, "reações adversas" ao imunizante da Johnson & Johnson levaram ao fechamento do centro de vacinação.



'JUSTIÇA - A ARMADILHA BRASILEIRA'

Com o título acima, o francês Le Monde dedicou três páginas a uma reportagem desvendando "a sombra dos Estados Unidos" sobre Sergio Moro e a Lava Jato; conclui que, para os EUA, trata-se de reduzir a influência geopolítica do Brasil na América Latina, mas também na África.

mundo



Peruana residente na Argentina vota nas eleições presidenciais em posto em Buenos Aires Agustin Marcarian - 11.abr.21/Reuters

Peru deverá ter 2º turno entre outsider e político tradicional

Azarão, Pedro Castillo defende Estado na economia e pauta social conservadora

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Na corrida presidencial mais fragmentada da história do Peru, o líder de esquerda azarão Pedro Castillo, 51, que subiu nas pesquisas a toda velocidade na última semana e manteve a dianteira na apuração desde a noite de domingo (11), deve confirmar sua vaga na próxima fase.

Com 90,9% dos votos apurados, o cenário mais provável é que ele dispute o segundo turno, em junho, com um adversário de direita: a ex-congressista Keiko Fujimori, 45, ou o economista Hernando de Soto, 79. Seu opositor pode ser ainda o candidato de ultradireita Rafael López Aliaga, que está sendo chamado de "Bolsonaro peruano" pelo vínculo com a Igreja Católica —ele é membro da Opus Dei— e pela pauta conservadora nos costumes.

Até as 22h20 desta segunda-feira (12), Castillo liderava a disputa com 18,96%, seguido por Keiko (13,26%), De Soto (11,83%) e Aliaga (11,81%).

Com uma distância pequena, ficavam para trás a esquerda Verónica Mendoza, a ex-promessa dos últimos anos (Julio Guzmán), o populista Yohny Lescano, o ex-jogador do Alianza Lima George Forsyth e até um ex-presidente, Ollanta Humala (2011-2016).

Apesar da crise sanitária, 72% dos eleitores foram às urnas —o voto é obrigatório no Peru. Nas eleições de 2016, esse número somou 81,8%.

Castillo, 51, é uma surpresa para muitos analistas. Durante a transmissão dos primeiros resultados, a CNN em espanhol sequer tinha foto dele para colocar no quadro. Castillo se mostrou ao mundo de modo pitoresco, indo votar montado em seu cavalo, em Cajamarca (na região andina).

Sindicalista e professor do ensino médio, Castillo ficou conhecido ao liderar greves de docentes, a mais famosa em 2017. "Quería agradecer a los pueblos olvidados de mi país, cumplimentar a los hombres e a las mujeres que están en los cantos del país, cumplimentar a los que están en las fronteras de la patria, donde el Estado no llega. Hoy el pueblo peruano acaba de tirar a vendados los ojos", disse, ao saber dos primeiros resultados do que o colocavam na dianteira.

Candidato da aliança Peru Libre, ele defende maiores salários a empregados do setor da educação. Tem discurso anticorrupção e propõe dissolver o tribunal constitucional e a Constituição de 1993 —segundo ele, os responsáveis por permitir práticas irregulares.

Algumas de suas promessas de campanha são con-

sideradas bastante autoritárias. Castillo planeja, por exemplo, regulamentar os meios de comunicação e acabar com "a televisão que só propague lixo". E prometeu reduzir o funcionalismo público, que considera corrupto.

O candidato é contra o aborto, o matrimônio igualitário e a eutanásia. Na economia, promete mais intervenção do Estado e a nacionalização de empresas petrolíferas e da produção de energia. Castillo afirma que sua nova Constituição implementará uma "justa divisão de bens" no Peru.

Menos surpreendente é a candidatura de Keiko Fujimori, 45, que concorreu à Presidência pela terceira vez. Nos últimos tempos, a ex-congressista armou uma carreira política própria —depois de muitos anos conhecida como "a filha de Fujimori", em referência ao ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000).

"Se Keiko ganha ou Keiko perde, hoje, será mais por seus méritos ou erros, sua trajetória política já é longa o suficiente para que responda por seus acertos ou equívocos", diz o analista Alberto Vergara.

Bacharel em administração de empresas pela Universidade de Boston, Keiko é casada com um norte-americano e tem duas filhas. Durante o último mandato, liderou o For-

Raio-X Peru



PIB: US\$ 226 bi (2019) (Brasil: US\$ 1,84 trn)
 Área: 1.285.216 km² (equivalente ao estado do Pará)
 População: 32,2 milhões
 IDH: 79ª (Brasil é o 84ª)

Fontes: Banco Mundial, Cia World Factbook e ONU

ça Popular, partido fujimorista, em suas tentativas de derubar Pedro Pablo Kuczynski —para quem havia perdido em 2016 por uma diferença de pouco mais de 50 mil votos.

A perspectiva de que ela chegasse ao poder naquele ano levou multidões às ruas em protestos contra um possível retorno do fujimorismo. Com isso, a esquerda decidiu, de última hora, apoiar PPK (como é conhecido), e ele acabou vencendo o pleito.

Em 2018, Keiko foi presa, acusada de lavagem de dinheiro e de recebimento de caixa dois da empreiteira brasileira Odebrecht. Em 2019, conseguiu habeas corpus, mas o caso ainda não foi concluído.

Embolado com Keiko, o economista Hernando de Soto seria uma opção para a direita mais conservadora, uma vez que defende uma pauta tradicional nos costumes, porém liberal na economia. De Soto cresceu fora do Peru, quando sua família fugiu do regime militar imposto por Manuel Odría (1948-1956), e estudou na Suíça. Economista, trabalhou junto a organismos internacionais em estratégias para combater a fome nas regiões mais pobres do país.

O ultradireitista López Aliaga, por sua vez, chamou a atenção durante a campanha principalmente por aspectos pitorescos de sua personalidade —ele afirma, por exemplo, usar um cinto com agulhas para suprimir seu desejo sexual e se aproximar a Deus.

Segundo analistas, a eleição deste ano reflete a situação de desmonte dos partidos peruanos, o aumento da desconfiança na política provocada por seguidos escândalos de corrupção e os efeitos da pandemia do coronavírus. O Peru é um dos países da América do Sul mais afetados pela Covid, com 1,6 milhão de casos e quase 55 mil mortes desde o início da crise —e agora vê nova alta de casos.

Apesar do agravamento da pandemia, o pleito foi mantido em sua data prevista em resposta também à instabilidade do governo peruano.

O presidente interino Francisco Sagasti é o quarto do atual mandato, que começou com a eleição de PPK em 2016, que renunciou antes de passar por um processo de impeachment sob acusação de envolvimento com propinas.

Seu sucessor, Martín Vizcarra, foi afastado do cargo em novembro de 2020 depois de enfrentar dois processos de impeachment, também sob a acusação de propina. Na sequência, assumiu, por apenas seis dias, o congressista Manuel Merino de Lama, que renunciou depois dos episódios de violência que vieram na esteira da crise política.

Os quatro candidatos à frente na apuração no Peru



PEDRO CASTILLO, 51
 Educador formado pela Universidade Privada César Vallejo, possui mestrado em psicologia da educação pela mesma instituição e é professor desde 1995 na aldeia de Puña, na província de Chota, no norte do país, onde nasceu e vive até hoje. Candidato à Presidência pelo partido Peru Libre, integrou o comitê de Cajamarca (departamento onde fica Chota) da sigla Peru Possível, entre 2005 e 2017



KEIKO FUJIMORI, 45
 Primogênita do ex-ditador Alberto Fujimori (1990-2000), formou-se em administração de empresas pela Universidade de Boston, área na qual possui mestrado pelo partido de Colúmbia. Nos últimos anos, foi presa devido ao processo que investiga seu envolvimento no esquema de corrupção da Odebrecht. Disputou a Presidência em 2011 e 2016 pelo partido Força Popular



HERNANDO DE SOTO, 79
 Economista formado na Universidade de Gênova, na Itália, possui mestrado em direito internacional pelo Instituto de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento, em Gênova. Atuou em diferentes áreas nos governos de Alberto Fujimori, Alejandro Toledo e Alan García. Ingressou no partido Avanza País no ano passado para disputar a Presidência



RAFAEL LOPEZ ALIAGA, 60
 Formado em engenharia industrial na Universidade de Piura, possui MBA pela Universidade do Pacífico, ambas no Peru. Fundou a Acres Finance, empresa do setor de hotéis e trens, e é acionista da companhia ferroviária Ferrocarril Trasnadino. Conservador, já foi vereador por Lima e concorreu à Presidência do Peru pelo partido Renovação Popular

No Equador, Lasso precisará dialogar com Congresso

ANÁLISE

BUENOS AIRES O resultado das eleições no Equador, além de significar uma derrota do correísmo —força que dominou a política local por mais de dez anos—, exige uma nova radiografia do país, com a qual terá de conviver o presidente eleito, Guillermo Lasso, 65.

O banqueiro e empresário de centro-direita conseguiu a façanha de uma virada nas urnas depois de desempenho fraco no primeiro turno, em que quase perdeu a vaga para o líder indígena Yaku Pérez. A estratégia de mudar a narrativa sobre sua candidatura funcionou, e para isso foi fundamental a contratação de Jaime Durán Barba, o marqueteiro equatoriano por trás da campanha vitoriosa de Mauricio Macri na eleição presidencial de 2015 na Argentina.

A propaganda de Lasso na TV e nas redes sociais ganhou agilidade, incorporando bandeiras importantes de um eleitorado que não votava nele: jovens, ambientalistas, mulhe-

res, progressistas anti-correístas. É certo que isso expôs o candidato ao ridículo, ao incluir dancinhas do TikTok no cardápio. Poderia ter dado errado, mas não foi assim.

Lasso se sobrepôs ao candidato de Rafael Correa (2007-2017), Andrés Arauz, por 52,5% contra 47,5%. A diferença eliminou a possibilidade de uma disputa pela recontagem, como havia acontecido no primeiro turno (a pedido de Yaku Pérez) e no pleito de 2017, quando o próprio Lasso não reconheceu a vitória de Lenin Moreno e saiu às ruas com um megafone na mão dizendo que havia ocorrido uma fraude eleitoral.

Após a posse, marcada para 24 de maio, o presidente eleito enfrentará dificuldades. As mais óbvias são a crise sanitária, com pouco mais de 1% da população vacinada e uma segunda onda da pandemia de coronavírus saturando hospitais e vários centros urbanos importantes. Na economia, uma dívida externa de US\$ 17,4 bilhões e um PIB que

encolheu 7,8% no último ano.

A primeira preocupação de Lasso deverá ser construir consensos para aprovar medidas. Para isso, terá de dialogar com um Congresso (que no país é unicameral) em que terá apenas 12 parlamentares.

A principal força política será a coalizão correísta União por Esperança, com 49 assentos. A segunda será o movimento indígena, liderado pelo Pachakutik (de Yaku Pérez), com 27 congressistas.

Lasso terá uma tarefa muito difícil e cheia de obstáculos. Suas promessas de estender a mão a novos aliados no centro e à esquerda têm de se mostrar reais, e isso tem de ocorrer rapidamente, para conseguir algum tipo de consenso", diz o analista Pedro Donoso.

Foi olhando para esse futuro imediato que Arauz fez um discurso de reconhecimento da derrota, ainda na noite de domingo (11), muito assertivo, no sentido de marcar o território que será da oposição. "Queremos ser um só Equador e ajudar o presidente eleito.

Se seremos uma oposição séria, firme e democrática", afirmou o jovem líder da aliança que terá a maioria dos assentos no Congresso. O movimento indígena, que não possui ainda unidade, mas ganhou enorme volume em termos de representação, será outro a cobrar o cumprimento das promessas do eleito em relação à preocupação ambiental e à regulação da operação das empresas mineradoras, sem invadir territórios indígenas.

Em seu discurso de agradecimento, Lasso fez menção à necessidade de políticas para proteger as mulheres da violência e as meninas que engravidaram cedo. Mas insistiu continuar sendo contra o aborto e deu graças a Deus por sua vitória mais de uma vez.

Será cumprir suas promessas de mais e melhores leis de proteção à comunidade LGBT e a população feminina, é algo para observar de perto. Para espanto desse setor do eleitorado, o presidente eleito afirmou em mais de uma oca-

são que "a família é o valor principal de uma sociedade".

Outra área de atenção é a segurança, um pedido cada vez mais recorrente dos equatorianos. Nos últimos tempos, cartéis de drogas e facções disidentes das guerrilhas colombianas vêm atuando no país.

Um dos exemplos da gravidade da situação foi o recente motim em vários presídios. Para esse setor, Lasso promete uma política linha-dura —e as urnas demonstram que esse é um recurso apoiado pela maioria da população.

Por fim, Lasso terá o apoio, já manifestado por seu colega colombiano, Iván Duque, em políticas coordenadas para pressionar o regime de Nicolás Maduro, na Venezuela. O equatoriano defende mais sanções para deter a ditadura.

Presidente eleito convida Guaidó para cerimônia de posse

O presidente eleito do Equador, Guillermo Lasso, disse que convidará o autoproclamado presidente da Venezuela, Juan Guaidó, para sua cerimônia de posse, em 24 de maio, e não o ditador Nicolás Maduro. Em entrevista a um grupo de jornalistas estrangeiros por videoconferência, Lasso reforçou que "a Venezuela é uma ditadura". "Reconhecemos o presidente Guaidó e vamos aguardar o início de nossa gestão para coordenar nossas ações com relação a esse país". Lasso afirmou ter sido surpreendido pela demonstração de civildade de seu opositor, Andrés Arauz, que telefonou para felicitá-lo depois de reconhecer a derrota no domingo. Também disse ter ficado surpreso com a mensagem de apoio publicada em rede social pelo ex-presidente Rafael Correa (2007-2017).

O fim da unipolaridade

Investida da China mudou cenário da América Latina

Mathias Alencastro

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e doutor em ciência política pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

Nenhuma dimensão da diplomacia contra a pandemia parece tão estruturante quanto o avanço da China na América Latina. Após atingir um milhão de mortos e com apenas 3% da população vacinada, a região depende, na quase totalidade, da alavancagem econômica e da cooperação sanitária promovida por Pequim para ter chance de sair da crise.

O caso da Colômbia, fortaleza de Washington e membro da OCDE, é o mais ilustrativo

desse novo momento geopolítico. A China enviou milhares de insumos e de ventiladores empacotados em caminhas com mensagens de Xi Jinping. Arrasado por uma explosão social, o governo de Bogotá não resistiu à operação de charme e desviou de décadas de alinhamento ocidental em nome da nova amizade.

A solidariedade chinesa é calibrada para atingir objetivos práticos. No caso do Paraguai e de Honduras, a China

está aproveitando a pandemia para aprofundar o isolamento de Taiwan, independente desde 1949. Assunção chegou perto de aprovar o fim da aliança com Taipé no ano passado, e Tegucigalpa ameaça seguir o mesmo caminho.

Não deixa de ser curioso que a China avance com tanta facilidade numa região historicamente associada aos EUA. Afinal, uma das premissas das relações internacionais é que uma superpotência precisa,

primeiro, controlar a sua própria sub-região. Essa visão tem orientado o projeto hegemônico dos EUA nas Américas desde a Doutrina Monroe.

Como explicar a crise do sistema unipolar? Entre outros fatores, a diplomacia de "alinhamento automático" promovida por Donald Trump e Jair Bolsonaro criou a ilusão de que Brasília atuaria como o primeiro defensor dos interesses de Washington na América Latina. Essa aposta desas-

trada nos talentos de Ernesto Araújo e de Eduardo Bolsonaro abriu espaço para a China. Na ausência do Brasil e de um poder moderador como o Mercosul, Pequim teve total liberdade para ampliar suas parcerias bilaterais. A administração Biden corre para reverter o desgaste, mas a América Latina parece ter entrado de forma irreversível numa nova era.

Resta saber como os governos latino-americanos vão tirar proveito da competição entre superpotências. O balanço atual é cheio de contrastes.

Enquanto o Chile conseguiu emergir como o "Israel do Sul Global" da vacinação graças à cooperação com a China, Bolsonaro continua infantilizando a política externa brasileira. As últimas semanas foram dedicadas a superar mais um surto verborágico

do presidente, que associou, de novo, a pandemia a uma "guerra química" dos chineses.

Outros já experimentam mudanças nos sistemas políticos. A virada autoritária do governo de extrema direita de El Salvador, criticada pelo governo Biden, não parece trazer constrangimento à China. Da mesma forma, a aproximação do país com Honduras ganhou outro significado desde que o irmão do presidente Juan Orlando Hernández foi condenado por tráfico nos EUA em 2019.

Num passado recente, Pequim deu respaldo decisivo a um projeto de poder antidemocrático na Venezuela. Para os progressistas, o desafio será fazer com que a presença da China potencialize a autonomia da América Latina sem agravar a crise democrática que corrói a região.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Jaime Spitzkovsky

Ditadura belarussa desvia voo e é acusada de deter opositor

Avião foi forçado a pousar na capital, Minsk, após ser escoltado por um caça

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS Numa manobra cinematográfica, a ditadura da Belarus desviou para o aeroporto da capital, Minsk, um avião da Ryanair que ia da Grécia à Lituânia neste domingo (23). A operação envolveu uma suspeita falsa de explosivo a bordo e a escolta do Boeing 737-800 por um caça aéreo. Segundo opositores, a operação foi comandada pelo ditador Alexandr Lukachenko, para prender Roman Protasevich, 26, um jornalista crítico.

Protasevich, editor do canal informativo Belomova, voava para Vilnius no avião da Ryanair, após cobrir uma visita a Atenas da líder oposicionista belarussa Svetlana Tikhonovskaia. De acordo com jornalistas e passageiros do voo, ele foi preso em Minsk. A informação chegou a ser confirmada pelo Ministério do Interior belarusso em canal oficial em aplicativo, mas o post foi apagado.

Segundo a agência de notícias oficial Belta, foi Lukachenko quem ordenou pessoalmente que um caça MIG 29 escoltasse o voo civil até o aeroporto de Minsk. "O presidente deu a ordem ineqüívoca para fazer o avião dar meia-volta e pousar", relata.

Em nota, a Ryanair disse que a tripulação foi avisada de uma "ameaça potencial à segurança a bordo" pelo controle de tráfego aéreo da Belarus e instruída a desviar o



O jornalista Roman Protasevich em uma audiência na Justiça da Belarus em 2017; opositor foi retirado de avião em Minsk e preso neste domingo (23), segundo passageiros

voo para Minsk. Após vistoria, nada foi encontrado, e o voo foi retomado cinco horas depois, afirmou a companhia aérea, sediada na Irlanda.

O comunicado da Ryanair também não menciona o destino de Protasevich, um dos 170 passageiros a bordo do voo FR 4978. "Ele foi levado para fora do avião e seus pertences, jogados na pista", relataram viajantes, de acordo com o principal assessor de comunicação de Tikhonovskaia, Frank Viacorka.

A amigos Protasevich contaram em mensagens na manhã deste domingo que um estranho havia tentado fotografar seus documentos na fila de

embarkage do voo para Vilnius. Segundo testemunhas, assim que o avião entrou no espaço aéreo belarusso, agentes da KGB, polícia secreta belarussa, pressionaram a tripulação do voo a desviar para Minsk. Passageiros dizem que o blogueiro "entrou em pânico ao perceber que seria detido e afirmou que enfrentaria a pena de morte". De acordo com a mídia belarussa, ele é acusado de liderar desordem em massa, perturbação da ordem e incitação ao ódio, com penas de até 15 anos de prisão.

O jornalista é cofundador e ex-editor de um dos principais canais informativos belarussos, o Nexta, banido pe-



Fonte: FlightRadar24

la ditadura em outubro do ano passado após ser considerado extremista. Protasevich e outros integrantes do canal foram incluídos numa lista de terroristas pela KGB. Após ameaças, ele saiu do país e morava na Lituânia.

O Nexta Live foi a fonte de informação mais popular durante as manifestações contra Alexandr Lukachenko, reeleito em agosto do ano passado, em pleito considerado fraudado. O serviço tinha 1,9 milhão de assinantes quando foi proibido. Apesar das ameaças, o canal continuou ativo, sob o nome de Hexta, editado na Polônia, pelo blogueiro belarusso Stepan Svetlov, também acusado de terrorismo.

"A partir de agora, ninguém voando sobre a Belarus pode estar seguro", escreveu Tikhonovskaia em rede social. Ela e Viacorka fizeram o mesmo voo há pouco tempo, disse o assessor de comunicação: "Tivemos sorte de chegar ao destino. O espaço aéreo belarusso tem que ser evitado e os responsáveis devem ser punidos".

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, exigiu a libertação imediata de Protasevich e disse que o "ato chocante do regime Lukachenko nos primeiros dias de protestos pós-eleições; mais de 500 casos de tortura foram documentados. A ditadura abriu 2.300 processos criminais contra oponentes políticos, segundo a organização Viazna.

A imprensa foi alvo de repressão desde o início dos protestos, na noite da eleição. Jornalistas foram espancados e detidos enquanto trabalhavam na cobertura, credenciais de correspondentes estrangeiros foram revogadas e eles foram expulsos do país.

De acordo com a Associação de Jornalistas da Belarus, 521 jornalistas foram presos desde então, dos quais 28 ainda estão na cadeia, 11 deles sob acusações criminais.

Peru tem manifestações contra candidatura de Keiko Fujimori

LIMA | AFP E REUTERS Milhares de pessoas se manifestaram no sábado (22) em várias cidades do Peru em rejeição à candidatura presidencial de Keiko Fujimori, 45, em marchas convocadas por grupos de direitos humanos e anticorrupção. Faltam 15 dias para a votação em que ela enfrentará o sindicalista Pedro Castillo, 51.

Sob o lema "Pelo Peru Keiko não vai", a marcha em Lima foi realizada da pacificamente com milhares de pessoas usando máscaras e agitando faixas com slogans contra a candidata e seu pai, o ex-ditador Alberto Fujimori, que governou de 1990 a 2000.

A marcha começou à tarde na Plaza San Martín, epicentro dos protestos do país, e percorreu o centro histórico da cidade até antes do toque

de recolher, em vigor às 21h devido à pandemia de Covid.

Os familiares das vítimas de violações dos direitos humanos durante o governo de Alberto Fujimori estavam na primeira fila. Também compareceram centenas de jovens que consideram a Fujimoris parte de uma classe política corrupta, que arruinou o país nas últimas três décadas.

"Fujimori nunca mais! É por isso que vim marchar, pela dignidade, pelo meu futuro, pelo futuro dos meus filhos, pelo futuro das outras gerações, é por isso que venho marchar, porque me sinto indignado com tanta corrupção, por tantas décadas sendo roubado e saqueado", afirmou à AFP um manifestante que se identificou como Roberto. Keiko, que concorre à Presi-



Manifestantes anti-Keiko seguram cartazes com vítimas do regime de Alberto Fujimori, em Lima

dência pela terceira vez, lidera o Força Popular, partido fujimorista que ajudou a derrubar o hoje ex-presidente Pedro Pablo Kuczynski, movimento que deu início à crise política no país; o presidente atual, o interno Francisco Sagasti, é o quarto deste mandato.

PPK, como Kuczynski é conhecido, renunciou em 2016. Seu sucessor, Martín Vizcarra, foi afastado em novembro de 2020 após enfrentar dois processos de impeachment, também sob a acusação de recebimento de propina, o que o enquadraria na categoria de "incapacidade moral", impedindo a continuidade no cargo.

No primeiro turno, Keiko obteve 13,4% dos votos, atrás de Castillo, com 18,9%. Para o segundo turno, marcado para 6 de junho, é ele quem leva

vantagem, segundo as últimas pesquisas de intenção de voto. Um levantamento publicado neste domingo (23) indica que 44,8% dos entrevistados pretendem votar em Castillo; para Keiko, a parcela é de 34%.

As sondagem foi realizada pelo Instituto de Estudos do Peru (IEP) a pedido do jornal La República com 1.208 pessoas nos dias 20 e 21 de maio e teve margem de erro de 2,8 pontos percentuais. A pesquisa também indicou que 13% pretendem votar em branco ou nulo.

Diferentemente das eleições de 2011 e de 2016, nas quais chegou ao segundo turno, mas foi derrotado, desta vez Keiko não fez gestos de reconciliação ou pediu desculpas pelos abusos de direitos humanos cometidos pelo pai para amenizar a rejeição a seu nome.

mundos

A duas semanas de eleição, atentado deixa ao menos 14 mortos no Peru

Exército e governo federal atribuem ataque a integrantes da guerrilha Sendero Luminoso

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Um atentado que matou ao menos 14 pessoas no domingo (23) à noite no Vraem (abreviatura pela qual se conhece a região do vale dos rios Apurímac, Ene e Mantaro) causa preocupação no Peru a pouco menos de duas semanas do segundo turno das eleições presidenciais.

As Forças Armadas afirmaram, por meio de um comunicado, que o ataque havia sido realizado pelo Sendero Luminoso (guerrilha de esquerda desarticulada nos anos 1990, mas que ainda possui células ativas). Os soldados encontraram no local panfletos que atribuem o ataque ao grupo e pedem que eleitores votem nulo, "para limpar o Vraem e o Peru de antros de mal viver, de parasitas e de corruptos".

O texto também diz: "Povo peruano, boicote as eleições burguesas, porque não é teu caminho. Não vá votar, vote em branco, ou vote nulo". E, ainda: "Quem vota em Keiko



Fujimori é traidor, é assassino do Vraem e assassino do Peru".

Entre as vítimas do ataque, num bar em San Miguel del Ene, em Vizcatán del Ene, havia mulheres e crianças.

O presidente peruano, Francisco Sagasti, condenou as mortes e ordenou o deslocamento de forças extras do Exército para a região. "Condenei e repudio energicamente

o assassinato de 14 pessoas no Vraem. Ordenei que as Forças Armadas e a polícia nacional reforcem a zona, para que este tipo de ação terrorista não fique impune", escreveu o político, numa rede social.

Na época da guerra entre o Estado peruano e o Sendero Luminoso, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, o Vraem foi uma região de duros enfrentamentos. A vitória do Estado ocorreu apenas depois de aceitar a ajuda das "rondas campesinas", milícias compostas por civis que entraram no confronto para enfrentar a guerrilha. O resultado do conflito foi a morte de mais de 70 mil peruanos.

O ataque pode ter consequências eleitorais — o segundo turno da disputa à Presidência deve ser em 6 de junho, entre o sindicalista e professor de esquerda Pedro Castillo, 51, e a direitista Keiko Fujimori, 45, filha do autocrata Alberto Fujimori (1990-2000).

Castillo tem o apoio dos chamados "ronderos", que ainda

atuam no país e são aceitos pelas comunidades do campo, que veem neles protetores. Há membros do entorno do candidato, no entanto, que possuem vínculo com o Movadef — o braço político do Sendero Luminoso.

Integrantes do grupo, inclusive, atuam como assessores da campanha. E alguns já estiveram presos por ligação com ações consideradas terroristas pela Justiça.

A propaganda de Keiko Fujimori, por sua vez, ataca tanto os "ronderos" quanto os senderistas, dizendo que são todos "terroristas". A candidata ainda não se manifestou sobre as mortes deste domingo.

A bandeira de ter colocado um fim à guerra com o Sendero Luminoso, naquela época, com a prisão do seu líder máximo, Abimael Guzmán, em 1992, rendeu enorme popularidade ao então presidente peruano Alberto Fujimori e também ao fujimorismo.

A região do Vraem é uma zona de instabilidade já há mu-

“Povo peruano, boicote as eleições burguesas, porque não é teu caminho. Não vá votar, vote em branco, ou vote nulo. Quem vota em Keiko Fujimori é traidor, é assassino do Vraem e assassino do Peru”

texto em panfleto encontrado na região do massacre

tos anos porque é uma área de plantio de coca e parte de rotas usadas pelo narcotráfico.

Nos últimos tempos, uma tentativa do governo de começar a erradicação do plantio de coca e da substituição por outros cultivos gerou tensão. Ataques entre grupos que ficaram com o que restou da ação antes comandada exclusivamente pelo Sendero Luminoso são muito comuns.

No último sábado (22), milhares de pessoas foram às ruas em várias cidades do país contra a candidatura de Keiko, em passeatas convocadas por grupos de direitos humanos e anticorrupção.

Sob o lema "Pelo Peru Keiko não vai", a marcha foi realizada pacificamente em Lima com milhares de pessoas usando máscaras e agitando faixas com slogans contra a candidata e seu pai, o ex ditador Alberto Fujimori, que esteve no poder de 1990 a 2000.

Um levantamento publicado neste domingo (23) indica que 44,8% dos entrevistados pretendem votar em Castillo, enquanto 34% dizem que vão escolher Keiko. A sondagem foi realizada pelo Instituto de Estudos do Peru a pedido do jornal La República com 1.208 pessoas nos dias 20 e 21 de maio e teve margem de erro de 2,8 pontos percentuais.

A pesquisa também indicou que 13% pretendem votar em branco ou anular seu voto no segundo turno do pleito.



Divulgação Presidência do Equador/Reuters

LISSO TOMA POSSE NO EQUADOR E PROMETE VACINAÇÃO EM MASSA

O ex-banqueiro Guillermo Lasso foi empossado presidente do Equador para um mandato de quatro anos em cerimônia nesta segunda (24), em Quito. Membro da Opus Dei, Lasso, 65, realizou o juramento de posse na presença dos presidentes de Brasil, Jair Bolsonaro, República Dominicana, Luis Abinader, e Haiti, Jovenel Moise, e do rei da Espanha, Felipe 6°. Os EUA foram representados pela embaixadora na ONU, Linda Thomas-Greenfield. Lasso, que substituiu Lenin Moreno, prometeu um "governo do encontro", que procurará ultrapassar a polarização política, a corrupção e a crise aprofundada pela Covid — o Equador registra 419.198 casos e 20.210 mortes. Por isso, prometeu um ambicioso plano de vacinação nos primeiros cem dias no cargo e também pregou que o país projete uma "promessa de equilíbrio na vida comum".

Em protesto contra novo lockdown, argentino corta cabelo através de grade

BUENOS AIRES Dono de um salão de beleza na cidade de Rosario, Emilio Sguazzini, 72, decidiu fazer uma espécie de performance para protestar contra as novas restrições sanitárias impostas pelo governo federal argentino para tentar conter a disseminação do novo coronavírus.

Agora, de acordo com as medidas em vigor desde sábado (22), podem ser realizadas apenas atividades consideradas essenciais, como venda de alimentos e de remédios. Outros tipos de comércio, como restaurantes, por sua vez, só estão autorizados a funcionar para entregas ou retiradas: a pessoa telefona para o local, reserva o produto e vai buscá-lo na loja, que deve estar semifechada.

Diante da impossibilidade de trabalhar, Sguazzini colocou do lado de fora de seu estabelecimento uma das cadeiras usadas para atender aos clientes e pediu que uma funcionária se sentasse nela.

Em seguida, simulou um corte de cabelo por meio da grade metálica que fecha olo-

cal. A imagem, claro, viralizou.

"Recebemos mensagens até de gente da Suíça", conta o filho de Sguazzini, Lucas. "Fizemos isso como um protesto, mas com bom humor. É para mostrar a hipocrisia das medidas, que permitem a alguns setores atender pela janela, enquanto outros têm de ficar fechados. Fomos prejudicados desde o início da crise."

Não foi só nas redes sociais que a ação de Sguazzini teve repercussão, e alguns salões de beleza resolveram imitar a manifestação, tanto em Rosario como em Buenos Aires.

Cabeleireiros ficaram fechados no ano passado durante seis meses. Depois, foram autorizados a atender, mas com número reduzido de clientes e mediante reserva de horários.

O aumento da curva de casos de Covid-19 na Argentina nas últimas semanas, porém, levou o governo do presidente Alberto Fernández a voltar à fase 1 das restrições em áreas consideradas em emergência sanitária — caso da região metropolitana de Buenos Aires e de cidades como Rosario.

Hoje, o país ostenta 733.950 novas infecções diárias por Covid a cada milhão de habitantes, segundo o Our World in Data. O Brasil, para comparação, exibe 326,48 casos por milhão. Há dois meses, o índice na Argentina, era de 162,63/milhão. Ao todo, são 3,51 milhões de contaminações.

Em relação a mortes, o país registrou no domingo a marca de 11,19 óbitos por dia a cada milhão de habitantes (o, 49/1 milhão há dois meses). Desde o início da crise, a Argentina registrou 73.688 mortes.

Sguazzini, que é cabeleireiro há 55 anos, diz que não vai atender clientes de verdade, pois "isso é contra a lei".

"Mas acho importante mostrar às autoridades que nosso setor sofre demais com essas medidas." Dos seis funcionários que tinha, afirma ele, quatro tiveram de ser demitidos desde o começo da pandemia.

"Fomos autorizados agora apenas a vender produtos por delivery, como xampu. Mas é óbvio que não dá para manter o negócio assim. Nosso forte é o corte de cabelo". SC



Protesto do cabeleireiro Emilio Sguazzini, em Rosario, contra medidas para conter o coronavírus. Emilio Coiffeur no Instagram

Ernesto tira licença de 90 dias do Itamaraty

BRÁSILIA O ex-ministro Ernesto Araújo (Relações Exteriores) deve tirar uma licença prêmio pelo período de 90 dias, segundo boletim interno do Itamaraty.

A licença começará em 2 de junho, e Ernesto receberá remuneração no período. Exponente da ala ideológica, ele foi substituído pelo diplomata Carlos França.

O ex-chanceler perdeu o cargo após entrar em choque com o Senado e enfrentar resistências do empresariado e de militares. O desgaste foi tão grande que a senadora Kátia Abreu (PP-TO), presidente da Comissão de Relações Exteriores, declarou que não colocaria em votação a indicação de Ernesto a uma embaixada.

Ernesto assumiu um cargo na área administrativa do Itamaraty e passou a fazer publicações nas redes sociais, algumas com discordâncias em relação ao trabalho de Carlos França.

Há a possibilidade de ele ser designado a um posto no exterior que não demande de aval do Parlamento.

mun

No segundo turno, Peru decidirá presidente dividido em extremos

Pesquisas apontam empate técnico entre esquerdista Pedro Castillo e direitista Keiko Fujimori

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Depois de um período presidencial (2016-2021) marcado por atropelos institucionais e com quatro titulares no comando, o Peru joga a sorte numa eleição polarizada e incerta que tem tudo para prorrogar a instabilidade.

Neste domingo (6), num dos piores momentos da pandemia no país, os peruanos vão às urnas para decidir, em segundo turno, entre o outsider esquerdista Pedro Castillo e a ex-congressista Keiko Fujimori, filha de um autocrata.

“O pior segundo turno que já tivemos, com a certeza de que elegeremos alguém despreparado para o cargo”, diz o analista Alberto Vergara.

Segundo a pesquisa mais recente, do instituto Ipsos, há um empate técnico. Castillo aparece com 51,1% dos votos, e Keiko, com 48,9%. A margem de erro é de 2,5 pontos percentuais. É preciso lembrar que ambos passaram ao segundo turno com votação baixa —Castillo com 19% e Keiko com 13%, num cenário fragmentado em que havia, ainda, outros 16 candidatos.

Quando a campanha para o segundo turno começou, Castillo chegou a abrir mais de 10 pontos de vantagem. Keiko, porém, conseguiu apoios de alguns setores mais de centro e da direita e diminuiu a margem de vantagem do líder.

Os institutos de pesquisa, porém, reforçam que a rejeição, chamada no Peru de “antivoto”, pode não permitir que os candidatos tenham somado muito mais eleitores na reta final. Segundo o instituto Datum, 48% disseram que jamais votariam em Keiko; enquanto 42% afirmaram que nunca escolheriam Castillo.

Para Mike Reid, colunista da revista britânica *The Economist* e especialista em Peru, ambos “podem não durar muito [no cargo], por que estão prometendo coisas que não vão poder entregar”.

No caso de Keiko, 46, a promessa é de um novo momento econômico como o que o país experimentou a partir do boom de commodities, e depois da autocracia que foi o governo de seu pai, Alberto Fujimori (1990-2000), hoje condenado por crimes contra a humanidade e corrupção.

Segundo Reid, isso não seria possível por conta da gravidade desta crise: a economia peruana foi a que mais sofreu o impacto da pandemia na América do Sul, caindo 11% em 2020, enquanto a pobreza aumentou 10%.

E outra razão é o fato de que “a Keiko de hoje é uma versão



Pedro Castillo (de chapéu) discursa a eleitores da sacada de seu comitê, em Lima. Gian Masco/APP

ainda menor, mais esvaziada da Keiko de eleições passadas” —em sua terceira tentativa de chegar ao poder, não é mais líder de um partido majoritário no Congresso e responde a processos por corrupção.

No caso de Castillo, a promessa é a de uma espécie de refundação do país, com uma nova Constituição e um Estado intervindo de maneira intensa na economia e na educação. “Ele represen-

ta uma demanda por justiça social que é legítima, mas não tem como cumprir a promessa de acabar com as desigualdades do país”, afirma Reid.

Castillo, 51, cuja candidatura desmontou na última semana antes do primeiro turno, é um professor de esquerda que vem da região de Cajamarca, no norte do país. Nunca ocupou cargo público e ficou conhecido por liderar, em 2017, uma greve nacional. Ele

chefava o Conare, o sindicato dos professores, que tem ligações com o Movadef — braço político da guerrilha esquerdista Sendero Luminoso.

A guerra entre o Estado peruano e o Sendero Luminoso consumiu a vida de mais de 70 mil pessoas nos anos 1980 e início de 1990 e só foi concluída quando as milícias de camponeses conhecidas como “rondas campesinas” passaram a lutar ao lado do Exer-

Raio-x



População: 32.201.224 (menos de 1/6 da população do Brasil)
Área: 1.285.216 km² (equivalente à área do Pará)
Idiomas oficiais: Espanhol, quechua, aymara
PIB: US\$ 226 bi (do Brasil é US\$ 1,8 tr)
PIB per capita*: US\$ 13.416 (do Brasil é US\$ 15.300)
IDH: 79° (Brasil é o 84°)
Casos de Covid:** 1.968.693 (Brasil tem 16.803.472)
Mortes: 185.380 (no Brasil, são 469.784)
Mortes por 1 mi de habitantes: 5.551 (2.196 no Brasil)

Quem disputa o 2º turno



Keiko Fujimori, 45

Filha de Alberto Fujimori (1990-2000), é chefe do partido direitista Força Popular Fujimorista. Foi presa em 2018 e em 2020 por suspeita de lavagem de dinheiro e de recebimento de caixa dois da empreiteira brasileira Odebrecht



Pedro Castillo, 51

Surpresa na disputa, o sindicalista e professor do ensino médio é candidato da aliança de esquerda Peru Libre. Tem um discurso anticorrupção e propõe dissolver o Tribunal Constitucional e a Constituição de 1993

*Em paridade de poder de compra; **Dados até 4 jun. 21. Fontes: CIA World Factbook; Banco Mundial; PNUD e Worldometer

cito. Castillo se diz um “rondero” e até hoje tem o apoio dos “ronderos” da região, que se dedicam a ajudar comunidades pobres em regiões rurais.

Curiosamente, Alberto Fujimori, quando se lançou candidato, era um completo desconhecido, mas cultivou seu apoio nos rincões rurais, com os adversários da elite limeña quase não iam. Ainda hoje há nessas regiões certa nostalgia do fujimorismo —pe-

las visitas que ele fazia e pelo crédito que recebe por ter pacificado a área, pondo fim à guerra contra o Sendero.

Castillo se define como socialista, e as promessas são de “refundar a economia de baixo para cima”, como disse no último debate entre os candidatos. Sua plataforma passa por nacionalizar a energia e a indústria de mineração —o Peru é o segundo maior produtor de cobre no mundo.

A adversária dele, por sua vez, tem mais experiência política, embora pese contra ela o fato de ter conhecimento, sem ter tomado providências, sobre os abusos de direitos humanos e a corrupção que levaram à prisão os principais líderes do fujimorismo.

Aos 19, com o divórcio dos pais, Keiko passou a atuar como primeira-dama. Foi congressista de 2006 a 2011. Depois, tentou ser presidente, em 2011, quando perdeu para Ollanta Humala, e em 2016, quando foi derrotada, com uma diferença muito pequena de votos, por Pedro Pablo Kuczynski, conhecido como PPK.

Na oposição, liderou o Força Popular, partido que conquistou 77 cadeiras no Congresso, unicameral e com 130 assentos. Com esse capital político, pôde pressionar pelo afastamento de PPK e de vários de seus ministros. Depois, foi acusada de corrupção, passou mais de um ano na prisão e ainda responde a processo por supostos subornos e caixa 2 durante suas campanhas presidenciais. Entre eles, da empreiteira brasileira Odebrecht.

Tanto Keiko quanto Castillo fizeram promessas de que não apelaríamos ao autoritarismo e que respeitariam tanto a propriedade privada (no caso dele) quanto as instituições (no dela). Ambos, porém, se parecem em alguns aspectos. Os dois são conservadores —contra o aborto, a ampliação de direitos da comunidade LGBTQ e o casamento gay.

Novo Congresso eleito em abril está bastante fragmentado, mas a maior bancada pertence ao partido de Castillo, o Peru Libre, com 37 deputados. Para o analista Fernando Tuesta, “se Keiko ganhar, não haverá ruptura com o atual sistema”. “No curto prazo, terá a seu favor o empresariado e as Forças Armadas, mas sua relação com o Congresso e sua incapacidade de resolver os problemas do país farão com que a rejeição a ela, que já é alta, aumente”.

Por outro lado, Tuesta acha que, em caso de vitória de Castillo, “não haverá comunismo ou chavismo no Peru”. “Não porque ele não queira, mas porque não será possível sem apoio majoritário do Congresso e do empresariado”.

Na sexta-feira (4), o atual presidente, Francisco Sagasti, pediu que a população compareça às urnas de acordo com os horários estabelecidos, para evitar aglomerações.

Quem vencer assume em 28 de julho, data que marca os 200 anos de independência.

Polarização é representada por dois opostos antidemocráticos

ANÁLISE

Pedro Abramovay e Miguel Lago

Abramovay é ex-Secretário Nacional de Justiça e doutor em ciência política pelo Iesp-Uerj e Lago é professor adjunto na School of International and Public Affairs da Universidade Columbia

Os peruanos vão às urnas neste domingo (6) para fazer, essa sim, uma escolha difícil. De um lado, a candidatura de extrema direita, Keiko Fujimori; do outro, o candidato de extrema esquerda, Pedro Castillo.

Keiko é filha de Alberto Fujimori, um ditador responsável pelas mais graves violações de direitos humanos dos anos 1990. Castillo, um militante anti-“ideologia de gênero” que promete romper com a ordem institucional do país.

Este segundo turno traz lições importantes para a política na região, e sobretudo para nós, brasileiros.

A primeira lição é a vitória do conservadorismo militante. No Peru, a base social mudou e, embora os católicos sejam majoritários, quem incide politicamente são os evangélicos —em particular os neopentecostais. Keiko e Castillo compartilham o combate ao que denominam “ideologia de gênero” e têm nos valores conservadores o carro-chefe de seus discursos políticos. Embora seja considerado de extrema-esquerda, Castillo é também “terrivelmente” ultraconservador. As pautas progressistas relativas a liberdades individuais e ao respeito aos direitos humanos estão fo-

ra do segundo turno no Peru.

A segunda lição é a de que a judicialização da política tem desestabilizado nossos sistemas políticos. Assim como no Brasil, a classe política peruana foi dizimada pelo Judiciário: dois presidentes caíram em cinco anos, um ex-presidente se suicidou, e isso abriu a porteira não para a renovação da classe política, mas para a emergência de extremistas e infiltração de corruptos.

Tanto quanto no Brasil, a Operação Lava Jato peruana promoveu um sentimento de antipolítica que claramente flertou com um sentimento antidemocrático. O grupo político de Keiko Fujimori é reconhecidamente corrupto. No caso de Pedro Castillo, pesam contra o principal líder de seu

partido e parlamentares eleitos pelo seu movimento graves denúncias de corrupção. A judicialização da política não afastou os corruptos, mas valorizou aqueles que não demonstram apreço pela democracia.

A terceira lição é a de que, em sociedades polarizadas, a fragmentação de candidaturas no primeiro turno favorece aqueles que melhor vocalizam os diferentes pólos. Pedro Castillo, um professor de escola do interior do país, totalmente desconhecido, obteve pouco mais de 19% dos votos. Fujimori ficou com 13%. Ou seja, dois terços do eleitorado votaram nos outros oito candidatos disponíveis que cobriam todo o espectro político democrático, da esquerda à direita, passando pelo centro.

A quarta lição é a de que não se pode confundir polarização com extremismo. O fato de existirem dois pólos não significa que sejam automaticamente dois extremos. No início da campanha, os meios de comunicação peruanos cometeram esse erro qualificando repetidamente de “chavistas” a principal candidata de centro-esquerda. Foi surpreendentemente ultrapassada por Pedro Castillo —este, sim, um verdadeiro extremista.

O mesmo erro foi cometido aqui, em 2018, e persiste em artigos dos mais qualificados formadores de opinião de nosso país. Se de um lado o radicalismo de Keiko é comparável ao de Jair Bolsonaro (a peruana é certamente mais moderada que o brasileiro), Cas-

tillo não é da mesma natureza de Fernando Haddad ou de qualquer outro possível candidato da esquerda brasileira.

Peruano sustenta um discurso abertamente anticapitalista, propõe redistribuição radicalmente igualitária das riquezas e prometeu fechar o Tribunal Constitucional do país. Castillo faz o PT parecer um partido conservador moderado. No Peru, a polarização está representada por dois extremos antidemocráticos. Esse não foi nosso caso em 2018. Nem toda direita é fascista, nem toda esquerda é autoritária. Não dá para fazer de conta que candidatos democráticos não o são sem correr o risco de que o eleitorado não saiba mais diferenciar democracia de autoritarismo.

mundos

Terra arrasada no Peru

Derrocada democrática é alerta para o Brasil

Mathias Alencastro

Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e doutor em ciência política pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

O Peru cristaliza a crise dos sistemas políticos na América Latina. Os últimos cinco anos viram desfilar quatro presidentes. Alguns, como Manuel Merino, não duraram mais do que quatro dias. Outros têm uma legitimidade meramente tecnocrática, como o atual, Francisco Sagasti.

Enquanto isso, a política partidária se esvaizou, e o Congresso foi invadido por todo o tipo de aventureiro, charlatão e oportu-

nista. A terra arrasada em que se desenrola a política tornou praticamente inevitável a emergência de candidatos com o perfil de Keiko Fujimori e Pedro Castillo.

Os fatores na origem da crise peruana estão presentes em diferentes níveis no resto da América Latina. O país nunca rompeu com o estilo autoritário do fujimorismo, marcado pela violência policial, a captura do Estado e a extração selvagem

dos recursos naturais. A judicialização da política destruiu a tentativa de reconstrução da classe política e motivou a ressurreição da extrema direita.

Por fim, a pandemia mergulhou a sociedade num estado de desespero. A revisão do número de mortos, que colocou o Peru no topo dos rankings mundiais de mortalidade, resume o legado dos últimos cinco anos. O contexto de desagregação

das instituições regionais e de transição política da América Latina potencializa o conflito doméstico. A OEA, sob a gestão do farista Luis Almagro, tem a credibilidade de um tribunal iraquiano sob Saddam Hussein. O Mercosul, vandalizado pelo governo Bolsonaro, não passa de uma sombra do seu passado.

O que restava da autoridade moral dos EUA, bastante danificada no Peru depois do reco-

nhecimento do autogolpe de Fujimori em 1992 pela presidência Bush, evaporou-se com o avanço da China a partir de 2010. Em construção, o complexo portuário de Chancay, a 100 quilômetros de Lima, será a porta de entrada da China na América Latina e marcará o ingresso do Peru numa nova era geopolítica.

No meio de tantas mudanças, a estabilidade democrática virou um problema secundário. Por isso, apesar do empate técnico na noite de domingo (6), já é possível distinguir tendências. Um governo funcional de Castillo, que não tem base partidária sustentável e experiência institucional, seria algo perto de um milagre. Os juramentos de cumprir a constituição feitos por Keiko na reta final da eleição fazem sorrir os conhecedores

do seu movimento. Enquanto líder do partido que detinha maioria no Congresso nos últimos anos, ela fez tudo para degradar a situação política. A sua verve autoritária continua intacta.

A terra arrasada no Peru é um sinal de alarme para a América Latina e o Brasil em particular. A resiliência do fujimorismo, que seguirá sendo a força política mais organizada do país independentemente do resultado do pleito, mostra que o projeto de poder da extrema direita na América Latina não perdeu fôlego depois da derrota de Trump.

Essa constatação também serve de alerta para aqueles que esperam virar rapidamente a página do bolsonarismo no Brasil: a radicalização da direita é um processo longo e potencialmente irreversível.

| SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Jaime Spitzcovsky



Luka Gonzales/AFP



Alessandro Cinque/Reuters

Castillo fala com grupo na sede da campanha depois de divulgação de boca de urna; Keiko acena para apoiadores após votar

Boca de urna no Peru mostra empate técnico na disputa à Presidência

Votação de 12 horas foi dividida em faixas de horário para evitar aglomerações no 2º turno devido à pandemia

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Depois de uma apuração apertada para decidir os dois nomes que disputariam a Presidência do Peru no segundo turno, Keiko Fujimori e Pedro Castillo apareceram empatados na pesquisa de boca de urna divulgada logo após o fechamento das seções neste domingo (6). Segundo o instituto Ipsos, a diretista Keiko, 46, tem 50,3% dos votos, contra 49,7% do esquerdisto Castillo, 51, que chegou à frente no primeiro turno. A margem de erro do levantamento é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Apoiadores de Castillo foram às ruas após o resultado em algumas cidades, e o candidato pediu calma. Pelo Twitter, convocou "o povo peruano de todos os rincões do país a ir em paz às ruas para estarem vigilantes em defesa da democracia". Com um megafone, ele se dirigiu a um grupo em frente à sede de sua campanha e disse que a boca de urna não é o resultado e que é preciso esperar os números oficiais — o órgão eleitoral prevê uma primeira divulgação parcial à 13h30 (horário de Brasília).

Keiko também pediu calma aos apoiadores. "Os resulta-

dos de boca de urna foram recebidos com alegria, mas como a margem é tão pequena, é preciso ter prudência. Essa campanha já terminou, e será fundamental a partir de amanhã encontrar os pontos de diálogo com os diversos grupos políticos", disse. "Invoco a prudência, a paz, por isso, vamos esperar os resultados da ONPE [órgão eleitoral]."

Horas antes, a televisão peruana mostrou imagens da candidata comemorando com familiares — inclusive com o irmão Kenji, de quem estava afastada desde uma disputa política que começou em 2016 envolvendo a negociação de um indulto ao pai deles, Alberto Fujimori, que governou o país entre 1995 e 2000.

O irmão mais novo se reaproximou dela recentemente, participando da cam-

50,3%

dos votos foram conquistados por Keiko Fujimori, segundo boca de urna do instituto Ipsos

49,7%

foi o percentual destinado a Pedro Castillo

inha por meio das redes sociais e com vídeos no TikTok.

Em um longo dia de votação, com urnas abertas por 12 horas e divisão dos eleitores em faixas de horário para evitar aglomerações devido à pandemia de coronavírus, os candidatos baixaram o tom dos ataques que vinham trocando.

O discurso comedido do vencedor foi visto na campanha eleitoral, em que houve troca de farpas e ameaças mútuas. Keiko afirmava que Castillo significaria o caminho do Peru para se transformar na Venezuela, e Castillo dizia que a adversária seria uma continuação da gestão cheia de abusos de direitos humanos como foi a do pai dela.

Como é tradição, ambos os candidatos realizaram os cafés da manhã eleitorais, em que se reúnem com apoiadores e familiares antes da jornada de votação. Keiko preferiu fazê-lo num dos bairros mais pobres de Lima, San Juan de Lurigancho, ao ar livre.

A diretista prometeu respeitar o resultado, diferentemente de outros anos, em que fez acusações de fraude. Ela já foi candidata em 2011 e em 2016, perdendo ambas as vezes no segundo turno. "Não sabemos qual será o resulta-

do, mas, seja qual for, ratifico nosso compromisso de respeitar a vontade popular, de dizer que será a decisão que nosso país defina se tenho que servir como presidente do Peru ou como uma simples cidadã."

Já Castillo, numa mesa ao ar livre, diante de sua casa em Cajamarca, também repetiu que aceitará os resultados. "Vamos respeitar a democracia. Estamos aqui para nos apresentar para tentar oferecer uma solução para os problemas do Peru. Não apenas quero reafirmar que respeitarei resultados, mas também gostaria de pedir tranquilidade a todos."

Keiko votou no fim do dia, em Sucre, enquanto Castillo o fez pela manhã, em Tacabamba. Ainda sem números oficiais de comparecimento às urnas, emissoras locais de televisão afirmavam que muitas mesas de votação tiveram um público escasso. A pandemia e o fato de ambos candidatos terem alta rejeição podem ser parte da explicação.

Houve poucos incidentes envolvendo figuras públicas neste domingo. O controverso líder do Peru Libre, partido de Castillo, Vladimir Cerón, apareceu para votar com uma camiseta da legenda — branca, com gola e bolsos vermelhos — coberta por uma jaqueta. Isso fere a lei eleitoral e foi denunciado por militantes do fujimorismo. Cerón é investigado por corrupção, assim como a própria Keiko.

O presidente peruano, Francisco Sagasti — o quarto a ocupar o cargo no atual mandato — votou cedo, às 8h, em Lima, e pediu calma durante a apuração. O mandatário afirmou que até seu último dia do cargo irá cumprir a promessa de uma transição pacífica.

O vencedor do pleito deste domingo assume em 28 de julho, dia do bicentenário da independência do país.

Homem atira cabeça degolada em centro de votação no México

BUENOS AIRES Um homem atirou uma cabeça degolada num centro de votação em Terrazas del Valle, um bairro de Tijuana, cidade da fronteira entre o México e os EUA, durante as eleições deste domingo (6). Perseguido por policiais, ele conseguiu escapar, mas deixou para trás sacolas de plástico com restos humanos, entre eles várias mãos. Em Mariano Matamoros, uma outra cabeça foi deixada em uma caixa numa seção eleitoral.

Na cidade de Metepec, no estado do México, um grupo de 20 homens invadiu um outro centro de votação e vandalizou algumas salas. As urnas não foram roubadas, mas muitas delas foram destruídas. Houve portas destruídas e correria, e algumas pessoas ficaram feridas. Também no estado do México, uma pessoa atirou uma granada inativa dentro de um local de votação — os eleitores foram dispersados, mas voltaram para concluir o processo eleitoral.

Erik Ulises Ramirez, candidato do Movimento Cidadão, que sobreviveu a uma tentativa de assassinato no mês passado em Cocula, no estado de Guerrero, disse que dois colaboradores de sua campanha foram sequestrados e espancados antes de serem soltos.

Todos esses casos são parte de uma das eleições de maior mandato mais violentas no México nos últimos tempos. Segundo a consultora Etellekt, já foram mortos 91 políticos, a maioria da oposição aos partidos no poder.

Marcado pelos relatos de violência, o pleito deste domingo irá definir os 500 novos membros da Câmara dos Deputados do México, além de 21 mil cargos regio-

nais: governadores, prefeitos e legisladores locais. Os ataques se concentram nas votações regionais, uma vez que, nessas disputas, os cartéis de narcotráfico financiaram políticos, e bandos diferentes disputam o controle de negócios lícitos e ilícitos.

O presidente Andrés Manuel López Obrador e sua mulher, Beatriz Gutiérrez Müller, votaram no Palácio Nacional, na Cidade do México. Chamaram a atenção por chegarem e saírem sem máscaras — eles colocaram a proteção apenas para entrar no prédio.

López Obrador está entre os líderes populistas que minimizaram a gravidade da pandemia. Ele quase não era visto de máscara e chegou a pedir às pessoas que continuassem nas ruas, "dinamizando a economia popular".

Com o agravamento da crise, porém, ele moderou o discurso, mas ainda a trata como quase superada — a doença já matou 228 mil mexicanos e infectou 2,4 milhões.

Ao votar neste domingo, o presidente não discursou e apenas gritou: "Viva a democracia". Seu partido, o esquerdista Morena (Movimento de Regeneração Nacional) teme a projeção de pesquisas que mostram um possível encilhamento no Parlamento.

Segundo levantamento feito pelo Universal, o Morena deve somar 39% da Casa, enquanto o PAN (Partido da Ação Nacional) ficaria com 21% e o PRI (Partido Revolucionário Institucional), com 22%.

Atualmente, o partido do presidente soma 46% das cadeiras e, com as alianças já negociadas, consegue maioria para aprovar medidas que alteram a Constituição. SC

Com Reuters e AFP

Após mais de 60 mortos em atos, Colômbia irá modernizar polícia

RIBEIRÃO PRETO O presidente da Colômbia, Iván Duque, anunciou neste domingo (6) um conjunto de medidas para modernizar o Ministério da Defesa e promover a "transformação integral" da polícia. As mudanças surgem após mais de um mês de protestos em que ao menos 61 pessoas foram mortas, gerando acusações de violações de direitos humanos por parte dos agentes do Estado.

Duque prometeu a criação de um novo estatuto disciplinar e de um novo sistema de recebimento de reclamações e denúncias para "alcançar excelência" no trabalho policial. As mudanças incluem ainda uma revisão nos pro-

colocados para o "uso legítimo da força" — algo que vinha sendo questionado por manifestantes entidades de defesa dos direitos humanos.

O número total de vítimas durante os atos chega a 61, dos quais 59 são civis, segundo um levantamento da agência de notícias AFP a partir de fontes oficiais. O Ministério Público colombiano afirma que apenas 20 dessas mortes estão diretamente relacionadas aos protestos.

Também neste domingo, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos chegou ao país para avaliar a situação e visitará até quinta (10) Bogotá e Cali. Com AFP



O presidenciável Pedro Castillo segura bandeira peruana e acena a apoiadores nas ruas da capital, Lima, nesta segunda (7) Gerardo Marin/Reuters

Em virada contra Keiko, Castillo assume liderança em pleito no Peru

Com 95,97% das urnas apuradas, diferença entre esquerdista e filha de Fujimori era de 91 mil votos

LIMA | REUTERS/EAFP Com 95,97% da apuração oficial concluída no Peru, o candidato esquerdista Pedro Castillo, 51, ampliou ligeiramente sua liderança na corrida presidencial com 50,27% dos votos contra 49,73% da direita Keiko Fujimori, 46. A diferença, que equivale a cerca de 91 mil votos, reflete a polarização do Peru enquanto o país escolhe a quinta pessoa a ocupar a Presidência desde 2018.

Os primeiros relatórios da Onpe, órgão eleitoral responsável pela contagem oficial dos votos, que apontavam vantagem de Keiko, continuam os votos das áreas urbanas. A medida em que o percentual restante, que leva mais tempo para ser analisado por vir das áreas rurais do Peru e dos cidadãos que votam no exterior, foi computado, Castillo diminuiu a diferença até superar a adversária.

Em seu Twitter, o esquerdista se dirigiu a seus apoiadores afirmando que faltam votos do interior do país e do exterior. "Por isso, devemos estar muito atentos para defender a vontade de popular até contar o último voto", ele escreveu.

No fim da noite desta segunda, com o avanço da apuração, Keiko convocou uma entrevista coletiva para dizer que estava otimista porque ainda faltavam chegar os votos depositados no exterior, mas chamou a atenção para irregularidades na votação. "Estamos recebendo notícias de irregularidades e por isso pedimos a ajuda de vocês, eleitores e apoiadores", disse a candidata.

Eleitores de Keiko chegaram a cantar vitória quando a Onpe divulgou os resultados preliminares. Com 42% dos votos apurados, a filha do autocrata Alberto Fujimori, que liderou o país entre 1990 e 2000, saiu na frente com quase seis pontos de vantagem.

Os números provocaram explosões de júbilo em bairros ricos de Lima, onde as pessoas iam às janelas aos gritos de "Viva o Peru!" e "Keiko venceu!". O eleitorado mais conservador teme que o país "caia no comunismo" sob Castillo.

A candidata, no entanto, reagiu com moderação e pediu prudência a seus eleitores

devido à pequena margem de diferença. "Aqui não há vencedor nem perdedor. O que se deve buscar é a unidade de todos os peruanos", disse. A pesquisa de boca de urna do Instituto Ipsos, divulgada logo após o fechamento das urnas no domingo, também dava vitória à direita — 50,3% dos votos contra 49,7% de Castillo. Mais tarde, porém, uma contagem rápida feita pelo mesmo instituto revelou um resultado inverso, com 50,2% para o

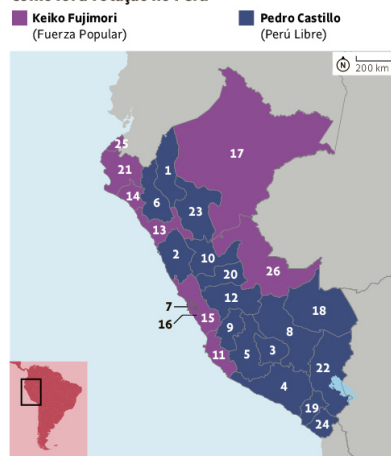
professor de escolas rurais e 49,8% para a ex-congressista. Gritos de vitória também se multiplicaram após a divulgação do resultado favorável ao esquerdista em Tacabamba, cidade andina mais próxima da aldeia empobrecida onde Castillo nasceu e foi criado. Uma multidão de apoiadores se reuniu na praça principal, violando o toque de recolher imposto para contenção da pandemia de coronavírus. "Peço ao nosso povo que defenda todos os votos", escreveu Castillo no Twitter quando a previsão inicial sugeria que ele perderia. "Convido o povo peruano de todos os cantos do país a ir às ruas em paz para estar vigilante na defesa da democracia", acrescentou.

Em nota, seu partido, o Peru Libre, definiu como "enganoso" o segundo levantamento do Ipsos, citando divergências em pesquisas semelhantes no primeiro turno, apesar de os números apontarem ligeira vantagem do candidato. "No comunicado, a legenda pede a revisão das atas de votação sob escrutínio de observadores de ambos os partidos. A legenda publicou no Twitter que Castillo, que estava em distrito rural no norte do país para votar, viajou a Lima para "garantir a vontade do povo". O candidato, porém, cancelou entrevista coletiva programada para esta segunda-feira.

Se a vitória de Castillo for concretizada, ele será o primeiro presidente peruano sem vínculos com as elites políticas, econômicas e culturais. Sindicalista e professor de ensino médio, ele ficou conhecido ao liderar greves de docentes, a maior delas em 2017. Castillo defende maiores salários aos empregados do setor da educação, tem um discurso anticorrupção e propõe dissolver o Tribunal Constitucional e a Constituição de 1993 — na opinião do candidato, esses são os responsáveis por permitir práticas irregulares no país.

Um sucesso dele representaria, também, a terceira derrota de Keiko nas urnas — ela já foi candidata em 2011 e em 2016, perdendo em ambas as ocasiões no segundo turno.

Como foi a votação no Peru*



Departamento	Keiko Fujimori (Fuerza Popular) %	Pedro Castillo (Perú Libre) %
1 - Amazonas	35,7	64,3
2 - Ancash	41,6	58,5
3 - Apurímac	18,5	81,5
4 - Arequipa	35,4	64,6
5 - Ayacucho	18,1	81,9
6 - Cajamarca	28,7	71,3
7 - Callao**	67,4	32,6
8 - Cusco	16,9	83,1
9 - Huancavelica	14,8	85,2
10 - Huánuco	32,4	67,6
11 - Ica	52,5	47,5
12 - Junín	41,9	58,1
13 - La Libertad	60	40
14 - Lambayeque	58,4	41,6
15 - Lima	53,5	46,5
16 - Cidade de Lima**	65,7	34,3
17 - Loreto	54	46,1
18 - Madre de Dios	29,8	70,2
19 - Moquegua	27,5	72,5
20 - Pasco	32,7	67,3
21 - Piura	61,3	38,8
22 - Puno	10,7	89,3
23 - San Martín	44	56,1
24 - Tacna	27,4	72,6
25 - Tumbes	65,9	34,1
26 - Ucayali	52,5	47,5

*Com 92,14% das urnas apuradas **A capital, Lima, e a cidade de Callao possuem autonomia administrativa em relação aos departamentos
Fonte: Onpe e El Comercio

Como consequência, a política, que assumiu há 15 anos a tarefa de reconstruir quase das cinzas os movimentos políticos de direita fundado por seu pai em 1990, teria que ir a julgamento sob risco de prisão. Keiko é investigada por contribuições ilegais da empreiteira brasileira Odebrecht, escândalo que afetou também quatro ex-presidentes peruanos, e já passou 16 meses em prisão preventiva por isso.

Se ela inverter o resultado e vencer, abrirá um precedente ao ser a primeira mulher nas Américas a chegar ao poder seguindo os passos do pai, cujo mandato foi marcado por uma série de denúncias de violações de direitos humanos. A disputa acirrada durante a apuração e a proximidade dos números no resultado final, porém, podem levar a dias de incerteza e tensões no país, evidenciando a divisão entre Lima e o interior rural, que impulsionou Castillo.

O vencedor do pleito deve tomar posse em 28 de julho, e o mandatário ou mandatária precisará assumir as rédeas de um país em crise que já teve quatro líderes desde 2018.

Pedro Pablo Kuczynski, conhecido como PPK, renunciou naquele ano acusando a oposição de criar um "clima ingovernável". Seu sucessor, Martín Vizcarra, foi afastado em novembro de 2020 após dois processos de impeachment, sob a acusação de recebimento de propina, o que o enquadraria na categoria de "incapacidade moral", impedindo sua continuidade no cargo.

Na sequência, assumiu, por apenas seis dias, o congressista Manuel Merino de Lama, que renunciou depois dos episódios de violência que vieram na esteira da crise institucional. O atual líder do país, Francisco Sagasti, assumiu o governo interinamente e deve ficar no cargo até a transição para o novo governo.

O Peru também tem a maior taxa de mortalidade do mundo devido à pandemia de coronavírus, com mais de 185 mil mortes em uma população de 33 milhões de habitantes. No ano passado, a crise da saúde obrigou a economia a ficar semiparalisada por mais de cem dias, o que levou a uma recessão e a uma queda do PIB de 11,12%.

Para analistas políticos, quem quer que seja eleito terá um mandato enfraquecido devido à polarização no país, e enfrentará um Congresso fragmentado, sem nenhum partido detendo a maioria, potencialmente atrasando quaisquer reformas importantes.

mun



A candidata à Presidência do Peru Keiko Fujimori durante entrevista coletiva em Lima Gerardo Marin - 7 Jun 21/Reuters

Ao contrário de Keiko, observadores veem eleição limpa no Peru

Em entrevista a jornalistas, candidata mostrou supostas evidências de irregularidades após virada de adversário

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES As acusações de fraude na eleição presidencial peruana, feitas por Keiko Fujimori, perderam força em poucas horas. Com 98,24% das urnas apuradas, ela aparece nesta terça-feira (8) com 49,7% dos votos, atrás de Pedro Castillo, que lidera com 50,3%. Na noite de segunda, a candidata direita afirmou que foram detectadas "diversas irregularidades" na votação, o que acarretaria uma "fraude sistemática" no pleito no país.

O Juri Nacional de Eleições, porém, informou que a Missão de Observadores da União Interamericana de Órgãos Eleitorais apresentou relatório no qual diz que o pleito ocorreu de modo regular e com êxito.

A declaração foi corroborada pela Missão de Observação Eleitoral da OEA, composta por 40 membros e liderada pelo ex-chanceler do Paraguai Rubén Ramírez Lezcano. Para o órgão, eventuais inconformidades "não comprometeram a eleição" e podem ser "resolvidas pela via legal".

Em um vídeo, Ramírez afirma que a entidade reconhece o trabalho na organização de um pleito de "grande complexidade, marcado pela pandemia e pela polarização política". "Estivemos em 18 províncias e cinco cidades do exterior, o que nos permitiu acompanhar de modo integral diferentes aspectos do processo".

Em entrevista coletiva, Keiko exibiu vídeos e fotos como supostas evidências de que atas eleitorais — espécie de resumos da votação nas seções — haviam sido alteradas. Os registros também mostrariam treinamento dado a mesários e fiscais de Castillo para cometer atos ilegais que garantissem sua vitória.

No Peru, são os chefes das seções eleitorais que reúnem os votos de cada local em uma ata, vigiados por outros funcionários. Um dos vídeos exibidos mostra um apoiador de Castillo ordenando que os mesários chegassem antes dos demais integrantes da seção para ter a certeza de

que poderiam controlar a ata.

O analista Fernando Tuesta, ex-titular da Onpe, o órgão eleitoral peruano, diz que a atitude de Keiko ao apontar uma possível fraude é "repugnante". "Ela já deixou de reconhecer os resultados em oportunidades anteriores. E, devido a essa posição, levou o país a níveis de ingovernabilidade que sofremos até hoje", diz.

Em uma publicação no Twitter, o ex-presidente da Bolívia Evo Morales comparou Keiko a Donald Trump, o qual alegou fraude ao ser derrotado por Joe Biden, e a Carlos Mesa, também ex-presidente boliviano que classificou a vitória de Evo em 2019 de "fraude escandalosa". "O mesmo discurso da direita racista, fascista e golpista: denuncia a fraude sem provas e ataca a democracia que afirma defender", escreveu Evo. "Repetem a mesma mentira e ignoram o voto do povo. Que o resultado seja respeitado".

Quando apareceu à frente de Castillo nos primeiros relatórios divulgados pela Onpe, com quase seis pontos percentuais de vantagem, Keiko reagiu com moderação e pediu prudência a seus eleitores, afirmando que não havia vencedores ou derrotados na eleição e defendendo a unidade.

Um dia antes, durante o café da manhã com eleitores — uma tradição dos candidatos presidenciais no dia da votação —, disse que aceitaria os resultados e assumiu o compromisso de respeitar a vontade popular. "Será a decisão que o nosso país definir, se tenho que servir como presidente ou uma simples cidadã".

O discurso de Keiko, porém, foi mudando de tom conforme a apuração avançava e Castillo assumia a liderança. A pequena diferença, que na noite desta terça equivale a cerca de 122 mil votos, reflete a polarização do Peru enquanto o país escolhe a quinta pessoa a ocupar a Presidência desde 2018.

Diante deste cenário, a filha do autocrata Alberto Fujimori, que liderou o Peru de 1990 a 2000, convocou jornalistas na noite de segunda para

“Estivemos em 18 províncias e cinco cidades do exterior, o que nos permitiu acompanhar de modo integral diferentes aspectos do processo

Rubén Ramírez Lezcano
chefe da Missão de Observação Eleitoral da OEA

“Ela já deixou de reconhecer os resultados em oportunidades anteriores. E, devido a essa posição, levou o país a níveis de ingovernabilidade que sofremos até hoje

Fernando Tuesta
ex-titular da Onpe, o órgão eleitoral peruano

acusar a existência de fraude e dizer que há "clara intenção de boicotar a vontade popular". "Estamos recebendo notícias de irregularidades e por isso pedimos a ajuda de vocês, eleitores e apoiadores", disse.

Horas depois de a candidata fazer as denúncias, Castillo falou a apoiadores diante do comitê de seu partido em Lima, ao som de buzinas e vuvuzelas. No breve discurso, no qual ignorou as declarações da adversária, disse que "o povo salvará o povo". Já nesta terça, apoiadores do Perú Libre (de Castillo) e do Força Popular (de Keiko) se reuniram em frente ao prédio da Onpe para acompanhar a apuração.

Muitos fujimoristas vestiam a camiseta da seleção peruana, enquanto eleitores de Castillo levaram uma grande bandeira do Peru, que esticaram na frente do edifício.

A pesquisa de boca de urna do Instituto Ipsos, divulgada logo após o fim da votação, no domingo, dava vitória à direitaista — 50,3% dos votos contra 49,7% de Castillo. Mais tarde, porém, uma contagem rápida feita pelo mesmo instituto apontou resultado inverso, com 50,2% para o professor de escolas rurais e 49,8% para a ex-congressista.

Se a vitória de Castillo se concretizar, ele será o primeiro presidente peruano sem vínculos com as elites. Sindicalista e professor do ensino médio, ficou conhecido ao liderar greves de docentes, a maior delas em 2017. Castillo defende maiores salários aos empregados do setor da educação, tem um discurso anticorrupção e propõe dissolver o Tribunal Constitucional e a Constituição de 1993.

Um sucesso dele representaria, também, a terceira derrota de Keiko nas urnas — ela já foi candidata em 2011 e em 2016, perdendo ambas as vezes no segundo turno. Como consequência, a política, que assumiu há 15 anos a tarefa de reconstruir quase das cinzas o movimento político de direita fundado por seu pai em 1990, teria que ir a julgamento sob risco de acabar na prisão.

Keiko é investigada pelo caso das contribuições ilegais da empreiteira brasileira Odebrecht, escândalo que afetou também quatro ex-presidentes, e já passou 16 meses em prisão preventiva por isso.

Se ele vencer, será a primeira mulher nas Américas a chegar ao poder seguindo os passos de seu pai, cujo mandato foi marcado por denúncias de violações de direitos humanos.

O vencedor do pleito deve tomar posse em 28 de julho, e o mandatário ou mandatária precisará assumir as rédeas de um país em crise que já teve quatro líderes desde 2018.

Sem governabilidade, política peruana seguirá instável, diz acadêmica

ENTREVISTA
ADRIANA URRUTIA

BUENOS AIRES No momento em que a eleição presidencial peruana se encaminha para uma definição, com quase 98% das urnas apuradas e os candidatos Pedro Castillo e Keiko Fujimori separados por pouco menos de 70 mil votos, a cientista política Adriana Urrutia alerta para a formação fragmentada do novo Congresso do país.

Presidente da ONG Transparencia, ela afirma que a continuidade de um Parlamento dividido levará o Peru a mais um período de instabilidade, como aconteceu nos últimos cinco anos, quando o país teve quatro presidentes, dois dos quais afastados por moções de vacância aprovadas no Legislativo.

Por telefone, Urrutia diz à Folha que as acusações de fraude eleitoral feitas por Keiko carecem de autenticidade, já que foram feitas muito tempo depois do fechamento das urnas. A reclamação da filha de Alberto Fujimori também só veio à tona após ela ser ultrapassada por Castillo na apuração. **SC**

“Como a senhora vê as acusações de fraude feitas por Keiko? A palavra fraude vem sendo muito usada desde a campanha, e por isso foi banalizada. Porém, é muito perigoso que essa expressão ganhe força depois da eleição, pois não se pode normalizar um fato que, se provado, é um delito eleitoral grave.”

Os casos apresentados devem ser investigados, mas precisamos analisar com certa cautela. No Peru, os votos, depois de serem contabilizados nas atas, são eliminados, para que não sejam objeto de manipulação posterior. E o fechamento das atas depois da contagem dos votos é vigiado por fiscais de todos os partidos. Portanto, vir dizer um dia depois da eleição que tal voto continha irregularidade levanta uma suspeita. Por que o fiscal do partido que se viu prejudicado não apontou isso no momento da suposta fraude? Por que chancelou uma ata que continha algo irregular? Afinal, agora não é possível voltar à fase anterior de verificar os votos, porque eles foram destruídos. Temos apenas as atas.

“**Os vídeos que mostram coordenadores do Perú Libre, partido de Castillo, orientando fiscais a agir de modo irregular?** É a mesma coisa. A preparação para os fiscais é feita semanas antes da eleição. Por que apresentar isso como prova de algo no dia seguinte à eleição? Não digo que não possa ter havido atitudes incorretas dos fiscais do Perú Libre nos centros de votação, mas um vídeo de semanas antes da eleição não prova nada.”

“A palavra fraude vem sendo muito usada desde a campanha, e por isso foi banalizada. Porém, é muito perigoso que essa expressão ganhe força depois da eleição, pois não se pode normalizar [...] um delito eleitoral grave



Adriana Urrutia, 33
Cientista política com mestrado em política comparada pelo Institut d'Etudes Politiques de Paris (Sciences Po), é diretora da Escola Profissional de Ciência Política da Universidade Antonio Ruiz de Montoya, em Lima, e presidente da ONG Transparencia.

Além disso, a presença de fiscais dos demais partidos nas mesas é constante. Por que os fiscais do Força Popular [partido de Keiko] não disseram nada na hora?

“**Independentemente de quem ganhe a eleição, o país terá um Congresso fragmentado, com Perú Libre, a maior força, e Força Popular, a segunda, longes de uma maioria. Quanto instável será esse Parlamento?** Vai depender dos congressistas. É necessário, pela gravidade da situação que o país vive, que eles assumam um pacto de governabilidade desde o começo. Se isso não ocorrer, podemos ver o mesmo filme dos últimos anos, com pedidos de moção de vacância se repetindo. Muitos políticos se desgastaram nesse processo, muitos partidos se dividiram ainda mais. Esperamos que eles não queiram perpetuar esse cenário e atuem de modo mais responsável. Mas é impossível saber.”

“**Apesar da extrema polarização ideológica, Castillo e Keiko são conservadores em relação a direitos civis. O que podemos esperar em relação a avanços nos direitos das mulheres, da comunidade LGBTQ e do reconhecimento das minorias?** Além de serem conservadores, uma coisa muito grave e que cobramos muito foi a apresentação mais clara dos programas de governo. Não tivemos discussão programática, não havia clima, com a correria que foi a eleição, no meio da pandemia e com a fragmentação das candidaturas. Além das surpresas na definição dos primeiros colocados.”

Assim, não houve um posicionamento claro de nenhuma das duas partes sobre essas questões, mas é correto afirmar que nenhum dos dois tem esses temas como prioridade. Creio que vai depender dos acordos dentro do Congresso e da pressão das feministas, que não estão contentes com a situação.

“**Como sairá o presidente interino Francisco Sagasti em sua breve gestão?** Muito fortalecido. Ele se mostrou muito empenhado especialmente no tema das vacinas, ainda que tenhamos começado tarde demais e que o país tenha sofrido muito com a pandemia. Ele fez questão de dar transparência aos números e de buscar as soluções possíveis. E também atuou com correção em relação à eleição. Na verdade, foi o melhor dos quatro que exerceram a Presidência neste último mandato.”



O candidato à Presidência do Peru Pedro Castillo discursa a apoiadores da varanda do comitê de seu partido em Lima Sebastian Castañeda/Reuters

Esquerda brasileira comemora eleição de sindicalista

Ranier Bragon

BRASÍLIA Dirigentes e parlamentares de partidos de esquerda no Brasil comemoraram a eleição de Pedro Castillo à Presidência do Peru e minimizam posições de caráter antidemocrático e retrógrado no campo dos direitos civis defendidas pelo professor.

Assim, cresce a onda de resultados favoráveis à esquerda na América Latina — à exceção do Equador —, o que, avaliam, é prenúncio da derrota de Jair Bolsonaro em 2022. “Vamos com muita alegria, com ares positivos para a nossa América Latina. Ele [Castillo] é trabalhador, com posições progressistas. O Peru precisa disso. A Keiko [Fujimori, adversária no segundo turno] era péssima”, diz a deputada Gleisi Hoffmann (PR), presidente nacional do PT, maior partido da esquerda no Brasil.

Segundo Gleisi, posições antidemocráticas de Castillo, que ameaça romper a ordem institucional e é contrário ao aborto e ao casamento gay, por exemplo, devem ser relativizadas. “Tem que avaliar, não sei se ele disse isso mais no calor do debate político, para demarcar posição, ou se de fato tem posicionamento sobre isso. Agora, qualquer ação nesse sentido ele vai ter que debater com a sociedade peruana. O presidente não tem autonomia, pelo menos nas regras que eu conheço”, afirma Gleisi.

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) diz que o resultado no Peru é “um grande avanço para a América Latina, que vai se recompondo dessa onda de direita que assolou os países da região, para a infelicidade dos direitos sociais e da vida do povo”.

Presidente nacional do PDT, Carlos Lupi afirmou que “ventos democráticos começam a soprar nas Américas”. Sobre as manifestações contrárias a direitos de minorias, Lupi afirma que é preciso levar em consideração o origem de Castillo. “Imaginar que o homem do campo pense como a gente, dos centros urbanos, é impossível. É normal haver visões mais atrasadas, em todos os países é assim”, disse.

Presidente nacional do PSOL, Juliano Medeiros escreveu no Twitter: “Vitória de Fernández na Argentina e de Arce na Bolívia. Derrota acachapante da direita nas eleições para a Assembleia Constituinte no Chile. Vitória histórica de Pedro Castillo no Peru. E agora nas ruas no Paraguai e na Colômbia. Tem algo acontecendo na América. Há motivos para esperança”.

Castillo se declara vencedor, e Keiko buscará judicializar eleição no Peru

Com mais de 99% dos votos contabilizados, virada de candidata no pleito parece improvável

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Pedro Castillo se declarou na noite de terça (8) vencedor da eleição presidencial peruana. Da varanda do comitê de seu partido, o Peru Libre, em Lima, o candidato de esquerda disse que o “povo falou” e que, “de acordo com o relatório de nossos fiscais, já temos o resultado”. “Vimos que o povo impôs essa vitória por meio das urnas. Por isso, peço a vocês para não caírem em provocações”. Mas sua rival na disputa, Keiko Fujimori, não reconheceu a derrota. Nesta quarta (9), a campanha dela anunciou que vai entrar com recursos na Justiça para anular a votação em algumas regiões.

Com 99,998% das urnas contabilizadas, a vitória de Castillo parece irreversível, já que ele ostenta 50,2% dos votos, enquanto Keiko tem 49,8%. Ainda assim, o Juri Nacional de Eleições não fez ne-

nhum pronunciamento oficial confirmando o resultado e esperava a chegada de votos depositados no exterior, de países como Chile e Brasil.

A perspectiva de que o panorama já está definido é tão forte que um dos analistas mais respeitados do Peru, David Sulmont, especializado em estatística eleitoral, disse em rede social acreditar que o ciclo eleitoral acabou e que “Castillo será o novo presidente”.

Keiko, que, na noite de segunda-feira (7), depois de ter sido ultrapassada pelo adversário na apuração, acusou a existência de “fraude sistêmica” e foi contrariada por observadores internacionais, ainda não se pronunciou oficialmente desde então.

Fontes de sua campanha, porém, disseram à imprensa local que já estão sendo preparadas ações para tentar reverter o resultado. A acusação é que partidários de Castillo teriam alterado as atas das

mesas de votações em algumas regiões no interior do país. Com isso, Keiko quer que esses votos sejam anulados.

A candidata já exibiu vídeos e fotos como supostas evidências de que atas eleitorais haviam sido alteradas. Os registros também mostrariam treinamento dado a mesários e fiscais de Castillo para cometer atos ilegais que garantissem a vitória dele.

O Juri Nacional de Eleições, porém, informou que a Missão de Observadores da União Interamericana de Órgãos Eleitorais apresentou relatório no qual diz que o pleito ocorreu de modo regular e com êxito.

A declaração foi corroborada pela Missão de Observação Eleitoral da OEA, composta por 40 membros e liderada pelo ex-chanceler do Paraguai Rubén Ramírez Lezcano. Para o órgão, inconformidades “não comprometeram a eleição como um todo” e podem ser “resolvidas pela via legal”.

50,2%
é a porcentagem dos votos recebidos por Pedro Castillo

49,8%
é a porcentagem dos votos recebidos por Keiko Fujimori

Fonte: Escritório Nacional de Processos Eleitorais do Peru (ONPE, em espanhol), com 99,998% das urnas contabilizadas

Perdemos agora o Peru, diz Bolsonaro sobre resultado

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) criticou, nesta quarta-feira (9), o provável novo presidente do Peru, Pedro Castillo. Bolsonaro disse que “foi um milagre” para reverter a vitória de Castillo e o chamou de “um cara do Foro de São Paulo”.

Já a bancada eleita do Peru Libre, partido de Castillo, afirmou que as acusações de Keiko são mentirosas e foram feitas “para promover a instabilidade política e social no país, da qual ela [Keiko] e seus aliados serão responsáveis”.

Os júris eleitorais já iniciaram nesta quarta o processo de revisão dos votos contestados, a última esperança de Keiko para reverter a estreita vantagem de seu adversário.

Esse procedimento, que pode durar até dez dias, é comum nas eleições no Peru, mas adquire especial importância devido ao acirrado resultado do eleitoral de domingo.

Os 60 Júris Eleitorais Especiais (JEE) devem decidir, em primeira instância, a validade de milhares de votos contestados pelos delegados dos partidos de cada candidato. A última palavra será do Juri Nacional Eleitoral (JNE), que analisa as decisões dos JEE e proclama o vencedor.

Ida de Crivella para África do Sul depende do STF

Ricardo Della Coletta e Matheus Teixeira

BRASÍLIA Em mais um aceno à base evangélica, o presidente Jair Bolsonaro indicou o ex-prefeito do Rio de Janeiro e ex-senador Marcelo Crivella para assumir a embaixada do Brasil na África do Sul. A ida ao país, para acomodá-lo na missão em Pretória, no entanto, depende de fatores externos e judiciais.

A consulta sobre o nome de Crivella foi feita por meio de um expediente diplomático que, por definição, corre em sigilo, e as autoridades brasileiras aguardam resposta do governo sul-africano para oficializar a indicação ao Senado — responsável por sabatiná-lo e aprová-lo ao cargo.

Mesmo que o governo da África do Sul dê luz verde, porém, a ida do político para o posto ainda depende do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Isso porque, em fevereiro,

o magistrado revogou a prisão que havia sido decretada a Crivella, mas estabeleceu medidas cautelares como a proibição de sair do país e o recolhimento de passaporte.

Em 20 de maio, a defesa do político pediu ao magistrado que reconsiderasse a própria decisão e o libere para sair do Brasil. Gilmar pode analisar a solicitação dos advogados sozinho ou remeter o tema à Segunda Turma da corte.

Crivella foi preso em 22 de dezembro do ano passado por ordem da desembargadora Rosa Macedo Guita, do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro). Ele foi detido em operação da Polícia Civil do RJ e do Ministério Público fluminense, que denunciou o político e outras 25 pessoas por organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção passiva e ativa.

Na ocasião, ele também foi afastado do Executivo do Rio, cargo que já iria entregar de qualquer forma menos de du-

as semanas depois pois perdeu a disputa pela reeleição.

Segundo o MP e o caso envolve um esquema de propina na Prefeitura do Rio, chamado QG da propina, que seria comandado pelo empresário Rafael Alves, amigo de Crivella.

A designação de Crivella, bispo licenciado na Universidade do Reino de Deus (Iurid) e cantor gospel, tem o objetivo de melhorar a relação do Planoalto com a instituição religiosa liderada por Edir Macedo. Crivella é filho de Eris Bezerra Crivella, irmã de Macedo, líder da igreja ligada ao partido Republicano e controladora da TV Record. Além de prefeito, Crivella foi senador e ministro da Pesca durante o governo Dilma Rousseff (PT).

A relação entre o governo Bolsonaro e a Universal foi abalada pelo racha da igreja em Angola, onde um grupo de religiosos locais rebelou-se contra aliados de Macedo e tomou o controle de templos. A designação de uma das

mais importantes figuras da Universal para outro país africano onde a instituição tem interesses seria, portanto, uma forma de o Planoalto mostrar que está comprometido com a base evangélica.

Também ajudaria a blindar Crivella em suas ações judiciais, uma vez que a Constituição Federal garante foro privi-

“Não há qualquer indicativo concreto que demonstre risco de evasão do país ou utilização do passaporte para fins indesejáveis”

Defesa de Marcelo Crivella sobre indicação dele para a embaixada na África do Sul

legiado para os chefes de missão diplomática permanente.

Nos anos 1990, Crivella morou na África do Sul, onde liderou a internacionalização da Iurid. Sua passagem pelo país africano tem sido citada por aliados como uma das justificativas para a indicação.

A defesa dele diz que “não há qualquer indicativo concreto que demonstre risco de evasão do país ou utilização do passaporte para fins indesejáveis”. Cita, ainda, o fato de Crivella ser um “bispo de alto relevo da Igreja Universal do Reino de Deus, entidade cuja vertente religiosa possui sede em mais de cem países”.

A aceitação ao nome dele para assumir a embaixada é incerta. Interlocutores afirmaram à Folha que ainda há dúvidas sobre qual será a reação dos sul-africanos. Eles destacam, por exemplo, que é preciso aguardar para ver se o governo da África do Sul levará em conta a relação bilateral de seu país com Angola.

Memorial recebe mostra sobre refugiados

SÃO PAULO Depois de quatro meses em cartaz no Museu da Imigração, a exposição “Quem Conta Essa História: Jornalistas Refugiados ou Refugiados Jornalistas?” chega ao Memorial da América Latina, em São Paulo. A mostra, que abre nesta quinta (10), ao meio-dia, é resultado de parceria da Folha com o Acnur (Alto Comissariado da ONU para Refugiados) e Memorial. Centrada grátis, fica em exibição até 31 de agosto.

Parte da celebração do centenário do jornal e dos 70 anos do Acnur, a exposição tem origem em uma série de reportagens publicadas pela Folha em outubro de 2020. A coordenação do projeto é de Flávia Mantovani, repórter de Mundo e autora do blog Babel Paulista. Com relatos e imagens feitas por Bruno Santos, a exposição revela dramas da migração forçada.

mundos

Frase de Fernández retoma mito na raiz da argentividade

Declaração de que 'argentinos vieram de barco da Europa' demonstra a invisibilização negra de cada dia

ANÁLISE

Denise Mota

MONTEVIDÉU O presidente da Argentina, Alberto Fernández, quis fazer uma galante alusão ao vínculo entre o país e a Europa —em diálogo com o premiê espanhol, Pedro Sánchez— e meteu os pés pelas mãos. Terminou por habilitar uma discussão, porque levantou um espelho em que a sociedade que governa tenta não se olhar. Ao citar Octavio Paz de forma equivocada para, na verdade, repetir o trecho de uma canção de 1982 de um popular artista argentino ("Lejos de los Barcos", de Litto Nebbia, um dos pioneiros do rock local), o mandatário tentava explicar seu "europeísmo" ao ilustre convidado da Casa Rosada. E repetiu uma narrativa tão amplamente difundida quanto preconceituosa, que invisibiliza a contribuição de indígenas e negros na história nacional.

A frase foi: "Os mexicanos saíram dos índios, os brasileiros saíram da selva, mas nós, os argentinos, chegamos dos barcos —barcos que vinham da Europa". Fernández pediu desculpas depois e disse que a diversidade argentina "era um orgulho" e que não havia tido a intenção de ofender.

Acontece que essa expressão do que seria, então, resultado de um viés inconsciente do presidente —e que o levou a optar por definir seu país a partir de uma percepção eurocêntrica com caráter de excepcionalidade— é um dos mitos fundantes da argentividade. A noção de que o indígena ou o "selvagem" estão fora de fronteiras. É de que os negros tampouco integram a paisagem social.

Essa compreensão volta e meia mostra a sua força, em discursos originalmente pensados como positivos. Em 2018, o ex-presidente argentino Mauricio Macri, por exemplo, também assegurou que "todos" eram descendentes de europeus", durante sua participação no Fórum Econômico de Davos. Agora como então, o flagrantemente escuro se tornou bola reluzente para malabarismos políticos nos meios de comunicação e nas redes sociais, para defender essa ou aquela posição partidária. Apesar das críticas, coletivas que se ocupam do tema, no entanto, testemunharam gestos de Fernández que,

para eles, mostram disposição para confrontar a visão de um país 100% branco. Um desses grupos é o Diáspora Africana da Argentina, mais conhecido como Diáfor.

Seus integrantes recordaram, ao conversar comigo e ainda sob a "surpresa" da citação, que na atual administração foi designada uma argentina negra, María Fernanda Silva, para a embaixada no Vaticano; ou que se criou a Comissão para o Reconhecimento Histórico da Comunidade Afro-Argentina, em novembro do ano passado.

Diáfor é um coletivo que tem por objetivo, a partir de iniciativas artísticas e didáticas, a inclusão da herança negra nas esferas acadêmicas e cotidianas do país —nas estatísticas, no debate público—, para que ela seja entendida como parte do passado e do presente. E a missão de que negros também possam ser naturalmente vistos, veja só, como argentinos (porque é comum que sejam indagados sobre "de onde são" em seu próprio país).

O racismo habita entre nós em dobras perniciosas ou a céu aberto e a sangue frio, lá como cá. Mazelas que atravessam séculos e que determinam a vida das pessoas diariamente, em todos os âmbitos da sua existência, alimentam polémicas fugazes que esvaziam a discussão do problema de fundo. Com o surgimento da próxima manchetes, ela voltará para o batê.

Em meio ao trote político e à gritaria das redes sociais, nós já sabemos quem termina para trás, no chão.

Maior parte dos brasileiros não tem conexão com a selva

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) Ao apontar a suposta origem dos brasileiros "na selva", o presidente argentino, Alberto Fernández, demonstrou ignorância sobre a história das populações que formaram o Brasil. O fato é que a maior parte dos ancestrais dos brasileiros de hoje não tem conexão histórica com a floresta tropical (imaginando que seja isso o que ele tenha querido dizer com "selva"). É os que têm essa origem na verdade "civilizaram" a mata

de maneiras muito mais sofisticadas do que Fernández parece ser capaz de conceber.

Começando pelo que talvez seja óbvio, a contribuição de imigrantes europeus para a formação populacional do país foi muito significativa, ainda que não majoritária. Calcula-se que, entre 1500 e o século 20, algo entre 6 milhões e 7 milhões de nativos da Europa tenham se estabelecido em solo brasileiro.

Em termos absolutos, o número é comparável aos cerca de 5 milhões de africanos escravizados que os navios europeus trouxeram para cá do século 16 até meados do século 19. É mais difícil ter uma ideia exata do total da população indígena no momento do primeiro contato com os portugueses, mas as estimativas apontam para números entre 5 milhões e 10 milhões de habitantes nativos.

Por fim, a "conta" populacional brasileira inclui contribuições menores, mas também significativas, de grupos como os imigrantes japoneses (cerca de 250 mil) e sírio-libaneses (cerca de 150 mil).

Apesar dos números mais ou menos semelhantes, não se deve imaginar que a miscigenação entre indígenas, europeus e africanos aconteceu sob bases iguais. Os membros de ambas as etnias não europeias sofreram mortalidade muito mais alta devido à brutalidade do sistema escravista a que foram submetidas e, particularmente no caso indígena, por conta das guerras de conquista e das doenças infecciosas do Velho Mundo, contra as quais não tinham defesas naturais.

A importância da contribuição europeia, porém, está longe de ser o único argumento contra a origem "na selva". Do lado africano, os principais grupos de escravizados trazidos para o Brasil, como os angolanos, congoleses e iorubás, vinham de sociedades que dominavam agricultura, criação de animais e metalurgia (com o uso rotineiro do ferro), com vida urbana, reinos e impérios.

Quanto aos indígenas, as últimas décadas de pesquisa arqueológica têm demonstrado que populações nativas, em especial na Amazônia, tinham populações densas, redes de comércio e construções monumentais —muralhas, fossos, grandes estradas e estruturas funerárias— que nada têm a ver com a ideia de grupos "selvagens".



A candidata à Presidência do Peru Keiko Fujimori em Lima. Ernesto Benavides/AFP

Promotor da Lava Jato peruana pede prisão preventiva de Keiko Fujimori

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES O promotor José Domingo Pérez, que trabalha na equipe da Lava Jato peruana, solicitou nesta quinta-feira (10) ao juiz Víctor Zúñiga Urday a revogação da medida que concede liberdade provisória para Keiko Fujimori. Agora, o promotor quer que uma nova prisão preventiva seja determinada à candidata à Presidência do Peru.

Keiko, que busca na Justiça reverter a pequena diferença pela qual vem sendo derrotada na disputa com o esquerdista Pedro Castillo —ainda que o vencedor não tenha sido oficialmente anunciado—, é acusada de lavagem de dinheiro e de ter recebido caixa dois e suborno em campanhas eleitorais. Ela ficou presa por mais de um ano enquanto a investigação se desenrolava.

Pérez diz ter feito o pedido porque Keiko "não cumpre a restrição determinada de não se comunicar com testemunhas de seu processo". O promotor afirma que há evidências "públicas e notórias" de contatos com o deputado Miguel Torres Morales, também acusado e com quem Keiko estava proibida de falar.

No começo do mês, a candidata compareceu em revista coletiva —justamente ao lado de Morales— para chamar a medida de ato político e dizer que não deixaria de "dar a cara à justiça como sempre fez". "Estou surpresa com o pedido ter aparecido hoje, justamente quando estamos pedindo que se respeite a democracia, acatando os nossos pedi-

dos de impugnação de atas", disse. "Não vou me deixar distrair por esse pedido de prisão, minha atenção está focada na revisão das atas suspeitas".

O revés de Keiko chega no momento em que a contagem de votos foi concluída. Com 100% das urnas apuradas, Castillo ostenta 50,20% dos votos, contra 49,79% da rival.

Os órgãos eleitorais, no entanto, seguem nesta quinta o processo de revisão dos votos contestados —comum nas eleições no Peru, o procedimento, que pode durar até dez dias, adquire especial importância num pleito acirrado.

Mesmo sem o resultado oficial, o líder argentino, Alberto Fernández, parabenizou Castillo, a quem chamou de "presidente eleito". "Celebro que o querido povo peruano enfrente o futuro em democracia e com solidez institucional".

“Estou surpresa com o pedido ter aparecido hoje, justamente quando estamos pedindo que se respeite a democracia, acatando os nossos pedidos de impugnação de atas”

Keiko Fujimori
candidata à Presidência do Peru

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva celebrou "a importante vitória no Peru" pelo Twitter. "O resultado das urnas peruanas é símbolo e representa mais um avanço na luta popular em nossa querida América Latina", escreveu.

Na tarde de quarta-feira (9), Keiko Fujimori tinha feito um pronunciamento em que apontou supostas irregularidades cometidas por apoiadores de Castillo, o que, para ela, constituiria "fraude sistemática". Ela também apresentou pedidos de impugnação de diversas atas de votação ao Juri Nacional de Eleições.

Quando apareceu à frente de Castillo, nos primeiros relatórios divulgados pela Ope, o órgão eleitoral peruano, com quase seis pontos percentuais de vantagem, Keiko reagiu com moderação e pediu prudência a seus eleitores, afirmando que não havia vencedores ou derrotados.

O discurso de Keiko, no entanto, foi mudando de tom conforme a apuração avançava e Castillo assumia a liderança. Ela acusou a existência de fraude e foi contrariada por observadores internacionais.

Um sucesso dele representa a terceira derrota de Keiko nas urnas —ela já foi candidata em 2011 e em 2016, perdendo ambas as vezes no segundo turno. Como consequência, a política, que assumiu há 15 anos a tarefa de reconstruir quase das cinzas o movimento político de direita fundado por seu pai, o ex-ditador Alberto Fujimori, em 1990, teria que ir a julgamento sob risco de acabar na prisão.

TODA MÍDIA

Nelson de Sá

nelson.sa@gupofolha.com.br

Biden vai à Europa e deixa um rastro de problemas nos EUA

Foi também manchete de Wall Street Journal e Financial Times, enfatizando ser "a maior taxa de inflação em quase 13 anos", desde a crise de 2008.

Mas chamou a atenção a manchete do New York Times ao longo do dia para o "forte salto" nos preços. Logo abaixo, "O aumento foi maior do que o esperado e deve manter a inflação no centro do debate político em Washington".

Foi no primeiro dia da primeira viagem de Joe Biden como presidente ao exterior, no Reino Unido, carregado

de "photo-ops" e vazamentos aparentemente positivos.

Antes cético com a perspectiva de inflação, o NYT destaca agora que "um índice central teve o maior salto desde 1992", referindo-se àquele que exclui preços voláteis e subiu 3,8%, anualizado, "o ritmo mais rápido" em três décadas.

"A pilha de dívida do governo já é a maior de todos os tempos", diz o jornal, para destacar em seguida dois senadores republicanos que questionam os projetos de Biden para elevar gastos com in-

fraestrutura e mais estímulo. No britânico FT, em análise à parte, "Uma morte lenta e dolorosa: agenda doméstica de Joe Biden marcha enquanto ele voa para o exterior".

DESPENCANDO Na home do Washington Post, problemas também no combate à Covid, "Taxas de vacinação caem, colocando em risco a meta de Biden para o 4 de Julho". Com doses "despencando", talvez não se atinjam os 70% de adultos no Dia da Independência.

GUERRA FLEXÍVEL O NYT noticiou, na capa impressa e na home, que o "Pentágono mira ataques futuros ao Taliban" e pressiona para se manter no

Afganistan com "caças ou drones". No dizer do jornal, quer "introduzir flexibilidade no plano de Biden de acabar com a presença militar". O presidente havia "sugerido que, assim que as tropas saíssem, o apoio aéreo acabaria".

A COISA CERTA Na capa impressa e na home, o WSJ deu a "exclusiva" de que as maiores empresas nos EUA seguem sendo chateadas, "parte de uma onda", no caso: "JBS pagou US\$ 11 milhões como resgate". O CEO da "fornecedora brasileira de carne", André Nogueira, diz ao jornal que "foi muito doloroso pagar criminosos, mas fizemos a coisa certa para os nossos clientes".



'ROTA DA SEDA DE FERRO'

Manchete no Nikkei, com foto de trem saindo de Wuhan, na China, para Duisburg, na Alemanha, em poucos anos a "Rota da Seda de Ferro" se torna ligação vital de carga para a Europa, para produtos chineses e também japoneses, mas o boom enfrenta futuro nublado conforme tensões crescem. Reuters

mundo

Perto da vitória no Peru, Castillo busca afastar imagem de radical

Gestos podem atrair apoios e apartar líderes do próprio partido, simpático ao chavismo

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES Durante as quase duas semanas da longa espera pela decisão do Júri Nacional de Eleições sobre o resultado do segundo turno da eleição presidencial no Peru, Pedro Castillo, vencedor no contagem dos votos, tem buscado moderar seu discurso.

Em declarações recentes e numa entrevista concedida por seu assessor, o economista Pedro Francke, ao jornal espanhol El País, a mensagem é a de que o radicalismo de esquerda será deixado de lado e de que a postura, daqui para frente, será mais próxima da centro-esquerda.

Esse tom já vinha mudando na reta final da campanha — ainda que de maneira dúbia.

Em atos e comícios na região de Cajamarca, sua terra-natal, Castillo ainda repetia o pacote que o tornou conhecido como candidato: ameaças de fechamento do Congresso, propostas para reformular a Constituição e sugestões de nacionalização de empresas que explorem recursos naturais.

Nos últimos debates, exibidos na TV e para um público mais amplo, porém, negava a ideia de estatizar companhias

de mineração e tentava afastar a pecha de contrário à propriedade privada. Por outro lado, continuava a dizer que “o sistema econômico tem de mudar e tem de ser desenhado de baixo para cima”.

Pouco antes do segundo turno, Castillo assinou um compromisso, o “Juramento pela Democracia”, com vários pontos relacionados ao respeito às instituições e à liberdade de imprensa. O documento é inspirado em uma carta apresentada por Ollanta Humala, que se lançou na política pela via do radicalismo de esquerda e foi derrotado na eleição de 2006. No pleito seguinte, em 2011, além da carta, Humala fez promessas para acalmar o establishment peruano. Cumpriu o acordado.

Francke, o assessor de Castillo, enfatizou nos últimos dias que estariam de fora do projeto de governo as estatizações, as expropriações e o controle de preços. “Colocamos-nos um pouquinho mais a favor do mercado”, afirmou. E acrescentou que o modelo a seguir seria o Uruguai governado pela coalizão de centro-esquerda Frente Ampla, que liderou o país de 2005 a 2020.

“O problema é que a incer-

teza é tão grande de ambos os lados que ninguém pode afirmar que modelo vai ser seguido nem o que vai acontecer”, diz à Folha o cientista político Steven Levitsky, da Universidade Harvard e especializado em Peru. “Vejo muito medo por parte dos fujimoristas e da sociedade em geral em relação a Castillo, incluindo empresários, veículos de comunicação, bancos e militares. E também da parte dele, por saber que é frágil e tem poucas ferramentas e poder para governar, apesar de ter vencido”.

Alguns sinais desse medo generalizado estão sendo vistos em Lima. O diretor do Onpe (Escritório Nacional de Processos Eleitorais), Piero Corvetto, foi hostilizado ao sair de um restaurante num bairro nobre da capital por apoiadores de Keiko Fujimori, a candidata derrotada nas urnas. A casa de Corvetto também tem sido cercada por fujimoristas inconformados com o resultado divulgado pelo órgão eleitoral: vitória do esquerdista, com 50,12%, contra 49,87% da filha do ex-ditador Alberto Fujimori.

O anúncio de quem será o próximo presidente do Peru, entretanto, ainda depen-

do do Júri Nacional Eleitoral, responsável por analisar a impugnação de atas de votação, já que Keiko, mergulhada em um discurso de que houve fraude no pleito, pediu a anulação de 300 mil votos e a anulação de outros 200 mil.

Castillo, por sua vez, se vê acuado diante de críticas relacionadas à desvalorização da moeda nacional, o sol, a queda de mais de 10% das ações de empresas peruanas e a evasão de capital — foram mais de US\$ 2,5 bilhões, ou R\$ 12,73 bilhões — desde a vitória dele no primeiro turno.

“É por isto que ele vem se aproximando de uma esquerda mais experiente, mais pragmática e ao centro do espectro político. Porque o partido dele [Perú Libre] não tem quadros técnicos para compor um governo”, afirma Levitsky. “A questão é que a situação fragmentada dos partidos políticos peruanos não permite a formação de um sistema de coalizões, como ocorreu no Uruguai ou no Chile durante os governos da Concertação. Castillo sabe disso, e é possível notar o medo dele do establishment”.

Nos últimos dias, o candidato buscou dialogar com a

esquerda representada pelo Nuevo Perú, cuja líder é a ex-congressista e ex-candidata presidencial Verónica Mendoza, mais experiente e cujo apoio foi definitivo para a vitória de Pedro Pablo Kuczynski em 2016. Mendoza é uma opositora radical do fujimorismo e tem ao seu redor políticos mais experientes do que os do Perú Libre, de Castillo.

O candidato também tem conversado com representantes do Partido Morado, de centro, ao qual pertence o atual presidente, Francisco Sagasti, e é liderado pelo ex-candidato a presidente Julio Guzmán.

O problema de realizar essas aproximações é desagradar os líderes da legenda e os apoiadores mais radicais. Dentro do Perú Libre estão alguns nomes contrários a uma moderação do discurso, como seu líder, Vladimir Cerrón, ex-governador de Junín, processado por corrupção.

Cerrón é defensor do chavismo, assim como a cúpula do partido, e dos “rondros”, grupo paramilitar que segue uma agenda de esquerda mais datada, dos anos 1970.

Levitsky afirma crer que a situação de Castillo lembra a de Alberto Fujimori quando chegou ao poder, em 1991. “Fujimori era o outsider, só tinha o voto popular e o apoio dos eleitores do interior, o establishment inteiro estava contra ele”, lembra o analista.

“Começou uma disputa de desconfiança e ataques de ambos os lados, e isso escalou de tal maneira que Fujimori decidiu fechar o Congresso. Isso é o que há para temer: uma escalada ao autoritarismo”.



Nadadoras peruanas do grupo Las Truchas nadam em mar aberto próximo à praia de Costa Verde, em Chorrillos, na região de Lima Ana Elisa Sotelo

Peruanas criam grupo de natação para escapar da pandemia

DIAS MELHORES

BUENOS AIRES Elas passaram cem dias confinadas em casa, na primeira fase da quarentena imposta pelo governo peruano, quando a pandemia do coronavírus chegou ao país, no início do ano passado. No 101º, algumas restrições foram retiradas, e as duas amigas puderam voltar a se ver. Ao se reencontrarem, decidiram fazer algo para se sentirem melhor. Ambas são esportistas, mas, naquela altura, clubes e academias seguiram fechados, e o uso de car na cidade, muito restrito.

Como moram perto do mar, em Lima, Patricia Woyke, 64, e Karen Scheuch, 55, chamaram algumas amigas para nadar em águas abertas, embora poucas delas tivessem ex-

periência nesse estilo. Assim, Woyke, criadora da primeira escola de windsurf do Peru, nos anos 1990, e Scheuch, professora de pilates, foram orientando as colegas — e o grupo, batizado de Las Truchas (as trutas), cresceu.

Nadar no mar exige técnicas específicas, como o controle da respiração por várias horas. Também é necessário dar braçadas que sejam mais eficientes para cortar as ondas e superar marés e correntezas e respirar menos vezes para evitar o desgaste da cervical.

Nada que não seja possível aprender por meio de esforço e treinamento constante. No caso da capital peruana, colada ao Pacífico, uma região muito fria, roupas feitas de neoprene são aconselháveis. E também é preciso

aprender a usá-las, porque há técnicas específicas para nadar com essa vestimenta. “Hojesomos mais de 60 nadadoras. Nadar logo de manhã dá outro ânimo para encarar o dia, neste país em que tudo está tão difícil, em que temos tantas notícias tristes devido à pandemia, além das restrições ao trabalho, das coisas que não podemos fazer”, diz Woyke à Folha, por telefone.

“É, como se não fosse suficiente, esta situação política que só traz desamparo, nenhuma esperança. E, de repente, quando entramos no mar, estamos renovadas e com positividade para enfrentar o resto do dia”, ela acrescenta.

O grupo cresceu à medida que a flexibilização da quarentena permitiu a inclusão de amigas de outras partes da ci-

dade. Para Woyke e Scheuch, que vivem próximas ao mar, a caminhada até o local de exercício físico, diferentemente de quem vem de longe e precisa de permissão para circular.

Outro obstáculo é que as praias seguem fechadas. É possível entrar nelas, mas não se pode ficar na areia e é preciso ir direto para o mar. E esse trânsito é controlado. “Já tivemos de correr da polícia no começo. Eles não estavam tão acostumados com nadadores de águas abertas aqui, assim como estão com surfistas. Hoje somos muitos. Além de nós, surgiram outros grupos, e isso foi facilitando as coisas”.

O Peru está no final de um mandato presidencial cívico que debilitou suas instituições — foram quatro presi-

dentes em cinco anos. Agora, o segundo turno da eleição reuniu dois candidatos pouco votados, o esquerdista Pedro Castillo e a direita Keiko Fujimori. Isso se desenrola em meio a uma pandemia que levou o país a liderar a taxa de mortos por milhão de habitantes na América do Sul.

“No nosso grupo, temos gente de diferentes posições políticas e buscamos não falar do assunto. Já estamos vindo um dia a dia marcado por esse debate e sobre como encarar a pandemia, então é um desgaste muito grande com familiares e amigos. Juntas, Las Truchas só falam de natação”, afirma Woyke.

Além dos treinos durante a semana, em que elas nadam, em geral, de 3 km a 5 km, há um mais longo, aos sábados,

que pode chegar a 10 km. E é preciso escolher as rotas, observar o mar, a correnteza, escolher o equipamento e contatar o barqueiro que as leva, que ajuda a definir os trajetos. Aos domingos, não se nada.

“Uma vez estava saindo para nadar, e uma vizinha mais idosa me disse: ‘Puxa, gostaria de ter feito isso quando era mais jovem’. Neste mesmo dia, encontrei um treinador para ensiná-la a nadar no mar, e hoje ela vai todos os dias conosco”, diz. No grupo, há pessoas de 18 até 83 anos de idade.

Agora, Las Truchas têm páginas em redes sociais, uma bandeira e começam a registrar com mais rigor seus trajetos, em que não raro se encontram, por exemplo, com leões-marinhos e golfinhos. SC